



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1848

Quinta-feira - 15 de Outubro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Frei Rogério	108	Orleans	177
Anchieta	3	Garopaba	109	Ouro Verde	178
Antônio Carlos	4	Garuva	110	Palhoça	179
Arabutã	5	Gaspar	111	Papanduva	180
Arroio Trinta	6	Grão Pará	112	Passo de Torres	183
Balneário Piçarras	8	Guaraciaba	113	Paulo Lopes	184
Barra Velha	9	Guaramirim	114	Penha	186
Biguaçu	10	Guarujá do Sul	117	Pinheiro Preto	188
Blumenau	17	Herval d'Oeste	118	Pomerode	189
Bom Jesus do Oeste	30	Ibiam	120	Porto União	191
Bom Retiro	31	Ilhota	121	Presidente Nereu	192
Braço do Trombudo	32	Imarui	124	Rio do Sul	205
Brusque	33	Imbituba	125	Salto Veloso	210
Caçador	42	Indaial	126	Santa Rosa do Sul	212
Camboriú	43	Ipumirim	132	São Bento do Sul	213
Campo Alegre	44	Irineópolis	134	São Domingos	226
Campo Erê	47	Itá	135	São João do Sul	229
Campos Novos	48	Itapiranga	145	São José	230
Canoinhas	49	Itapoá	148	São Lourenço do Oeste	237
Capinzal	57	Ituporanga	151	São Miguel do Oeste	242
Catanduvas	64	Jacinto Machado	152	Schroeder	245
Caxambu do Sul	74	Joaçaba	153	Serra Alta	254
Chapadão do Lageado	75	Lages	160	Timbó	256
Cocal do Sul	78	Lauro Muller	162	Treze Tilias	272
Concórdia	79	Lebon Regis	163	Trombudo Central	275
Cordilheira Alta	82	Leoberto Leal	164	Tunápolis	276
Coronel Freitas	85	Macieira	165	Turvo	279
Correia Pinto	86	Maravilha	166	Urussanga	301
Corupá	87	Marema	168	Vargem Bonita	302
Curitibanos	89	Meleiro	170	Videira	307
Dionísio Cerqueira	100	Modelo	171	Xanxerê	310
Erval Velho	101	Morro da Fumaça	172	Xavantina	311
Forquilha	105	Navegantes	173		
Fraiburgo	106	Nova Trento	174		

Associações

AMMVI	313
-------------	-----

Consórcios

CIMCATARINA	314
CIS/AMURES	316
CISAM	317

Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 07/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 18/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 07/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO FAMPYRA PARA DISTRIBUIÇÃO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE JOSE MOCELIN.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 27/10/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 13 de outubro de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO TP 002-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Tomada de Preços 002/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global para Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra necessária para "Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Drenagem Pluvial com área total de 9.032,66m²" das Ruas Guilherme Lazzaroto, Eugenio Facconi, Buenos Aries, Caçador e Olímpio dal Magro e construção de uma ponte com 52,8m² na R. Eugenio Facconi, no Município de Anchieta/SC, conforme Convenio do Fundam Nº 2015TR001366 que celebram o Estado de Santa Catarina e o Município de Anchieta. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até as 09:00 do dia 05/11/2015. Informações fone (0xx49)3653-0188. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 15 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 476/2015

PORTARIA Nº 476/2015.

Concede Férias a servidor efetivo

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor JOSE NILTON JUNKES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 03 de novembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 02/08/2013 a 01/08/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de outubro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 15 de outubro de 2015.

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 353/2015

PORTARIA Nº. 353/2015

NOMEAR SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Concurso Público nº. 001/2015, homologado pelo Decreto nº. 1756, de 21 de agosto de 2015;

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 15 de outubro de 2015, por Concurso Público o Senhor PAULO VINICIUS HASSEMER, inscrito no CPF sob nº. 042.542.009-43, para o cargo de Auxiliar Administrativo; com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.158, de 29 de dezembro de 2014, Anexo III, nível 40, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, de 14 de outubro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 48/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 48/2015

Fica rescindido a partir de 13 de outubro 2015 o contrato nº 48/2015 firmado entre a Senhora KARINA WOMMER e o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, em 20 de abril de 2015, por término da vigência contratual.

Arabutã/SC, 13 de outubro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO ADITIVO 0001/2015 AO CONTRATO 0048/2015

TERMO ADITIVO Nº 0001/2015 AO CONTRATO Nº 0001/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº0015/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DO MUNICÍPIO.

Pelo presente TERMO ADITIVO, o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro nº 26, em Arroio Trinta-SC, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, e a empresa POSTO SERIBA LTDA, pessoa jurídica de Direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 83.400.242/0001-08, com sede na Rua XV de Novembro, 349, centro do Município de Arroio Trinta – SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor SIDNEI SERIGUELI, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF sob nº 715.611.889-72 e CI sob nº 715.611.889-72, residente e domiciliado na Rua Pasqual Nava, Centro, Município de Arroio Trinta – SC., e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo a Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – As partes de comum acordo, com a Lei nº 8.666/93, cominada com a Lei nº8. 883/94 e contrato 0048/2015, aditam o presente contrato, reajustando o valor do combustível, de acordo com o reajuste concedido pelo Governo Federal no dia 30/09/15, sendo:

- . Gasolina comum – R\$3,65(três reais e sessenta e cinco centavos)
- . Óleo Diesel S 10– R\$2,98(Dois reais e noventa e oito centavos).
- . Óleo Diesel S 500– R\$2,87(Dois reais e oitenta e sete centavos).

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 08 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CONTRATANTE

ALCIDIR FELCHILCHER

CPF nº 518.040.009-06

POSTO SERIBA LTDA

CONTRATADA

SIDNEI SERIGUELI

CPF 715.611.889-72

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

CPF SOB Nº 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE

CPF SOB Nº 027.783.989-02

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar valores dos combustíveis, referente contrato nº 0048/2015, celebrado com a Empresa POSTO SERIBA LTDA, tendo em vista reajuste divulgados pelo Governo Federal em 30/09/15.

- Gasolina 7,11%

- Óleo Diesel S-10 –3,96%

- Óleo Diesel S-=500 – 4,01%

Arroio Trinta – SC, 08 de outubro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0001/2015 AO CONTRATO Nº 0048/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2015, PREGÃO Nº0015/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DO MUNICÍPIO
CONTRATADA: POSTO SERIBA LTDA
ADITIVAÇÃO DO VALOR DO ÓLEO E GASOLINA – 30/09/15

TERMO ADITIVO 0002/2015 AO CONTRATO 0001/2015

TERMO ADITIVO Nº 0002/2015 AO CONTRATO Nº 0001/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº0012/2014, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DA SAÚDE.

Pelo presente TERMO ADITIVO, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 10.479.381/0001-97, com sede na Rua XV de Novembro nº 26, em Arroio Trinta-SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Gestor, senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 613.139.809-78 e CI sob nº 2.111.407, residente e domiciliado na Rua Albano Gemeli nº 98, Centro de Arroio Trinta – SC, e a empresa POSTO SERIBA LTDA, pessoa jurídica de Direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 83.400.242/0001-08, com sede na Rua XV de Novembro, 349, centro do Município de Arroio Trinta – SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor SIDNEI SERIGUELI, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF sob nº 715.611.889-72 e CI sob nº 715.611.889-72, residente e domiciliado na Rua Pasqual Nava, Centro, Município de Arroio Trinta – SC., e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo a Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – As partes de comum acordo, com a Lei nº 8.666/93, cominada com a Lei nº8. 883/94 e contrato 0001/2015, aditam o presente contrato, reajustando o valor do combustível, de acordo com o reajuste concedido pelo Governo Federal no dia 30/09/15, sendo:

- . Gasolina comum – R\$3,68(três reais e sessenta e oito centavos)

- . Óleo Diesel S 10– R\$3,01(Três reais e um centavo).

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 08 de outubro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

TARCÍSIO LIDANI

CPF nº 613.139.809-78

POSTO SERIBA LTDA

CONTRATADA

SIDNEI SERIGUELI

CPF 715.611.889-72

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

CPF SOB Nº 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE

CPF SOB Nº 027.783.989-02

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar valores dos combustíveis, referente contrato nº 0001/2015, celebrado com a Empresa POSTO SERIBA LTDA, tendo em vista reajuste divulgados pelo Governo Federal em 30/09/15.

- Gasolina 7,11%

- Óleo Diesel S-10 –3,96%

Arroio Trinta – SC, 08 de outubro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0002/2015 AO CONTRATO Nº 0001/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2014, PREGÃO Nº0012/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DA SAÚDE

CONTRATADA: POSTO SERIBA LTDA

ADITIVAÇÃO DO VALOR DO ÓLEO E GASOLINA – 30/09/15

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BALNEÁRIO PIÇARRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015-CMV /PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015- CMV

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015-CMV /PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015- CMV

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para a Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Piçarras. Tipo: Menor Preço por item. Recebimento dos Envelopes até: 27/10/2015 às 14h. Data da Sessão Pública: 27/10/2015 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra no endereço acima citado ou no site www.picarras.sc.gov.br / www.camarapicarras.sc.gov.br. Balneário Piçarras(SC), 13 de outubro de 2015. ANTONIO LUIZ BEDUSCHI - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Barra Velha

PREFEITURA

CONTRATO 017/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: O.M ANALISES CLINICAS LTDA - EPP

Licitação: Proc. Administrativo 026/2015 - Dispensa de Licitação 008/2015 - FMS

Objeto: Prestação de serviços para execução de exames com finalidades diagnósticas (laboratório clínico), exames bioquímicos, hematológicos e hemostasia, sorológicos e imunológicos, cronológicos, uroanálises, hormonais, toxicológicos ou de monitorização terapêutica, microbiológicos e, outros líquidos biológicos e imuno hematológicos. De acordo com a relação da tabela SIGTAP, que corresponde a tabela que normatiza os valores e serve como diretriz para realização de exames a preço SUS

Valor do Contrato: R\$ 33.097,98 (trinta e três mil noventa e sete reais e noventa e oito centavos).

Data da assinatura: 15/10/2015

Data do vencimento: 31/12/2015

Barra Velha, 15 de outubro de 2015
PAULO CESAR GIMENES HIDALGO –
Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -
Prefeito

DL 008/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO- FUNDO DE SAÚDE

Processo Administrativo nº 026/2015 - Dispensa de Licitação nº 008/2015

Contratada: O.M ANALISES CLINICAS LTDA - EPP

Objeto: Prestação de serviços para execução de exames com finalidades diagnósticas (laboratório clínico), exames bioquímicos, hematológicos e hemostasia, sorológicos e imunológicos, cronológicos, uroanálises, hormonais, toxicológicos ou de monitorização terapêutica, microbiológicos e, outros líquidos biológicos e imuno hematológicos. De acordo com a relação da tabela SIGTAP, que corresponde a tabela que normatiza os valores e serve como diretriz para realização de exames a preço SUS.

Valor do Contrato: R\$ R\$ 33.097,98 (trinta e três mil noventa e sete reais e noventa e oito centavos)

Vigência: 15/10/2015 a 31/12/2015

Fund. Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 15 de outubro de 2015
O.M ANALISES CLINICAS LTDA - EPP - Contratado

Claudemir Matias Francisco - Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2015

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA ARTIGO Nº 02 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2014 QUE REGULAMENTA O REQUERIMENTO DE ADESAO AO PROGRAMA DE DOMICÍLIO FISCAL, QUE SE REFERE A LEI COMPLEMENTAR Nº 66, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA, Secretário Municipal da Fazenda do Município de Biguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 116, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela LC 66/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - O art. nº 2 da IN nº 01/2014 passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - Fica eleita como endereço da Casa do Empreendedor, a Rua Barão do Rio Branco nº 77 centro Biguaçu/SC CEP 88.160.120

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de outubro de 2015
JOHN KENNEDY LARA DA COSTA
Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 3583/2015

Lei nº 3583/2015 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1237/1998 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal nº 1237/98, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Academia de Letras de Biguaçu, entidade cultural sem fins econômicos”.

Art.2º - Ficam ratificados os demais dispositivos da referida lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 08 de outubro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3583/2015, de 08/10/2015
Sancionada em 08/10/2015
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 2541/2015

PORTARIA nº 2541 de 14 de outubro de 2015

ERRATA:

Na portaria 1839/2009, de averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição da servidora Adeli Bittencourt da Rosa Martendal, ocorreu um equívoco quanto ao período averbado.

Portaria 1839, de 06 de agosto de 2009:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) ADELI BITTENCOURT DA ROSA MARTENDAL, detentor(a) da matrícula 05 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20701007.1.00030/09-0, da qual se extraiu o período de 05 (cinco) anos e 07 (sete) meses, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) ADELI BITTENCOURT DA ROSA MARTENDAL, detentor(a) da matrícula 05 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20701007.1.00030/09-0, da qual se extraiu o período de 03 (três) anos e 07 (sete) meses, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2542/2015

PORTARIA nº 2542 de 14 de outubro de 2015

ERRATA:

Na portaria 1458/2015, de admissão do(a) servidor(a) Enice Soares da Silva, ocorreu um equívoco quanto ao cargo.

Portaria nº 2658 de 20 de novembro de 2014:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ENICE SOARES DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/05/2015 a 18/12/2015.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ENICE SOARES DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/05/2015 a 18/12/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2543/2015

PORTARIA nº 2543 de 14 de outubro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Fernando Carreirão Neto, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (EJA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2544/2015

PORTARIA nº 2544 de 14 de outubro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Alexsandro Fonseca, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/10/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2545/2015

PORTARIA nº 2545 de 14 de outubro de 2015

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Richard Machado Antônio, detentor do cargo de provimento temporário de Encanador, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2546/2015

PORTARIA nº 2546 de 22 de junho de 2015

Prorroga, a Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, a Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) servidor (a) Josiane Anderson Costa, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Professor I, com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito (a) na matrícula funcional nº 885.

Art. 2º O período de prorrogação da licença para tratar de interesses particulares é de 16/09/2015 a 16/09/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/09/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2547/2015

PORTARIA nº 2547 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DENISE VANILDA SOARES FAGANELLO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SAÚDE II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/10/2015 a 30/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2548/2015

PORTARIA nº 2548 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NADIA REGINA DE SOUZA DE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/10/2015 a 30/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 2549/2015**

PORTARIA nº 2549 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CAROLINE PORCELIS VARGAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/10/2015 a 30/04/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 2550/2015**

PORTARIA nº 2550 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que

lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DANIELA VINOTTI FERREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/08/2015 a 18/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 2551/2015**

PORTARIA nº 2551 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ISABELA SACHETTI DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de FISIOTERAPEUTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 19/09/2015 a 30/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/09/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 2552/2015**

PORTARIA nº 2552 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ARIELLA MACIEL TAVARES, para

desempenhar as funções do cargo não provido de FISIOTERAPEUTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 15/09/2015 a 30/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/09/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2553/2015

PORTARIA nº 2553 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), BRUNA CAROLINA DUTRA DA SILVA BATISTA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 25/09/2015 a 24/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/09/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2554/2015

PORTARIA nº 2554 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JAIRCLEIDE MARIA DE SÁ DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 13/08/2015 a 12/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/08/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2555/2015

PORTARIA nº 2555 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALINE RODRIGUES PEREIRA DE ALMEIDA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 18/08/2015 a 17/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/08/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2556/2015

PORTARIA nº 2556 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PATRICIA REGINA RONCHI VITORINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2015 a 30/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2557/2015

PORTARIA nº 2557 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOÃO FERNANDES DA SILVA JUNIOR, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/09/2015 a 02/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/09/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2558/2015

PORTARIA nº 2558 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RACHEL REGINA OLIVEIRA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/10/2015 a 31/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2559/2015

PORTARIA nº 2559 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), BRUNA MANES, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 30/09/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/09/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2560/2015

PORTARIA nº 2560 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DARSONI INACIO GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/08/2015 a 01/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2561/2015

PORTARIA nº 2561 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOICE IVETE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/08/2015 a 01/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2562/2015

PORTARIA nº 2562 de 14 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANICE FILOMENA COUTINHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 27/07/2015 a 26/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/07/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2563/2015

PORTARIA Nº 2563/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA MADALENA MARTINS DA CUNHA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9485/2015 em anexo no período de 09/10/2015 a 07/12/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2564/2015

PORTARIA Nº 2564/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARILEIA GLORIA FERREIRA, ocupante do Cargo comissionado de ASSISTENTE TÉCNICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9523/2015 em anexo no período de 13/10/2015 a 27/10/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2565/2015

PORTARIA Nº 2565/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DANIELA VINOTTI PEREIRA, ocupante do Cargo temporário de ENFERMEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9523/2015 em anexo no período de 06/10/2015 a 20/10/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2566/2015

PORTARIA Nº 2566/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CLOVIS SOUZA RODRIGUES, ocupante do Cargo temporário de VIGIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9508/2015 em anexo no período de 11/10/2015 a 25/10/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2567/2015

PORTARIA Nº 2567/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NADIA SALMA FELTZ, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9474/2015 em anexo no período de 07/10/2015 a 21/10/2015.

Biguaçu, 14 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 11/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 11/2015

Dispõe sobre critérios para concessão de auxílio moradia para pessoa em situação de vulnerabilidade social e com doença crônica.

O Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Reunião Ordinária de 09 (nove) de outubro de 2015.

- A ATA nº 12/2015.

- O art. 22 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS n. 8.742/93 que versa sobre benefícios eventuais alterada pela Lei 12.435/2011.

- O Decreto Federal 6.307/2007 de 14/12/2007, que trata da regulamentação dos benefícios eventuais.

- A Resolução n.03/2011 do CMAS de Biguaçu/SC.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a concessão de benefício eventual de auxílio moradia em caráter temporário para indivíduos em situação de vulnerabilidade social e com doença crônica que comprovadamente através de Estudo Social e atestado médico necessitem de melhores condições de habitabilidade para sua recuperação física.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de outubro de 2015.

Claudete Maria Steil Pereira

Presidente do CMAS/Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.166/2015

LEI Nº 8.166, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO OFTALMOLÓGICA E OPTOMÉTRICA, EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana Municipal de Conscientização Oftalmológica e Optométrica, a ser realizada, anualmente, na primeira semana do mês de maio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.168/2015

LEI Nº 8.168, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 4.932, 15 DE DEZEMBRO DE 1997, QUE AUTORIZA A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 1º da Lei nº 4.932, de 15 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar as obras e serviços de manutenção na via pública que liga a rua Bruno Schreiber, no bairro Progresso, nesta cidade, às localidades de Encano Alto e de Faxinal do Bepe, assim como nas vias públicas a ela adjacentes, no vizinho Município de Indaial, e também na Rua Reinoldo Gutz, que inicia na Rua José Reuter, no Bairro Velha Central, em Blumenau."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.169/2015

LEI Nº 8.169, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA DENOMINAÇÃO DE ENTIDADE, DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI Nº 1.424, DE 4 DE AGOSTO DE 1967.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada para Câmara de Dirigentes Lojistas de Blumenau – CDL, CNPJ nº 82.659.715/0001-15, a denominação do Clube dos Diretores Lojistas de Blumenau, declarado de utilidade pública pela Lei nº 1.424, de 4 de agosto de 1967.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.748/2015

DECRETO N. 10.748, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

REDUZ A GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO CONCEDIDA PELO DECRETO N. 9.903, DE 07 DE JANEIRO DE 2013, AOS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO E DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "b", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 91 da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007,

CONSIDERANDO a deterioração do cenário econômico nacional;

CONSIDERANDO que a redução da atividade produtiva e a consequente queda na arrecadação municipal aumentam o comprometimento da receita corrente líquida com as despesas de pessoal;

CONSIDERANDO que por força do disposto no art. 169 da Constituição da República Federativa do Brasil o legislador federal editou a Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelecendo, entre outros, os limites de gastos com despesas de pessoal;

CONSIDERANDO que é indispensável a adoção de medidas administrativas de contenção das despesas de pessoal para a manutenção regular das ações e serviços públicos municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica reduzida de 30% para 17% dezessete por cento), no período compreendido entre 01 de outubro de 2015 e 01 de outubro de 2016, a gratificação de representação concedida pelo Decreto n. 9.903, de 07 de janeiro de 2013, incidente sobre o valor do vencimento dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão, símbolo CC-2 (Intendente Distrital, Assessor Especial, Diretor e Diretor-Geral) e símbolo CC-3 (Gerente), do Poder Executivo e de

suas autarquias e fundações públicas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de outubro de 2015, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, bem como revogado antes do prazo estabelecido, desde que cessados os motivos que determinaram a sua edição.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.150/2015

PORTARIA Nº 19.150, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TARCISIO EDUARDO RADUENZ.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor público municipal TARCISIO EDUARDO RADUENZ, matrícula nº 228656, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 29 de setembro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 6021/09/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de Outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.151/2015

PORTARIA Nº 19.151, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECLARA VAGO O CARGO DE AGENTE DE VIGILÂNCIA, OCUPADO POR ALEX SANDRO DE ANDRADE ROGICK.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DECLARAR VAGO, a contar de 07 de outubro de 2015, o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, ocupado pelo servidor público municipal ALEX SANDRO DE ANDRADE ROGICK, matrícula nº 20471-4, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SE-DEAD, em virtude de sua posse no cargo de Motorista (CNH Categoria B), com jornada de 40 horas semanais, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014, nomeado através da Portaria nº 19.113/2015, conforme o Processo Administrativo nº 2015/10/6188.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.152/2015

PORTARIA Nº 19.152, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FELIPE ANZINI PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR DO CEI "ANTÔNIO JOSÉ CURTIPASSI".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 382/2015, de 06/10/2015, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de setembro de 2015, o servidor público municipal FELIPE ANZINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o exercício da função de Secretário Escolar do CEI "Antônio Jose Curtipassi", concedendo-lhe a gratificação de 20% (trinta por cento) de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.153/2015

PORTARIA Nº 19.153, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALEX SANDRO DA SILVA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 944/2015, de 05/10/2015, resolve:

CONCEDER, a contar de 31 de agosto de 2015, a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, ao servidor público municipal ALEX SANDRO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Coordenador Administrativo de Ambulatório Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.154/2015

PORTARIA Nº 19.154, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DESIGNA ANGELA FABIANE KOLLING PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo ao

Memorando SEMUDES nº 382-2015/DAF, de 06/10/2015, resolve:

DESIGNAR, a contar de 06 de outubro de 2015, a servidora pública municipal ANGELA FABIANE KOLLING, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Inclusão aos Cursos Profissionalizantes, símbolo FGC 20%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.155/2015

PORTARIA Nº 19.155, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - COPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 5º, da Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, e em atendimento ao Memorando SEPLAN/COPLAN nº 79/2015, de 02/10/2015, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, para compor o Conselho Municipal de Planejamento Urbano – COPLAN:

SÍLVIO GILBERTO NASCIMENTO e ÉDER LUCIO MARCHI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, em substituição a MARLI RUPP e SÍLVIO GILBERTO NASCIMENTO, nomeados pela Portaria nº 17.878, de 04 de junho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2014

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 025/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CONSÓRCIO IGUATEMI – SOTEPA – RUA CHILE.

OBJETO: ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA DO BINÁRIO RUA CHILE – RUA REPÚBLICA ARGENTINA, COM EXTENSÃO PREVISTA DE PROJETO DE 4,2 KM, NA CIDADE DE BLUMENAU.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-1008/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo por mais 60 (sessenta) dias, ou seja, de 22 de setembro até 20 de novembro de 2015.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 52.728,76 (cinquenta e dois mil setecentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos).

DATA: 23 de setembro de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2014

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 040/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA BETONSERV SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE DE LAZER RAMIRO RUEDIGER.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços 02-011/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 30 (trinta) dias, ou seja, de 24 de setembro até 23 de outubro de 2015.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).

DATA: 23 de setembro de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2014

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 056/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA BETONSERV SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA SALA TÉRREA DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. GILSON PIVA II.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-014/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 13 de outubro de 2015 até 12 de outubro de 2016.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 3.131,64 (três mil, cento e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 37.579,68 (trinta e sete mil quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

DATA: 30 de setembro de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2014

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 071/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. ANNELIES BATSCHAUER.

OBJETO: LOCAÇÃO DO ANDAR TÉRREO DO PRÉDIO DE ALVENARIA DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA ARTHUR H. RIEDEL.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-227/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 13 de setembro de 2015 até 12 de setembro de 2016.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 1.138,79 (mil, cento e trinta e oito reais e setenta e nove centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 13.665,48 (treze mil seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos).

DATA: 24 de setembro de 2015.

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2011

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. ALMIR PEREIRA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DE UMA NOVA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DE FAMÍLIA – E.S.F. NAIR NEVES PEREIRA.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-077/2011.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 2.583,44 (dois mil, quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e quatro centavos) mensais, a contar de 16 de maio de 2015, totalizando o valor do contrato em R\$ 31.001,28 (trinta e um mil, um real e vinte e oito centavos).

DATA: 17 de agosto de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2015

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 139/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A ASSOCIAÇÃO

CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - HOSPITAL SANTA ISABEL.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, SIA (URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, DIAGNÓSTICOS E TRATAMENTO), PARA INTERNAÇÕES HOSPITALARES – SIH.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-63/2015.

PREÇO: Acrescentando a quantia de R\$ 558.000,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil reais), sendo de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais) o valor mensal, com efeitos financeiros a partir de julho/2015 até dezembro/20.

DATA: 23 de setembro de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 146/2013

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 146/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. TERESA BACHMANN.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, CONTENDO 252,38M², LOCALIZADO NA RUA ANTÔNIO TREISS, Nº 55, BAIRRO VORSTADT, BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-178/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de outubro de 2015 até 30 de setembro de 2016.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 2.969,91 (dois mil, novecentos e sessenta e nove reais e noventa e um centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 35.638,92 (trinta e cinco mil seiscentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos).

DATA: 09 de setembro de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 159/2015

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 159/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ELISEU DA ROSA ME.

OBJETO: REFORMA EM GERAL A SER REALIZADO NO 1º ANDAR DO PAÇO MUNICIPAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 008/2015.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 17.235,50 (dezesete mil duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos).

DATA: 15 de setembro de 2015.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 164/2011

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 164/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ENGENHARIA RELATIVOS AO GERENCIAMENTO AMBIENTAL, COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE OBRAS, GEOPROCESSAMENTO E SUBSÍDIOS À FISCALIZAÇÃO DA OBRA REFERENTE AO PAC-DRENAGEM - MACRO DRENAGEM DA BACIA DO RIBEIRÃO VELHA).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-002/11.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 08 (oito) meses, ou seja, de 19 de setembro de 2015 até 18 de maio de 2016.

DATA: 21 de setembro de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 168/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 168/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO, NA RUA GERMANO FELIPE DOS SANTOS, BAIRRO DO SALTO, MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC – (ITEM 01).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 007/2015.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 7.818,92 (sete mil, oitocentos e dezoito reais e noventa e dois centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 90.413,99 (noventa mil quatrocentos e treze reais e noventa e nove centavos).

DATA: 24 de setembro de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 185/2014

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 185/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA RICARDO GEORG, BAIRRO ITOUPAVA CENTRAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-006/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 60 (sessenta) dias, ou seja, de 07 de outubro até 06 de dezembro de 2015.

DATA: 02 de outubro de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 191/2012

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 191/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

FREITAG ANÁLISES AMBIENTAIS E ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO DE ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE AMOSTRAS COLETADAS DE AGROINDÚSTRIAS

REGISTRADAS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (S.I.M.).
FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-119/2012.

PREÇO: Reajusta o valor dos serviços contratados para R\$ 1.591,48 (mil, quinhentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 19.097,76 (dezenove mil noventa e sete reais e setenta e seis centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 21 de setembro de 2015 até 20 de setembro de 2016.

DATA: 21 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 201/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 201/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA REUNIDAS TURISMO S/A.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de passagens intermunicipais e interestaduais, para deslocamento de usuários atendidos por esta secretaria e seus programas sociais - FMAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 067/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 56.558,57 (cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e sete centavos).

DATA: 14 de julho de 2015.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 211/2011

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 211/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 110/2011.

PREÇO: Renova o valor total estimado pago pelos serviços prestados que se mantém em R\$ 224.000,00 (duzentos e vinte e quatro mil reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 16 de novembro de 2015 até 15 de novembro de 2016.

DATA: 30 de setembro de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 236/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 236/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA TRANSPORTES RODOPAS LTDA. ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, ESTABELECIDO POR REGIÕES COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES E VEÍCULOS COM CARACTERÍSTICAS DE MICROÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 18 LUGARES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 110/2011.

PREÇO: Renova o valor total estimado pago pelos serviços prestados que se mantém em R\$ 224.000,00 (duzentos e vinte e quatro mil reais).

PRAZO: Prorroga o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 735.456,00 (setecentos e trinta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e seis reais).

DATA: 30 de setembro de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 237/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 237/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A PROGRESSOTUR

EMPRESA DE TRANSPORTE E TURISMO LTDA. EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, ESTABELECIDO POR REGIÕES COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES E VEÍCULOS COM CARACTERÍSTICAS DE MICROÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 18 LUGARES.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-120/2015.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 424.353,61 (quatrocentos e vinte e quatro mil trezentos e cinquenta e três reais e sessenta e um centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais (90) dias, ou seja, de 05 de outubro de 2015 até 02 de janeiro de 2016.

DATA: 30 de setembro de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 238/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 238/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA RUMO TRANSPORTES LTDA. ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE

TRANSPORTE ESCOLAR, ESTABELECIDO POR REGIÕES COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES E VEÍCULOS COM CARACTERÍSTICAS DE MICROÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 18 LUGARES.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-120/2015.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 276.200,00 (duzentos e setenta e seis mil e duzentos reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais (75) dias, ou seja, de 05 de outubro até 18 de dezembro de 2015.

DATA: 02 de outubro de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 241/2014

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 241/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ORCALI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, COM INSTALAÇÃO CÂMERA DE VÍDEO E SENSORES PARA CONTROLE INTERNO DE SEGURANÇA DO PRÉDIO DA POLICLÍNICA.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 132/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 09 de outubro de 2015 até 08 de outubro de 2016.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais). E acrescenta a quantia de R\$ 7.678,39 (sete mil seiscentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos), em decorrência de alterações e dimensionamento do sistema.

DATA: 18 de agosto de 2015.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 246/2012

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 246/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. SILVIO ARNO DOS SANTOS.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL – CAPSI.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-142/2012.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 276.200,00 (duzentos e setenta e seis mil e duzentos reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de outubro de 2015 até 30 de setembro de 2016.

DATA: 16 de setembro de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 251/2014

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 251/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

INSTITUTO GENE DE BLUMENAU.

OBJETO: SERVIÇOS DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS, AÇÕES DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, TREINAMENTOS E FOMENTO DA INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-219/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 22 de outubro de 2015 até 21 de outubro de 2016.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) mensais, totalizando o valor anual do contrato em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

DATA: 21 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 255/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 255/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para seguro de responsabilidade civil (RCF), APP e casco para frota de veículos do município pela Administração Municipal, pelo período de 12 meses (LOTE 01) - SEDEAD.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 069/2015.

PRAZO: 01 de setembro de 2015 até o dia 31 de agosto de 2016.

PREÇO: R\$ 239.000,00 (duzentos e trinta e nove mil reais).

DATA: 08 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 256/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 256/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA GENTE SEGURADORA S.A.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para seguro de responsabilidade civil (RCF), APP e casco para frota de veículos do SETERB, pelo período de 12 meses (LOTE 02) - SETERB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 069/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a partir do dia 01 de setembro de 2015 até o dia 31 de agosto de 2016.

PREÇO: R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

DATA: 08 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 257/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 257/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA YASUDA MARÍTIMA SEGUROS S.A.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para dos imóveis próprios e alugados pelo SETERB, pelo período de 12 meses (LOTE 03) - SETERB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 069/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a partir do dia 01 de setembro de 2015 até o dia 31 de agosto de 2016.

PREÇO: R\$ 58.275,00 (cinquenta e oito mil e duzentos e setenta e cinco reais).

DATA: 08 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 258/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 258/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA YASUDA MARÍTIMA SEGUROS S.A.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para seguro Patrimonial dos imóveis próprios e alugados pela Administração Municipal, pelo período de 12 meses (LOTE 04) - SEDEAD.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 069/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a partir do dia 01 de setembro de 2015 até o dia 31 de agosto de 2016.

PREÇO: R\$ 481.000,00 (quatrocentos e oitenta e um mil reais).

DATA: 08 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 260/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 260/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA LEGO FEIRAS LTDA. ME.

OBJETO: Contratação de empresa para locação de 26 (vinte e seis) tendas, com montagem e desmontagem para a 32ª Oktoberfest, conforme especificações constantes neste Edital - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2015.

PRAZO: A partir do dia 29 de setembro de 2015 até o dia 30 de dezembro de 2015.

PREÇO: 51.000,12 (cinquenta e um mil reais e doze centavos).

DATA: 18 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 262/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 262/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Execução de implantação da 1ª etapa do Parque das Itoupavas (BR 470 e 1º Janeiro) Bairro – Fidelis, Blumenau/SC, conforme planilhas, projetos, memorial descritivo e demais especificações constantes neste edital – Convênio 2014 TR003708, Processo SEF nº. 25092/2014 – FUNDAM/SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-011/15.

PRAZO: 12(doze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 2.880.368,89 (dois milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

DATA: 23 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 264/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 264/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A FUNDAÇÃO

HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO.

OBJETO: Prestação de serviços ambulatoriais, incluindo contratação de recursos humanos-profissionais, 02 veículos-ambulância, mobiliário e material ambulatorial para execução dos serviços, conforme informações constantes no termo de referência, para atendimento da 32ª OKTOBERFEST a se realizar entre os dias 07 a 25 de outubro de 2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-122/2015.

PRAZO: 07 de outubro de 2015 a 25 de novembro de 2015.

PREÇO: R\$ 172.800,00 (cento e setenta e dois mil e oitocentos reais).

DATA: 28 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 265/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 265/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A ASSOCIAÇÃO

RECREATIVA DESPORTIVA E CULTURAL PLANETAPÉIA.

OBJETO: Contratação dos Brinquedos do Planetapéia para participação em 05 (cinco) desfiles da 32ª OKTOBERFEST, que ocorrerão

nos dias 10, 14, 17, 21 e 24 de outubro de 2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-135/2015

PRAZO: A partir de sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2015.

PREÇO: R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais).

DATA: 30 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 275/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 275/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI - EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de extintores, manutenção, recarga e reteste, conforme especificações no edital para atendimento na 32ª OKTOBERFEST - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 132/2015.

PRAZO: A partir de sua assinatura até o dia 30 de dezembro de 2015.

PREÇO: R\$ 8.998,72 (oito mil novecentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos).

DATA: 30 de setembro de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 276/2014

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 276/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. ME.

OBJETO: EXECUÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DE COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA EBM FELIPE SCHMIDT – ITEM 1.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-028/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias, ou seja, do dia 21 de setembro de 2015 até o dia 19 de março de 2016.

DATA: 23 de setembro de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 277/2014

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 277/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. ME.

OBJETO: EXECUÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DE COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA EBM PEDRO I – ITEM 2.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-028/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias, ou seja, do dia 22 de setembro de 2015 até o dia 19 de março de 2016.

DATA: 23 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 277/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 277/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC.

OBJETO: Trabalho de organização e realização do kinderplatz (praça da criança), com ambientação e decoração do Ginásio Sebastião Cruz, teatro, pintura facial, fornecimento dos brinquedos, com monitores, entre outras especificações constantes no Termo de Referência, durante a 32ª OKTOBERFEST, entre os dias 5 de outubro até 25 de outubro de 2015 - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 139/2015.

PRAZO: A partir de sua assinatura até 30 de novembro de 2015.

PREÇO: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

DATA: 01 de outubro de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 278/2014

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 278/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. ME.

OBJETO: EXECUÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DE COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA EBM PROFESSOR JOÃO JOAQUIM FRONZA – ITEM 3.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-028/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias, ou seja, de 22 de setembro de 2015 até o dia 19 de março de 2016.

DATA: 23 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 278/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 278/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA TECNOFOGOS COMERCIAL LTDA EPP.

OBJETO: Serviços de Show Pirotécnico durante o evento Natal nos Bairros 2015 e 2016 e Reveillon 2016 e 2017, conforme especificações constantes neste edital - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-028/2015.

PRAZO: A partir de sua assinatura até o dia 31 de janeiro de 2017.

PREÇO: R\$ 639.980,83 (seiscentos e trinta e nove mil novecentos e oitenta reais e oitenta e três centavos).

DATA: 02 de outubro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 279/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 279/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SUPERAR EIRELI EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para locação de aparelhos de ar condicionado, com instalação e retirada, para a 32ª Oktoberfest e Sommerfest 2016, conforme especificações constantes no edital - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 139/2015.

PRAZO: A partir de sua assinatura até o 28 de fevereiro de 2016.

PREÇO: R\$ 32.100,00 (trinta e dois mil e cem reais).

DATA: 02 de outubro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 282/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 282/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

ROBERTO & FILHOS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de manutenção e conservação das instalações elétricas do Parque Vila Germânica, compreendo os Setores 1, 2, 3 e 4 (Eisenbahn Biergarten), Galeão (Ginásio Sebastião Cruz – parte interna e esplanada) e demais informações constantes no edital, pelo período de 12 meses – PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-020/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 510.231,85 (quinhentos e dez mil duzentos e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos).

DATA: 07 de outubro de 2015.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 43/2015
RESOLUÇÃO CMAS Nº. 43/2015

DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO IV, ART. 2º, DA RESOLUÇÃO CMAS Nº. 43/2006 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NAS MODALIDADES: AUXÍLIO NATALIDADE E AUXÍLIO FUNERAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 08 de outubro de 2015,

CONSIDERANDO:

- A Resolução CMAS nº. 43/2006 que dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais nas modalidades: auxílio natalidade e auxílio funeral;

- a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social em Plenária realizada no dia 08 de outubro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso IV, art. 2º, da Resolução CMAS nº. 43/2006, que passa a ter a seguinte redação:

“IV – Avaliação socioeconômica”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 08 de outubro de 2015.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ATA REGISTRO DE PREÇOS 2223/2015 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2223/2015

OBJETO – Registro de preço para aquisição de materiais hidráulicos para manutenção da Rede de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Empresa: C.E. MACEDO & CIA LTDA – CNPJ: 07.965.552/0001-83

ITEM 01: Valor unitário R\$ 2,00 (dois reais) e valor total R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

ITEM 02: Valor unitário R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) e valor total R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais).

ITEM 03: Valor unitário R\$ 22,00 (vinte e dois reais) e valor total R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

ITEM 11: Valor unitário R\$ 1,89 (hum real e oitenta e nove centavos) e valor total R\$ 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais).

ITEM 16: Valor unitário R\$ 0,64 (sessenta e quatro centavos de reais) e valor total R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais).

ITEM 17: Valor unitário R\$ 1,48 (hum real e quarenta e oito centavos) e valor total R\$ 88,80 (oitenta e oito reais e oitenta centavos).

ITEM 29: Valor unitário R\$ 0,22 (vinte e dois centavos de reais) e valor total R\$ 143,00 (cento e quarenta e três reais).

ITEM 30: Valor unitário R\$ 0,36 (trinta e seis centavos de reais) e valor total R\$ 21,60 (vinte e um reais e sessenta centavos).

ITEM 31: Valor unitário R\$ 1,35 (hum real e trinta e cinco centavos) e valor total R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais).

ITEM 33: Valor unitário R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

ITEM 37: Valor unitário R\$ 0,22 (vinte e dois centavos de reais) e valor total R\$ 264,00 (duzentos e sessenta e quatro reais).

ITEM 38: Valor unitário R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos de reais) e valor total R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais).

ITEM 39: Valor unitário R\$ 1,90 (hum real e noventa centavos) e valor total R\$ 76,00 (setenta e seis reais).

ITEM 41: Valor unitário R\$ 0,95 (noventa e cinco centavos de reais) e valor total R\$ 95,00 (noventa e cinco reais).

ITEM 42: Valor unitário R\$ 1,90 (hum real e noventa centavos) e valor total R\$ 76,00 (setenta e seis reais).

ITEM 43: Valor unitário R\$ 0,27 (vinte e sete centavos de reais) e valor total R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais).

ITEM 44: Valor unitário R\$ 0,22 (vinte e dois centavos de reais) e valor total R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais).

ITEM 45: Valor unitário R\$ 0,78 (setenta e oito centavos de reais) e valor total R\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis reais).

ITEM 46: Valor unitário R\$ 1,40 (hum real e quarenta centavos) e valor total R\$ 70,00 (setenta reais).

ITEM 47: Valor unitário R\$ 1,65 (hum real e sessenta e cinco centavos) e valor total R\$ 82,50 (oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

ITEM 48: Valor unitário R\$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos) e valor total R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais).

ITEM 49: Valor unitário R\$ 0,35 (trinta e cinco centavos de reais) e valor total R\$ 105,00 (cento e cinco reais).

ITEM 50: Valor unitário R\$ 0,42 (quarenta e dois centavos de reais) e valor total R\$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais).

ITEM 51: Valor unitário R\$ 1,55 (hum real e cinquenta e cinco centavos) e valor total R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos).

ITEM 52: Valor unitário R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) e valor total R\$ 192,50 (cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

ITEM 53: Valor unitário R\$ 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos) e valor total R\$ 118,50 (cento e dezoito reais e cinquenta centavos).

ITEM 55: Valor unitário R\$ 1,05 (hum real e cinco centavos) e valor total R\$ 105,00 (cento e cinco reais).

ITEM 58: Valor unitário R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos) e valor total R\$ 130,00 (cento e trinta reais).

ITEM 59: Valor unitário R\$ 4,65 (quatro reais e sessenta e cinco centavos) e valor total R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

ITEM 61: Valor unitário R\$ 1,40 (hum real e quarenta centavos) e valor total R\$ 28,00 (vinte e oito reais).

ITEM 62: Valor unitário R\$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 115,00 (cento e quinze reais).

ITEM 78: Valor unitário R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos de reais) e valor total R\$ 22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos).

ITEM 79: Valor unitário R\$ 1,82 (hum real e oitenta e dois centavos) e valor total R\$ 36,40 (trinta e seis reais e quarenta centavos).

ITEM 80: Valor unitário R\$ 23,35 (vinte e três reais e trinta e cinco centavos) e valor total R\$ 233,50 (duzentos e trinta e três reais e cinquenta centavos).

ITEM 82: Valor unitário R\$ 0,70 (setenta centavos de reais) e valor total R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

ITEM 83: Valor unitário R\$ 1,35 (hum real e trinta e cinco centavos) e valor total R\$ 27,00 (vinte e sete reais).

ITEM 84: Valor unitário R\$ 20,00 (vinte reais) e valor total R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

ITEM 85: Valor unitário R\$ 36,00 (trinta e seis reais) e valor total R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).

ITEM 86: Valor unitário R\$ 19,30 (dezenove reais e trinta centavos) e valor total R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais).

ITEM 87: Valor unitário R\$ 1,20 (hum real e vinte centavos) e valor total R\$ 60,00 (sessenta reais).

ITEM 88: Valor unitário R\$ 1,33 (hum real e trinta e três centavos) e valor total R\$ 26,60 (vinte e seis reais e sessenta centavos).

ITEM 89: Valor unitário R\$ 30,80 (trinta reais oitenta centavos) e valor total R\$ 308,00 (trezentos e oito reais).

ITEM 94: Valor unitário R\$ 11,20 (onze reais e vinte centavos) e valor total R\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais).

ITEM 95: Valor unitário R\$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos)

centavos) e valor total R\$ 59,00 (cinquenta e nove reais).

ITEM 96: Valor unitário R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 110,00 (cento e dez reais).

ITEM 97: Valor unitário R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 56,00 (cinquenta e seis reais).

ITEM 98: Valor unitário R\$ 16,55 (dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos) e valor total R\$ 827,50 (oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

ITEM 100: Valor unitário R\$ 0,30 (trinta centavos de reais) e valor total R\$ 90,00 (noventa reais).

ITEM 103: Valor unitário R\$ 0,98 (noventa e oito centavos de reais) e valor total R\$ 14,70 (quatorze reais e setenta centavos).

ITEM 104: Valor unitário R\$ 0,35 (trinta e cinco centavos de reais) e valor total R\$ 140,00 (cento e quarenta reais).

ITEM 105: Valor unitário R\$ 5,46 (cinco reais e quarenta e seis centavos) e valor total R\$ 54,60 (cinquenta e quatro reais e sessenta centavos).

ITEM 107: Valor unitário R\$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos de reais) e valor total R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais).

ITEM 111: Valor unitário R\$ 1,90 (hum real e noventa centavos) e valor total R\$ 95,00 (noventa e cinco reais).

ITEM 112: Valor unitário R\$ 1,35 (hum real e trinta e cinco centavos) e valor total R\$ 67,50 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

ITEM 116: Valor unitário R\$ 9,10 (nove reais e dez centavos) e valor total R\$ 182,00 (cento e oitenta e dois reais).

ITEM 118: Valor unitário R\$ 0,41 (quarenta e um centavos de reais) e valor total R\$ 41,00 (quarenta e um reais).

ITEM 119: Valor unitário R\$ 1,09 (hum real e nove centavos) e valor total R\$ 327,00 (trezentos e vinte e sete reais).

ITEM 127: Valor unitário R\$ 176,00 (cento e setenta e seis reais) e valor total R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

ITEM 128: Valor unitário R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) e valor total R\$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais).

ITEM 130: Valor unitário R\$ 18,00 (dezoito reais) e valor total R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

ITEM 133: Valor unitário R\$ 6,00 (seis reais) e valor total R\$ 600,00 (seiscentos reais).

ITEM 134: Valor unitário R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais).

ITEM 136: Valor unitário R\$ 36,00 (trinta e seis reais) e valor total R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

ITEM 140: Valor unitário R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais) e valor total R\$ 1.850,00 (hum mil, oitocentos e cinquenta reais).

ITEM 142: Valor unitário R\$ 10,10 (dez reais e dez centavos) e valor total R\$ 10.100,00 (dez mil e cem reais).

ITEM 145: Valor unitário R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) e valor total R\$ 900,00 (novecentos reais).

ITEM 147: Valor unitário R\$ 28,50 (vinte e oito reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais).

ITEM 153: Valor unitário R\$ 29,00 (vinte e nove reais) e valor total R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

ITEM 154: Valor unitário R\$ 29,00 (vinte e nove reais) e valor total R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

ITEM 161: Valor unitário R\$ 1,00 (hum real) e valor total R\$ 600,00 (seiscentos reais).

ITEM 162: Valor unitário R\$ 1,40 (hum real e quarenta centavos) e valor total R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais).

ITEM 165: Valor unitário R\$ 4,45 (quatro reais e cinquenta e cinco centavos) e valor total R\$ 222,50 (duzentos e vinte e dois reais e cinquenta reais).

ITEM 169: Valor unitário R\$ 0,12 (doze centavos de reais) e valor total R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais).

ITEM 170: Valor unitário R\$ 0,12 (doze centavos de reais) e valor total R\$ 1.440,00 (hum mil quatrocentos e quarenta reais).

ITEM 180: Valor unitário R\$ 9,00 (nove reais) e valor total R\$ 1.080,00 (hum mil e oitenta reais).

Empresa: TIGRES.A. TUBOSECONEXÕES – CNPJ: 84.684.455/0069-51

ITEM 04: Valor unitário R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) e valor total R\$ 22.080,00 (vinte e dois mil e oitenta reais).

ITEM 05: Valor unitário R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais) e valor total R\$ 19.440,00 (dezenove mil quatrocentos e quarenta reais).

ITEM 06: Valor unitário R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) e valor total R\$ 32.640,00 (trinta e dois mil seiscentos e quarenta reais).

ITEM 07: Valor unitário R\$ 89,00 (oitenta e nove reais) e valor total R\$ 42.720,00 (quarenta e dois mil setecentos e vinte reais).

ITEM 08: Valor unitário R\$ 49,00 (quarenta e nove reais) e valor total R\$ 5.880,00 (cinco mil oitocentos e oitenta reais).

ITEM 09: Valor unitário R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) e valor total R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais).

ITEM 10: Valor unitário R\$ 23,07 (vinte e três reais e sete centavos) e valor total R\$ 13.842,00 (treze mil oitocentos e quarenta e dois reais).

ITEM 12: Valor unitário R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos) e valor total R\$ 11.840,00 (onze mil oitocentos e quarenta reais).

ITEM 13: Valor unitário R\$ 13,39 (treze reais e trinta e nove centavos) e valor total R\$ 48.204,00 (quarenta e oito mil duzentos e quatro reais).

ITEM 20: Valor unitário R\$ 1,80 (hum real e oitenta centavos) e valor total R\$ 10.800,00 (dez mil oitocentos reais).

ITEM 21: Valor unitário R\$ 1,26 (hum real e vinte e seis centavos) e valor total R\$ 1.890,00 (hum mil oitocentos e noventa reais).

ITEM 22: Valor unitário R\$ 1,20 (hum real e vinte centavos) e valor total R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

ITEM 25: Valor unitário R\$ 1,19 (hum real e dezenove centavos) e valor total R\$ 1.071,00 (hum mil e setenta e um reais).

ITEM 26: Valor unitário R\$ 1,90 (hum real e noventa centavos) e valor total R\$ 912,00 (novecentos e doze reais).

ITEM 28: Valor unitário R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos) e valor total R\$ 996,00 (novecentos e noventa e seis reais).

ITEM 90: Valor unitário R\$ 23,65 (vinte e três reais e sessenta e cinco centavos) e valor total R\$ 1.182,50 (hum mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

ITEM 91: Valor unitário R\$ 20,69 (vinte reais e sessenta e nove centavos) e valor total R\$ 1.034,50 (hum mil e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

ITEM 131: Valor unitário R\$ 59,00 (cinquenta e nove reais) e valor total R\$ 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais).

ITEM 156: Valor unitário R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

ITEM 157: Valor unitário R\$ 9,89 (nove reais e oitenta e nove centavos) e valor total R\$ 1.483,50 (hum mil quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

ITEM 181: Valor unitário R\$ 1,81 (hum real e oitenta e um centavos) e valor total R\$ 2.715,00 (dois mil setecentos e quinze reais).

Empresa: PESCARA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE SANEAMENTO LTDA EPP – CNPJ: 07.769.5870001-47.

ITEM 14: Valor unitário R\$ 0,22 (vinte e dois centavos de reais) e valor total R\$ 198,00 (cento e noventa e oito reais).

ITEM 15: Valor unitário R\$ 0,23 (vinte e três centavos de reais) e valor total R\$ 276,00 (duzentos e setenta e seis reais).

ITEM 18: Valor unitário R\$ 1,57 (hum real e cinquenta e sete centavos) e valor total R\$ 94,20 (noventa e quatro reais e vinte centavos).

ITEM 23: Valor unitário R\$ 0,52 (cinquenta e dois centavos de reais) e valor total R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais).

ITEM 60: Valor unitário R\$ 6,85 (seis reais e oitenta e cinco centavos) e valor total R\$ 685,00 (seiscentos e oitenta e cinco reais).

ITEM 92: Valor unitário R\$ 39,40 (trinta e nove reais e quarenta centavos) e valor total R\$ 197,00 (cento e noventa e sete reais).

ITEM 93: Valor unitário R\$ 27,90 (vinte e sete reais e noventa centavos) e valor total R\$ 139,50 (cento e trinta e nove reais e cinquenta centavos).

ITEM 99: Valor unitário R\$ 0,24 (vinte e quatro centavos de reais)

e valor total R\$ 3.120,00 (três mil cento e vinte reais).

ITEM 102: Valor unitário R\$ 0,39 (trinta e nove centavos de reais) e valor total R\$ 585,00 (quinhentos e oitenta e cinco reais).

ITEM 108: Valor unitário R\$ 0,74 (setenta e quatro centavos de reais) e valor total R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais)

ITEM 115: Valor unitário R\$ 1,90 (um real e noventa centavos) e valor total R\$ 57,00 (cinquenta e sete reais).

ITEM 129: Valor unitário R\$ 119,00 (cento e dezenove reais) e valor total R\$ 5.950,00 (cinco mil novecentos e cinquenta reais).

ITEM 135: Valor unitário R\$ 17,00 (dezesete reais) e valor total R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

ITEM 137: Valor unitário R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) e valor total R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

ITEM 141: Valor unitário R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos) e valor total R\$ 15.480,00 (quinze mil quatrocentos e oitenta reais).

ITEM 143: Valor unitário R\$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos) e valor total R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais).

ITEM 144: Valor unitário R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) e valor total R\$ 600,00 (seiscentos reais).

ITEM 146: Valor unitário R\$ 12,80 (doze reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 1.280,00 (hum mil duzentos e oitenta reais).

ITEM 148: Valor unitário R\$ 7,15 (sete reais e quinze centavos) e valor total R\$ 715,00 (setecentos e quinze reais)

ITEM 149: Valor unitário R\$ 6,20 (seis reais e vinte centavos) e valor total R\$ 310,00 (trezentos e dez reais)

ITEM 150: Valor unitário R\$ 6,20 (seis reais e vinte centavos) e valor total R\$ 310,00 (trezentos e dez reais)

ITEM 151: Valor unitário R\$ 14,10 (quatorze reais e dez centavos) e valor total R\$ 705,00 (setecentos e cinco reais)

ITEM 152: Valor unitário R\$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos) e valor total R\$ 749,00 (setecentos e quarenta e nove reais)

ITEM 158: Valor unitário R\$ 33,60 (trinta e três reais e sessenta centavos) e valor total R\$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais)

ITEM 159: Valor unitário R\$ 18,70 (dezoito reais e setenta centavos) e valor total R\$ 374,00 (trezentos e setenta e quatro reais).

ITEM 160: Valor unitário R\$ 0,60 (sessenta centavos de reais) e valor total R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais)

ITEM 163: Valor unitário R\$ 2,34 (dois reais e trinta e quatro centavos) e valor total R\$ 234,00 (duzentos e trinta e quatro reais)

ITEM 164: Valor unitário R\$ 2,42 (dois reais e quarenta e dois centavos) e valor total R\$ 242,00 (duzentos e quarenta e dois reais)

ITEM 166: Valor unitário R\$ 6,30 (seis reais e trinta centavos) e valor total R\$ 126,00 (cento e vinte e seis reais)

ITEM 167: Valor unitário R\$ 8,60 (oito reais e sessenta centavos) e valor total R\$ 172,00 (cento e setenta e dois reais).

ITEM 182: Valor unitário R\$ 28,90 (vinte e oito reais e noventa centavos) e valor total R\$ 289,00 (duzentos e oitenta e nove reais).

Empresa: SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA. – CNPJ: 80.706.492/0001-74.

ITEM 19: Valor unitário R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) e valor total R\$ 308,00 (trezentos e oito reais).

ITEM 32: Valor unitário R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos) e valor total R\$ 72,00 (setenta e dois reais).

ITEM 56: Valor unitário R\$ 21,33 (vinte e um reais e trinta e três centavos) e valor total R\$ 426,60 (quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta centavos).

ITEM 63: Valor unitário R\$ 16,25 (dezesesseis reais e vinte e cinco centavos) e valor total R\$ 1.625,00 (hum mil, seiscentos e vinte e cinco reais).

ITEM 64: Valor unitário R\$ 23,28 (vinte e três reais e vinte e oito centavos) e valor total R\$ 1.396,80 (hum mil, trezentos e noventa e seis reais e oitenta centavos).

ITEM 65: Valor unitário R\$ 32,45 (trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos) e valor total R\$ 973,50 (novecentos e setenta e três reais e cinquenta centavos).

ITEM 66: Valor unitário R\$ 60,00 (sessenta reais) e valor total R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

ITEM 67: Valor unitário R\$ 63,10 (sessenta e três reais e dez centavos) e valor total R\$ 378,60 (trezentos e setenta e oito reais e sessenta centavos).

ITEM 68: Valor unitário R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais) e valor total R\$ 264,00 (duzentos e sessenta e quatro reais).

ITEM 69: Valor unitário R\$ 109,00 (cento e nove reais) e valor total R\$ 654,00 (seiscentos e cinquenta e quatro reais).

ITEM 70: Valor unitário R\$ 12,00 (doze reais) e valor total R\$ 1.800,00 (hum mil oitocentos reais).

ITEM 71: Valor unitário R\$ 8,00 (oito reais) e valor total R\$ 2.400,00 (dois mil quatrocentos reais).

ITEM 72: Valor unitário R\$ 14,50 (quatorze reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 1.450,00 (hum mil, quatrocentos e cinquenta reais).

ITEM 73: Valor unitário R\$ 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 672,00 (seiscentos e setenta e dois reais).

ITEM 74: Valor unitário R\$ 23,80 (vinte e três reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 1.190,00 (hum mil, cento e noventa reais).

ITEM 75: Valor unitário R\$ 29,00 (vinte e nove reais) e valor total R\$ 348,00 (trezentos e quarenta e oito reais).

ITEM 76: Valor unitário R\$ 86,00 (oitenta e seis reais) e valor total R\$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais).

ITEM 77: Valor unitário R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) e valor total R\$ 1.680,00 (hum mil, seiscentos e oitenta reais).

ITEM 81: Valor unitário R\$ 0,30 (trinta centavos de reais) e valor total R\$ 30,00 (trinta reais).

ITEM 101: Valor unitário R\$ 0,59 (cinquenta e nove centavos de reais) e valor total R\$ 708,00 (setecentos e oito reais).

ITEM 113: Valor unitário R\$ 0,24 (vinte e quatro centavos de reais) e valor total R\$ 24,00 (vinte e quatro reais).

ITEM 114: Valor unitário R\$ 130,00 (cento e trinta reais) e valor total R\$ 1.950,00 (hum mil novecentos e cinquenta reais).

ITEM 120: Valor unitário R\$ 31,00 (trinta e um reais) e valor total R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).

ITEM 138: Valor unitário R\$ 2,66 (dois reais e sessenta e seis centavos) e valor total R\$ 106,40 (cento e seis reais e quarenta centavos).

ITEM 139: Valor unitário R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos) e valor total R\$ 157,50 (cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).

ITEM 155: Valor unitário R\$ 16,30 (dezesesseis reais e trinta centavos) e valor total R\$ 815,00 (oitocentos e quinze reais).

ITEM 168: Valor unitário R\$ 0,79 (setenta e nove centavos de reais) e valor total R\$ 158,00 (cento e cinquenta e oito reais).

ITEM 171: Valor unitário R\$ 126,00 (cento e vinte e seis reais) e valor total R\$ 1.512,00 (hum mil, quinhentos e doze reais).

ITEM 172: Valor unitário R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais) e valor total R\$ 1.475,00 (hum mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).

ITEM 173: Valor unitário R\$ 80,00 (oitenta reais) e valor total R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

ITEM 174: Valor unitário R\$ 136,00 (cento e trinta e seis reais) e valor total R\$ 1.632,00 (hum mil, seiscentos e trinta e dois reais).

ITEM 175: Valor unitário R\$ 187,00 (cento e oitenta e sete reais) e valor total R\$ 2.244,00 (dois mil, duzentos e quarenta e quatro reais).

ITEM 176: Valor unitário R\$ 281,00 (duzentos e oitenta e um reais) e valor total R\$ 2.810,00 (dois mil, oitocentos e dez reais).

ITEM 177: Valor unitário R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais) e valor total R\$ 1.770,00 (hum mil, setecentos e setenta reais).

ITEM 178: Valor unitário R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais) e valor total R\$ 10.400,00 (dez mil, quatrocentos reais).

ITEM 179: Valor unitário R\$ 60,00 (sessenta reais) e valor total R\$ 3.600,00 (três mil, seiscentos reais).

Empresa: VIA D'ÁGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA. – CNPJ: 16.637.264/0001-90.

ITEM 24: Valor unitário R\$ 1,17 (hum real e dezessete centavos) e valor total R\$ 421,20 (quatrocentos e vinte e um reais e vinte

centavos).

ITEM 27: Valor unitário R\$ 3,72 (três reais e setenta e dois centavos) e valor total R\$ 892,80 (oitocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos).

ITEM 34: Valor unitário R\$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos) e valor total R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

ITEM 35: Valor unitário R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos) e valor total R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais).

ITEM 36: Valor unitário R\$ 16,98 (dezesesseis reais e noventa e oito centavos) e valor total R\$ 1.018,80 (hum mil e dezoito reais e oitenta centavos).

ITEM 40: Valor unitário R\$ 6,80 (seis reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 408,00 (quatrocentos e oito reais).

ITEM 54: Valor unitário R\$ 7,83 (sete reais e oitenta e três centavos) e valor total R\$ 234,90 (duzentos e trinta e quatro reais e noventa centavos).

ITEM 57: Valor unitário R\$ 1,35 (um real e trinta e cinco centavos) e valor total R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais).

Empresa: CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA – CNPJ: 67.731.091/0001-06.

ITEM 122: Valor unitário R\$ 52,70 (cinquenta e dois reais e setenta centavos) e valor total R\$ 316.200,00 (trezentos e dezesseis mil e duzentos reais).

ITEM 123: Valor unitário R\$ 116,00 (cento e dezesseis reais) e valor total R\$ 90.480,00 (noventa mil quatrocentos e oitenta reais).

ITEM 124: Valor unitário R\$ 31,00 (trinta e um reais) e valor total R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais).

ITEM 125: Valor unitário R\$ 15,50 (quinze reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais).

ITEM 126: Valor unitário R\$ 81,00 (oitenta e um reais) e valor total R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais).

BASE LEGAL: De acordo com o Pregão Presencial 2252/2015, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 15 de Setembro de 2015.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 139/2015 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 139/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde de pessoa da Família ao Servidor Municipal Sr. JULIO ANTONIO SANDMANN, inscrito na matrícula sob nº 600-9, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, conforme Atestado Médico, no período de 21 de setembro de 2015 a 25 de setembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 21/09/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 08 de outubro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

829.10.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAÚDE ELI AP. B. ALTHOFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 829/15 de 14.10.15

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 22 de outubro de 2015, a funcionária Eli Aparecida Borba Althoff, Ocupante do cargo de Chefe de Serviço - Padrão I – Nível 30, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
14 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

830.10.15 - P. DES. PROF. ALESSANDRA S. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 830/15 de 14.10.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Alessandra dos Santos Moretti, para atuar como Professora Ensino Fundamental 20 horas semanais no Núcleo Municipal São José, período de 14 de outubro com término no dia 18 de dezembro de 2015, em virtude de sua classificação em 1º lugar no Processo Seletivo 04/2015 para Contratação de Professor ACT – Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
14 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

831.10.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JULIANO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 831/15 de 14.10.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 13 de outubro de 2015, ao funcionário Juliano da Cruz, ocupante do cargo de Professor de Educação Física - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
14 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

832.10.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CHIRLEI A. R. RODRIGUES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 832/15 de 14.10.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 13 de outubro de 2015, a funcionária Chirlei Aparecida Ruzza Rodrigues, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
14 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 48/2015 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 58/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 48/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 27.10.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para aquisição de óleo lubrificante, graxa e fluído de freio para manutenção da frota de caminhões, veículos de pequeno porte, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br. Braço do Trombudo, em 15 de outubro de 2015. Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2480/2015

PORTARIA Nº 2480/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. MARISTELA KUNESCKI, matrícula nº 4880-01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 05/10/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 20/10/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2438/2015

PORTARIA Nº 2438/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. ROSANGELA ALVES PAGANELLI FISCHER, matrícula nº 727849-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 29/09/2015 de 90 (noventa) dias, sendo seu afastamento no dia 14/10/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de setembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2240/2015

PORTARIA Nº 2240/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. LARISSA DALCASTAGNE MARCHIORI, matrícula nº 679224-03, nomeada por Concurso Público para o provimento do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 13 dias, no período compreendido entre 01/09/2015 à 13/09/2015.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne ao vencimento do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2108/2015

PORTARIA Nº 2108/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. CLEMILDA DA CRUX FELIX, matrícula nº 1072943-01, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 13/08/2015 de 02 (dois) dias, do dia 19/08/2015 de 02 (dois) dias, do dia 21/08/2015 de 01 (hum) dia, do dia 23/08/2015 de 10 (dez) dias, do dia 24/08/2015 de 02 (dois) dias e do dia 02/09/2015 de 05 (cinco) dias, sendo seu afastamento no dia 02/09/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2189/2015

PORTARIA Nº 2189/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. KATIA SIMONE GESSER ESTEVÃO, matrícula nº 838977-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 26/08/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2230/2015

PORTARIA Nº 2230/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. ANA D ARC PEREIRA CARDOSO, matrícula nº 680192-04, exercendo as funções de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 31/08/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 15/09/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2422/2015

PORTARIA Nº 2422/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença

– concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. ZENO PETERMANN, matrícula nº 10139834-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 25/09/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 10/10/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de setembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2486/2015

PORTARIA Nº 2486/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. ROSEMERI CAMARGO DIAS, matrícula nº 722154-03, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 06/10/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2031/2015

PORTARIA Nº 2031/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Servente Serviços Gerais a Sra. CLAUDETE DA APARECIDA DE ARRUDA, matrícula nº 949302-01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/08/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6107911832.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/08/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2413/2015

PORTARIA Nº 2413/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Professor a Sra. FABIANA NICOLETTI SOARES, matrícula nº 681210-04, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 24/09/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6112004864.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de setembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2456/2015

PORTARIA Nº 2456/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Professor a Sra. HELYN CRISTINE DE SOUZA, matrícula nº 1003054-0, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/10/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6114274320.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2425/2015

PORTARIA Nº 2425/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. NEUCI DE OLIVEIRA, matrícula nº 720089-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 28/09/2015.

Parágrafo Único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de setembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2466/2015

PORTARIA Nº 2466/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. MARLENE GULLINI, matrícula nº 8028-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 02/10/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 17/10/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2477/2015

PORTARIA Nº 2477/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. ROSA INES DO NASCIMENTO SALSÍ REZINI, matrícula nº 721131-03, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 04/10/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04/10/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2485/2015

PORTARIA Nº 2485/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. LEONICE DE OLIVEIRA BRAZ, matrícula nº 732524-00, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 06/10/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2508/2015

PORTARIA Nº 2508/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. DANIELI VOGEL, matrícula nº 700100-02, exercendo as funções de Coordenador Pedagógico, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 08/10/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2532/2015

1 PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

1 Portaria nº 2532/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13.

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar em parte a Portaria nº 2505/2015, publicada no DOM/SC em 09/10/2015, que concedeu benefício de Aposentadoria por Invalidez a JOEL VINOTTI.

ONDE SE LÊ: "... com efeitos a partir de 03/09/2015... .."

LEIA-SE: " com efeitos a partir de 04/09/2015"

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de outubro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

DECRETO Nº. 7.677, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº. 7.677, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.831 de 17.12.14, a Lei nº 3.772 de 24.10.14, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 362.000,00 (Trezentos e sessenta e dois mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0451.0310.1001 Obras de Infra Estrutura Urbana Projeto Tapete Preto
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 307.000,00
0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0451.0310.1001 Obras de Infra Estrutura Urbana Projeto Tapete Preto
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 307.000,00
0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 13/10/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de outubro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe Gabinete do Prefeito

EDITAL Nº 01/2015 COMUSA - ERRATA BRUSQUE, 13 DE OUTUBRO DE 2015.

ERRATA 001/2015 DO EDITAL Nº 01/2015
CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE-COMUSA PARA O BIÊNIO 2015/2017.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRUSQUE – COMUSA, no uso de suas atribuições, e considerando a Lei Municipal nº 2.870, de 19 de setembro de 2005, alterada pela Lei Municipal nº 2.898 de 21 de dezembro de 2005, e de acordo com a Resolução nº 453 de 10 de maio de 2012, CONVOCA a eleição para a escolha das entidades e movimentos sociais das usuárias e usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, dos profissionais de saúde nível superior e médio, dos prestadores de serviços de saúde e das entidades com atividades na área de saúde. Para, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, reunirem-se para eleger o(a)s integrantes Titulares e Suplentes conforme local data e horário a seguir: Auditório da Secretaria de Saúde do Município de Brusque, situado no 3º andar do Centro de Serviços de Saúde, sito à Praça da Cidadania, Centro de Brusque/SC, na data de 28 de outubro de 2015, às 18h00min. As entidades deverão realizar suas inscrições indicando um delegado e quantos candidatos desejar. No dia da eleição somente o delegado terá direito a voto.

As vagas estão assim distribuídas:

REPRESENTANTES	DOS	USUÁRIOS
Organização		Vagas
Conselhos e/ou movimentos e/ ou entidades comunitárias organizadas do Município		03
Entidades que congregam associações de moradores		01
Entidades de representações de deficiência ou patologias crônicas		02
Entidades comunitárias religiosas		02
Associações ou entidades de aposentados e pensionistas		01
Entidades sindicais de representação de trabalhadores		01

REPRESENTANTES	DOS	PROFISSIONAIS	DE	SAÚDE
Organização				Vagas
Entidades de Profissionais de saúde de nível superior				04
Entidades de Profissionais de saúde de nível médio				01

REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Organização	Vagas
Entidades filantrópicas prestadoras de serviço de saúde	01
Entidades privadas prestadoras de serviço de saúde	01

NOTAS:

1. Cada Entidade poderá indicar apenas um delegado e quantos candidatos desejar.

2. Será considerado delegado (a) a pessoa indicada pelo representante legal de cada Entidade, mediante a apresentação de ofício indicação assinado pelo representante legal, emitido em papel timbrado e /ou com carimbo da entidade, contendo: endereço, telefone, RG do delegado, cópia da ata de eleição da atual diretoria e cópia do CNPJ. Esses dados deverão ser apresentados no ato da inscrição.

3. Serão consideradas candidatas as pessoas indicadas pelo representante legal de cada Entidade, mediante a apresentação de ofício indicação assinado pelo representante legal, emitido em papel timbrado e /ou com carimbo da entidade, contendo: endereço, telefone, RG do delegado, cópia da ata de eleição da atual diretoria e cópia do CNPJ. Esses dados deverão ser apresentados no ato da inscrição.

4. Ficam impedidos de comporem o COMUSA na condição de representantes dos usuários e trabalhadores de saúde, os ocupantes de cargos de confiança, de chefia e ainda funcionários públicos, conforme estabelece o §8º do art. 5º da Lei Municipal nº 2.870/2005, de 19 de setembro de 2005 e o §8º do art. 6º do Regimento Interno do COMUSA.

5. Ficam impedidos de representarem os profissionais de saúde, os profissionais prestadores de serviços do SUS.

6. As entidades e representantes da categoria, delegado e candidatos a comporem o COMUSA, procederão ao registro apresentando a documentação na Secretaria dos Conselhos, 2º andar da Prefeitura Municipal de Brusque, sito à praça das Bandeiras, 77, Centro de Brusque/SC, aos cuidados da secretaria-executiva Fabiana dos Santos. A documentação poderá ser entregue a partir do ato de convocação até dois dias antes da Plenária do V Fórum Brusquense das Entidades de Saúde (Assembleia das Entidades em Saúde).

7. Toda documentação será avaliada pela Comissão Organizadora, nomeada pela Resolução 005 de 19 de agosto de 2015, não cabendo assim à secretaria-executiva, fazer tal avaliação ou conferência dos documentos apresentados.

8. Das inscrições indeferidas, cabe novo requerimento à Comissão Organizadora, sendo este apresentado até três horas que antecedem o início da Assembleia do V Fórum Brusquense das Entidades de Saúde (Assembleia das Entidades em Saúde).

9. A Comissão Organizadora do COMUSA dará suporte à organização do V Fórum Brusquense das Entidades em Saúde (Assembleia das Entidades em Saúde), que será realizado no Auditório da Secretaria de Saúde do Município de Brusque, situado no 3º andar do Centro de Serviços de Saúde, sito à Praça da Cidadania, Centro de Brusque/SC, na data de 28 de outubro de 2015, às 18h00min

10. Informações adicionais podem ser obtidas, com Lucimara Pavesi, pelo telefone 47 9921-8229 ou lucimara@guabiruba.sc.gov.br.

Lucimara Zaluski Galinski Pavesi.

Presidente do Conselho Municipal de Saúde
COMUSA 2013/2015.

EDITAL Nº 01/2015 COMUSA - INSCRIÇÃO CORRIGIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

SECRETARIA DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – COMUSA

Instituído pela Lei Municipal nº 2.870/2005, de 19 de setembro de 2005.

Eleição COMUSA Biênio 2015-2017

V FÓRUM BRUSQUENSE DAS ENTIDADES EM SAÚDE

FICHA DE INSCRIÇÃO

Entidade:

.....

Endereço:

..... nº Bairro:

Fone: (....) e-mail:

.....

Delegado/ Candidato:

.....

Endereço: nº

..... Bairro:

Fone: (....) e-mail:

.....

Candidato:

.....

Endereço: nº

..... Bairro:

Fone: (....) e-mail:

.....

Candidato:

.....

Endereço: nº

..... Bairro:

Fone: (....) e-mail:

.....

Candidato:

.....

Endereço: nº

..... Bairro:

Fone: (....) e-mail:

.....

SEGMENTO REPRESENTADO

<input type="checkbox"/> Entidades Usuários	<input type="checkbox"/> Prestadores de Serviço (Filantrópicas/Privadas)
---	--

Documentação

- ☐ Ofício de Indicação pela Entidade timbrado/carimbado;
- ☐ Cópia da ata de eleição da atual Diretoria;
- ☐ Cópia Cartão do CNPJ da Entidade;
- ☐ Cópia da Cédula de Identidade do membro representante;

☐ Entidades de Profissionais de Saúde

Documentação:

- ☐ Ofício de Indicação pela Entidade timbrado/carimbado;
- ☐ Cópia da ata de eleição da atual Diretoria;
- ☐ Cópia Cartão do CNPJ da Entidade;
- ☐ Cópia da Cédula de Identidade do membro representante;

Informações: Lucimara Pavesi 47 9921-8229 ou lucimara@guabiruba.sc.gov.br

PORTARIA Nº 2190/2015

PORTARIA Nº 2190/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. KATIA SIMONE GESSER ESTEVÃO, matrícula nº 838977-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 23/12/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2030/2015

PORTARIA Nº 2030/2015

Considerando que o servidor solicitou em 01/07/2015 documentação para afastamento previdenciário - modalidade de acidente de trabalho;

Considerando que o servidor retirou a documentação para a afastamento previdenciário na modalidade de acidente de trabalho, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, na data de 08/07/2015;

Considerando que a da C.A.T. emitida em 03/07/2015 foi cancelada;

Considerando que o servidor não requereu o benefício previdenciário modalidade de acidente de trabalho junto ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social;

Considerando que o servidor retornou às atividades laborais na data de 03/08/2015;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente de Serviços Especiais o Sr. ANISIO MIQUELE, matrícula nº 10056963-0, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 03/08/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2239/2015

PORTARIA Nº 2239/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Servente Serviços Gerais a Sra. VERENICE DE FATIMA FERREIRA, matrícula nº 1078771-01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/09/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6113306031.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 10.330, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 10.330, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Substitui membro representante de Entidade Governamental no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, nomeado por meio da Portaria n.º 8.977/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro titular do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, conforme segue:

Representante da Secretaria de Educação

Titular: Mara Cristina Huppés

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1951/2015

PORTARIA Nº 1951/2015

Considerando o relatório emitido pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência em 16/06/2015;

Considerando o requerimento emitido pela servidora em 13/07/2015;

Considerando a perícia médica realizada em 15/07/2015;

Considerando o parecer jurídico emitido pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência em 20/07/2015;

Considerando o recesso escolar da Secretaria Municipal de Educação de 20/07/2015 à 24/07/2015;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. GRAZIELA MAFFEZZOLLI, matrícula nº 508667-06, lotada na Secretaria Municipal de Educação, retornando às atividades laborais a partir de 20/07/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da denegação do benefício previdenciário na modalidade de auxílio-doença pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro nos arts. 39 e 40 da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a contar de 20/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2428/2015

PORTARIA Nº 2428/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. BERENICE BEATRIZ LIMA NATIVIDADE, matrícula nº 3948-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 28/09/2015 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 13/10/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de setembro de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2457/2015

PORTARIA Nº 2457/2015

Considerando a concessão de benefício previdenciário, a contar contar de 02/08/2015, nos termos do processo nº 282/2015, emitido em 01/10/2015, pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Anular a Portaria nº 2027/2015 e todos os efeitos dela decorrentes, que retornou ao cargo de provimento efetivo e reiniciou a contagem Estágio Probatório, o servidor Sr. FÁBIO MARTINS VIDAL, matrícula nº 104057-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir do dia 02/08/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de outubro de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2458/2015

PORTARIA Nº 2458/2015

Considerando a concessão de benefício previdenciário, a contar contar de 02/08/2015, nos termos do processo nº 282/2015, emitido em 01/10/2015, pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Anular a Portaria nº 2228/2015 e todos os efeitos dela decorrentes, que prorrogou o afastamento de licença - Acidente de Trabalho - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV e suspendeu o Estágio Probatório, servidor Sr. FÁBIO MARTINS VIDAL, matrícula nº 1034057-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir do dia 29/08/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de outubro de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2476/2015

PORTARIA Nº 2476/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. EDILA MARISTANE SANTOS PEDEBOS, matrícula nº 723770-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 05/10/2015.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de outubro de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2481/2015

PORTARIA Nº 2481/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. LUCIA MARTINS DE SOUZA, matrícula nº 779989-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 05/10/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 20/10/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de outubro de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2591/2015

PORTARIA Nº 2591/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º -Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. LUCIA MARTINS DE SOUZA, matrícula nº 779989-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada no Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 05/10/2015 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 20/10/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26,§ 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de outubro de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36- 2015 – PR – 24-2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36- 2015 – PR – 24-2015 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ENXOVAL DE BEBÊ PARA COMPOR KITS MATERNIDADE DO PROGRAMA REDE CEGONHA DO GRUPO DE GESTANTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 03/11/2015 às 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 03/11/2015 às 16h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 13 de outubro de 2015.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS

Secretaria de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 267, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 267, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede o PRÊMIO "EDUCADOR NOTA 10".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 13 de outubro de 2015, aprovou e ele promulga o seguinte,

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica concedido o Prêmio "EDUCADOR NOTA 10" aos Educadores Alexandra Balbinot, Andreia Paraná de Oliveira, Angela Santin Cavichioli Machado, Cláudia Aparecida de Souza, Claudia Maria Pierdoná Kinal, Cristiane Iracema Lima, Denise Lurdes da Luz, Dirceu Ribeiro Mello, Édina Cristina Bragagnolo, Édina Maria Tortelli, Edina Mezomo Bartholet, Eunice Alves de Oliveira, Eva Katlin Zarur, Gisele Cristiane Galvão Pereira, Gisele Rossi Canali Beher, Ivanice Niendicher, Jackson Fernando Ferreira de Araújo, Jeane Aparecida Coldebella Cordeiro, Joyceli Maria Paloschi, Jucélia Aparecida Ferreira de Lima Palmeira, Juciana Maria Gavazzo, Karim Cristianne Costa Cardonetti, Keller Castilho Passos Angeli, Lindamir Costa Moreira, Luciane Aparecida da Silva dos Santos, Mainara Piacentini, Márcia Angelina Rotta, Marcia Urupuckua Rumpel, Márcio Roberto Goes, Maria Célia Badlhuk, Maria Lucia Cachinski Padilha, Marlene Baziuk, Monalisa Aparecida Kades, Nelci Monteiro da Silva França, Regis Fabiano de Oliveira, Rosangela do Rocio Martins Ferlin, Sandra Regina Lopes, Silvana Aparecida Gomes Reigert, Silvia Giana Rodrigues, Silvia Giana Rodrigues, Sonia Andréa Rambo, Sônia Mara Weber, Tathiana dos Santos e Terezinha Andrighetti Nava, que se destacaram em sua profissão, engrandecendo o processo educacional em sua unidade escolar das redes do Ensino Especial, Infantil, Fundamental e Médio no âmbito do Município de Caçador.

Parágrafo único. A entrega do Prêmio será feita em Sessão Solene da Câmara Municipal no dia 15 de outubro de 2015, com a presença dos homenageados e convidados especiais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2015.

Ricardo Pelegrinello,
Presidente.

Glaci Aparecida Cardoso dos Santos Pereira,
1ª Secretária.

Fernando Scolaro,
Vice-Presidente.

Adilberto Santos de Oliveira,
2º Secretário.

Camboriú

PREFEITURA

PR 020/2015 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2015-FME- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO PARA ATENDER OS ATOS INAUGURAIS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 28 (Vinte e Oito) de Outubro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 14 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

ATENDER AS ATIVIDADES REALIZADAS PARA OS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE NO CENTRO MÚLTIPLO USO ALICE TESTONI GOMES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Outubro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 14 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 78/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 078/2015-PMC- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA DAS PAREDES INTERNAS, DO MURO E PARTE INTERNA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO PÚBLICO DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 03 (Três) de Novembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 14 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 19/15 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2015-FME- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA OS ITENS 03 AO 08.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESOBSTRUÇÃO E ESGOTAMENTO DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXAS DE GORDURA E CAIXAS DE PASSAGEM E LIMPEZA E DESINFECÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA (CISTERNAS E CAIXAS D' ÁGUA) DAS UNIDADES ESCOLARES E SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 28 (Vinte e Oito) de Outubro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 14 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESULTADO PR 18/15 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2015-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"DESERTA COM REPETIÇÃO DO FEITO"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 14 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

PR 29/15 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2015-FMAS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA PARA SERVIÇO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 4 HORAS E VASTO REPERTÓRIO DE MÚSICAS PARA

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA CONCORRÊNCIA 69/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 69/2015)

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lilian Terezinha Bartsch, Irineu Woitskovski Junior e Maria Cristina Marciniak Munhoz, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.805 de 02 de fevereiro de 2015) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 69/2015, modalidade Concorrência, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a Concessão de uso de espaço público à particular no TERMINAL RODOVIÁRIO "EDUARDO DUVOISIN", situado a Rua Ernesto Afonso Scheide, nº 83, Centro, no Município de Campo Alegre/SC, unicamente para a exploração comercial de serviço de LANCHONETE. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) do único proponente Pessoa Física: Paulo Cesar de Oliveira CPF: 720.202.459-49. O julgamento e a classificação da proposta é através do critério de MAIOR VALOR MENSAL DA TAXA DE OCUPAÇÃO, que não poderá ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais). Procedeu-se na abertura do Envelope contendo a documentação, sendo que o único proponente apresentou todos os documentos conforme exigido no edital sendo considerado HABILITADO. Prosseguiu-se a abertura do envelope da Proposta, sendo que a proponente ofertou o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para pagamento mensal da TAXA DE OCUPAÇÃO. A comissão declarou então o licitante Paulo Cesar de Oliveira CPF: 720.202.459-49, devidamente habilitado e vencedor do certame. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 9.352 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.352 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.490,44 (dois mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos), no seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
28.841.0005.6.015 -	Amortização Para Cobrir Déficit Atuarial do RPPS	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
320000.00.896 -	Transferências Correntes	
329000.00.896 -	Diversas Transferências Correntes	
329021.00.896 -	Juros Sobre a Dívida Por Contrato	R\$ 2.490,44

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial de Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
28.841.0005.6.015 -	Amortização Para Cobrir Déficit Atuarial do RPPS	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
460000.00.896 -	Amortização da Dívida	
469000.00.896 -	Aplicações Diretas	
469071.00.896 -	Principal da Dívida Contratual Resgatado	R\$ 2.490,44

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 14 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 133/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 133/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 133/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 13 de Outubro de 2015, no valor de R\$ 60.011,05 (sessenta mil, cinco reais, cinco centavos).

Campo Alegre/SC., 14 de Outubro de 2015.
JOSE LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/10/2015.

EDITAL Nº 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAMPO ALEGRE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 002/2015

ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DE REMATRÍCULAS E MATRÍCULAS PARA O ANO LETIVO DE 2016, NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS, QUE OFERECEM A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Secretária Municipal de Educação, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, pelas competências que lhes são conferidas, considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para a realização do processo de matrículas e matrículas para o ano letivo de 2016 nas Instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, torna público, para conhecimento dos interessados, que as matrículas e matrículas estão abertas conforme instrução e cronograma estabelecido neste Edital.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art.1º - Fica regulamentado no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, para as Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino, o processo para matrículas e matrículas para o ano letivo de 2016, conforme estabelecem as Leis Municipais nº 4.312, de 17 de Junho de 2015, e nº 3.825, de 04 de Abril de 2012, a Resolução do Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre/SC. nº 01, de 12 de Dezembro de 2012, Lei Federal 12.796, de 04 de Abril de 2013 e por meio deste Edital.

DA APRESENTAÇÃO

Art.2º - A Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina, como parte integrante das atividades programadas, estabelece por meio do presente Edital, as diretrizes para a execução das matrículas e matrículas para o ano letivo de 2016.

Parágrafo único – Com o processo de rematrícula e matrícula para o ano letivo de 2016, espera-se:

I – Garantir as matrículas e matrículas dos alunos em idade escolar obrigatória nas Instituições Educacionais que oferecem o Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) regular, oportunizando o acesso à escola para todas as crianças e adolescentes do município, a iniciar para o primeiro ano do Ensino Fundamental, na faixa etária a partir de 06 (seis) anos de idade ou a completar até 31 de Março de 2016, conforme prevê a Lei Federal nº 9.394/96 – LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e sua alteração pela Lei Federal 11.274, de 06 de Fevereiro de 2006 e Resolução nº 01/2012 do CMECA (Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, que define as regras para o ingresso de estudantes do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;

II – Garantir as matrículas e matrículas nas Instituições Educacionais que oferecem Creches para crianças em período integral, a partir dos 04 (quatro) meses até 03 (três) anos de idade;

III – Garantir as matrículas e matrículas nas Instituições Educacionais que oferecem o Pré-escolar I, em período parcial de 04 (quatro) horas, para crianças a partir de 04 (quatro) anos de idade ou a completar até 31 de março de 2016,

IV – Garantir as matrículas e matrículas nas Instituições Educacionais que oferecem o Pré-escolar II, em período parcial de 04 (quatro) horas, para crianças a partir de 05 (cinco) anos de idade ou a completar até 31 de Março de 2016, conforme Resolução nº 05/2009 do CNE (Conselho Nacional de Educação); e Lei Federal nº 12.796/2013;

V – Efetivar preferencialmente a matrícula do aluno que comprove residência próxima a Instituição Educacional.

DOS OBJETIVOS

Art.3º - Os processos de matrículas e matrículas terão por objetivos:

I – Geral: Assegurar a matrícula e matrícula no Ensino Fundamental a toda criança em idade escolar obrigatória, inclusive para as que não tiveram acesso na idade própria.

II – Específicos:

a) Divulgar este Edital na comunidade escolar, a fim de garantir a matrícula e matrícula, conforme o cronograma estabelecido, incluindo o público alvo da Educação Infantil e Ensino Fundamental;

b) Assegurar a matrícula ou matrícula à toda criança na faixa etária de 06 (seis) anos completos no início do ano letivo ou a completar até 31 de Março de 2016, para o ingresso no Ensino Fundamental de 09 (nove) anos;

c) Assegurar a matrícula ou a matrícula a toda criança na faixa etária de 04 (quatro) meses até 03 (três) anos em creche, e a partir de 04 (quatro) anos completos no início do ano letivo ou a completar até 31 de Março de 2016, para ingresso na pré-escola.

Parágrafo único – A criança sem escolaridade anterior a 07 (sete) anos completos deverá ser matriculada no 1º ano do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos (Art. 24, inciso II da LDBEN nº 9.394/96).

DA DOCUMENTAÇÃO

Art.4º - A documentação exigida no ato da matrícula será a seguinte:

I – EDUCAÇÃO INFANTIL (Creche):

a) cópia legível da certidão de nascimento da criança;

b) cópia da carteira de vacinação da criança;

c) comprovante de trabalho dos pais ou responsáveis;

d) cópia do comprovante de residência (fatura do mês de Setembro de 2015)

e) cópia do comprovante de guarda ou tutela, se necessário.

II – ENSINO FUNDAMENTAL E PRÉ-ESCOLA:

- a) cópia legível da certidão de nascimento da criança;
- b) cópia da carteira de vacinação (até o 5º ano (anos iniciais));
- c) cópia do comprovante de residência (fatura do mês de Setembro de 2015);
- d) cópia de comprovante de guarda ou tutela, se necessário.
- e) atestado de frequência ou histórico escolar para os casos de transferência.

Parágrafo único - A Escola deverá manter o registro da vida escolar do aluno, porém, se no ato da matrícula os pais não apresentarem a documentação exigida, terão o prazo de 30 (trinta) dias para fazê-lo, após este período a Instituição Educacional tomará providências junto ao Conselho Tutelar, para auxiliar os pais e responsáveis na regularização dos mesmos.

DO CRONOGRAMA

Art.5º - De 26 de Outubro de 2015 a 30 de Outubro de 2015, serão efetuadas as rematrículas na própria Instituição para o ano a frequentar em 2016, de acordo com o horário de expediente das Instituições Educacionais, para alunos já matriculados na Rede Municipal de Ensino na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art.6º - De 03 de Novembro de 2015 a 13 de Novembro de 2015, serão efetuadas as matrículas (2016) para alunos novos nas Instituições Educacionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.7º - A Secretaria Municipal de Educação e as Instituições Educacionais de Ensino, deverão envolver todas as entidades organizadas das comunidades para a divulgação deste Edital, com o objetivo de maior êxito na efetivação das matrículas.

Art.8º - Em caso de existência de vaga na Instituição Educacional, poderão ser matriculadas crianças fora do zoneamento residencial e escolar, observando-se suas particularidades.

Art.9º - Caberá à Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre/SC, garantir vagas independentemente de turnos a todos os alunos que se matricularem na Rede Municipal de Ensino.

Art.10 – Ficam sujeitos a estas diretrizes, todas as Instituições Educacionais de Ensino, mantidas pelo Poder Público Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.11 – Os casos não previstos neste Edital, serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre/SC., se necessário.

Art.12 – O presente Edital, passa a vigorar a partir de sua divulgação, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC., 14 de Outubro de 2015.

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

Publicado o presente Edital no seguinte endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/10/2015.

PORTARIA Nº 12.244 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.244 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Maternidade por um período de 120 (cento e vinte) dias, a Servidora Pública Municipal, CARLA ANDRÉIA VEIGA, Matrícula Funcional nº 000685, Registro no Sistema sob nº 955125, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - A licença de que trata o caput deste artigo a partir de 13 de Outubro de 2015 à 09 de Fevereiro de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 14 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO 1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 11/2015.

LOCATÁRIO: MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. LOCADOR: KATIANE JOICE PARCIANELLO LUBI, pessoa física portadora do CPF nº 981.015.289-20. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para até 31/12/2015. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, § 1º, do art. 57, da Lei 8.666/93, c/atual. Campo Erê/SC, em 14/10/2015 SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pelo Locatário Katiane Joice Parcianello Lubi pela Locador.

EXTRATO 2 ADITIVO A ATA DE RP 048/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 048/2015.
CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. DETENTORA: MARIA CRISTINA BONADIMAN RIGON & CIA LTDA – CNPJ nº 05.565.799/0001-87. OBJETO: Reequilíbrio financeiro. Óleo Diesel S10 – R\$ 2,94 e Óleo Diesel S 500 R\$ 2,84. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, “d” do art. 65 da Lei nº 8.666/93, c/atual. Campo Erê/SC, em 05/10/2015 SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pelo Contratante e Maria Rigon pela Detentora.

EXTRATO 2 ADITIVO A ATA DE RP FMS Nº 047/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS 047/2014.
CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 11.307.776/0001-75. DETENTORA: MARCIA CRISTINA BONADIMAN RIGON & CIA LTDA – CNPJ nº 05.565.799/0001-87. OBJETO: Reequilíbrio financeiro. Óleo Diesel S10 – R\$ 2,94 e Óleo Diesel S 500 R\$ 2,84. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, “d” do art. 65 da Lei nº 8.666/93, c/atual. Campo Erê/SC, em 05/10/2015 SIGNATÁRIOS: Juceli Damasio Silveira pelo Contratante e Marcia Rigon pela Detentora.

EXTRATO 2 ADITIVO ATA DE RP Nº 047/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 047/2014.
CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. DETENTORA: BAGGIO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA – CNPJ nº 05.156.931/0001-05. OBJETO: Reequilíbrio financeiro. Gasolina Comum R\$ 3,59. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, “d” do art. 65 da Lei nº 8.666/93, c/atual. Campo Erê/SC, em 08/10/2015 SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pelo Contratante e Valmor Baggio pela Detentora.

EXTRATO 2 ADITIVO ATA RP Nº 46/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 046/2014.
CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. DETENTORA: BAGGIO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA – CNPJ nº 05.156.931/0001-05. OBJETO: Reequilíbrio financeiro. Gasolina Comum R\$ 3,59. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, “d” do art. 65 da Lei nº 8.666/93, c/atual. Campo Erê/SC, em 08/10/2015 SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pelo Contratante e Valmor Baggio pela Detentora.

PREGÃO PRESENCIAL 30/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1794/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE EDITAL
O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até às 08horas do dia 03 de Novembro de 2015, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1794/2015 na modalidade de Pregão Presencial nº 30/2015 – Ata de Registro de Preços, para a Aquisição de forma parcelada, de gêneros alimentícios para o CREAS/CRAS/SCFV/CRAS, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Dpto. de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7hs às 13hs e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê, SC, 14 de Outubro de 2015.
RUDIMAR BORCIONI- Prefeito Municipal.

Campos Novos

SAMAE - CAMPOS NOVOS

EXT LEILÃO0012015

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

AVISO DE ALIENAÇÃO NA MODALIDADE DE LEILAO Nº 01/2015

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos - SC, torna a público que às 14:00 Horas do dia 09 de novembro de 2.015, na sede administrativa, situada na rua Caetano Carlos, 466 – Centro, no município de Campos Novos – SC, será realizada o leilão destinado a venda de 01 veículo, cargas de pneus e materiais inservíveis (sucatas), no estado em que se encontram, considerados inservíveis para ao SAMAE, podendo os interessados obterem cópia do EDITAL e demais informações através do fone 49 35410844, no sites samaecn.com.br e camposnovos.sc.gov.br e no endereço acima citado em dias úteis, no horário das 09:00 às 11:00 e das 13:30 às 17:00 Horas

Campos Novos, SC 14 de outubro de 2015
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE.

PORTARIA 054/2015

PORTARIA SAMAE CNO 054/2015, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º. INSTAURAR, sindicância para averiguar a ocorrência de acidente de trânsito com danos materiais, ocorrido em Campos Novos/SC, conforme Boletim de Ocorrência nº 00013-2015-03411, oriundo da Polícia Civil.

Art. 2º. DESIGNAR, os servidores Auri Sérgio Liston, Altamir Boff e Alexandre José Biolchi, estes sob a presidência do primeiro, para praticarem todos os atos necessários, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente portaria, elaborar o relatório com parecer conclusivo.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

PORTARIA 055/2015

PORTARIA SAMAE CNO 055/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Designar Alexandre José Biolchi, Assistente Administrativo, Neusa Aparecida de Lima, Assistente Administrativa, Rodrigo Carpes de Oliveira, Auxiliar Administrativo, Josué Fabiano Melo, Engenheiro e Vilma Aparecida Camargo Susin, Assistente Administrativa, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão de Avaliação que procederá a vistoria e avaliação no caso de bens arrolados pela seção de Material e Transporte.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 258/2015

DECRETO Nº. 258/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 053/2015 REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 053/2015, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 600,00 m² (Seiscentos metros quadrados), procedido por MARIA SALETE DE OLIVEIRA, situado na Rua Saulo de Carvalho, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 16.283, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 17 com área de 240,00 m² e lote nº 28 com área de 360,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 237, conforme requerimento protocolado sob nº. 4989/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 260/2015

DECRETO Nº. 260/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o Dia do Servidor Público em 28 de outubro, será gozado o Ponto Facultativo em 30 de outubro/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais no dia 30 de outubro de 2015, sexta - feira.

Art. 2º - O disposto no presente Decreto não se aplica aos serviços essenciais.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 261/2015

DECRETO Nº. 261/2015

"CRIA HORÁRIO EXCEPCIONAL E ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento aos ditames insculpidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas precisamente ao equilíbrio entre receitas e despesas;

CONSIDERANDO a necessidade de redução de custos de manutenção da estrutura do ente público municipal;

CONSIDERANDO que a desaceleração econômica que o país vem vivenciando nos últimos meses impacta negativamente na arrecadação do Município;

CONSIDERANDO que a manutenção dos serviços prestados à população não sofrerão quaisquer modificações em sua normalidade, já que serão mantidos os serviços essenciais; resolve:

DECRETAR

Art. 1º - O expediente dos serviços públicos municipais ficam reduzidos para turno único de trabalho de forma excepcional, compreendido entre às 7:30 e 13:30 horas, a partir do dia 19 de outubro de 2015.

§ 1º O horário de trabalho dos servidores públicos municipais obedecerá o estabelecido no "caput" deste artigo, sem a alteração de suas respectivas remunerações.

§ 2º Os serviços de natureza essencial conforme dispõe a Lei 7.783/89 e os serviços de educação manterão o horário integral exercido até a presente data, com a observância das condições necessárias de revezamento de servidores correspondentes, se for o caso, obedecendo a redução da carga horária sem alteração de suas remunerações, em igualdade aos demais servidores, sem prejuízo dos serviços públicos prestados à população.

§ 3º Da mesma forma, como previsto no parágrafo anterior, os serviços excepcionais e emergenciais que se apresentarem por necessidade momentânea, estado de emergência ou calamidade pública, deverão atender as regras estabelecidas no presente Decreto.

§ 4º O uso de bens públicos e veículos de propriedade do município fica restringido ao horário estabelecido no "caput" deste artigo,

com exceção dos veículos utilizados na forma dos §§ 2º e 3º.

§ 5º Sem autorização do Chefe do Poder Executivo, fica expressamente proibido a utilização de materiais de expediente, equipamentos de informática e das dependências do Paço Municipal, da Garagem Municipal e das sedes das Fundações Municipais além do horário estabelecido no "caput" deste artigo.

Art. 2º – Para os fins de total atendimento à população este Decreto deverá ser amplamente divulgado.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 262/2015

DECRETO Nº. 262/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO."

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.679 de 01/10/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.679 de 01/10/2015, no valor de R\$ 174.238,10 (cento e setenta e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais e dez centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 15: FUNREBOMPM DE CANOINHAS
Unidade 15.01: FUNREBOM DE CANOINHAS
Função 6: Segurança Pública
Subfunção 181: Policiamento
Programa 15: Segurança pública eficiente
Atividade 2.030 – Ações do FUNREBOM
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 15.742,17
Recursos 68900 – Rec. Alienações Bens – Outros Programas – superávit

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 63.398,37
Recursos 30030 – Rec. Ord. Conv./txs - CB – superávit

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 95.097,56
Recursos 30030 – Rec. Ord. Conv./txs - CB – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 174.238,10 (cento e setenta e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais e dez centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo

e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30030	Rec. Ord./Txs PM FUNPOM – superávit	158,495,93
68900	Rec. Alienação de Bens – Outros Progr. – superávit	15.742,17
TOTAL		174.238,10

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 263/2015

DECRETO Nº. 263/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 126/2011 CONDOMÍNIO RESIDENCIAL HORIZONTAL FECHADO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 126/2011, que aprovou o Condomínio Residencial Horizontal Fechado - CRHF com área de 20.977,80 m² (vinte mil, novecentos e setenta e sete metros e oitenta decímetros quadrados), denominado "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SUISSA", procedido por GUILHERME JOSÉ DE SOUZA FILHO, situado na Rua Bernardo Olsen, Bairro Alto da Tijuca nesta cidade, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca na matrícula nº. 34.596.

Art. 2º - Fica o imóvel assim distribuído: lote nº. 01 com área de 461,25 m², lote nº. 02 com área de 439,19 m² e lote nº. 03 com área de 461,25 m², lote nº. 04 com área de 620,00 m², lote nº. 05 com área de 461,25 m², lote nº. 06 com área de 620,00 m², lote nº. 07 com área de 461,25 m², lote nº. 08 com área de 471,20 m², lote nº. 09 com área de 461,25 m², lote nº. 10 com área de 424,61 m², lote nº. 11 com área de 461,25 m², lote nº. 12 com área de 1.089,82 m², lote nº. 13 com área de 545,52 m², lote nº. 14 com área de 420,00 m², lote nº. 15 com área de 420,00 m², lote nº. 16 com área de 420,00 m², lote nº. 17 com área de 420,00 m², lote nº. 18 com área de 651,90 m², lote nº. 19 com área de 459,02 m², lote nº. 20 com área de 399,00 m², lote nº. 21 com área de 399,00 m², lote nº. 22 com área de 399,00 m², lote nº. 23 com área de 364,43 m², Vias Internas com área de 3.663,23 m², Área de Recreação com área de 2.098,00 m² e Área de Estacionamento com área de 156,40 m², e Área de Uso Comum 3.729,98 m², conforme requerimento protocolado sob nº. 3589/2011.

Art. 3º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.668/2015

LEI Nº. 5.668 DE 09/09/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até valor de R\$ 1.760.000,00 (um milhão, setecentos e sessenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)	
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano	
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano	
Função 15: Urbanismo	
Subfunção 452: Serviços Urbanos	
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo	
Atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito	
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	100.000,00
Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit	
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	310.000,00
Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit	
Atividade 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas estradas	
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	450.000,00
Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit	
Atividade 2.023 – Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros	
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	900.000,00
Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit	

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 1.760.000,00 (um milhão, setecentos e sessenta mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30000	Recursos ordinários – Superávit	1.760.000,00
TOTAL		1.760.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Função 15: Urbanismo
 Subfunção 452: Serviços Urbanos
 Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
 Atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 100.000,00
 Recursos 11200 – Convênio Trânsito – SSP/SC – Prefeitura

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
11200	154.550,00	254.550,00	100.000,00
TOTAL			100.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas, 09 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 09/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.679/2015

LEI Nº. 5.679 DE 01/10/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 174.238,10 (cento e setenta e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais e dez centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 15: FUNREBOMPM DE CANOINHAS
 Unidade 15.01: FUNREBOM DE CANOINHAS
 Função 6: Segurança Pública
 Subfunção 181: Policiamento
 Programa 15: Segurança pública eficiente
 Atividade 2.030 – Ações do FUNREBOM
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 15.742,17
 Recursos 68900 – Rec. Alienações Bens – Outros Programas – superávit

 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 63.398,37
 Recursos 30030 – Rec. Ord. Conv./txs - CB – superávit

 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 95.097,56

Recursos 30030 – Rec. Ord. Conv./txs - CB – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 174.238,10 (cento e setenta e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais e dez centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30030	Rec. Ord./Txs PM FUNPOM – superávit	158,495,93
68900	Rec. Alienação de Bens – Outros Progr. – superávit	15.742,17
TOTAL		174.238,10

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas, 01 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.680/2015

LEI Nº. 5.680 DE 08/10/2015

“AUTORIZA DANÇARINOS A REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CUSTEAR DESPESAS DE TRANSPORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a custear as despesas de transporte, através de veículo próprio ou de terceiros, para cidade de Bento Gonçalves - RS, nos dias 11, 12 e 13 de outubro de 2015, visando à participação dos dançarinos do Grupo “Street Company”, no “Festival Bento em Dança”.

Art. 2º - Ficam desde já, autorizados a representar o município de Canoinhas junto ao evento cultural.

Art. 3º - A despesa constante na presente Lei será custeada através de recursos ordinários da Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer –3.3.90.00.00.00.00.00.10.000 atividade 2033, dotação 3.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 08 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.681/2015

LEI Nº. 5.681 DE 08/10/2015

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR E TRANSFERIR TERRENO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Município de Canoinhas, através do Fundo Rotativo Habitacional do Município – FROHAB, autorizado a alienar a área de 444,83 m² (Quatrocentos e quarenta e quatro metros e oitenta e três decímetros quadrados), constituído pelo lote nº. 15, quadra nº. 1.224 do Loteamento Marcinichen, situado nesta cidade, no Bairro Campo da Água Verde, pertencente à Prefeitura Municipal de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Canoinhas sob nº 34.556;

Art. 2º - Caberá ao Conselho Gestor do FROHAB estabelecer a forma de pagamento e os critérios de parcelamento, bem como indicar família que preencha aos requisitos legais.

§ 1º - O valor fixado para comercialização do imóvel não poderá exceder o seu valor venal.

§ 2º - Os recursos provenientes da venda do referido imóvel serão geridos pelo FROHAB.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 08 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.682/2015

LEI Nº. 5.682 DE 08/10/2015

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR POR INTERESSE PÚBLICO, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, ÁREA DE TERRAS PERTENCENTE À IVANA DE PAULA E SILVA CORDEIRO E OUTROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a desapropriar através de competente Decreto, por absoluto interesse público, a área de 1.200,00m² (hum mil e duzentos metros quadrados), constituído pelo lote número dez (10), situado no Bairro Industrial nº. 01, nesta cidade, pertencente à Ivana de Paula e Silva Cordeiro e Outros, registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Canoinhas sob nº. 38.254, sendo utilizada a extensão de trecho com 60,00m (sessenta metros) e largura de 20,00m (vinte metros), para fins de abertura do prolongamento da Rua Fermino Pacheco de Miranda Lima, conforme parecer técnico elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento, parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A desapropriação do imóvel descrito no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º - Fica toda a infra-estrutura já executada no trecho da Rua Fermino Pacheco de Miranda Lima, sem ônus financeiro ao município.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Canoinhas, 08 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 926/2015

PORTARIA Nº. 926/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a FREDERICO VALDIR ECKER, efetivo no cargo de Auxiliar de Contabilidade, atualmente comissionado no cargo de Supervisor I, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 13/10/2015 a 22/10/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 928/2015

PORTARIA Nº. 928/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio DENILSON CRESTANI, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2001/2006, a desfrutar no período de 19/10/2015 a 17/11/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 930/2015

PORTARIA Nº. 930/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em licença para tratar de assuntos particulares;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada a profissional EDEVANE VOINARSKI, na função de Professor de Língua Portuguesa, 10 horas semanais, 15% de regência, turno matutino, para atuar na EBM Achilles Pazda, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 16/10/2015 a 18/12/2015, na vaga vinculada da professora Ana Maria Kaschuk, a qual está em licença para tratar de assuntos particulares, conforme comunicação interna nº 419/SME/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 110/2015 (ELETRÔNICO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/15

HOMOLOGAÇÃO: 14/10/15

CONTRATADO: NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA RW LTDA - EPP CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 50 UNIDADES DE ROTEADORES WI-FI, PARA UTILIZAÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS VALOR DA DESPESA: R\$ 8.949,60 (oito mil novecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)

DATA: 14/10/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 23/2015 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DECANOINHAS

Processo Licitatório n.º FMS 36/2015

Edital de Pregão n.º FMS 23/2015 (PRESENCIAL)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/11/2015, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE FÓRMULAS INFANTIS, ENTE-RAIS E PROCESSOS JUDICIAIS, A SEREM UTILIZADOS PELOS PACIENTES COM DIVERSAS PATOLOGIAS (CID 10) E AÇÕES JUDICIAIS, CADASTRADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, PARA PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 03/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO PREGÃO Nº PMC 02/2015 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 08/2015

PREGÃO N.º PMC 02/2015 (ELETRÔNICO)

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO DO LOTE 1, DO REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL ADITIVADO S500, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS.

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de seu Prefeito, torna público o valor reequilibrado do lote: 1) Óleo Diesel Aditivado, que passa de R\$ 2,51 para o valor de R\$ 2,6084 (fornecedor: Agricopel Comércio de Derivados de Petróleo Ltda). O reequilíbrio foi solicitado pelo fornecedor. A documentação para o cálculo do reequilíbrio encontra-se apenas ao Processo, disponível aos interessados.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO N.º PMC 32/2015

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 178/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 32/2015, QUE TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NO ANO LETIVO DE 2016, EM UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (FUNDAMENTALEINFANTIL) DE CANOINHAS. Aos 13 (treze) dias, do mês de outubro do ano de 2015, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sra Cibele Neudorf Batista e Sr. José Carlos Herbst, nomeados pela Portaria nº 342/2015, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas, FUNDAÇÃO CARLOS JOFRE DO AMARAL, representada pela Sra. Marly Isolani Andrade, INSTITUTO O BARRIGA VERDE, NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME, ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA

PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP e MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI – ME. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representante presente. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. As empresas, NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME, ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP e MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI – ME, participam da licitação na condição de ME/EPP. Os CNPJ de todas as empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes consta como inidônea no referido Portal. A empresa MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI – ME apresentou a Prova de regularidade com o FGTS vencido em 11/10/2015. Em cumprimento ao disposto na Lei complementar 123, caso a empresa MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI – ME venha a sagrar-se vencedora da licitação, esta deverá enviar a referida negativa no prazo de cinco dias úteis a contar da publicação desta. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas FUNDAÇÃO CARLOS JOFRE DO AMARAL, INSTITUTO O BARRIGA VERDE, NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME, ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP e MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI – ME, habilitadas no certame e nenhuma empresa participante foi inabilitada. Todas as licitantes assinaram termo renunciando ao prazo recursal. A Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, qual seja, FUNDAÇÃO CARLOS JOFRE DO AMARAL, INSTITUTO O BARRIGA VERDE, NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME, ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP e MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI – ME. A Sra. Marly Isolani Andrade representante da Fundação Carlos Jofre do Amaral retirou-se da sessão antes da abertura das propostas. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pelos Srs. Felipe Michel Gogola, Lucas Vieira dos Santos e Ariel Hanchuck Pereira), ficou evidenciado perante a Comissão de Licitação e testemunhas que as propostas estavam dentro de um envelope maior lacrado e rubricado e os envelopes das propostas, da mesma forma, estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas das empresas HABILITADAS, os valores ficaram assim distribuídos: em 1º a empresa ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP com o valor global de R\$ 18.300,00, em 2º a empresa NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA com o valor global de R\$ 20.900,00, em 3º a empresa FUNDAÇÃO CARLOS JOFRE DO AMARAL com o valor global de R\$ 22.755,00, em 4º a empresa MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI – ME com o valor global de R\$ 27.000,00 e em 5º a empresa INSTITUTO O BARRIGA VERDE com o valor global de R\$ 29.480,00. A Comissão declarou vencedora da licitação a empresa ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP com o valor global de R\$ 18.300,00. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

José Carlos Herbst
Secretário

Cibele Neudorf Batista
Membro

Felipe Michel Gogola
Lucas Vieira dos Santos
Ariel Hanchuck Pereira

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 110/2015 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 184/2015

RESULTADO DA DISPUTA PREÇO DO PREGÃO N.º PMC 110/2015 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de sua Pregoeira, torna público o RESULTADO DA DISPUTA DE PREÇO do Processo acima, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE 50 UNIDADES DE ROTEADORES WI-FI, PARA UTILIZAÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. VENCEDORA: LOTE 01 – Item 01 - empresa NEGÓCIO DE INFORMÁTICA RW LTDA – EPP com o valor unitário de R\$ 168,88; LOTE 01 – Item 02 - empresa NEGÓCIO DE INFORMÁTICA RW LTDA – EPP com o valor unitário de R\$ 270,00. A ata encontra-se apenas ao Processo Licitatório à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura.

Roberta Josiane Schafascheck
Pregoeira

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PRECÁRIA N.º FME 01/2015

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PRECÁRIA N.º FME 01/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

A Fundação Municipal De Esportes Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 03.914.543/0001-02, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo de autorização precária n.º FME 01/2015. Data de assinatura: 14/10/2015. Autorizada: ASSOCIAÇÃO CANOINHENSE DE DEFICIENTES - ACD, CNPJ: 79.366.662/0001-30. Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADE(S) SEM FINS LUCRATIVOS PARA AUTORIZAÇÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇOS O BAR DO ESTÁDIO MUNICIPAL BENEDITO THERÉZIO DE CARVALHO JUNIOR E O BAR DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES MAGNO VICTOR FUCK, PARA VENDA DE LANCHES E BEBIDAS DURANTE A REALIZAÇÃO DOS 55º JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA – FASE REGIONAL, NOS DIAS 16, 17, 18, 19, 20 E 21 DE OUTUBRO DE 2015. Autorizadora: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 03.914.543/0001-02. Prazo de vigência: 16/10/2015 à 21/10/2015. CHAMADA PÚBLICA N.º FME 01/2015.

Ricardo Pereira Martin
Presidente

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 133/2015

DECRETO Nº 133, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas municipais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar o expediente de atendimento ao público e o expediente interno;

CONSIDERANDO a intensificação das atividades administrativas relativas ao encerramento do exercício de 2015 e a necessidade de planejamento para o exercício de 2016;

CONSIDERANDO o Decreto nº 109, de 26 de agosto de 2015, que institui medidas de contenção de despesas em atendimento às necessidades do Município para o encerramento do exercício;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o horário de funcionamento das repartições públicas municipais das 7 às 13 horas, durante o período de 01/11/2015 até 31/01/2016.

Art. 2º Os serviços essenciais como o atendimento à Saúde, o Sistema de Transporte Coletivo Urbano e Rural de Passageiros, Transporte Escolar, aulas e atividades relacionadas às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino, Serviços de Coleta de Lixo e outros serviços essenciais para suprir necessidades de excepcional interesse público, continuarão sendo prestados normalmente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de novembro de 2015.

Capinzal, em 8 de outubro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

Decreto 134/2015

DECRETO Nº 134, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Estabelece critérios para demissões dos servidores contratados através de Processos Seletivos e Chamada Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, usando das atribuições que lhe confere os artigos 58, V e 72, I, "f", da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a expedição do Decreto nº 109, de 26 de agosto de 2015, que Institui medidas de contenção de despesas em atendimento às necessidades do Município para o encerramento do exercício.

CONSIDERANDO os escassos recursos disponíveis para aplicação nas suas atividades cotidianas;

CONSIDERANDO que ao final do exercício haverá significativo aumento de despesas, em virtude da necessidade de pagamento de rescisões contratuais dos servidores temporários;

CONSIDERANDO a necessidade do pagamento do décimo-terceiro salário aos servidores efetivos nos meses de novembro e dezembro do corrente ano;

CONSIDERANDO a necessidade do pagamento das férias à maioria dos servidores no mês de janeiro de 2015;

CONSIDERANDO a necessidade de readequação das receitas e despesas com redução da prestação dos serviços e estabelecimento do turno único na Secretaria de Infraestrutura conforme Decreto nº 110, de 28 de agosto de 2015;

CONSIDERANDO o estabelecimento do turno único nas Repartições Públicas Municipais conforme Decreto nº 133, de 8 outubro de 2015;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 2.178/1999, alterada pela Lei Municipal nº 3.149/2014, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, no Poder Executivo de Capinzal.

CONSIDERANDO a obrigatoriedade no cumprimento dos dispositivos em relação ao equilíbrio entre receita e despesa, adequando-se aos preceitos contidos no § 1º do Artigo 1º da Lei Complementar de nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO a descontinuidade de diversos serviços nas secretarias;

CONSIDERANDO a necessidade premente e imediata de instituir medidas de contenção de despesas tendo em vista o encerramento do exercício;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes critérios para a realização das demissões dos servidores contratados através de Processos Seletivos e Chamadas Públicas:

I – primeiro serão demitidos os contratados através de chamadas públicas, por cargo;

II - ainda por cargo, serão demitidos os contratados por meio de processo seletivo, obedecendo à lista de classificados pela ordem inversa da contratação.

Art. 2º O município emitirá aviso prévio para o servidor que será demitido a partir do momento em que se constatar a descontinuidade do serviço.

Art. 3º Compete a todos os Secretários Municipais e/ou Diretores acompanhar e fazer cumprir o disposto no presente Decreto, bem como, adotar as medidas necessárias à sua implementação.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 13 de outubro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

PORTARIA 1184/2015

PORTARIA Nº 1184, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Determina lotação de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e por força do Decreto nº 100/2015, que determina o zoneamento e a criação do ESF Lar Imóveis, resolve:

Art. 1º Lotar ESF Lar Imóveis, a servidora Loreane Carine de Oliveira, matrícula nº 407504/02, a contar de 01 setembro de 2015.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Nível 30, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1185/2015

PORTARIA Nº 1185, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Determina lotação de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e por força do Decreto nº 100/2015, que determina o zoneamento e a criação do ESF Lar Imóveis, resolve:

Art. 1º Lotar no ESF Lar Imóveis, a servidora Luci Salete Furtado Maciel, matrícula nº 313599/02, a contar de 01 setembro de 2015.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Nível 30, referência D, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1186/2015

PORTARIA Nº 1186, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Determina lotação de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e por força do Decreto nº 100/2015, que determina o zoneamento e a criação do ESF Lar Imóveis, resolve:

Art. 1º Lotar no ESF Lar Imóveis, o servidor Luiz Guilherme Scarton, matrícula nº 331171/01, a contar de 01 setembro de 2015.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Nível 30, referência B, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1188/2015

PORTARIA Nº 1188, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Coloca servidor à disposição, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, e no memorando 200/2015/SMS, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição no ESF Lar Imóveis, a contar de 01 de setembro de 2015, a servidora Adriane Dambrós, matrícula nº 326003/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência D, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1189/2015

PORTARIA Nº 1189, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Coloca servidor à disposição, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, e no memorando 200/2015/SMS, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição no ESF Lar Imóveis, a contar de 01 de setembro de 2015, a servidora Rosane Lopes Duarte, matrícula nº 332895/07, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1190/2015

PORTARIA Nº 1190, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Coloca servidor à disposição, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, e no memorando 200/2015/SMS, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição no ESF Lar Imóveis, a contar de 01 de setembro de 2015, a servidora Rosinês Goronzi, matrícula nº 318370/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, nível 65, referência F, conforme o Anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1191/2015

PORTARIA Nº 1191, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Coloca servidor à disposição, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, e no memorando 200/2015/SMS, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição no ESF Lar Imóveis, a contar de 01 de setembro de 2015, o servidor José Gabriel Casagrande Dambrós,

matrícula nº 398519/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico Bioquímico, nível 156, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1192/2015

PORTARIA Nº 1192, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Coloca servidor à disposição, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, e no memorando 200/2015/SMS, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição no ESF Lar Imóveis, a contar de 01 de setembro de 2015, a servidora Liliane Lanhi, matrícula nº 330744/03, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1193/2015

PORTARIA Nº 1193, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3017/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Miriam Golin Fagundes, matrícula nº 332011/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1194/2015

PORTARIA Nº 1147, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3018/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Miriam Golin Fagundes, matrícula nº 332011/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência D, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1195/2015

PORTARIA Nº 1195, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000 e no memorando 16/2015 encaminhado pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Josiane Freisleben, matrícula nº 330060/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de trinta (30) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, por não haver mais aulas no contraturno da escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais pelo período de 01 de setembro a 14 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1196/2015

PORTARIA Nº 1196, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando nº 16/2015/SEC, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 877/2015, que aumentou a carga horária da servidora Diana Cássia Constantini, matrícula nº 407454/02.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1197/2015

PORTARIA Nº 1197, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando nº 16/2015/SEC, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito das portarias nº 388/2015 e 1028/2015, que aumentaram a carga horária da servidora Debora Fernanda da Silva Amalcaburio, matrícula nº 327700/02, por não haver mais aulas de contraturno a Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha e pelo retorno da professora titular Jussara Biazotto para a sala de aula.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1198/2015

PORTARIA Nº 1198, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando nº 16/2015/SEC, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 263/2015, que concedeu FC – 1 ao servidor Aldecir Jose de Souza, matrícula nº 321419/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1199/2015

PORTARIA Nº 1199, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando nº 16/2015/SEC, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 184/2013, que concedeu FC – 1 ao servidor Nelson Nordt, matrícula nº 316512/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1200/2015

PORTARIA Nº 1200, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000 e no memorando 16/2015 encaminhado pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Elisiane Slongo, matrícula nº 328170/06, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, pois a professora titular Fabiane Zambão retornou para a sala de aula.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais pelo período de 01 de setembro a 14 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1201/2015

PORTARIA Nº 1201, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando nº 16/2015/SEC, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 1060 - B/2015, que aumentou a carga horária da servidora Marilei da Silva Pinto Bergamo, matrícula nº 315290/1, por não haver mais aulas no contraturno da Escola Municipal Ivo Silveira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1202/2015

PORTARIA Nº 1202, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando nº 16/2015/SEC, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 9712015, que aumentou a carga horária do servidor Amauri Machado, matrícula nº 326372/05, por não haver mais aulas no contraturno da Escola Municipal Ivo Silveira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1203/2015

PORTARIA Nº 1203, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000 e no memorando 16/2015 encaminhado pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da

servidora Lilian de Fatima Inacio, matrícula nº 330710/03, ocupante do cargo de Professor de Música, nível 232, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Ernesto Hachmann, por não haver mais aulas no contraturno da escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de dez (10) horas semanais pelo período de 01 de setembro a 14 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1204/2015

PORTARIA Nº 1204, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando nº 16/2015/SEC, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 333/2015, que aumentou a carga horária da servidora Lucilene Pacheco dos Santos, matrícula nº 407497/02, por não haver mais aulas no contraturno da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1206/2015

PORTARIA Nº 1206, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000 e no memorando 16/2015 encaminhado pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Evilyn Karolayne Urbano de Moraes, matrícula nº 399671/03, ocupante do cargo de Informática, nível 231, referência A, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha, por não haver

mais aulas no contraturno da escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais pelo período de 01 de setembro a 14 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

RESOLUÇÃO 01/2015 - CMS

RESOLUÇÃO Nº 01/2015/CMS

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Ordinária, realizada no dia 13 de julho de 2015, Ata Nº 07/CMS/2015 no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei municipal nº 1.831/94 de 13/06/94 e alterada pelas leis nº 1.990/96 e 2.310/2001 e o art. 36 da Lei no 8.080, de 1990 e:

Considerando que Conselho Municipal de Saúde do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, tem como funções acompanhar, avaliar, e fiscalizar os serviços de saúde prestados a população pelos órgãos e entidades públicas e privadas, integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS;

Considerando que o município de Capinzal não apresentou o Plano Municipal de Saúde, instrumento este previsto na Lei 8080/90 e que estabelece como atribuição comum a união, estados e municípios a elaboração e atualização periódica do plano municipal de saúde, indicando ainda que a proposta orçamentária da saúde deve ser feita em conformidade com o Plano;

Considerando que a portaria 3.332/GM/2006 define que o Plano Municipal de Saúde (PMS), é o instrumento básico que, em cada esfera, norteia a definição da Programação Anual das ações e serviços de saúde prestados, assim como da gestão do SUS e que segundo a mesma portaria, o Plano apresenta as intenções e os resultados a serem buscados no período de quatro anos, expressos em objetivos, diretrizes e metas;

Considerando que o processo de planejamento na saúde deve compatibilizar a percepção de governo com as necessidades e os interesses da sociedade e que a busca pela solução de problemas de uma população deve definir as intervenções que possam mudar uma realidade de modo a alcançar uma nova situação em que haja melhor qualidade de vida, maiores níveis de saúde e bem-estar e que propicie um maior desenvolvimento social desta população;

Considerando que a elaboração do Plano Municipal de Saúde e dos instrumentos que o operacionalizam deve ser entendida como um processo dinâmico que permite a revisão permanente dos objetivos, prioridades, estratégias e ações, seja pela superação de problemas, sejam pelas mudanças de cenários - epidemiológicos e políticos;

Considerando a inexistência do Relatório Anual de Gestão, que de acordo com as Portarias nº 3.085/GM e nº 3.332/GM, é o instrumento de planejamento que apresenta os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde, apurados com base no conjunto de ações, metas e indicadores desta, e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários ao Plano de Saúde e às Programações seguintes;

Considerando que o Relatório Anual de Gestão constitui-se no

instrumento de comprovação da aplicação dos recursos repassados do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Considerando que este relatório deve ser submetido à apreciação e aprovação do respectivo Conselho de Saúde até o final do primeiro trimestre do ano subsequente conforme Portaria nº 399/GM/MS, de 23 de fevereiro de 2006;

Considerando que de acordo com a Lei Complementar Nº 141, de 13 de Janeiro de 2012 os municípios deverão comprovar a observância do disposto no art. 36 mediante o envio de Relatório Anual de Gestão ao respectivo Conselho Municipal de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao ano da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo por meio do SARGSUS, sobre o cumprimento ou não das normas estabelecidas nesta Lei Complementar, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, sem prejuízo do disposto nos arts. 56 e 57 da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000.

Considerando que o município de Capinzal não conseguiu apresentar e comprovar os gastos realizados pela Secretária Municipal de Saúde de Capinzal conforme consta no ofício Nº 03/2015/CMS de 25 de março de 2015 endereçado ao poder executivo do município de Capinzal:

Considerando que não nos foi comprovado meios lícitos referentes as despesas realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Capinzal no exercício de 2014;

Considerando que não há Plano Municipal de Saúde e Relatório Anual de Gestão vigentes;

RESOLVE:

Art 1º Emitir PARECER DESFAVORÁVEL a Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde de Capinzal no ano de exercício de 2014.

Art 2º Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir da data da sua publicação.

Capinzal (SC), 13 de julho de 2015.

LUCIANA MENDES RAPOZO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - RESOLUÇÃO 02/2015/CMS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 02/2015/CMS

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Andevir Isganzella, faz saber que, de conformidade com o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde – CMS e de acordo com a legislação vigente, HOMOLOGA a Resolução nº 02/2015/CMS de 10 de agosto de 2015, que dispõe sobre a “aprovação das metas e prioridades a serem executadas pelo Fundo Municipal de Saúde em 2016”, constante do Projeto de Lei nº 026, de 13 de julho de 2015, que estabelece as diretrizes gerais para elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 2016, publicada na íntegra na Edição nº 1.846, página 106, em 13 de outubro de 2015, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal – SC, em 14 de outubro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado a presente Homologação na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário de Saúde e Desenvolvimento Social

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/40/2015

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/40/2015

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: BORDIGNON COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 03.981.434/0001-08

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/02/2015, PARA REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS PARA O FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL S10.

VALOR: R\$ 2,91 (DOIS REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS) POR LITRO.

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2015

VIGÊNCIA: 14/10/2015 A 31/12/2015

Catanduvas

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

Edital de convocação para o cargo de Agente Comunitário de Saúde

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO

Nº 002/2015

Fica a Sra. Sonia Gimenes Ramba convocada a comparecer junto ao setor de Recursos Humanos do Município de Catanduvas/SC, com endereço na Rua Felipe Schmidt, nº 1435, Centro, Caixa Postal nº 10, Catanduvas – Santa Catarina, CEP 89670-000, telefone (49) 3525 1144, a manifestar seu interesse em assumir o cargo de agente comunitária de saúde aprovada por processo seletivo, no prazo de 05 (cinco) dias corridos a partir desta publicação.

O não comparecimento no prazo estipulado será considerado como renúncia tácita à vaga, autorizando, assim, o Município a chamar o próximo da lista, aprovado para o mesmo Processo Seletivo. (PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014. CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE).

Catanduvas/SC, 14 de outubro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL - 1º QUADRIMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.886.363,95	0,00
Pessoal Ativo	12.863.458,78	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	22.905,17	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	12.886.363,95	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.888.541,06	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	12.886.363,95	53,94
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	12.899.812,17	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	12.254.821,56	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.609.830,96	48,60

FONTE:

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	749.081,54	741.850,39	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	587.905,00	575.128,95	0,00	0,00
Interna	587.905,00	575.128,95	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pag	161.176,54	166.721,44	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.134.951,65	2.461.830,56	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.812.649,64	4.073.465,67	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	791,51	791,51	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	1.678.489,50	1.612.426,62	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.385.870,11	-1.719.980,17	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.880.700,95	23.888.541,06	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,42%	3,11%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-6,33%	-7,20%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	26.256.841,14	28.666.249,27	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	23.631.157,03	25.799.624,34	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	587.905,00	575.128,95	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	587.905,00	575.128,95	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	587.905,00	575.128,95	0,00	0,00
Previdenciárias	587.905,00	575.128,95	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	267.557,96	438.535,98	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.893.657,53	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.907.790,95	23.888.541,06	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.819.714,01	5.255.479,03	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	4.337.742,61	4.729.931,13	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	23.888.541,06	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.822.166,57	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.439.949,91	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.672.197,87	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Alienações de Bens destinados a Outros Programas - Tesouro-Ex	11.409,45	0,00	0,00	0,00	0,00	11.409,45	0,00	0,00
Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde - Tesouro-	90.868,96	0,00	0,00	0,00	0,00	90.868,96	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	(6.854,26)	0,00	5.398,00	0,00	0,00	(12.252,26)	0,00	0,00
Atenção Básica	209.948,52	0,00	39.536,13	0,00	167,78	170.244,61	76.795,53	0,00
Atenção Básica - Tesouro-Ex/Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE- Teso	116,54	0,00	0,00	0,00	0,00	116,54	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública -	45.199,40	1.977,89	6.253,12	0,00	188,49	36.779,90	76.504,49	0,00
Convênio de Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio de Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas - Outros Programas - Tesouro-Ex/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Bás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do Fundo de Assistência Social FNAS	(7.533,49)	1.420,96	26.021,03	0,00	1.311,65	(36.287,13)	10.260,62	0,00
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenv. Educaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Edu	39.929,51	0,00	0,00	0,00	0,00	39.929,51	0,00	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	52.627,66	0,00	397,20	0,00	0,00	52.230,46	166,80	0,00
Programa de Atenção à Criança PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI	2.941,01	0,00	1.593,97	0,00	419,60	927,44	6.881,95	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	591,77	0,00	12.865,93	0,00	84,02	(12.358,18)	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PNATE	3.187,73	0,00	0,00	0,00	0,00	3.187,73	0,00	0,00
Recalcul de Impostos e de Transferência de Impostos - Educaçã	(194.490,39)	11.497,23	197.488,69	0,00	24.191,74	(427.668,05)	189.612,26	0,00
Recalcul de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - T	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recalcul de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - T	132.923,45	14.093,60	230.962,73	0,00	136.394,44	(248.547,32)	295.679,06	0,00
Recursos Diretamente Arrecadados pela Adm. Indireta e Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Próprios - Funreboem Conv. Vargem Bonita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/3

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Salário-Educação - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário-Educação - Tesouro-Ex.Cor.	258.095,54	0,00	37.605,48	0,00	1.341,21	219.148,85	1.870,21	0,00
Serviços de Saúde	13.055,67	0,00	0,00	0,00	0,00	13.055,67	0,00	0,00
SF - Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SF - Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SF - Outras Transferências do Fundo de Assistência Social FNAS	90.240,79	0,00	0,00	0,00	0,00	90.240,79	0,00	0,00
SF - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SF - Programa de Atenção à Criança PAC	89,58	0,00	0,00	0,00	0,00	89,58	0,00	0,00
SF - Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SF - Transferência de Convênios - Estado/Outros	(30.055,60)	0,00	0,00	0,00	0,00	(30.055,60)	0,00	0,00
SF - Transferências de Convênios - União/Assistência Social	13.626,53	0,00	0,00	0,00	0,00	13.626,53	0,00	0,00
SF - Transferências de Convênios - União/Assistência Social - Te	78.511,06	0,00	0,00	0,00	0,00	78.511,06	0,00	0,00
SF - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SF Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde - Tesou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SF Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Tes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Estado/Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Estado/Outros	387.276,19	0,00	25.230,00	0,00	3.129,62	358.916,57	6.240,00	0,00
Transferência de Convênios - Estado/Saúde	7.872,12	0,00	0,00	0,00	0,00	7.872,12	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Assistência Social - Tesour	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Educação - Tesouro-Ex.Cor	(3.008,72)	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.008,72)	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Outros - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Outros - Tesouro-Ex.Cor.	74.550,66	0,00	0,00	0,00	0,00	74.550,66	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Saúde - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	17.074,90	3.891,42	10.747,49	0,00	0,00	2.435,99	0,00	0,00
Transferências de Convênios-Estado/Educação	71.910,37	0,00	6.619,86	0,00	0,00	65.290,51	492,20	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educ	543.375,41	0,00	11.628,80	0,00	0,00	531.746,61	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissk	(35.594,01)	0,00	0,00	0,00	0,00	(35.594,01)	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissk	(837.825,48)	0,00	67.451,34	0,00	103.162,92	(1.008.439,74)	697,31	0,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 3/3
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")						R\$ 1,00		
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - Tesouro-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Tesour	(180.895,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(180.895,00)	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	12.325,85	0,00	4.384,82	0,00	0,00	7.941,03	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	861.491,72	32.881,10	684.204,59	0,00	270.391,47	(125.985,44)	665.200,43	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	3.167.605,99	241.873,94	653.466,99	0,00	168.144,51	2.104.120,55	1.228.457,10	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SF - Alienação de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SF - Recursos Ordinários	44.367,96	0,00	0,00	0,00	0,00	44.367,96	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.211.973,95	241.873,94	653.466,99	0,00	168.144,51	2.148.488,51	1.228.457,10	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	4.073.465,67	274.755,04	1.337.671,58	0,00	438.535,98	2.022.503,07	1.893.657,53	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		23.888.541,06	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		12.886.363,95	53,94
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		12.899.812,17	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		12.254.821,56	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-1.719.980,17	-7,20
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		28.666.249,27	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		5.255.479,03	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		3.822.166,57	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		1.672.197,87	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		1.893.157,53	1.981.179,68

FONTE:

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 88/2015

DECRETO Nº 088/2015

“DECLARA INSERVIVIBILIDADE DE BENS PÚBLICOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, com fundamento no artigo 71, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o estado de conservação de diversos bens municipais que, ademais de demandar altos custos para recuperação e despesas permanentes para sua manutenção, estão ultrapassados, obsoletos e em desuso;

Considerando a necessidade de manter equipamentos que permitam o pleno desenvolvimento das atividades públicas com eficiência e segurança,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis para o serviço público municipal os bens constantes da relação anexa, cuja relação deverá ser conferida e assinada pelos responsáveis pelos setores de patrimônio e de contabilidade, e passa integrar o presente decreto como se nele estivesse transcrita.

Art. 2º - Determino ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento que inclua os bens ora declarados inservíveis ao serviço público no próximo leilão de bens que for levado a efeito pela administração municipal.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

Caxambu do Sul/SC, 13 de outubro de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

DECRETO 91/2015

DECRETO Nº 091/2015

“BAIXA NORMAS COMPLEMENTARES PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, com fundamento no artigo 71, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de normatizar o disposto na cláusula primeira do Termo de Ajustamento de Condutas, firmado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, através da 13ª. Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó, no dia 24/09/2015, a fim de atender o compromisso assumido no próprio TAC e as exigências da Legislação Federal que estabeleceu as normas de acessibilidade,

DECRETA:

Art. 1º - Os próximos Editais de Licitação que forem lançados pelo Município de Caxambu do Sul, que tenham por finalidade a contratação de serviços de transporte municipal, além das exigências constantes da legislação de regência, deverão conter exigência expressa que só serão aceitos para prestação dos serviços, “ônibus adaptados com plataforma elevatória para acessibilidade, que, na data de abertura do certame, possuam, no máximo, 7 (sete) anos de idade, contados a partir da data de fabricação”.

Art. 2º - Determino ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, que oriente os servidores responsáveis pelo lançamento dos processos licitatórios, no sentido de observar e cumprir todas as normas de acessibilidade, sobretudo, as constantes neste decreto, na Lei Federal nº 10.098/2000, no Decreto nº 5. 296/2004, e na NBR 14.022.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

Caxambu do Sul/SC, 15 de outubro de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 106, DE 13.10.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 106, DE 13.10.2015
Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §2º, II, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 150 (programa de erradicação do trabalho infantil) no valor de R\$ 4.150,01 (quatro mil, cento e cinquenta reais e um centavo), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

09 – Fundo de Assistência Social
01 – Divisão do Fundo de Assistência Social
08 – Assistência Social
10 – Desenvolvimento Social
150 – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI - Tesouro.Ex. Cor
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.029 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DO CRAS
..... R\$ 4.150,01

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de outubro de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 107, DE 13.10.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 107, DE 13.10.2015
Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §2º, II, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 148 (Programa de Atenção a Criança - PAC) no valor de R\$ 686,50 (seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

09 – Fundo de Assistência Social
03 – Divisão do Fundo de Assistência Social
14 – Direitos da Cidadania
243 – Assistência a Criança e ao Adolescente
10 – Desenvolvimento Social
148 – Programa de Atenção a Criança – PAC – Tesouro.Ex. Cor
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.012 -MANUTENCAO PESSOAL DESENV. SOCIAL

..... R\$ 686,50

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de outubro de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 108, DE 13.10.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 108, DE 13.10.2015
Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §2º, II, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 117 (outras transferências de recursos do fundo nacional de assistência social) no valor de R\$ 3.560,00 (três mil, quinhentos e sessenta reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

09 – Fundo de Assistência Social
01 – Divisão do Fundo de Assistência Social
08 – Assistência Social
244 – Assistência Comunitária
10 – Desenvolvimento Social
117 – Outras Transferências de Recursos Nacionais
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.029 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DO CRAS
..... R\$ 3.560,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de outubro de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 109, DE 13.10.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 109, DE 13.10.2015
Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §2º, II, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 120 (programa nacional de apoio ao transporte escolar PNATE) no valor de R\$ 12.344,05 (doze mil trezentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos), fica aberto um Crédito suplementar na seguinte

dotação do Orçamento Vigente:

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
06 – Educação para Todos
361 – Ensino Fundamental
120 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2015 - Manutenção do Programa do Transporte Escolar
..... R\$ 12.344,05

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de outubro de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 110, DE 13.10.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 110, DE 13.10.2015

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §2º, I, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 107 (transferências de convênios - saúde) no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301– Atenção Básica
09 – Saúde para Todos
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.021 – MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de outubro 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 111, DE 13.10.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 111, DE 13.10.2015

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §2º, I, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso

90 (recursos ordinários - orçamentos municipais) no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), fica aberto um Crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral
05 – Administração Geral
90 – Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de outubro de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 112, DE 13.10.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 112, DE 13.10.2015

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §2º, II, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 112 (contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública) no valor de R\$ 11.838,56 (onze mil oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
03 – Divisão de Obras
15 – Urbanismo
451 – Infraestrutura Urbana
13 – Urbanismo
112 – Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.044 - MANUTENCAO E AMPLIAÇÃO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA
..... R\$ 11.838,56

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de outubro de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria 372/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 372/2015

- CONSIDERANDO, apresentação do atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99 e c/c o art. 2º § 1º do Decreto nº. 03/2011 de 12.01.2011,

RESOLVE

Art.1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade da Conselheira Tutelar, SABRINA CABRAL, pelo período de 14.10.15 a 12.12.15.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 13 de outubro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 373/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 360/2015

- CONSIDERANDO a Prorrogação da Licença Maternidade da Conselheira Tutelar, SABRINA CABRAL, através da Portaria nº. 372/2015;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado e a Lei Complementar nº. 026, de 04.05.06;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 281/2015, de 23.06.2015, que nomeia ROSMÉRI PAUL DE OLIVEIRA para exercer a Função Pública de Conselheira Tutelar do Município de Chapadão do Lageado-SC, no período de 14/10/15 a 12/12/15.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de outubro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria 375/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 374/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 120 (cento e vinte dias) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública PATRICIA PEREIRA licença pelo período de 15 (quinze) dias, de 14.10.2015 a 28.10.15, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração, e prorrogar pelo prazo de mais 105 (cento e cinco dias) dias, de 29.10.15 a 10.02.15, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de outubro de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 26/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 62/2014
ADITIVO Nº: 26/2015
TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO TA - SUPRESSÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
CONTRATADA: CONSTRUTORA NELGUI
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 35/PMCS/2014
TOMADA DE PREÇO Nº 03/PMCS/2014

Objeto do contrato: Contratação de empresa para execução de fechamento de quadra de esportes e construção de vestiário/sanitário, para a escola de ensino fundamental cristo rei, no município de cocal do sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO de 1,84 % (um vírgula oitenta e quatro por cento) do valor do contrato firmado entre as partes

Assinatura: 28/09/2015

Vigência: Início: 28/09/2015 Término: 31/12/2015

Valor Suprimido: R\$ 2.034,38 (dois mil e trinta e quatro reais e trinta e oito centavos)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 27/FMAS/201

CONTRATO Nº: 144/2014
ADITIVO Nº: 27/2015
TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO TA - ACRÉSCIMO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 05/FMAS/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMAS/2014

Objeto do contrato: Constitui objeto do presente contrato o licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, gestão da assistência social, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no edital.

Objeto do Aditivo: Fica acrescido no objeto do contrato, mais usuários, totalizando um acréscimo mensal de R\$ 70,00 (setenta reais).

Assinatura: 28/09/2015

Vigência: Início: 28/09/2015 Término: 30/06/2017

Valor Suprimido: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 28/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 65/2015
ADITIVO Nº: 28/2015
TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO TA – PRORROGAÇÃO E SUPRESSÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
CONTRATADA: ADENIR ANTONIO MENEGON - EPP
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 40/PMCS/2014
CONCORRENCIA Nº: 01/PMCS/2015

Objeto do contrato: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de drenagem pluvial e pavimentação com lajotas de ruas no município de Cocal do Sul, a serem executados em 27 (vinte e sete) ruas municipais, divididas em 06 (seis) lotes, por meio do convenio nº 2014TR000702, firmados entre o município de Cocal do Sul e o fundo estadual de apoio aos municípios – FUN-DAM.

Objeto do Aditivo: O Presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO e a SUPRESSÃO de 1,47% (um vírgula quarenta e sete por cento) do valor do contrato firmado entre as partes.

Assinatura: 28/09/2015

Vigência: Início: 28/09/2015 Término: 31/12/2015

Valor Suprimido: R\$ 19.186,88 (dezenove mil cento e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015 - FMS

Objeto: Aquisição de palett plástico para o Almoxarifado de medicamentos do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08h e 15min do dia 09/11/2015.

Início da Sessão: dia 09/11/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 14 de outubro de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2015 – PMC

Objeto: aquisição, serviço de fabricação e instalação de grades e portões para edificação de propriedade do Município (antigo SENAI), conforme especificações constantes nos anexos "A", "B" e "F" do edital.

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 03/11/2015.

Abertura: dia 03/11/2015 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 13 de outubro de 2015.

CLÉLIO IVO DAL PIAZ

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

ERRATA 001 DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

ERRATA 01 DO EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2015- FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna pública a correção das Amostra do Anexo "A" do edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 21/2015-FMS, cujo objeto é: Aquisição de materiais de copa, cozinha e limpeza para a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital, da seguinte forma:

Onde se lê:

"9.2. As mesmas deverão ser encaminhadas aos cuidados da servidora Saraonice Sarturi Provenci, até às 17h00min do dia 11 de julho de 2014, situado a Rua Atalípio Magarinos, 326 – Fundos do Plano PAS".

Leia-se:

"9.2. As mesmas deverão ser encaminhadas aos cuidados da servidora Saraonice Sarturi Provenci, até às 17h00min do dia 27 de outubro de 2015, situado a Rua Atalípio Magarinos, 326 – Fundos do Plano PAS."

O prazo para recebimento das propostas e abertura da licitação fica alterado: Recebimento das propostas para dia 06 de novembro de 2015, até às 08h15min, e a abertura da licitação, no dia 06 de novembro de 2015 às 08h30min.

Concórdia, SC, 14 de outubro de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 75/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 75/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CONCÓRDIA – ACIC, inscrita no CNPJ sob nº 75.319.848/0001-87, representada pelo seu Presidente, senhor EDSON ARGENTON.

OBJETO: Conjunção de esforços para a realização do evento "Troféu Migrante 2015".

VALOR: R\$ 70.000,00.

PRAZO: Até 30.12.2015.

DATA DA ASSINATURA: 13 de outubro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 116/2015
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 116/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à FMC, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JONATHAN LUIZ MARIA inscrito (a) no CPF-MF sob nº 031.365.840-40, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 08.10.2015 a 07.10.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 117/2015
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 117/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante LUCIANA KARINA TRENTIN inscrito (a) no CPF-MF sob nº 093.535.059-41, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 07.10.2015 a 06.10.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 118/2015
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 118/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante AGUEDA CRISTINA DE MORAES inscrito (a) no CPF-MF sob nº 102.619.689-20, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 06.10.2015 a 05.10.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 119/2015
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 119/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JANAINA TAINARA KIRST inscrito (a) no CPF-MF sob nº 092.762.969-05, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 13.10.2015 a 12.10.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 120/2015
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 120/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante GRACIELE INACIO SCHELL inscrito (a) no CPF-MF sob nº 104.452.499-45, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 06.10.2015 a 05.10.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 121/2015
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 121/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JULIA RUVIARO DOS SANTOS inscrito (a) no CPF-MF sob nº 081.836.149-22, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 01.10.2015 a 30.09.2017.

LEI Nº 4.802, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.802, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza o Município celebrar convênio com a Associação Empresarial de Concórdia – ACIC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênio com a Associação Empresarial de Concórdia – ACIC, inscrita no CNPJ sob nº 75.319.848/0001-87, objetivando a conjunção de esforços para realização do evento “Troféu Migrante 2015”, podendo o Município participar com o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Art. 2º As ações e obrigações das partes serão fixadas no Termo de que trata esta Lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de outubro de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 14/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015-FMC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 14/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

O Diretor Geral / Superintendente da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, e 90, de 27 de junho de 1994 art. 116 e seguintes.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, no mês de outubro de 2015, a servidora CLAUERICE MAURA ZOLET, ocupante do cargo de Técnico Artístico II, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 03 de junho de 2007 a 02 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.
GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretor Geral / Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 489/2015

DECRETO Nº 489/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

“AUTORIZA AUSÊNCIA AO SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDORA MUNICIPAL EM RAZÃO DE CASAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 78, II, da Lei Complementar n. 18/2001:

DECRETA

Art. 1º Autorizar à Servidora Municipal, Sra. TAÍSA BORSOI, ocupante do cargo de Odontóloga, a ausentar-se do serviço público nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2015, em razão do seu casamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 13 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 490/2015

DECRETO Nº 490/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1181/2015,

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura
Modalidade de Aplicação: 339000 – 106
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 40.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.032 – Ampliação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água
Modalidade de Aplicação: 339000 – 112
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 – Manutenção das Atividades da Saúde e Promoção Social do Município
Modalidade de Aplicação: 339000 – 10

Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 04.122.2511.1.029 – Construção e Reforma da Casa Mortuária Linha Bento Gonçalves.
Modalidade de Aplicação: 449000 – 89
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 130.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.1.009 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente.
Modalidade de Aplicação: 449000 – 02
Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.1.009 – Reforma e Ampliação das Unidades de Saúde.
Modalidade de Aplicação: 449000 – 05
Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 13 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

LEI 1181/2015

LEI Nº 1181 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura
Modalidade de Aplicação: 339000 – 106
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 40.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.032 – Ampliação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água
Modalidade de Aplicação: 339000 – 112
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 – Manutenção das Atividades da Saúde e Promoção Social do Município

Modalidade de Aplicação: 339000 – 10

Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 04.122.2511.1.029 – Construção e Reforma da Casa Mortuária Linha Bento Gonçalves.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 89

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 130.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.1.009 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 02

Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.1.009 – Reforma e Ampliação das Unidades de Saúde.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 05

Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 13 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

LEI COMPLEMENTAR N. 118/2015

LEI COMPLEMENTAR N. 118/2015

“Altera dispositivo do Plano Diretor de Cordilheira Alta-SC – Lei Complementar n. 106/2014 – e dá outras providências.”

Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica promulgada e sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Parágrafo Único do Artigo 310 do Plano Diretor de Cordilheira Alta-SC – Lei Complementar n. 106/2014 – passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 310. [...]

Parágrafo Único: O perímetro urbano da cidade de Cordilheira Alta (SC) possui uma área de 235,00ha (duzentos e trinta e cinco hectares) ou 2,35km² (dois vírgula trinta e cinco quilômetros quadrados), com perímetro linear de 18,59km (dezoito vírgula cinquenta e nove quilômetros), com a seguinte delimitação sequencial:

O Ponto 00 (zero) localizado na coordenada Universal Transversal de Mercator (UTM) 341446,3 N e 7013606,0 S (estrada municipal, ao sul da cidade de Cordilheira Alta); até o Ponto 01, a uma distância aproximada de 123,00m (cento e vinte e três metros), em coordenada 341343,85 N e 7013675,3 S (em propriedade de Wilson Lenger); segue na direção do Ponto 02, a uma distância aproximada de 267,00m (duzentos e sessenta e sete metros), em coordenada 341129,90 N e 7013821,66 S; segue na direção do Ponto 03, a uma distância aproximada de 124,00m (cento e vinte e quatro metros), em coordenada 341023,25 N e 7013878,22 S (em propriedade de Mauri Zanluchi); segue em direção sudoeste, no Ponto 04, a uma distância aproximada de 122,00m (cento e vinte e dois

metros), em coordenada 340906,17 N e 7013871,72 S (em área de contato entre vegetação nativa e lavoura); segue até o Ponto 05, a uma distância aproximada de 111,00m (cento e onze metros), em coordenada 340875,5 N e 7013766,71 S (em contato de vegetação nativa com área de lavoura); segue até o Ponto 06, a uma distância aproximada de 315,00m (trezentos e quinze metros), em coordenada 340581,91 N e 7013795,14 S (sobre um curso d'água tributário formador do Lajeado São José); segue até o Ponto 07, a uma distância aproximada de 62,00m (sessenta e dois metros), em coordenada 340528,11 N e 7013793,27 S; segue até o Ponto 08, a uma distância aproximada de 30,00m (trinta metros), em coordenada 340992,91 N e 7013790,38 S; segue até o Ponto 09, a uma distância aproximada de 98,00m (noventa e oito metros), em coordenada 340521,17 N e 7013700,97 S; até o Ponto 10, a uma distância aproximada de 56,00m (cinquenta e seis metros), em coordenada 340523,24 N e 7013646,17 S; segue até o Ponto 11, a uma distância aproximada de 191,00m (cento e noventa e um metros), em coordenada 340594,74 N e 7013473,97 S (até o limite de tributário da área de preservação permanente do lajeado São José); segue até o Ponto 12, a uma distância aproximada de 89,00m (oitenta e nove metros), em coordenada 340525,79 N e 7013434,52 S (até o limite da área de preservação permanente do lajeado São José); segue até o Ponto 13, a uma distância aproximada de 80,00m (oitenta metros), em coordenada 340493,01 N e 7013374,19 S; segue até o Ponto 14, a uma distância aproximada de 214,00m (duzentos e quatorze metros), em coordenada 340503,91 N e 7013205,28 S; segue até o Ponto 15, a uma distância aproximada de 72,00m (setenta e dois metros), em coordenada 340466,87 N e 7013167,07 S (até o limite da área de preservação permanente do lajeado São José); segue até o Ponto 16, a uma distância aproximada de 302,00m (trezentos e dois metros), em coordenada 340278,60 N e 7013093,11 S (em curva de nível com altimetria de 680m); segue até o Ponto 17, a uma distância aproximada de 43,00m (quarenta e três metros), em coordenada 340240,51 N e 7013115,12 S (em limite de quadra urbana da área da Zona Industrial Predominante – ZIP); segue até o ponto 18, a uma distância aproximada de 400,00m (quatrocentos metros), em coordenada 339983,81 N e 7012818,92 S (em contato com rodovia municipal de ligação sul); segue até o Ponto 19, a uma distância aproximada de 302,00m (trezentos e dois metros), em coordenada 339741,53 N e 7012778,35 S (via municipal de acesso sul localizada no lajeado São José); segue até o Ponto 20, a uma distância aproximada de 581,00 (quinhentos e oitenta e um metros), em coordenada 339637,66 N e 7012313,9 S (sobre a via municipal de acesso sul localizada no lajeado São José em Zona Industrial Predominante – ZIP); segue até o Ponto 21, a uma distância aproximada de 249,00m (duzentos e quarenta e nove metros), em coordenada 339387,66 N e 7012348 S (em área sobre o lajeado São José até o contato direto com área de domínio da rodovia BR-282); segue até o Ponto 22, a uma distância aproximada de 2.630,00m (dois mil seiscentos e trinta metros), em coordenada 337628,21 N e 7012920,48 S (em linha de contato direto com a servidão da BR-282 - setor sul, no sentido município de Chapecó); segue até o Ponto 23, a uma distância aproximada de 333,00m (trezentos e trinta e três metros), em coordenada 337381,95 N e 7012817,44 S (em limite territorial com o município de Chapecó – setor leste); segue até o Ponto 24, a uma distância aproximada de 585,00m (quinhentos e oitenta e cinco metros), em coordenada 337081,61 N e 7013321,31 S (sobre limite territorial do município de Chapecó – sentido noroeste); segue até o Ponto 25, a uma distância aproximada de 316,00m (trezentos e dezesseis metros), em coordenada 336966,3 N e 7013614,38 S; segue até o Ponto 26, a uma distância aproximada de 775,00m (setecentos e setenta e cinco metros), em coordenada 337742,22 N e 7013614,38 S (linha em sentido leste - oeste); segue até o Ponto 27, a uma distância aproximada de 630,00m (seiscentos e trinta metros), em coordenada 337741,93 N e 7012983,33 S (linha em sentido norte - sul até o contato com a servidão da via BR-282 sentido norte); segue até a Ponto 28, a uma distância aproximada de 1.041,00m (mil e quarenta e um metros),

em coordenada 338725,69 N e 7013150,52 S ; deste segue até o ponto 29, a uma distancia de 200,00 m (duzentos metros), em coordenadas 338764,79 N e 7013346,66 S; deste segue até o ponto 30, a uma distancia de 330,00 m (trezentos e trinta metros), em coordenadas 339087,65 N e 7013274,73 S; deste segue até o ponto 31, a uma distancia de 200,00 m (duzentos metros), em coordenadas 339053,07 N e 7013077,75 S; (linha em sentido norte - sul até o contato com a servidão da via BR-282 sentido norte); segue até a Ponto 32, a uma distancia aproximada de 153,00m (cento e cinquenta e três metros), em coordenadas 339206,57 N e 7013058,51 S; (em área de contato entre a servidão da via BR-282 - setor norte, sobre a montante do lajeado São José); segue até o Ponto 33, a uma distância aproximada de 192,00m (cento e noventa e dois metros), em coordenada 339308,5 N e 7013201,07 S (em contorno de vegetação nativa, localizada sobre o lajeado São José, no sentido norte); segue até o Ponto 34, a uma distância aproximada de 142,00m (cento e quarenta e dois metros), em coordenada 339212,27 N e 7013289,46 S (em área de nascentes do lajeado São José, nas proximidades da Cordilat); segue até o Ponto 35, a uma distância aproximada de 155,00m (cento e cinquenta e cinco metros), em coordenada 339296,38 N e 7013412,07 S (na montante do lajeado São José); segue até o Ponto 36, a uma distância aproximada de 372,00m (trezentos e setenta e dois metros), em coordenada 339403,91 N e 7013402,07 S (sobre via vicinal municipal localizado sobre o lajeado São José no sentido norte); segue até o Ponto 37, a uma distância aproximada de 293,00m (duzentos e noventa e três metros), em coordenada 339693,61 N e 7013372,17 S (em área de nascentes do lajeado São José); segue até o Ponto 38, a uma distância aproximada de 249,00m (duzentos e quarenta e nove metros), em coordenada 339876,99 N e 7013149,19 S (no sentido norte – sudeste); segue até o Ponto 39, a uma distância aproximada de 108,00m (cento e oito metros), em coordenada 340105,71 N e 7013238,69 S (em área de contato com a faixa de domínio da rodovia BR-282 – setor norte); segue até o Ponto 40, a uma distância aproximada de 108,00m (cento e oito metros), em coordenada 340017,37 N e 7013299,9 S (em área lindeira norte com o atacado Ludovico Tozzo); segue até o Ponto 41, a uma distância aproximada de 370,00m (trezentos e setenta metros) em coordenada 340260,88 N e 7013497,29 S (em área lindeira oeste com o atacado Ludovico Tozzo); segue até o Ponto 42, a uma distância aproximada de 331,00m (trezentos e trinta e um metros) em coordenada 340172,46 N e 7013809,4 N (em linha de contorno com a servidão da via da BR-282 – setor norte); segue até o Ponto 43, a uma distância aproximada de 634,00m (seiscentos e trinta e quatro metros) em coordenada 340191,19 N e 7014057,53 S (contornando o loteamento Ludovico Tozzo, ao norte da cidade); segue até o Ponto 44, a uma distância aproximada de 394,00m (trezentos e noventa e quatro metros) em coordenada 340558,08 N e 7014093,10 S (margem da via municipal que liga a cidade até a linha Bento Gonçalves); segue até o Ponto 45, a uma distância aproximada 298,00m (duzentos e noventa e oito metros) em coordenada 340780,32 N e 7014213,68 S (contornando as empresas Cerealista e moinho Tozzo – ao norte); segue até o Ponto 46, a uma distância aproximada de 833,00m (oitocentos e trinta e três metros) em coordenada 341449,24 N e 7014599,04 S (em linha lindeira a servidão da via BR-282 em direção ao limite municipal de Xaxim – sentido nordeste); segue até o Ponto 47, a uma distância aproximada de 57,00m (cinquenta e sete metros) em coordenada 341455,24 N e 7014655,1 S (sentido nordeste); segue até o Ponto 48, a uma distância aproximada de 57,00m (cinquenta e sete metros) em coordenada 341488,38 N e 7014700,67 S (sentido nordeste); segue até o Ponto 49, a uma distância aproximada de 233,00m (duzentos e trinta e três metros) em coordenada 341701,91 N e 7014789,54 S (direção ao município de Xaxim); segue até o Ponto 50, a uma distância aproximada de 167,00m (cento e sessenta e sete metros) em coordenada 341670,79 N e 77014643,95 S (em direção a rodovia BR 282); segue até o Ponto 51, a uma distância aproximada de 466,00m (quatrocentos e sessenta e seis metros) pelo Eixo da via BR-282, em coordenada

342126,46 N e 7014718,99 S ; segue até o Ponto 52, a uma distância aproximada de 206,00m (duzentos e seis metros), em coordenada 342130,750 N e 7014512,85 S; segue até o Ponto 53, a uma distância aproximada de 452,00m (quatrocentos e cinquenta e dois metros) em coordenada 341686,441 N e 7014447,408 S; segue até o Ponto 54, a uma distância aproximada de 140,00m (cento e quarenta metros) em coordenadas 341641,73 N e 7014579,85 S; segue até o Ponto 55, a uma distância aproximada de 233,00m (duzentos e trinta e três metros) em coordenadas 341433,46 N e 7014474,77 S; segue até o Ponto 56, a uma distância de 307,00 m (trezentos e sete metros), (até a área de preservação permanente do arroio Pilão da Pedra); segue até o Ponto 57, a uma distância aproximada de 64,00m (sessenta e quatro metros) em coordenada 341328,01 N e 7014167,28 S (até a via municipal de ligação leste para o município de Xaxim); segue até o Ponto 58, a uma distância aproximada de 357,00 (trezentos e cinquenta e sete metros) em coordenada de 341627,13 N e 7014167,43 S (pela superfície da via municipal de ligação leste para o município de Xaxim); segue até o Ponto 59, a uma distância aproximada de 459,00m (quatrocentos e cinquenta e nove metros) com coordenada 341715,82 N e 7013798,77 S (em divisa de propriedade rural); segue até o Ponto 60, a uma distância aproximada de 777,00m (setecentos e setenta e sete metros) em coordenada 341538,32 N e 7013584,5 S (em área de contorno de loteamento de interesse social); segue até o Ponto 61, a uma distância aproximada de 676,00m (seiscentos e setenta e seis metros) em coordenada 341417,69 N e 7013572,24 S (contorno do Atacado Nilo Tozzo) e segue até o Ponto 00 (zero), a uma distância aproximada de 41,00m (quarenta e um metros) com coordenada Universal Transversal de Mercator (UTM) 341446,3 N e 7013606,0 S (sobre a estrada municipal, ao sul da cidade), fechando o polígono do perímetro urbano da cidade de Cordilheira Alta - SC.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de outubro de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 117/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2015

Contratado: CONSTRUTORA GHILHERME ARTHUR LTDA

Objeto: CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS – 3ª ETAPA- REPROGRAMADO POR EMPREITADA GLOBAL, COM ÁREA DE 571, 90M², LOCALIZADO NA RUA ALMIRANTE BARROSO, CENTRO, MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 0305394/17/2009 MINISTERIO TURISMO/CAIXA, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E PROJETO

Valor: R\$ 171.999,99 (cento e setenta e um mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

Vigência: 31/12/2015

Correia Pinto**PREFEITURA****ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 06/2015 FHMCP - PROCESSO 07/2015 FHMCP**

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 06/2015 FHMCP

PROCESSO 07/2015 FHMCP

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital de Registro de Preços - Processo n.º 06/2015 FHMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, COM EXECUÇÃO INDIRETA E FORNECIMENTO PARCELADO. Forma de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, alterando-se o número do processo de licitação, onde se lê: "Pregão Presencial 06/2015 FHMCP", passa a ser lido: "Pregão Presencial 07/2015 FHMCP" mantendo-se o mesmo horário de abertura da licitação, às 14:00 horas.

Correia Pinto, 15 de outubro de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

DILMAR PEREIRA

DIRETOR FUNDAÇÃO HOSPITALAR

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 39/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL

DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 39/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PALANQUES, PRANCHAS, TRAVAS E VIGAS DE EUCALIPTO, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

LENZI FILHOS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP

CNPJ: 80.126.840/0001-34

Instrumento: Contrato nº 0432/2015

LOTE	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
1	600	Palanque de eucalipto tratado de 08 à 12 cm, comprimento 2,10	16,4595	9.875,72
1	600	Palanque de eucalipto tratado de 13 à 15 cm, comprimento de 2,10	23,8413	14.304,78
1	380	Palanque de eucalipto tratado de 16 à 18 cm, comprimento 2,10	22,8438	8.680,64
1	200	Palanque de eucalipto tratado acima de 18 cm, comprimento 2,10	38,9043	7.780,86
2	400	Prancha de eucalipto	630,00	252.000,00
3	500	Trava de eucalipto 1 X 4 X 4,20	8,90	4.450,00
4	300	Vigas de eucalipto	525,00	157.500,00

Vigência: 16/09/2015 à 31/12/2015

Correia Pinto/SC 15 de outubro de 2015

VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

CONCORRENCIA PUBLICA 003/2015

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 095

Modalidade Concorrência nº 003/15

OBJETO: O objeto da presente Concorrência é a Seleção de proposta mais vantajosa, visando a Permissão de uso, de espaço para exploração de copa e cozinha no Ginásio Municipal de Esporte Willy Germano Gessner, João Tozini, localizado na Rua José Pasqualini, 126 na cidade de Corupá, contendo os seguintes espaços: Bar e Lanchonete, 25,84 m², admitindo-se prorrogação (na forma do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/1993), com a meta de atender aos usuários do espaço permitindo, no qual a permissionária devesse explorar a atividade de lanchonete, fornecendo refeições, lanches, bebidas e similares.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 15/10/2015 às 09 horas do dia 01/12/2015.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DO TIPO MAIOR LANCE OU OFERTA DO PREÇO MENSAL: 09h30min do dia 01/12/2015.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos mediante apresentação de 01 (uma) mídia gravável, para gravação dos arquivos, na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro - Diretoria de Licitações e Contratos, de 08h00min horas até 16h00min horas, ou através do site www.corupa.sc.gov.br link licitações.

Fica estipulada a data máxima do dia 30/11/2015 para que as empresas interessadas realizem a visita ao local, previamente marcado através do endereço acima citado, ou pelo fone (47)3375-6500 com o Sr. Josimar Caldeira.

Corupá, 15 de Outubro de 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Fica estipulada a data máxima do dia 30/11/2015 para que os interessados realizem a visita ao local dos pontos, previamente marcado através do endereço acima citado, ou pelo fone (47)3375-6500 com o Sr. Josimar Caldeira.

Corupá, 15 de Outubro de 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 939/15

DECRETO Nº 939/15

DESIGNA OS MEMBROS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua o Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com os artigos 3º a 5º Lei 2087/13;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Saúde - CMS, de acordo com o Art. 3º à 5º da Lei Municipal nº 2087/13:

REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS:

Das APP's:

Titular: Rosane Martini Berti

Suplente: Ingrid Gobi

Do Grupo União da Terceira Idade:

Titular: Norma Denk Lange

Suplente: Renita Kühl

Da Associação Recreativa dos Servidores Municipais de Corupá:

Titular: Moacir de Oliveira

Suplente: Fábio Bertoldi

Da Associação Corupaense dos Artesões - ACART:

Titular: Hildeberto Jankowski

Suplente: Scheila Minel

Do Conselho Pastoral Paroquial

Titular: Loacir Campregher

Suplente: Eliana Machado

Do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Denilson Luiz Pedrelli

Suplente: Edinei Mokwa

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES EM SAÚDE MUNICIPAL:

Da classe Médica

Titular: Dra. Nágia Fernanda Signoretti Rufas

Suplente: Dr. César Augusto Zarzana Lopes

Dos técnicos em Saúde

CONCORRENCIA PUBLICA 004/2015

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 096

Modalidade Concorrência nº 004/15

OBJETO: O objeto da presente Concorrência é a Seleção de proposta mais vantajosa, visando a CONCORRÊNCIA PÚBLICA DO TIPO MELHOR TÉCNICA COM PREÇO FIXADO NO EDITAL, PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL A TAXÍMETRO, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 15/10/2015 às 14 horas do dia 01/12/2015.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DO TIPO MELHOR TÉCNICA COM PREÇO FIXADO NO EDITAL: 14h30min do dia 01/12/2015.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos mediante apresentação de 01 (uma) mídia gravável, para gravação dos arquivos, na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro - Diretoria de Licitações e Contratos, de 08h00min horas até 16h00min horas, ou através do site www.corupa.sc.gov.br link licitações.

Titular: Emelly Priscilla Fontana Dalcastagne
Suplente: Isolete Steciuk Ratiko

REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO:

Do Hospital e Maternidade Jaraguá (P.A)
Titular: Franciesca Morgana Gasparetto Farias
Suplente: Taís Fernanda Dalmolin Gregol

Dos Bombeiros Voluntários de Corupá
Titular: Cláudio Sidnei Siqueira
Suplente: Kamila Rainiak

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

Da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
Titular: Fernando Gean Lunelli
Suplente: Mauri Edgar Padilha de Lima

Da Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Anita Aparecida Krisanski
Suplente: Mônica Wajand Siqueira

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 19 de outubro de 2015, ficando convalidados os atos praticados pelo conselho nomeado pela Portaria nº 3489/15 até a data de 18 de outubro de 2015, revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 935/15.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 08 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/15 – ÁGUAS DE CORUPÁ

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
ÁGUAS DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 004/15 – ÁGUAS DE CORUPÁ
OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de material de encanamento em PVC, para ampliação e

manutenção da rede de abastecimento de água do Município de Corupá, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08 horas do dia 15/10/2015 às 14 horas do dia 28/10/2015.
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 12/06/2015.
TIPO: Menor Preço por item.
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 15 de Outubro de 2015
CELSON GARCIA
PRESIDENTE ÁGUAS DE CORUPÁ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 035/15
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE TUBOS E MEIOS FIOS, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 15/10/2015 às 09h00min do dia 28/10/2015.
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 28/10/2015.
TIPO: Menor Preço por item.
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 15 de OUTUBRO de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA EXTRATO CONTRATO 014_15

NA PUBLICAÇÃO DO DIA 06/10/2015 EDIÇÃO DOM/SC Nº 1842

- onde se lê:

EXTRATO DE CONTRATO 00xx/15

Processo Licitatório nº 00xx/15

Dispensa de licitação nº 00xx/15

- leia-se:

EXTRATO DE CONTRATO 014/15

Processo Licitatório nº 03815

Dispensa de licitação nº 036/15

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.660/2015

DECRETO Nº 4.660/2015

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI Nº 5.592/2015

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.592/2015 no montante de R\$ 285.770,00 (duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e setenta mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

22.661.0025.1032 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS P/ IMPL. DE INDUSTRIAS

4490000000.00.1089 APLICAÇÕES DIRETAS

. R\$ 285.770,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 285.770,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos ALIENAÇÃO DE BENS no valor de R\$ 285.770,00 (Duzentos e oitenta e cinco mil setecentos e setenta reais).

Art. 3º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.592/2015 no montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 MANUTENÇÃO RECURSOS CONV. TRÂNSITO

3390000000.00.1010 APLICAÇÕES DIRETAS

. R\$ 25.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 25.000,00

Art. 4º . Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos CONVÊNIO DE TRÂNSITO no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 06 de outubro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos seis dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.661/2015

DECRETO Nº 4.661/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA DUAS PARTES DE UMA ÁREA DE TERRAS PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi , Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, art. 5º alínea "g",

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de utilidade Pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, duas partes de uma gleba de terras localizada neste Município no lugar denominado Taipinhas no perímetro urbano de propriedade de Marcos Smentkoski, inscrito no CPF N 629.783.309-53, Márcio Smentkoski, inscrito no CPF N. 606.900.979-72 e sua mulher Jane Maria Caus Smentkoski, CPF 575.603.749-72; Ana Maria Smentkoski Padilha, CPF 960.502.929-49 e seu marido Salvador Paulino Padilha, CPF 589.610.119-87 e objeto parcial da matrícula imobiliária 24.373 com as seguintes medidas e confrontações :

I – Área 01 : Inicia-se no marco denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 542019.270m e N= 6976111.989 m dividindo-o com Marcio Smentkoski e outros – Área 04- Mat. 24.373; Daí segue confrontando com Marcio Smentkoski e outros – área 04 - Mat.24.373 com o azimute de 99°31'41" e a distância de 146,19 m até o marco '1' (E=542163,447 m e N= 6976087.789 m); Daí segue confrontando com Marcio Smentkoski e outros – Área 03 – Mat. 24.373 com o azimute de 99°31'41" e a distância de 247.63 m até o marco '2' (E= 542407.658 m e N= 6976046.799 m); daí segue confrontando com Ivo França de Almeida - Mat. 2.094 com o azimute de 144°03'34" e a distância de 206,82 m até o marco '3' (E=542.529.048 m e N=6975879.355 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida - Mat.2.094 com o azimute de 99°30'20" e a distância de 60.42 m até o marco '4' (E=542588.643 m e N=6975869.376 m); Daí segue confrontando com SC-120 com o azimute de 182°47'47" e a distância de 5.75 m até o marco '5' (E=542588.362 m e N=6975863.635 m); Daí segue confrontando com Kaoru Antonio Haramoto – Mat. 6.016 com o azimute de 279°36'46" e a distância de 597,42 m até o marco '6' (E=541999.328 m e N=6975963.398 m); Daí segue confrontando com Marcio Smentkoski e outros – Área 02 Mat.24.373 com o azimute de 7°38'37" e a distância de 149,92 m até o marco '0= PP' (E=542019.270 m e N=6976111.989 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 7.05972 ha.

II – Área 07: Inicia-se no marco denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 542046.760 m e N= 6976544.618 m dividindo-o com Ivo França de Almeida – Mat. 2.094; Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida - Mat.2.094 com o azimute de 144°03'34" e a distância de 267,87 m até o marco '1' (E= 542203.985 m e N= 6976327.744 m); Daí segue confrontando com Marcos Smentkoski e outros – Mat. 24.373 com o azimute de 189°35'20" e a

distância de 43,02 m até o marco '2' (E= 542196.819 m e N= 6976285.327 m); daí segue confrontando com Marcos Smentkoski - Mat. 24.373 com o azimute de 279°43'34" e a distância de 152,87 m até o marco '3' (E=542046.144 m e N=6976311.153 m); Daí segue confrontando com Marcos Smentkoski e outros - Mat.24.373 com o azimute de 7°45'16" e a distância de 40,61 m até o marco '4' (E=542051.624 m e N=6976351.390 m); Daí segue confrontando com Marcos Smentkoski e outros Mat. 24.373 com o azimute de 329°31'29" e a distância de 136,36 m até o marco '5' (E=541982.467 m e N=6976468.910 m); Daí segue confrontando com Marcos Smentkoski e outros - Mat. 24.373 com o azimute de 278°54'21" e a distância de 193,88 m até o marco '6' (E=541790.921 m e N=6976498.926 m); Daí segue confrontando com Marcos Smentkoski e outros - Mat.24.373 com o azimute de 354°17'24" e a distância de 111,19 m até o marco '7'(E=541779.858 m e N=6976609.560 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida - Mat.2.094 com o azimute de 35°56'32" e a distância de 4,82 m até o marco '8' (E=541782.685 m e N=6976613.459 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 76°39'55" e a distância de 25,73 m até o marco '9' (E=541807.721 m e N=6976619.393 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 31°08'03" e a distância de 19,82 m até o marco '10' (E=541817.968 m e N=6976636.356 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 97°51'09" e a distância de 19,67 m até o marco '11' (E=541837.453 m e N=6976633.669 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 174°11'22" e a distância de 19,11 m até o marco '12' (E=541839.387 m e N=6976614.661 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 61°59'46" e a distância de 44,96 m até o marco '13' (E=541879.085 m e N=6976635.772 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 138°51'34" e a distância de 12,58 m até o marco '14' (E=541887.365 m e N=6976626.294 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 48°18'30" e a distância de 36,28 m até o marco '15' (E=541914.453 m e N=6976650.422 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 96°15'08" e a distância de 20,28 m até o marco '16' (E=541934.617 m e N=6976648.213 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 147°14'26" e a distância de 25,97 m até o marco '17' (E=541948.668 m e N=6976626.376 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 100°28'17" e a distância de 16,34 m até o marco '18' (E=541964.740 m e N=6976623.406 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 144°16'48" e a distância de 19,98 m até o marco '19' (E=541976.405 m e N=6976607.184 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 104°23'20" e a distância de 31,89 m até o marco '20' (E=542007.294 m e N=6976599.259 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 138°43'00" e a distância de 11,62 m até o marco '21' (E=542014.960 m e N=6976590.528 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 152°10'35" e a distância de 13,00 m até o marco '22' (E=542021.027 m e N=6976579.032 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida - Mat. 2.094 com o azimute de 228°13'06" e a distância de 27,66 m até o marco '23' (E=542000.400 m e N=6976560.601 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 181°54'42" e a distância de 4,30 m até o marco '24' (E=542000.257 m e N=6976556.303 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 148°12'26" e a distância de 3,52 m até o marco '25' (E=542002.110 m e N=6976553.313 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 105°47'59" e a distância de 6,98 m até o marco '26' (E=542008.824 m e N=6976551.413 m); Daí segue confrontando com Ivo França de Almeida Mat. 2.094 com o azimute de 100°09'19" e a distância de 38,54 m até o marco '0=PP' (E=542046.760 m e N=697544.618 m); início de descrição,

fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 6.02855 ha.

Parágrafo Único: A área de terras mencionada neste artigo destina-se à instalação da área industrial do município.

Art. 2º. Fica fazendo parte integrante desde decreto o mapa, memorial descritivo e laudo de avaliação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das seguintes dotações:

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA INDUSTRIA, COM E TURISMO

22.661.0025.1032 AQUISIÇÃO DE IMOVEIS PARA IMPL. DE INDUSTRIAS

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 60.663,08

4490000000.00.1089 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 332.770,00

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 200.200,06

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de outubro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Lenora Elisa Borsarini Secretária de Planejamento	Amaury Silva Secretário Municipal de Administração e Finanças
--	--

DECRETO Nº 4.662/2015

DECRETO Nº 4.662/2015

ESTABELECE PRAZO PARA REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO IPTU/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo § 4º do artigo 242 da Lei Complementar n. 028/2002,

DECRETA

Art. 1º. As isenções do pagamento do IPTU do exercício financeiro de 2016 a que se refere o artigo 242 da Lei Complementar n. 028/2002 deverão ser requeridas no período de 01 de outubro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 fazendo o contribuinte prova das condições estabelecidas neste artigo.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de outubro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos seis dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.663/2015

DECRETO Nº 4.663/2015

ALTERA DATA COMEMORATIVA DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba.

DECRETA

Art. 1º - A comemoração do dia do servidor Público para o ano de 2015, instituída pelo artigo 167 da Lei Complementar n. 026/2002 será excepcionalmente realizada no dia 30 de outubro de 2015, por razões de interesse e conveniência pública.

Art. 2º. É facultativo o ponto em todas as repartições públicas municipais de Curitiba, no dia 30 de outubro de 2015 – sexta-feira, em virtude das comemorações do dia do servidor Público.

Art. 2º - Não será facultativo o ponto nas repartições públicas municipais cujos serviços são considerados essenciais e não podem, por sua natureza, ser suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 6 de outubro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.664/2015

DECRETO Nº 4.664/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI Nº 5.593/2015.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.593/2015 no montante de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO	
02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO	
22.661.0025.1032 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS P/ IMPL. DE INDUSTRIAS	
4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS	
. R\$ 105.000,00	
TOTAL DA ANULAÇÃO	R\$ 105.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.593/2015 no montante de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO	
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	
4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS	
R\$ 35.000,00	

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO	
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	
15.452.0018.2061 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS	
3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS	
R\$ 70.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	
. R\$ 105.000,00	

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de outubro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos seis dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 188/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 188/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto e MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUIMÁRIOS DE USO DA POLÍCIA MILITAR E DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 27/10/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 27/10/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitiba, 08 de Outubro de 2015.
José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PARA USO NA 24ª CIRETRAN, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 27/10/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 27/10/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 14 de Outubro de 2015.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 191/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 191/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE CONES DE SINALIZAÇÃO E MATERIAL DE PINTURA PARA USO DA UNIDADE DE POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 28/10/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 28/10/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br

Curitiba, 14 de Outubro de 2015.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

LEI Nº 5.598/2015

LEI Nº 5.598/2015

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - O Orçamento do Município de Curitiba, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2016, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com as normas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Demonstrativos e Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
- Demonstrativo III - Das Metas fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
- Demonstrativo V - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
- Demonstrativo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS
- Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS
- Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de Receita
- Demonstrativo VIII - Margem de expansão das Despesas obrigatórias de caráter continuado
- Demonstrativo IX - Metodologia e memória de cálculo das metas anuais para as Receitas
- Demonstrativo X - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as Despesas
- Demonstrativo XI - Metodologia e Memória de cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário
- Demonstrativo XII - Metodologia e Memória de cálculo das Metas Anuais para o resultado nominal.
- Demonstrativo XIII - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida
- Demonstrativo XIV - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Demonstrativo XV – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

Demonstrativo XVI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programa.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, são consolidados.

METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes.

Parágrafo Único - Os valores correntes dos exercícios de 2016, 2017 e 2018 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pelas normas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 6º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, traduz as variações do Patrimônio do Município.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 7º - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos.

Parágrafo Único - De conformidade com as normas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2015, 2016, 2017 e 2018.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 8º - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 9º - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 10 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de

títulos, operações de créditos e precatórios judiciais, parcelamento de débitos e contratos a longo prazo.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2015, 2016, 2017 e 2018.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 11 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, estão definidas e demonstradas nos anexos extraídos do Plano Plurianual de 2014 a 2017, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2016 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 12 - O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e Fundos, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Parágrafo Único: O orçamento dos fundos poderá ser incorporado ao orçamento 2016 da Prefeitura Municipal apenas como unidade orçamentária, mediante lei específica.

Art. 13 - A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Fundações e Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 14 - O Orçamento para exercício de 2016 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e Fundos. (arts. 1º, § 1º; 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 15 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 16 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal e para recondução do montante da dívida consolidada aos limites estabelecidos, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º e 31, § 1º, II da LRF)

I – proibição de realizar operações de crédito interna ou externa por antecipação de receita

II – redução de até 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

III – redução dos investimentos programados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 17 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 18 – O orçamento para o exercício de 2016, de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados a no máximo 10% da Receita Orçamentária prevista, destinada a obtenção de resultado primário, atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo de Riscos Fiscais desta lei. (Art. 5º, III "b" da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal.

Art. 21 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 22 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2016, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, de atendimento à saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas da aplicação dos recursos, na forma estabelecida pelo Manual de Prestação de contas do Município.

Art. 24 - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda o equivalente a Três vezes o valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo Único -O remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2016, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 (art. 167, I da Constituição Federal).

Parágrafo único: Para as ações já existentes e relacionados nos anexos do Plano Plurianual – Lei 5.051/2013, fica o Poder Executivo autorizado a incluir novas modalidades de aplicação e fontes de recursos por decreto.

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas

planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 31 – A lei orçamentária para 2016, poderá autorizar o Executivo Municipal a utilizar em até 100% o Excesso de Arrecadação para suplementação de dotações orçamentárias, respeitadas as fontes de recurso.

Art. 32 – A lei orçamentária para 2016, poderá autorizar o Executivo Municipal a utilizar em até 100% o Superávit Financeiro do exercício anterior para Suplementação de dotações orçamentárias, respeitadas as fontes de recurso.

Art. 33 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2016 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 34 - A Lei Orçamentária para 2016 poderá autorizar o Poder Executivo Municipal a utilizar os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou seu excesso, para abertura de créditos adicionais suplementares.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 - A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observados os limites estabelecidos pela resolução do Senado Federal e na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 36 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 37 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 38 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016.

Art. 39 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 40 - O Poder Executivo Municipal adotará as seguintes medidas, obedecido a ordem abaixo, para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I – redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

IV– proibição de contratação ou admissão de pessoal a qualquer título, ressalvadas as hipóteses do parágrafo único do art. 22 da LRF;

V – demissão de servidores municipais não estáveis na forma da Lei Complementar nº 026/2002;

VI – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

Art. 41 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o " 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 42 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 43 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 44 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45 – O Município poderá receber assistência técnica e cooperação financeira da União para modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária com vistas ao cumprimento das normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 46 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

Parágrafo Único - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 47 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência financeira.

Art. 48 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 49 - O Executivo Municipal está autorizado a celebrar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 50 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de outubro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.592/2015

LEI Nº 5.592/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 285.770,00 (duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e setenta mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

22.661.0025.1032 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS P/ IMPL. DE INDUSTRIAS

4490000000.00.1089 APLICAÇÕES DIRETAS

. R\$ 285.770,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 285.770,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos ALIENAÇÃO DE BENS no valor de R\$ 285.770,00 (Duzentos e oitenta e cinco mil setecentos e setenta reais).

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 MANUTENÇÃO RECURSOS CONV. TRÂNSITO

3390000000.00.1010 APLICAÇÕES DIRETAS

. R\$ 25.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 25.000,00

Art. 4º . Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos CONVÊNIO DE TRÂNSITO no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de outubro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.593/2015

LEI Nº 5.593/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

22.661.0025.1032 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS P/ IMPL. DE INDUSTRIAS

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS

. R\$ 105.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$

105.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS

R\$ 35.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0018.2061 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS

R\$ 70.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO

. R\$ 105.00,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de outubro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.594/2015

LEI Nº 5.594/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Divair de Fátima dos Santos, inscrita no CPF sob n. 015.110.839-05, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 363,00 m² (trezentos sessenta e três metros quadrados), situado ao lado oeste da Rua Balduino Pereira de Souza e faz esquina ao norte da Rua Tenório Cavalcante, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 30,00 metros com Antonio Levino Ribeiro
Ao Sul, 30,50 metros com a Rua Antonio Tenório Cavalcante
Ao Leste, 16,50 metros com a Rua Balduino Pereira de Souza;
Ao Oeste, 7,50 metros com Joceli Proencio.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 06 de outubro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.595/2015

LEI Nº 5.595/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO ÁGUA SANTA

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Elvira dos Santos Medeiros, inscrita no CPF sob n. 028.709.049-32, do lote urbano no Bairro Água Santa, com área de 489,00m² (quatrocentos e oitenta e nove metros quadrados), situado ao lado sul da Rua Santo Domingos Ogliari, esquina com a Avenida Fioravante Ortigari, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 19,80 metros com a Rua Santo Domingos Ogliari;
Ao Sul, 13,50 metros com Maria Salete Padilha;
Ao Leste, 29,90 metros com Avenida Fioravante Ortigari;
Ao Oeste, 29,50 metros com Agenor Mendes.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 06 de outubro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.596/2015

LEI Nº 5.596/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Santolina Barbosa, inscrita no CPF sob n. 981.709.029-91, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 381,33m² (trezentos e oitenta e um metros, trinta e três centímetros quadrados), situado em uma servidão de passagem e a 59,148m ao sul da rua Salvador Calomeno, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 26,76 metro, sendo 5,40 m com servidão de passagem e 21,36m com Carmelita Aparecida dos Santos;
Ao Sul, 26,76 metros com espólio de José Maria Rodrigues
Ao Leste, 5.10 m com posse de Luciana dos Santos;
Ao Oeste, 14,50 m com Begair Barbosa dos Santos

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 06 de outubro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.597/2015

LEI Nº 5.597/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Edite Fatima Anastacio, inscrita no CPF sob n. 723.437.619-49, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 214,50m² (duzentos e quatorze metros e cinquenta decímetros

quadrados), situado ao lado leste da Rua Angelo Soncini, e dista 22,00m, ao norte da Rua Augusto Groenner, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 19,50 metros com Patrimônio Municipal;
Ao Sul, 19,50 metros com Lidia Cardoso Farias;
Ao Leste, 11,00 metros com Darci Correa;
Ao Oeste, 11,00 metros com a Rua Angelo Soncini.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 06 de outubro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.599/2015

LEI Nº 5.599/2015

INCLUI AÇÃO E ALTERA ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL 2014-2017.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ação no Anexo Programas de Governo constantes da lei nº 5.051/2013 que compõem o Plano Plurianual 2014-2017, conforme abaixo:

Programa 005– ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
Atividade : 2.092 – Manutenção das Atividades da Terceira Idade
Valor R\$ 80.000,00

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 09 de outubro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

15 de setembro de 2015.

OF/PROJUR/294/2015

Senhor Presidente

Assunto: Projeto de Lei nº 181/2015

Encaminhamos à deliberação dessa Casa, o Projeto de Lei nº 181/2015 que objetiva promover alterações na Lei nº 5.051/2013, de modo a incluir no Plano Plurianual 2014-2017 ação tendente a possibilitar e viabilizar a manutenção das atividades da Terceira

Idade junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Atenciosamente

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Arcílio Alves
DD. Presidente da Câmara de Vereadores
Curitibanos - SC

LEI Nº 5.600/2015

LEI Nº 5.600/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores da rua Avelino Rodrigues França objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento da área de 9m X 261 m totalizando 2.349 m².

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou paralelepípedos , bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos e pela indicação de representante.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 09 de outubro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Hercilio Beppler
Secretário Municipal Transportes e Obras

LEI Nº 5.601/2015

LEI Nº 5.601/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Willian Marcelo Moreira Balbinotti, inscrito no CPF sob n. 094.276.039-50, do lote urbano, Bairro Getulio Vargas, com área de 328,56m² (trezentos e vinte e oito metros e cinquenta e seis décimos quadrados), situado ao lado sul da Rua Edgar Hoppen, esquina ao Leste da Rua Aldo Pereira Scoz, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 17,70 metros com a Rua Edgar Hoppen;
Ao Sul, 11,40 metros com lote 10 da mesma quadra;
Ao Leste, 25,00 metros com lote 01 da mesma quadra;
Ao Oeste, 20,31 metros com a Rua Aldo Pereira Scoz.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 09 de outubro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.602/2015

LEI Nº 5.602/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a João de Souza Mendes, inscrito no CPF sob n. 440.543.519-72, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 322,69m² (trezentos e vinte e dois metros e sessenta e nove decímetros quadrados), situado ao lado sul da Rua Antonio Tenório Cavalcante, e faz esquina ao leste da Rua José Proença, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 10,00 metros com a Rua Antonio Tenório Cavalcante;
Ao Sul, 11,00 metros com Maria de Lurdes de Souza Santos;
Ao Leste, 26,50 metros com Antonio Ademir Mendes;
Ao Oeste, 32,70 metros com a Rua José Proença.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 09 de outubro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 186/2015

RETIFICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 186/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público a retificação referente ao Pregão Presencial nº 186/2015, conforme segue:
Referente a data de protocolo e abertura dos envelopes.

Onde se lê: Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 20/10/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 20/10/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos;

Leia-se: Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 20/10/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 20/10/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos;

Mantém-se as demais disposições e informações constantes no Edital.

Curitiba, 14 de Outubro de 2015.
José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 104/2015. Objeto: Aquisição de pneus para as viaturas da polícia, adquiridos com recursos dos convênios com a Administração Municipal Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 28/10/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 14/10/2015.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2004/2015

DECRETO 2004, de 28 de setembro de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho, no valor de R\$ 65.000,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:
ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROJ/ATIV – 2.008 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 182 – 3.3.90.00.00.00.03.0300 – Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00

ÓRGÃO 07 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV – 2.056 – CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
 192 – 3.3.90.00.00.00.03.0300 – Aplicações Diretas
 R\$ 25.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 28 de setembro de 2015.
 Walter Kleber Kucher Junior
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
 Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2004/2015, de 28 de setembro de 2015

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0300 – Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	2.353.559,60
(-) Passivo Financeiro	(492.176,26)
Superávit Financeiro	1.861.383,34
Deduções	
Decreto n.º 1954/2015	200.000,00
Decreto n.º 1955/2015	25.000,00
Decreto n.º 1960/2015	48.454,25
Decreto n.º 1987/2015	120.000,00

Decreto n.º 1992/2015	48.000,00
Decreto n.º 2000/2015	75.000,00
Decreto n.º 2004/2015	65.000,00
Total	581.454,25
Saldo	1.279.929,09

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
 Técnico Contábil

DECRETO 2005/2015

DECRETO 2005, de 30 de setembro de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 50.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:
ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV – 2.037 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 – 3.3.90.00.00.00.03.0002 - Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 30 de setembro de 2015.
 Walter Kleber Kucher Junior
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
 Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 2005/2015, de 30 de setembro de 2015

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0300 – Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	2.353.559,60
(-) Passivo Financeiro	(492.176,26)

Superávit Financeiro	1.861.383,34
Deduções	
Decreto n.º 1954/2015	200.000,00
Decreto n.º 1955/2015	25.000,00
Decreto n.º 1960/2015	48.454,25
Decreto n.º 1987/2015	120.000,00
Decreto n.º 1992/2015	48.000,00
Decreto n.º 2000/2015	75.000,00
Decreto n.º 2004/2015	65.000,00
Decreto n.º 2005/2015	50.000,00
Total	631.454,25
Saldo	1.229.929,09

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

DECRETO 2006/2015

DECRETO 2006, de 01 de outubro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, e autorizada conforme Lei nº 1378 de 15 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Erval velho Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.224,44 para a SUPLEMENTAÇÃO das dotações abaixo;

ÓRGÃO – 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE – 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV. – 2.013 – PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
49 - 3.3.90.00.00.00.0437 - 41 R\$ 690,45

PROJ/ATIV. – 2.043 – PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
73 - 3.3.90.00.00.00.0437 - 43 R\$ 162,99

PROJ/ATIV. – 2.044 – PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
75 - 3.3.90.00.00.00.0437 - 42 R\$ 1.371,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 437- Outras Transferências do FNDE – Detalhamento 41 – PNAE FUNDAMENTA, 42 – PNAE CRECHE E 43 – PNAE PRÉ-ESCOLA, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho – Estado de Santa Catarina, em 01 de outubro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 3134/2015

PORTARIA 3134, de 02 de outubro de 2015.

Concede licença maternidade à servidora que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Maternidade à Senhora JULIANA FERRARI, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar de 01 de outubro de 2015, com término previsto para 28 de janeiro de 2016, sem prejuízos no seu vencimento.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 02 de outubro de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3135/2015

PORTARIA 3135, de 02 de outubro de 2015.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 à 30 de outubro de 2015, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Gelson Camilo Dalmedico	Diretor de Administração e Finanças	05/08/2014	A	04/08/2015
Roberto Bazzi	Operador de Máquinas	04/04/2014	A	03/04/2015

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 02 de outubro de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3136/2015

PORTARIA 3136, de 02 de outubro de 2015.

Exonera servidor e declara vacância do cargo em virtude de aposentadoria e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a concessão, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Lurdes Maria Rissotto, conforme benefício n. 168.351.875-3 e carta de concessão de aposentadoria datada de 13 de agosto de 2015,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a servidora LURDES MARIA RISSOTTO, do cargo de Agente Administrativo, nível 03-B, matrícula n.47, nomeada pela Portaria n.0989/2002, de 02 de abril de 2002, lotada no Quadro de Pessoal do Município, em virtude de ter sido aposentada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, e em consequência disso declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 02 de outubro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3137/2015

PORTARIA 3137, de 02 de outubro de 2015.

Designa servidor para responder por atos de publicação e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art.1º. Designar a servidora ALESSANDRA TONIAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Tesouraria, para responder pela publicação do Mural Público pelo período de férias do servidor Gelson Camilo Dalmedico.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 02 de outubro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3138/2015

PORTARIA 3138, de 02 de outubro de 2015.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso VIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 002/2015, originado pelo Edital n. 002/2015, de 17 de março de 2015,

Resolve:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário, o Senhor ODAIR JOSÉ DE MORAIS, para ocupar temporariamente o cargo de Agente de Serviços Gerais I, nível 01-A, com carga horária de 40hs (quarenta horas) semanais, conforme prevê a legislação vigente, limitando-se até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por interesse público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 02 de outubro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3139/2015

PORTARIA 3139, de 02 de outubro de 2015.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, com a Lei Municipal nº 0949/2001, de 06 de setembro de 2001 e suas alterações, de acordo com o Processo Seletivo n. 007/2014, originado pelo Edital n. 007/2014, de 29 de dezembro de 2014;

Considerando a Lei Complementar n. 051, de 14 de fevereiro de 2006, regulamentada pela Lei Federal n. 11.350, de 05 de outubro de 2006,

Resolve:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora LARISA DIAS DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, pelo período que perdurar o programa Estratégia Saúde da Família – ESF, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 0949/2001, ou ainda podendo ocorrer rescisão antecipadamente a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 02 de outubro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3140/2015

PORTARIA 3140, de 06 de outubro de 2015.
Concede Progressão Funcional a servidor que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com os artigos 15 e 16 da Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Progressão Funcional no percentual de 4%(quatro por cento) sobre o salário base a servidora Lucia Jacinta Recalcatti, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, passando do nível 05-B para 05-C.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 06 de outubro de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 161/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 161/PMF/2015;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para execução dos serviços de desinsetização, desratização, descupinização e limpeza de caixa d'água para atendimento de diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 28 de outubro de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 14 de outubro de 2015.
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 162/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 162/PMF/2015;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para fornecimento de transformador trifásico, a fim de atender as necessidades do Aeroporto Diomício Freitas do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 29 de outubro de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 14 de outubro de 2015.
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0009_2015 - RP 0082 - DOM

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0009/2015 – PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0082/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de lousas educacionais interativas para uso nos Centros de Educação Municipais de Ensino Fundamental, incluindo serviços de instalação, configuração, capacitação, manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia, bem como o fornecimento de softwares e licenças, com entregas parceladas durante o período de novembro de 2015 a fevereiro de 2016. Julgamento: Menor Preço por LOTE. Recebimento das Propostas: das 12:00 horas do dia 19/10/2015 até às 18:00 horas do dia 30/10/2015. Abertura e julgamento das propostas: das 12:00 horas até às 14:00 horas do dia 03/11/2015. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 15:00 horas do dia 03/11/2015. Referência de Tempo: horário de Brasília (DF). Local: www.bll.org.br, Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 14 de outubro de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

EXTRATO EDITAL ACT Nº 0024-2015 - AG. DE SAÚDE

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0024 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para a função pública de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE das seguintes localidades: Bairro Bela Vista, Jardim América, Liberata e São Luiz, Macieira, Nações, Portal, Santo Antonio, Roland Mayer/Vila Nova, Santa Monica, São Cristóvão, São José, São Miguel/ Nossa Senhora Aparecida, São Sebastião/ Mirassol, Vila Salete, Localidades Butia Verde Setor I e Vila Reflor, Campina do Serro/ Assentamento Contestado/ Santa Helena, Dez de Novembro, Faxinal dos Carvalhos, Faxinal dos Domingues, Faxinal dos Domingues I e II, Gruta Nossa Sra de Lourdes/ Fazenda Conte, Lau Mello, Rio Mansinho/Fischer, Taquaruçu de Cima e Assentamentos Butiá Verde, Dandara/Barro Preto, Assentamento Rio Mansinho e Linha Baía e Baía I. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015 e 2016, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 16 de outubro de 2015 a 16 de novembro de 2015, sendo das 12:30 às 17:30 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2101/2015

PORTARIA Nº 2101, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora BIANCA GOMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 086.592.699-93, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de outubro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2102/2015

PORTARIA Nº 2102, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 01334/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear BIANCA GOMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 086.592.699-93, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 3, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de outubro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2103/2015

PORTARIA Nº 2103, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 01332/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADRIANA FÁTIMA DE LARA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 051.696.389-90, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESOLUÇÃO CME 004-2015 NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA

Resolução nº. 004/2015 do Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo

O Conselho Municipal de Educação do Município de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais em especial no que lhe confere o art. 3o, II e IV do Regimento Interno, em reunião realizada no dia 07/10/2015;

CONSIDERANDO, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96

CONSIDERANDO, a Lei 170/98 nos seus artigos: Art. 26 parágrafo 10, Art. 67 parágrafo VI e Art. 82 parágrafo VII;

CONSIDERANDO, a Lei 1525/00 no seu Art. 25 parágrafo VI;

CONSIDERANDO, a necessidade de definir critérios que visem à composição de turmas do ensino fundamental das escolas municipais ;

RESOLVE:

Art. 1º – Compete a Secretaria Municipal de Educação a organização e a composição das turmas nas unidades escolares;

Art. 2º – Compete a Secretaria Municipal de Educação a autorização para abertura de novas turmas e ou desdobramento de turmas;

Art. 3º – Na distribuição de alunos por turma deve-se seguir o que consta na Lei Complementar nº 170/98, em seus artigos nº 67, inciso VI e nº 82, inciso VII, itens, a e b

Art. 4º - Turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental: mínimo 15 alunos e máximo 25 alunos

Parágrafo único: O desdobramento da turma acontecerá na medida em que o número de alunos contemple o número mínimo em sala de aula estabelecido neste artigo;

Art. 5º - Turmas do 4º ao 5º ano do Ensino Fundamental: mínimo 15 alunos e máximo 30 alunos

Parágrafo único: O desdobramento da turma acontecerá na medida em que o número de alunos contemple o número mínimo em sala de aula estabelecido neste artigo;

Art. 6º - Turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental: mínimo 20 alunos e máximo 35 alunos

Parágrafo único: O desdobramento da turma acontecerá na medida em que o número de alunos contemple o número mínimo em sala de aula estabelecido neste artigo;

Art. 7º Caso haja número de alunos por turma inferior ao estabelecido nos artigos 4º, 5º e 6º a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes avaliará o contexto para decidir se autorizará o funcionamento da turma com o número reduzido de alunos;

Art. 8º Quanto a metragem da sala de aula seguiremos a Lei nº 1525/00 que dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação no seu artigo 25, parágrafo VI.

Parágrafo I: Compete a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes avaliar se a metragem da sala de aula comporta o número de alunos estabelecido nos artigos 4º, 5º e 6º visando o bem-estar de alunos e professores;

Parágrafo II: Compete a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes aferir as salas de aula documentando a capacidade de cada ambiente;

Art. 9º No caso de turmas únicas do Ensino Fundamental, com número de alunos inferiores a 15 nos anos iniciais e 20 nos anos finais, articular com escolas públicas próximas, oferecendo a turma em apenas uma escola. Não sendo possível agrupar os alunos de diferentes escolas, cabe a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes autorizar o funcionamento da turma com número reduzido de alunos;

Art. 10º Somente serão admitidas turmas com números inferiores nas localidades onde não houver outra escola pública próxima e alunos que não possam ser atendidos pelo transporte escolar;

Art. 11º As classes multisseriadas serão admitidas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, mediante organização por ciclos de conhecimento.

Parágrafo único: As classes multisseriadas serão admitidas na Educação Infantil desde que contemplem agrupamentos de crianças por faixa etária priorizando o desenvolvimento integral da criança.

Art. 12º Uma classe multisseriada será formada no máximo por 25 alunos;

Art. 13º Cabe a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes tomar a decisão sobre o funcionamento de uma classe multisseriada, assim como oferecer formação continuada específica ao professor que irá desenvolver o trabalho com tal turma e adequação curricular.

Registre-se e Publique-se.

Fraiburgo, 07 de outubro de 2015.

Conselheiros:

Roberto Rivelino Lemos

Aydin Fatima Balvedi

Claudete Alves de Lima

Tatiana Rezzadori

Hercília Frago Gemo

Osni Gomes

Teresa Alves dos Santos

Itamar Favero

Tatiana Carla Scalabrin

Sighard Egon Seidel

(*) Publicada a presente resolução em 14 de outubro de 2015 nesta Secretaria Municipal de Educação.

Claudete Gheller Mathias

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Frei Rogério**PREFEITURA****EXTRATO PORTARIAS MÊS DE SETEMBRO DE 2015****EXTRATO PORTARIAS MÊS DE SETEMBRO DE 2015**

Número	Assunto	Resumo	Data
190/2015	Exonerar	Rescinde o contrato de trabalho de CLEITON DA SILVA OLIVEIRA.	01/09/2015
191/2015	Designar	Designa o servidor MARCOS RIBEIRO, para receber Função Gratificada IV - Prêmio, prevista em lei para desempenhar serviços ao patrimônio.	01/09/2015
192/2015	Designar	Designa a servidora TATIANE TERESINHA ALVES PILON DE OLIVEIRA, para receber Função Gratificada IV - Prêmio, prevista em lei para desempenhar serviços contábeis.	01/09/2015
193/2015	Diversos	Cessa o efeito da Portaria 218/2014 que designou o Senhor HIDEKI IWASAKI, ocupante do cargo de Vice Prefeito Municipal, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.	03/09/2015
194/2015	Nomear Funcionário	Nomeia o Sr. EDSON MACIEL CARVALHO, para exercer o Cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com vencimentos correspondentes ao cargo em acordo com a legislação vigente.	03/09/2015
195/2015	Exonerar	Rescinde a partir de 08/09/2015 o contrato de trabalho de ZELEIDE SILVA DA ROCHA DE SOUZA, conforme requerimento protocolado sob o nº426/2015.	09/09/2015
196/2015	Nomeia Comissão, Conselho, etc	Nomeia a Comissão de Avaliação Administrativa com efeito de dirimir e/ou firmar os artigos constantes no Decreto nº747/2015 de 11 de setembro de 2015.	14/09/2015
197/2015	Designar	Designa o servidor MARCOS RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Administrativo, para substituir o servidor GENÉSIO RINALDI na Função de Agente Administrativo, durante suas férias.	14/09/2015
198/2015	Designar	Designa o servidor OSNI ABREU, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Administrativo, para substituir o servidor NOEMAM MACIEL PEPE na Função de Tesoureiro, durante suas férias.	14/09/2015
199/2015	Nomeia Comissão, Conselho, etc	Nomeia Comissão Processante e Determina Instauração de Processo Administrativo Disciplinar em Desfavor de Servidor Municipal.	16/09/2015
200/2015	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio no período de 21/09/2015 a 30/09/2015, 10 (dez) dias, ao servidor JORGE DE LORENZI, servidor efetivo no cargo de Motorista de Transporte Escolar, referente ao período aquisitivo de 2007 a 2012.	18/09/2015
201/2015	Exonerar	Rescinde o contrato de trabalho de IRACI PRATES DE OLIVEIRA MELO, nomeada através da Portaria 051/2015, para exercer o cargo de Professora junto ao Centro Municipal Adolfo Soletti.	21/09/2015
202/2015	Contrato de Trabalho	Contrata a Sra. ELISANGELA DE LORENZI MACHRY, para exercer o cargo de PROFESSORA NÍVEL II, para prestação de serviços junto a C.M.E. I Meus Primeiros Passos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	22/09/2015
203/2015	Diversos	Substitui, a pedido, o nome do membro Tatiane Teresinha Alves Pilon de Oliveira da Comissão Processante nomeada pela Portaria 199/2015, destinada a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de servidor municipal, nomeando em substituição o servidor Eduardo Melo.	29/09/2015
204/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias aos servidores relacionados, no período de 01/10/2015 a 30/10/2015 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	30/09/2015
205/2015	Exonerar	Exonera a partir de 01/10/2015 o senhor PAULO CEZAR RIBEIRO, nomeado através da Portaria 013/2013, para exercer o cargo de Chefe de Serviços.	30/09/2015

Frei Rogério, 14 de outubro de 2015.

MAGNA ADRIANE RIBEIRO

Diretora de Departamento - RH

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 199/2015

DECRETO N.º 199, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-CONSELHO DO FUNDEB.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no art. 24, § 1º da Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007, e Lei Municipal n.º 1.282, de 20 de fevereiro de 2009 e alteração,

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados, para formarem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, Composição para 2015 – 2017:

I – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL (Secretaria Municipal de Educação e Cultura)

Titular: Marilete Ângela Alberti de Abreu

Suplente: Cleide de Souza

II – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: Claudio Pereira

Suplente: Ronye Paes

III - PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Elis Regina Oliveira Soares

Suplente: Juliana de Abreu

IV - DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Maria Goreti Soares Amorim

Suplente: Iara dos Santos Martins Westrup

V - SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Kelly Fernanda de Oliveira

Suplente: Rosa Maria de Souza Bento

VI - PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Kirley Lisboa

Suplente: Dalila Pacheco Bernardo

Titular: Sônia Regina de Souza Gonçalves

Suplente: Greicy Pacheco Cardoso

VII - ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Vanair Alexandre Conceição Gonçalves

Suplente: Juliano de Freitas Batista

VIII - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Luiz Fernando Alves Bittencourt

Suplente: Zulmar Corrêa

IX – CONSELHO TUTELAR

Titular: José Ricardo Lobo

Suplente: Roberta Pires Leguissamo

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 63/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 63/2015

PMG/FMS

Ata nº. 63/2015; Processo nº.118/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: IAKOPA COMERCIAL LTDA ME; IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME; Objeto: Registro de preço para aquisição de Impressora para uso das Secretarias Administradas pela Prefeitura Municipal de Garopaba; Valor: R\$ 22.934,38; Data da Assinatura: 14/10/2015.

PORTARIA N.º 897/2015.

PORTARIA N.º 897, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

CONSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir Comissão nos termos do art. 13, da Lei Municipal n.º 1000/2005, formada pelos senhores: JEAN NASCIMENTO PACHECO, Auditor Fiscal da Fazenda; LORENA BERNARDO DE ABREU, Agente Administrativo, LUIZ CARLOS GASPAS, Auditor Fiscal da Fazenda, RAFAEL DE SOUZA, Contador e SIMONE VERA WOLFF, Agente Administrativo, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de acompanhamento e fiscalização do concurso público 001/2015.

Art. 2º. A Comissão de que trata o art. 13, da Lei 1000/2005 não terá atribuições executivas, sendo de sua competência a verificação da subordinação do edital aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como o sigilo na aplicação das provas, e outras condições necessárias a fim de assegurar igualdade de condições aos competidores.

Art. 3º. Para cumprimento do art. 14, da Lei 1000/2005 após concluídos os trabalhos do concurso, e proclamado o seu resultado, observados os prazos estabelecidos no edital para possíveis recursos, será o mesmo encaminhado para o Prefeito Municipal ou para o Presidente da Câmara de Vereadores, para fins de homologação, a qual será dada ampla publicidade para efetivação do provimento que ocorrerá na forma estabelecida no Capítulo III deste Título

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 15/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

PORTARIA Nº 156/2015

PORTARIA Nº 156, de 05 de outubro de 2015

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE EMPREGADO PÚBLICO, A PEDIDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 046/09 DE 16/10/09 E ALTERAÇÕES;

CONSIDERANDO, processo nº. 2596/2015.

RESOLVE:

ART. 1o. Exonerar a pedido, a empregada pública ANA PAULA HUBNER, do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, admitida através da Portaria nº. 042/2010 de 01 de fevereiro de 2010, e declarar a vacância do cargo.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 05 de outubro de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 157/2015

PORTARIA Nº 157, de 07 de outubro de 2015.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, IDAIR PELISSON, do cargo de Operador de Máquinas, admitido através da Portaria nº. 559/2013, de 07 de outubro de 2013.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 07 de outubro de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 215/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 215/2015

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, para atuar junto ao CDI – Centro de Desenvolvimento Infantil Dorvalina Fachini, localizado na Rua Prefeito Julio Schramm, nº 635, bairro Sete de Setembro, Gaspar/SC. CONTRATADO: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (CNPJ n.º 83.719.963/0001-77). BASE LEGAL: Art. 24, IV, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 08 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 211/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 211/2015

OBJETO: Aquisição de conjunto de Resgate Veicular, de empresa representante exclusiva da marca Weber, para o Corpo de Bombeiros Militar do município de Gaspar. CONTRATADO: SOSSUL RESGATE COMERCIO E SERVICOS DE SEGURANCA E SINALIZACAO LTDA. (CNPJ nº 03.928.511/0001-66). Valor Total Julgado: R\$ 111.164,00 (cento e onze mil, cento e sessenta e quatro reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 02 de outubro 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 206/2015

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 206/2015

OBJETO: Contratação de Empresa para manutenção, reparos e fornecimento de peças natalinas, com manutenção da instalação elétrica e das peças da "Decoração Natalina 2015" inclusa. ENTREGA dos envelopes até às 9h do dia 29/10/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 14/10/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Grão Pará

PREFEITURA

COMUNICADO CAÇA E PESCA 2015 COMUNICADO

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município de Grão-Pará, que, no período de 15 de outubro de 2015 a 15 de fevereiro de 2016, fica proibida a pesca nos rios e riachos deste Município. Todavia, fica liberada a prática de pesca unicamente com linha de mão e caniço.

Grão-Pará/ SC, 14 de outubro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 17.15 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CAPACITAÇÃO SUAS (FMAS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº17/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 20/15, Edital de Pregão Presencial Nº 17/15. Objeto: Contratação de empresa para capacitação SUAS; recebimento de propostas até às 11:00 horas do dia 27/10/15; a abertura do Edital será às 11:00 horas do dia 27/10/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 14 de outubro de 2015.

IDIONE KROTH FABBI,
Ordenador do FMAS

Guaramirim

PREFEITURA

ATA JULGAMENTO PROPOSTAS - CONCORRÊNCIA Nº 104/2015 - PMG

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA
Tomada de preços p/ Obras e Serviços de Engenharia
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 104/2015 - PMG

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) PONTES EM CONCRETO NO BAIRRO BANANAL DO SUL, NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Às quatorze horas(s), do quinto dia do mês de outubro de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria Nº 424/2015, sob a presidência do Sr. Paulo Roberto dos Santos Lima, tendo comparecido os seguintes membros Carlos Felipe Fischer e Paola Vieira Carriço Finatti para o ato de abertura e julgamento da proposta de preços das licitantes habilitadas, das quais todas as licitantes foram regularmente científicas.

Aberta a sessão, foram distribuídas aos membros da Comissão para o devido estudo e análise de preço e outros fatores previstos no respectivo edital.

As empresas classificaram-se da seguinte maneira:

EMPRESA	VALOR GLOBAL	CLASSIFICAÇÃO
FATOR 3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	R\$ 1.996.417,66	1º COLOCADO
LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	R\$ 2.164.009,78	2º COLOCADO
BTN CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.	R\$ 2.273.603,44	3º COLOCADO
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA	R\$ 2.303.184,87	4º COLOCADO
TRILHA ENGENHARIA LTDA	R\$ 2.317.454,19	5º COLOCADO
LACCHENG ENGENHARIA LTDA	R\$ 2.388.576,27	6º COLOCADO
ENGEDAL CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	R\$ 2.401.305,31	7º COLOCADO
ARAUJO CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 2.440.460,02	8º COLOCADO

Após a análise da planilha orçamentária pelos engenheiros Frank Ricardo de Oliveira e Marcelo Morastoni, da Licitante FATOR3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA., verificou-se que o preço global ofertado está de acordo com os patamares mínimo e máximo estipulados por esta Administração, constantes no Instrumento Convocatório, sendo este viável exequível e portanto aceitável, assim com base na análise dos técnicos a Comissão Permanente de Licitações, declara, pelo critério de menor preço, a Licitante FATOR3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA., vencedora do Processo de Licitação, 104/2015 - PMG pelo valor global de R\$ 1.996.417,66 (Um milhão, novecentos e noventa e seis mil, quatrocentos e dezessete reais e sessenta e seis centavos).

Diante o julgamento das propostas, fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para recurso sobre o julgamento das propostas, conforme determina a alínea "b", do inciso I, do artigo 109, da Lei nº. 8.666/93.

Da mesma forma, defere-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a licitante vencedora regularize sua documentação de habilitação, com a juntada de nova Certidão Negativa de Débitos Federal válida, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 123/2006, sob pena

de inabilitação.

Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata de Julgamento, que vai assinada pelos membros da Comissão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Paulo Roberto dos Santos Lima	Carlos Felipe Fischer	Paola Vieira Carriço Finatti
Presidente	Membro	Membro

Marcelo Morastoni
Engenheiro Civil – CREA– SC 035118-0

Frank Ricardo de Oliveira
Engenheiro Civil – CREA-SC 0657580

DECRETO Nº. 557/2015

DECRETO Nº. 557/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 4.116,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 4.116,00 (quatro mil cento e dezesseis reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

12.001

1009 - Construção, Ampliação, Reforma e Equip. para Unida

3449000000000000 - Aplicações Diretas

03020000 R\$ 4.116,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit do exercício anterior, apurado no vínculo 03020000 no valor de R\$ 4.116,00.

Art. 3º. Este decreto/esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 09 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 558/2015

DECRETO Nº. 558/2015

Institui novas medidas visando a contenção e redução de despesas no âmbito da Administração Pública Municipal.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o agravamento crise econômica em todas as esferas da Administração Pública;

Considerando que resta ao Poder Público Municipal regular a forma

administrativa para a recondução do equilíbrio financeiro, estabelecendo possíveis cortes de despesas, assegurando a continuidade dos atendimentos à comunidade do Município de Guaramirim, observada a manutenção da qualidade, eficiência e efetividade dos serviços;

Considerando a necessidade de atender as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial na gestão fiscal do Município, que se efetiva, entre outras ações, com o equilíbrio entre a receita e a despesa pública e, principalmente, considerando a defasagem da receita corrente líquida com relação a prevista para o corrente exercício;

Considerando que a previsão da receita orçamentária estimada na Lei Municipal Nº 4.184/2014, de 22.12.2014 (LDO) e na Lei Municipal Nº 4.183, de 22.12.2014 (LOA), apresenta-se abaixo do projetado, comprometendo o cumprimento das metas de resultado primário e nominal;

Considerando que o Poder Público Municipal através do Decreto Municipal nº 529/2015, de 27.08.2015, alterou o horário de expediente nas repartições públicas, como medida exclusiva de contenção de despesas, em especial de energia elétrica;

Considerando que, em 05 de maio de 2015, entrou em vigor o Decreto Municipal nº 470/2015 que estabelece medidas visando contenção de despesas na Administração Pública;

Considerando, finalmente, a necessidade de complementar ações para efetiva limitação e redução de gastos na esfera pública municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Para a redução de despesas, ficam determinadas as seguintes ações:

I - redução de até 40% (quarenta por cento) do quadro de estatgiários;

II - exoneração "ad nutum" de 25% (vinte e cinco por cento) dos cargos em comissão;

III - suspensão da concessão de vale refeição/alimentação dos cargos em comissão;

IV - suspensão do pagamento de gratificações para membros de comissões permanentes da Administração Direta e Indireta, exceto daquelas imprescindíveis;

V – rescisão do contrato de telefonia móvel para toda Administração Pública;

VI - centralização da frota de veículos do Paço Municipal ao Setor de Frotas, a quem caberá o controle dos veículos;

VII - limitação mensal de 01 (um) tanque de combustível por veículo, permitido o abastecimento tão somente através de termo de autorização emitido pelo Gerente de Frotas;

VIII - racionalização de utilização de materiais de expediente, informática, impressão e reprodução de documentos em quantidades absolutamente necessárias à realização de serviços;

IX - contenção do consumo de energia elétrica em todas as unidades administrativas, utilizando somente a energia estritamente necessária para a realização das atividades de rotina;

Art. 2º. Para fins de cumprimento deste Decreto, os casos excepcionais, devidamente justificados, serão analisados e deliberados pela Comissão de Controle e Redução de Gastos Públicos e submetidos

à aprovação do Prefeito.

Art. 3º. Os Secretários Municipais deverão avaliar e reduzir gastos e investimentos, limitando suas despesas ao cumprimento dos dispositivos legais, visando a estruturação do fluxo financeiro.

Parágrafo único. Qualquer despesa realizada por parte dos Secretários ou qualquer servidor, sem a análise prevista no Decreto nº. 470/2015 e do cumprimento do presente regulamento, importará em responsabilização pessoal.

Art. 4º. Para evitar ocorrência de lesão ao interesse público, especialmente diante da possibilidade de interrupção de serviços essenciais, fica permitido pagamento, com quebra da ordem cronológica de exigibilidade de créditos, desde que precedido de ato justificativo nos termos do caput do art. 5º da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. O ato justificativo deverá ser fundamentado, devendo conter especificamente caráter excepcional e publicação anterior à efetivação do pagamento.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO CONTRATO 91 2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ESPORTES

EXTRATO DO CONTRATO 91/2015

Processo de Licitação: 91/2015 –PMG.

Modalidade: Tomada de Preço – Obras e Serviço de Engenharia

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: AMPLIAÇÃO E REFORMA DA EMEF E PE PADRE MATHIAS MARIA STEIN.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n. 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 20.985.955/0001-52, estabelecida na Rua Vidal Ramos nº 579, Joinville - SC

Valor: R\$ 554.212,53 (quinhentos e cinquenta e quatro mil duzentos e doze reais e cinquenta e três centavos).

Data da Assinatura: 06/10/2015 Vigência de 08 (oito) meses após assinatura Ordem de Serviço.

GUARAMIRIM (SC), 06/10/2015.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 12/2015- FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 012/2015 - FMS
Processo Licitatório nº: 022/2015 - FMS

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOLDO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ no 83.102.475/0001-16, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Fridemann, nº 415, Centro, Município de Guaramirim (SC).

Contratado: COURAGEM INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI – EPP, inscrito no CNPJ sob o n.º 26.674.747/0001-19, estabelecida na Avenida Pedro Ludovico Teixeira, nº 3818, quadra 70 lote 3 E, bairro Parque Oeste Industrial, município de Goiânia (GO).

Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Data da Assinatura: 08/10/2015 Vigência: 31/12/2015

GUARAMIRIM (SC), 14/10/2015
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4250/2015

LEI Nº. 4250/2015

Denomina Rua desta Cidade "Rua Irene Sindorski das Neves".

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de "Rua Irene Sindorski das Neves", a via pública que tem seu início na Rua nº. 200 – Lauro Zimmermann, em direção norte com extensão média de 300,00 metros e largura de 8,00 metros, mais especificamente a primeira lateral à esquerda após a propriedade do senhor Lemke, Bairro Guamiranga.

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 09 de outubro de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 598/2015

PORTARIA Nº 598/2015

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE para Carla Simone Borgmann.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Carla Simone Borgmann, por 180 (cento e oitenta) dias, na função de Técnica de enfermagem, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 28 de setembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 09 de outubro de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - FMAS 04

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

Fundo Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 04/2015 - Pregão Presencial Nº. 04/2015.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender ao CRAS (Centro de Referencia da Assistência Social) - SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Centro de Convivência do Idosos do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 29/10/2015 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 ou site www.guarujadosul.sc.gov.br

Guarujá do Sul, SC, 14 de outubro de 2015.

Adelise de Oliveira;

Gestora do FMAS.

ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO - PREF 76

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

ERRATA DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO

O Extrato do Contrato nº. 76/2015 (Processo Licitatório nº. 50/2015 / Pregão Presencial nº. 28/2015) do município de Guarujá do Sul, firmado com a empresa A.S. JUNIOR INSTALAÇÃO ELETRICA LTDA, publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios no dia 26 de agosto de 2015, teve erro de digitação, onde le-se R\$ 22.952,00 passa a Le-se R\$ 28.952,00.

Guarujá do Sul, SC, 15 de outubro de 2015.

Jose Carlos Foiatto;

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO Nº 001/TP0062015

NOTIFICAÇÃO 001/TP006/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM EQUIPE PADRÃO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE.

NOTIFICANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES do município de Herval d'Oeste, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, 389 – Centro Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, por sua presidente Senhor MARIANA COLUSSO FABRIN, inscrito no CPF sob nº. 052.051.949-36

NOTIFICADOS: LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. ME; OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. EPP e QUARK ENGENHARIA LTDA. pessoas jurídicas de direito privado, participantes do processo licitatório nº 055/2015, na pessoa do seu representante legal,

A Comissão Permanente de Licitações do Município de Herval d'Oeste, através de seu representante já qualificado, desejando prover a conservação e ressalva de seus direitos, bem como manifestar intenção de modo formal e prevenir responsabilidade, em conformidade com o capítulo XIII, item 13.6 do edital que rege o processo licitatório nº 055/2015 Tomada de Preços nº 006/2015 vem:

NOTIFICAR:

OS LICITANTES ACIMA IDENTIFICADOS, E A QUEM INTERESSAR POSSA, nos termos que a seguir articula:

Tendo em vista que decorreu o prazo sem interposição de recurso administrativo contra a decisão da comissão de licitação, na fase de habilitação, do processo licitatório acima epigrafoado, NOTIFICAMOS Vossa Senhoria, para a SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS que ocorrerá dia 16/10/2015 ÀS 14h00min horas na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Herval d'Oeste, em 14 de outubro de 2015.

Assinado no original

MARIANA COLUSSO FABRIN

Presidente da Comissão

PORTARIA Nº 1154/2015

PORTARIA Nº 1154/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 13 de outubro de 2015, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora LEIDIONETE ZARPELON DANIELLI (Matr. 3727), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, 40 horas semanais, anexo V da LC nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1155//2015

PORTARIA Nº 1155/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 14 de outubro de 2015, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora IEDA SALETE VERGANI BARBOSA (Matr. 2565), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/A, 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1156/2015

PORTARIA Nº 1156/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 36 (trinta e seis) dias de Licença Prêmio, à servidora MARIZETE ANDOLPHACTO (Matr. 23), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 9/A, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a contar de 14 de outubro de 2015 a 18 de novembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor preço por Item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de Uniformes e Enxovais Gerais para as diversas atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14h00min horas do dia 03/11/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesseis reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 09 de outubro de 2015.

NELSON GUINDANI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2015

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores de pneus, para os veículos e máquinas, para uso da Prefeitura e Fundos Municipais de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14h00min do dia 04/11/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389,

Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesseis reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 15 de outubro de 2015.

NELSON GUINDANI

PREFEITO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de tubos de concreto, meio fio de concreto e blocos vazados de concreto simples para alvenaria, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14h00min do dia 05/11/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesseis reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 15 de outubro de 2015.

NELSON GUINDANI

PREFEITO

Ibiam

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 05/2015 - SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 05/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 063, de 10 de novembro de 1997.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária do dia 09 de Outubro de 2015 e Ata nº 145.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar ajuda de custos para o paciente Natanael Ferreira Carlos referente aos exames de Campimetria Computadorizada, OCT de Retina, Paquimetria e Retinografia.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

IBIAM-SC 14 DE OUTUBRO DE 2015.

ARLETE DURIGON LIZOT

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Ibiam

Homologada em: 15/10/2015

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício

Publicação e Registro:

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO 2015 FME - QUADRA ALBERTO SCHMITT (THOMÉ)

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 014/2015 – FME

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 014/2015 – FME

Processo: TP 009/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E MELHORIAS NA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL ALBERTO SCHMITT.

FORNECEDOR: THOME EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

VALOR: R\$ 37.920,04 (trinta e sete mil novecentos e vinte reais e quatro centavos).

PERCENTUAL DE ADITIVO: 29,21%

Assinatura: 25/09/2015

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 487/2015

PORTARIA Nº 487/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. PRISCILA REICHERT, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 13 de outubro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 14 de outubro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PRG 002 - 2015 FME - APOSTILAMENTO 1

APOSTILAMENTO AS ATAS DO PREGÃO 002/2015, FIRMADO EM 22 DE JANEIRO DE 2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, RESOLVE FUNDAMENTADA NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER APOSTILAMENTO NO:

Processo de Licitação: PR 002/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA QUANTIDADE E DO VALOR- Fica apostilado o valor total de R\$ 5.059,69 (cinco mil e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos), conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	QTDE	VALOR UNIT.	Apostilado	%	VALOR APOSTILADO	EMPRESA
16	BISCOITO DOCE MARIA, PACOTE COM 800gr	Unidade	1.800	6,47	87	4,83%	562,89	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME
24	FARINHA LACTEA, LATA COM 400gr	Unidade	300	11,87	40	13,33%	474,80	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME
33	OVOS VERMELHOS, TAMANHO GRANDE, CAIXA COM 12 UNIDADES	Unidade	1.000	4,04	250	25,00%	1010,00	JEAN CARLOS PEREIRA NUNES ME

34	GELATINA EM PO, 45gr	Unidade	1.500	1,35	128	8,53%	172,80	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME
48	ABACAXI PEROLA IN NATURA, DIAMETRO MINIMO DE 10cm E COMPRIMENTO MINIMO DE 15cm	kg	1.000	3,37	219	21,90%	738,03	JEAN CARLOS PEREIRA NUNES ME
52	ALFACE CRESPA IN NATURA, LIMPO, DIAMETRO MINIMO DE 5cm E COMPRIMENTO MINIMO DE 15cm	Unidade	1.600	1,57	47	2,94%	73,79	JEAN CARLOS PEREIRA NUNES ME
58	BETERRABA IN NATURA, LISA SEM FALHAS, COM DIAMETRO MINIMO 6cm E ALTURA MINIMA DE 7cm, COR VERMELHA/ROCHA, SEM MANCHAS PRETAS	kg	1.000	2,25	206,99	20,70%	465,73	JEAN CARLOS PEREIRA NUNES ME
59	BROCOLIS LIMPO, SEM FALHAS, SEM FOLHAS, SEM MANCHAS PRETAS OU AMARELADAS, ALTURA MINIMA DE 13cm, COR VERDE ESCURO	kg	1.300	2,45	88	6,77%	215,60	JEAN CARLOS PEREIRA NUNES ME
64	COUVE-FLOR, LIMPA, SEM FALHAS, SEM MANCHAS PRETAS, ALTURA MINIMA DE 13cm E DIAMETRO MINIMO DE 15cm, COR VERDE ESBRAQUIÇADO	Unidade	600	2,8	83	13,83%	232,40	JEAN CARLOS PEREIRA NUNES ME
65	COUVE-MANTEIGA FOLHA IN NATURA, MAÇO COM 500gr	Unidade	700	1,5	48	6,86%	72,00	JEAN CARLOS PEREIRA NUNES ME
66	ESPINAFRE, MAÇO COM 400gr	Unidade	600	1,55	83	13,83%	128,65	JEAN CARLOS PEREIRA NUNES ME
70	MAMAO COMUM, IN NATURA LISO, COMPRIMENTO MINIMO DE 20cm, SEM MANCHAS PRETAS, COR AMARELO/ALARANJADO	kg	700	3,2	140	20,00%	448,00	JEAN CARLOS PEREIRA NUNES ME
74	TOMATE IN NATURA, ALTURA MINIMA DE 6cm E DIAMETRO MINIMO DE 6cm, COR VERMELHO LEVEMENTE ESVERDEADO, DE POLA FIRME	kg	600	3,1	150	25,00%	465,00	JEAN CARLOS PEREIRA NUNES ME
TOTAL APOSTILADO							5059,69	

CLÁUSULA SEGUNDA - Para as despesas previstas neste termo aditivo, serão utilizados recursos do orçamento vigente na Dotação:

Dotação	Órgão	Proj/Ativ	Compl. Elem.	Recurso
975	1101	2.044	339030070000	100
977	1101	2.045	339030070000	100

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA QUARTA - E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUINTA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 08 de outubro de 2015.

Assinatura do Responsável

PRG 006 - 2015 FMS - APOSTILAMENTO 1

APOSTILAMENTO AS ATAS DO PREGÃO 006/2015, FIRMADO EM 28 DE JANEIRO DE 2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, RESOLVE FUNDAMENTADA NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER APOSTILAMENTO NO:

Processo de Licitação: PR 006/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA QUANTIDADE E DO VALOR- Fica apostilado as quantidades conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Und	QTDE	VLR. UNIT	APOSTI-LADO	%	VLR. APOS-TILADO	Fornecedor
1	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL ADULTO TAMANHO EG. FORMATO ANATOMICO COM ELASTICOS NAS PERNAS, FITAS ADESIVAS PARA FIXAÇÃO, GEL SUPER ABSORVENTE, BARREIRAS CONTRA VAZAMENTO, EMBALAGEM RESISTENTE.	Und	1.340	0,86	335	25,00%	288,10	LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME
3	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL ADULTO TAMANHO M. FORMATO ANATOMICO COM ELASTICOS NAS PERNAS, FITAS ADESIVAS PARA FIXAÇÃO, GEL SUPER ABSORVENTE, BARREIRAS CONTRA VAZAMENTO, EMBALAGEM RESISTENTE.	Und	2.380	0,76	595	25,00%	452,20	LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME
4	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL ADULTO TAMANHO P. FORMATO ANATOMICO COM ELASTICOS NAS PERNAS, FITAS ADESIVAS PARA FIXAÇÃO, GEL SUPER ABSORVENTE, BARREIRAS CONTRA VAZAMENTO, EMBALAGEM RESISTENTE.	Und	640	0,64	160	25,00%	102,40	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 14 de outubro de 2015.

Assinatura do Responsável

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº.111, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 111, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

RECONHECE DÍVIDA DE EXERCÍCIO FINANCEIRO ANTERIOR E AUTORIZA O PAGAMENTO.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o processo administrativo protocolado sob o n. 3031/2015;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.190/2015/SMS/PMI protocolada sob o n. 3031/2015 solicitando o reconhecimento de dívida de exercício anterior;

CONSIDERANDO o informativo de existência de dotação orçamentária para quitação da dívida (fl.014 do processo administrativo);

CONSIDERANDO a justificativa exara pelo Exmo. Sr. Secretário de Saúde (fl. 013 do processo administrativo);

CONSIDERANDO o Parecer: MPTC/6766/2010 - Processo: COM-10/00457823 – Relatório n.591/2010 (Unidade Gestora: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina) que reconhece a legalidade do reconhecimento da dívida não empenhada, não liquidada e não paga referente ao exercício anterior;

CONSIDERANDO os prejulgados 1366 e 1822 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO nos termos do art. 37, in fine, da Lei n.4.320/64 os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível a ordem cronológica;

CONSIDERANDO que é legal o pagamento, em exercício seguinte, de despesa não empenhada, liquidada e não paga no exercício anterior, desde que conste do orçamento do exercício corrente dotação para atender despesa de exercícios anteriores ou mediante abertura de crédito especial, bem como haja apuração da legitimidade da despesa em processo administrativo específico, nos termos dos prejulgados supramencionados;

CONSIDERANDO que o processo administrativo supramencionado atendeu a todos os requisitos dos prejulgados 1366 e 1822 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a revogação, com fundamento no art. 156 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, os prejulgados 004,809 e item 3 do prejulgado 587, item 1 do prejulgado 593, e item 1 do prejulgado 1315; e

CONSIDERANDO por fim, a legalidade de que o reconhecimento da obrigação do pagamento seja realizado mediante ato emanado pela autoridade competente para ordenar a despesa, nos termos do art. 22, § 1º do Decreto Federal n.93.872, de 23 de dezembro de 1986;

DECRETA:

Art. 1º Município de Imaruí reconhece e autoriza o pagamento de dívida junto à Empresa de Dental MED Sul Artigos Odontológicos LTDA, na importância de R\$228,00 (duzentos e vinte e oito reais).

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta de Dotações Orçamentárias do Município de Imaruí, Orçamento de 2015, a seguir especificada:

Órgão 14 – Secretaria de Saúde

Unidade: 04 – Assistência Farmacêutica

Projeto/Atividade: 2.114 – Manutenção do programa Assistência Farmácia Básica

Elemento: 37 3.3.90.00.00.00.00.0.1.023.000000 – Aplicações Diretas

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 14 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO: 14/2003 A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: 14/2003 A/01

Contratada: Santo Anjo da Guarda Ltda.

CNPJ 86.431.749/0001-09

Objeto O presente Termo Aditivo tem por objeto assegurar a restauração do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato de Concessão nº14/2003.

Prazo: 10/07/2024

Imbituba, 10 julho 2014.

Jose Afonso de carvalho

Secretário Municipal de

Infraestrutura-e Mobilidade Urbana

Contratante

Janeo Roberto Frantz

Carlos Henrique Pastro Pereira

Representante legal

Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 559/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 559, de 13 de outubro de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora INAJARA FERREIRA DE ALMEIDA, Agente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 031.761.159-38, admitida em 14 de janeiro de 2010, contrato nº 5179, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	04.01.2016 a 02.04.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de outubro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Indaial

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 011/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONVÊNIO Nº 011/2015

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO PARTICIPATIVA RECICLE INDAIAL - APRI.

OBJETO DO CONTRATO: 1.1. O presente convênio tem por objeto a cooperação entre os Convenientes com objetivo de realizar coleta, triagem, beneficiamento e destinação final dos resíduos recicláveis do Município de Indaial.

1.2. Fazem parte integrante do presente instrumento:

- a) - Termo de Referência;
- b) - Procedimentos do Programa;
- c) - Roteiros da Coleta Seletiva.

PRAZO: 08 de outubro de 2015 até 08 de outubro de 2016.

ASSINATURA: 08/10/2015.

DECRETO Nº 1591/15

. DECRETO Nº 1591/15

. De 14 de outubro de 2015

Anula e Suplementa no Orçamento do Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5217/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Valor
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0365.0005.2110 - Manut e Valorização do Magist - Educação Infantil	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário - Educação	34.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0365.0005.1103 - Aquisição de Equip Mat Permanente - Educ Infantil	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário - Educação	10.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2106 - Manut e Valorização do Magist - Ensino Fundamental	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário - Educação	14.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2105 - Manut do Programa de Transporte Escolar	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário - Educação	60.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2103 - Manut do Programa - Informática Pedagógica	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário - Educação	15.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.1104 - Constr de Quadras Esport e Co- bert - Rede M Ensino	

3449000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário - Educação	20.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL as seguintes dotações:

Dotação	Valor
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0365.0005.2111 - Manut das Edificações - Unidades de Educ Infantil	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário - Educação	121.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2107 - Manut de Edificações - Escolas do Ensino Fundament	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário - Educação	32.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 14 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1592/15

DECRETO Nº 1592/15

De 14 de outubro de 2015

Regulamenta a realização de procedimentos cirúrgicos hospitalares por Médicos da Rede Pública Municipal.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais e de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica regulamentada a atividade dos profissionais médicos cirurgiões e anestesistas da rede pública municipal que exercem atribuições em dependências diversas da Administração Municipal, em hospitais e clínicas especializadas, na forma deste decreto.

Art. 2º O Município dará conhecimento dos termos do presente decreto a todos os profissionais médicos cirurgiões e anestesistas que se enquadrem no artigo 1º, concursados e/ou contratados pela administração pública municipal, como condição preliminar ao início da atividade ora regulamentada.

Art. 3º Para as especialidades médicas que realizam procedimentos cirúrgicos a carga horária será cumprida parte em unidade ambulatorial e parte quando da realização de procedimentos cirúrgicos em unidades designadas pela Secretaria de Saúde que possuam o ambiente apropriado para o procedimento.

§ 1º Somente serão encaminhados procedimentos para clínicas especializadas quando constatada a necessidade de instrumental, equipamentos, ambiente e/ou mão de obra especializada das quais a rede pública do município não dispôr.

§ 2º As clínicas e hospitais poderão ser em ambiente público ou privado dependendo da especialidade e o procedimento a ser

realizado, em virtude da necessidade de instrumental e equipamentos específicos para a realização dos procedimentos.

Art. 4º Os procedimentos cirúrgicos realizados em unidade hospitalar ou clínicas autorizadas serão previamente determinados, autorizados e controlados pela Secretaria de Saúde, bem como a respectiva carga horária e/ou quantidade necessária para os procedimentos cirúrgicos.

§ 1º O tempo de atendimento ambulatorial será realizado nas unidades de saúde do Município e será controlado por identificação biométrica.

§ 2º O controle dos procedimentos produzidos em hospitais será realizado pelo relatório do centro cirúrgico do hospital designado pela Secretaria de Saúde com a identificação do nome do profissional médico que realizou o procedimento, o nome do médico anestesista, data de realização do procedimento, nome do procedimento realizado, tempo de cirurgia no centro cirúrgico, e a identificação do paciente.

§ 3º Será acrescido ao tempo do procedimento cirúrgico realizado em centro cirúrgico hospitalar o equivalente a 60 (sessenta) minutos a cada procedimento, este tempo destina-se a preparação do cirurgião médico ao procedimento (higienização e indumentária), evolução do paciente nos relatórios específicos, e visita ao paciente durante o período de internação.

§ 4º Será acrescido ao tempo do procedimento cirúrgico realizado em centro cirúrgico hospitalar o equivalente a 60 (sessenta) minutos a cada procedimento, este tempo destina-se a preparação do médico anestesista ao procedimento (higienização e indumentária), preparação do paciente antes do procedimento, evolução do paciente nos relatórios específicos e acompanhamento após a cirurgia durante o tempo de efeito da anestesia para estabilização do paciente.

§ 5º Para procedimentos cirúrgicos realizados fora de centro cirúrgico hospitalar não haverá acréscimo de horário ao procedimento, sendo computados por tipo e quantidade realizada.

§ 6º Quando necessário poderá ser realizado procedimento em centro cirúrgico fora do município de Indaial. Neste caso será acrescido ao tempo do procedimento cirúrgico realizado em centro cirúrgico hospitalar a seguinte fórmula: multiplica-se o tempo cirúrgico por dois e adiciona-se mais 60 (sessenta) minutos a cada procedimento, este tempo destina-se a preparação do cirurgião médico ao procedimento (higienização e indumentária), evolução do paciente nos relatórios específicos, e visita ao paciente durante o período de internação.

§ 7º Para o médico auxiliar será computado somente o tempo cirúrgico, sem acréscimos de horário.

Art. 5º O não cumprimento da carga horária ajustada implicará em desconto das horas não trabalhadas que se processará quando do fechamento de cada mês e efetuado o respectivo desconto no pagamento do mês subsequente.

Parágrafo Único. O profissional médico poderá apresentar justificativa pelo não cumprimento da carga horária, cabendo ao gestor da Secretaria de Saúde avaliar o pedido e se justificável lançar o tempo em banco de horas para compensação em procedimentos posteriores.

Art. 6º Apuradas as faltas e a não complementação da carga horária por três meses consecutivos ou cinco meses alternados dentro de cada ano, será encaminhado ao Prefeito Municipal solicitação de procedimento administrativo disciplinar conforme determina a Lei Complementar nº105/2010, Estatuto do Servidor Público para verificação de responsabilidades profissionais.

Art. 7º A Secretaria de Saúde do Município destacará os profissionais que se enquadram no presente Decreto que firmarão individualmente o Termo de Compromisso de Cumprimento de Carga Horária estabelecendo a carga horária ambulatorial e hospitalar.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 14 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

ADRIANE FERRARI MACHADO

Secretária de Saúde

DECRETO Nº 1594/15

DECRETO Nº 1594/15

De 14 de outubro de 2015

Delega competência para formalização de parcelamentos e pagamentos da dívida ativa.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o advento da Lei Complementar nº 169/2015 que altera o Código Tributário Municipal e cria a Unidade de Conciliação coordenada pela Procuradoria e responsável pela formalização de parcelamentos e pagamentos da dívida ativa, e enquanto não instalada e efetivamente ativa a referida Unidade,

DECRETA

Art. 1º Fica delegada competência, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo, aos servidores lotados no setor de Dívida Ativa, para prática dos seguintes atos:

I – formalização de termos de confissão de dívida, para parcelamentos e pagamentos à vista, dos créditos inscritos em dívida ativa, em cobrança administrativa ou judicial;

II – emissão das guias para pagamento referente a parcelamentos e pagamento à vista.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 14 de outubro do corrente ano.

Município de Indaial, 14 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publique-se na forma da Lei.

SILMARA FRUET

Procuradora Geral do Município

DECRETO Nº 1597/15

. DECRETO Nº 1597/15

. De 14 de outubro de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 52.498,29 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e nove centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.RH – FP FUNDO SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01671705	NASF/ESTADO
Valor: (9.220,59)	

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.RH – FP FUNDO SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01385700	CAPS
Valor: (32.755,70)	

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBIEN- TAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT.CONVENIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAL EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01671706	MAC/CATARATAS - Estado
Valor: (10.522,00)	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 14 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1598/15

. DECRETO Nº 1598/15

. De 14 de outubro de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115 de 19 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 112.907,93 (cento e doze mil, novecentos e sete reais e noventa e três centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT do RH – FP FUNDO SAUDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381600	VSE - E.A.
Valor: (22.956,80)	

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT do RH – FP FUNDO SAUDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03001500	VIG. SANIT. MUNICIPAL - E.A.
Valor: (9.945,82)	

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT do RH – FP FUNDO SAUDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03385700	CAPS - E.A.
Valor: (33.847,58)	

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT do RH – FP FUNDO SAUDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381500	VIG. SANITÁRIA - E.A.
Valor: (31.157,73)	

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2466	MANUT DO CAPS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03385700	CAPS - E.A.
Valor: (15.000,00)	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 14 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5217

. LEI Nº 5217

. de 14 de outubro de 2015

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Valor
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0365.0005.2110 - Manut e Valorização do Magist - Educação Infantil	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário-Educação	34.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0365.0005.1103 - Aquisição de Equip Mat Permanente - Educ Infantil	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário-Educação	10.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2106 - Manut e Valorização do Magist - Ensino Fundamental	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário-Educação	14.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2105 - Manut do Programa de Transporte Escolar	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário-Educação	60.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2103 - Manut do Programa - Informática Pedagógica	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário-Educação	15.000,00
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.1104 - Constr de Quadras Esport e Co- bert - Rede M Ensino	
3449000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário - Educação	20.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL as seguintes dotações:

Dotação	Valor
05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0365.0005.2111 - Manut das Edificações - Unidades de Educ Infantil	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário-Educação	121.000,00

05.001 - Secretaria de Educação	
0012.0361.0005.2107 - Manut de Edificações - Escolas do Ensino Fundament	
3339000000000000 - Aplicações diretas	
01360000 - Salário-Educação	32.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 14 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5218

. LEI Nº 5218

. de 14 de outubro de 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesco Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesco Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesco Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de obras de infraestrutura e pavimentação de vias públicas.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesco Cidades, até o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Parágrafo Único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesco Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 14 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 055/2015

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 055/2015

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO BANDA MUNICIPAL DE INDAIAL PREFEITO WERNER PABST, inscrita no CNPJ sob nº 05.797.250/0001-18, estabelecida à Rua Dr. Blumenau, nº 05, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Sr. Ednaldo Gonçalves Christen, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 990.978.429-72 e Cédula de Identidade nº 3.439.350-SSP/SC, residente à Rua Ouro Preto, nº 176, Bairro Benedito, na cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Rescisão Contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 09 de outubro de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, 09 de outubro de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Contratante	ASSOCIAÇÃO BANDA MUNICIPAL DE INDAIAL PREFEITO WERNER PABST Ednaldo Gonçalves Christen Contratada

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet

OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 074/2015

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 074/2015

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a CORPORAÇÃO MUSICAL AMIGOS DO VALE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.287.766/0001-12, estabelecida à Rua Uberlândia, nº 205, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representado neste ato por sua representante legal Sra. Daiane Minna Schweder, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 010.146.819-95 e Cédula de Identidade nº 4.327.472-SSP/SC, residente à Rua Campinas, nº 442, Bairro Benedito, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Rescisão Contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 09 de outubro de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, 09 de outubro de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Contratante	CORPORAÇÃO MUSICAL AMIGOS DO VALE Daiane Minna Schweder Contratada

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet

OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 013 DO CONTRATO Nº 088/2013
TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 088/2013

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, YCATU ENGENHARIA E SANEAMENTO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.758.931/000-04, com sede na Rodovia BR 101, s/nº, KM 63, bairro Araquari, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Nereu Antonio Martinelli, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 248.262.009-00 e Cédula de Identidade nº 405.721-0-SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1. do contrato original, que tem como objeto a construção/execução de uma Estação de Tratamento de Esgotos - ETE compacta, completa, capacidade nominal de tratamento no mínimo de 6,0 l/s e Estação Elevatória de Esgotos com capacidade de 12,69 l/s, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários à instalação e início da operação da unidade de tratamento, buscando adequação do lançamento do efluente conforme legislação federal, estadual e municipal vigentes, e incluindo a elaboração e aprovação do projeto executivo completo para a execução das obras e das estações, conforme anexos VI, VII, VIII e IX do Edital de Tomada de Preços nº 001/2013-10430, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução das obras é 07 de outubro de 2015 até 04 de janeiro de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 06 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	YCATU ENGENHARIA E SANEAMENTO S/A Nereu Antonio Martinelli Contratada
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 408/2015 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO DE AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE POR AUXILIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providências.

AFASTA POR AUXILIO DOENÇA

VANDERLANIA IREGINA CHIARELLO PEREIRA, Brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 3.527.118 e CPF sob o nº. 933.061.219-91 residente e domiciliada no Bairro Cohab, no cargo efetivo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, afastamento por auxilio doença por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeitos a partir de 14 de Outubro de 2015.

Ipumirim – SC, 14 de Outubro de 2015.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59/2015,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso I, cujo objeto é: Contratação de mão de obra para prestação serviços, reforma do piso da quadra de futsal do Ginásio Municipal de Esportes antigo, destinado as atividades da CME. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 14/10/2015

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 59, DL 22-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 22/2015 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 59/2015 Data do Processo: 14/10/2015
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 59/2015
b) Licitação Nr.: 22/2015-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 14/10/2015
e) Objeto da Licitação: Contratação de mão de obra para prestação serviços, reforma do piso da quadra de futsal do Ginásio Municipal de Esportes antigo, destinado as atividades da CME.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

INÁCIO JOSE SCHNEIDER-ME (9349)

1 Mão de obra e serviço raspagem/calafetação tacos de madeira, retirada e recolocação de tacos de madeira. SER 1,00 0,0000 12.000,00 12.000,00

Total do Fornecedor: 12.000,00

Total Geral: 12.000,00

Ipumirim, 14 de Outubro de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 50/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 50/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 09 de novembro de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por lote de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS/FERRAMENTAS, PINTURA E DE LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, COM ENTREGA PARCELADA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 08 de outubro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

EDITAL 001 - PROCESSO SELETIVO 005/2015

EDITAL 001 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 005/2015

Processo Seletivo para preenchimento de

Vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto nos incisos I e VI do artigo 3º da Lei Complementar nº 115/2015, e as Leis Complementares n. 034/2006, 067/2011, 084/2011 e 122/2015, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o processo seletivo de pessoal a serem admitidos em caráter temporário para atuação na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Saúde.

DAS INSCRIÇÕES

1.1. O presente Processo Seletivo se dará através de PROVAS e será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições vigentes. Sendo executado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada à Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia –SC. Telefone (49) 3482 3500. Endereço eletrônico: recepcao@amauc.org.br;

1.2. As inscrições serão realizadas no período de 16 de outubro a 05 de novembro de 2015, através do site www.amauc.org.br com link no site da Prefeitura Municipal de Itá www.ita.sc.gov.br.

1.3. Para inscrever-se, o candidato deverá no período de inscrição:

1.3.1. Acessar o site www.amauc.org.br ou www.ita.sc.gov.br e localizar o “banner” PROCESSO SELETIVO 005/2015;

1.3.2. Ler na íntegra o Edital, fazer o cadastro do candidato se for o primeiro acesso, caso já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição, podendo optar por até 02 (duas) áreas de atuação, no qual declarará estar ciente das condições exigidas e das normas expressas no Edital;

1.3.3. Ao realizar a inscrição o candidato poderá optar por duas áreas de ensino, para tanto, o candidato deverá ser habilitado para uma área e no mínimo estar cursando Licenciatura Plena na outra área pretendida, devendo neste caso apresentar documentação para as duas opções.

1.3.4. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

1.3.5. Imprimir uma cópia do Requerimento da Inscrição e do Boleto, efetuando o

1.3.6. pagamento até as 23h59min do dia 05 de novembro de 2015.

1.4. A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato e a confirmação do pagamento do boleto, salvo para os que preencherem os requisitos para isenção.

1.5. O descumprimento das instruções para a inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição;

1.6. No dia 10 de novembro de 2015 serão homologadas as inscrições. O candidato deverá conferir no site www.amauc.org.br ou www.ita.sc.gov.br a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada alguma divergência ou falta de informação, o candidato terá prazo de 02 (dois) dias úteis para entrar em contato com a AMAUC pelo telefone (49) 3482 3500 e comunicar o ocorrido.

1.7. O comprovante de inscrição do candidato será o documento impresso da inscrição e o boleto, devidamente quitado;

1.8. A Secretaria Municipal de Educação disponibilizará um computador com acesso a internet para que os candidatos que necessitarem, possam realizar suas inscrições durante o período estipulado para a realização das mesmas, no horário das 8h às 11h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira;

1.9. Em caso de inscrição errada e pagamento da mesma, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é de responsabilidade do candidato efetuar corretamente a sua inscrição para ao cargo a qual pretende concorrer;

1.10. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. O descumprimento das instruções para inscrição via internet implicará na não efetivação da mesma.

1.11. Efetivada a inscrição, não será aceita alteração do cargo, seja qual for o motivo alegado.

1.12. São condições para a inscrição:

1.12.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal;

1.12.2. Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa saúde física e mental, estar no gozo dos direitos políticos e civis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar;

1.12.3. Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga;

1.12.4. Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada.

1.13. Se aprovado e convocado, o Candidato, por ocasião da contratação deverá apresentar os documentos constantes no Anexo VI do presente Edital.

2. DAS VAGAS E CARGOS

2.1. O candidato concorrerá às vagas, função, carga horária semanal, vencimento e escolaridade/qualificação descritos no quadro abaixo:

Cargo	C/H semanal	Vagas	Venc. (R\$)	Exigências do Cargos
Técnico em Enfermagem	40	1	R\$ 1.355,58	Certificado de Conclusão do Curso Técnico em Enfermagem
Fonoaudiólogo	20	1	R\$ 2.351,22	Certificado de Conclusão do Curso Superior de Fonoaudiologia
Agente Comunitário de Saúde (Bairro Palmeiras)	40	1	R\$ 1.105,26	Nível Médio
Agente Comunitário de Saúde (Centro)	40	1	R\$ 1.105,26	Nível Médio
Zelador e/ou Serviços Gerais	40	1	R\$ 874,09	Ensino Fundamental
Fisioterapeuta	40	1	R\$ 4.702,43	Certificado de Conclusão do Curso Superior de Fisioterapia

2.2	Os candidatos serão contratados de acordo com a necessidade transitória da Administração Pública, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal e Lei Complementar n. 115/2015.
-----	---

3. DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DA ISENÇÃO

3.1. A taxa para inscrição no Processo Seletivo é de R\$ 50,00 (cinquenta reais), cujo boleto será emitido no próprio sistema, no momento da inscrição.

3.2. Ficam isentos do pagamento os doadores de sangue.

3.3. Documentação necessária para receber a isenção:

3.3.1. Para o doador de sangue, apresentação de documento hábil expedido pela unidade coletora, que deverá disciplinar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a duas doações no lapso de um ano antes da inscrição deste Processo Seletivo.

3.4. Os documentos necessários para comprovação da isenção deverão ser digitalizados e anexados ao requerimento de inscrição, até o dia 26 de outubro de 2015, sob pena de indeferimento do pedido de isenção.

4. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal e Lei Nº 7.853/89

4.2. Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente processo.

4.2.1. Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.

4.3. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

4.4. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente, em seu Art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.5. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal Nº 3.298/99, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições. O candidato deverá preencher o Anexo IV, deste Edital, entregar na sede da AMAUC, até o dia 26 de outubro de 2015, sob pena de indeferimento do pedido:

4.5.1. Requerimento solicitando vaga especial, contendo a identificação do candidato e indicação do cargo para o qual se inscreveu;

4.5.2. Laudo Médico (original ou cópia reprográfica autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova;

4.5.3. Solicitação de prova especial, se necessário. (A não solicitação de prova especial eximirá a empresa de qualquer providência).

4.6. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de pessoa com deficiência dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instrução constante neste Edital não poderá impetrar recurso em favor de sua situação

4.7. A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos,

inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

4.8. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, com estrita observância da ordem classificatória.

4.9. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital não serão considerados como pessoas com deficiência e não terão prova especial preparada, sejam quais forem os motivos alegados

4.10. Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

4.11. Após o ingresso do candidato com deficiência, este não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação da função e de aposentadoria por invalidez.

5. DAS PROVAS – DO LOCAL E DOS PRINCIPIOS

5.1. O Processo Seletivo será somente por provas escritas.

5.2. As provas escritas serão realizadas no dia 22 de novembro de 2015 com início às 14:00h e término às 16:30h, tendo como local EMEB Valentin Bernardi (Rua Salto Santiago nº 396 – Bairro Vila Gerasul, Itá/SC).

5.2.1. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares nas escolas localizadas na cidade, a Administração Municipal poderá alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e por meio dos sites www.ita.sc.gov.br e www.amauc.org.br.

5.3. A duração da prova escrita será de até 3:00h (três horas), já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

5.4. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30min (trinta minutos), munido de caneta com tinta azul ou preta e UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- a) Cédula de Identidade - RG;
- b) Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- d) Certificado Militar;
- e) Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- f) Passaporte.

5.4.1. Não será permitido ao candidato efetuar a prova se não estiver munido de um dos documentos relacionados no item 5.4.

5.4.2. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

5.5. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, cinco alternativas (a, b, c, d, e), sendo em cada questão uma alternativa correta.

5.5.1. Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para o cartão resposta, e para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada.

5.5.2. As questões anuladas pela Comissão serão computadas para todos os candidatos como resposta correta.

5.6. Durante as provas não será permitido, sob pena de exclusão do processo seletivo: qualquer espécie de consultas bibliográficas, comunicação com outros candidatos, ou utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares

5.6.1. Os pertences pessoais, inclusive o aparelho celular (desligado e retirado a bateria) deverão ser guardados em baixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.6.2. O candidato que for flagrado na sala de provas portando qualquer dos pertences acima será excluído do processo seletivo.

5.7. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal, designado pela Comissão do Processo.

5.8. Os envelopes das provas serão conferidos por dois candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com os dois fiscais, o termo de abertura dos mesmos.

5.9. Cada candidato juntamente com o caderno de provas receberá um cartão resposta, que não poderá ser substituído em hipótese alguma.

5.10. O caderno de prova conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão resposta.

5.11. O candidato deverá conferir se seus dados de identificação constantes no cartão resposta estão corretos e assiná-lo no local indicado.

5.12. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de prova e o cartão de respostas.

5.13. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último conclua a prova.

5.14. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala, juntamente com os fiscais, efetuarão a conferência dos cartões respostas, assinando a ata descrevendo o que foi verificado, assim como, todas as irregularidades que tenham ocorrido e rubricarão os envelopes fechados.

6. DA COMPOSIÇÃO DA PROVA ESCRITA E DO NÚMERO DE QUESTÕES

6.1. A prova escrita terá peso 10 (dez) pontos, se caráter eliminatório e classificatório, sendo composta por 20 (vinte) questões objetivas, com 05 (cinco) alternativas, possuindo somente 01 (uma) alternativa correta, com valor de 0,5 (meio) ponto cada uma, conforme abaixo:

FONOAUDIOLOGO

Conteúdo	Nº de Questões
Língua Portuguesa	03 (três)
Raciocínio Lógico	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	04 (quatro)
Conhecimentos na Área da Saúde	05 (cinco)
Conhecimentos Específicos	05 (cinco)
Total de Questões	20 (vinte)

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Conteúdo	Nº de Questões
Língua Portuguesa	03 (três)
Raciocínio Lógico	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	04 (quatro)
Conhecimentos na Área da Saúde	05 (cinco)
Conhecimentos Específicos	05 (cinco)
Total de Questões	20 (vinte)

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Conteúdo	Nº de Questões
Língua Portuguesa	03 (três)
Raciocínio Lógico	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	07 (sete)
Conhecimentos Específicos	07 (sete)
Total de Questões	20 (vinte)

ZELADOR

Conteúdo	Nº de Questões
Língua Portuguesa	03 (três)
Raciocínio Lógico	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	07 (sete)
Conhecimentos Específicos	07 (sete)
Total de Questões	20 (vinte)

6.2. O candidato que não obter nota 5,0 (cinco) na prova escrita será desclassificado do presente Processo Seletivo.

6.3. O conteúdo programático das provas a que se submeterão os candidatos é aquela constante do Anexo III deste Edital.

6.4. A classificação final obedecerá à ordem de classificação, em ordem decrescente da nota da prova escrita e os classificados serão convocados a partir da homologação do presente Processo Seletivo, conforme a necessidade da Administração.

7. DAS NORMAS DE COMPORTAMENTO DO CANDIDATO

7.1. As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se a Comissão Organizadora do Processo Seletivo designado pelo Município e aos Fiscais, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

7.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

7.3. Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer 30min (trinta minutos) antes do horário marcado para o início das provas, pois, no referido horário, os portões serão fechados, não sendo

permitida a entrada de candidatos retardatários.

7.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, disponibilizados na internet nas paginas descritas no item 1.2, e afixados também nos quadros de aviso da Prefeitura, devendo, ainda, manter atualizado seu endereço.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Em todas as fases na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

- 8.1.1. Melhor nota na prova escrita;
- 8.1.2. Melhor nota em conhecimento específico;
- 8.1.3. Idade mais elevada.

8.2. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio em ato público, em local, data e horário definido pela Comissão Organizadora e na presença dos candidatos.

9. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

9.1. A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e terá caráter classificatório e eliminatório.

9.2. A nota da prova objetiva será obtida com a aplicação da fórmula abaixo:

Onde:

NPO = Nota da prova objetiva

TQP = Total de questões da prova

NAP = Número de acertos na prova

9.3. O candidato que não obtiver nota da prova objetiva maior ou igual a 5 (cinco) pontos será automaticamente desclassificado.

10. DO RESULTADO FINAL

10.1. O resultado final será a nota obtida com o número de pontos auferidos na prova escrita.

11. DOS RECURSOS

11.1. A impugnação a este Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de sua publicação, mediante requerimento dirigido a Prefeita Municipal, cuja decisão será publicada nos sites www.amauc.org.br e www.ita.sc.gov.br.

11.2. Os demais recursos deverão ser dirigidos à Comissão do Processo Seletivo e apresentado exclusivamente, via presencial através de requerimento escrito, interpostos até 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da contagem do prazo:

*da homologação das inscrições;

*dos gabaritos; (divulgação no site)

*do resultado do processo seletivo em todas as suas fases.

11.2.1. Para protocolar o recurso o candidato deverá preencher o modelo de recurso disponível no Anexo V, sem identificação, e protocolar o mesmo no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, aos cuidados da Comissão Coordenadora deste processo Seletivo.

11.2.2. Quando o recurso se relacionar às questões da prova escrita, o candidato deverá apresentar um recurso para cada questão, sob pena de não obter provimento no caso de versar sobre mais de uma questão no mesmo recurso.

11.2.3. Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

11.3. Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax ou e-mail.

11.4. Julgados os recursos em face do gabarito ou da prova objetiva, neste caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.

11.5. Caberá à Comissão do Concurso decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.

11.6. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

11.7. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

11.8. A Comissão constitui única e última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

11.9. O resultado da análise dos recursos será publicado nos locais definidos no inciso 1.2.

12. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

12.1. O quadro de vagas será preenchido por ordem de classificação e os classificados serão convocados a partir da homologação do presente Processo Seletivo, conforme a necessidade da administração.

12.2. O candidato que não assumir no prazo de 5 (cinco) dias, a partir da convocação, será desclassificado, sendo chamado o próximo classificado.

12.3. Para preenchimento de vagas que surgirem no período de vigência deste Edital, a Municipalidade poderá convocar os classificados, obedecida à ordem de classificação.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

13.2. A falsidade ou inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.

13.3. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao processo seletivo.

13.4. Considerando que convivemos com dupla ortografia pelo prazo de vigência da transição, serão aceitas como corretas as duas normas ortográficas.

13.5. O gabarito oficial e os cadernos da prova escrita serão disponibilizados no site da Amauc e do Município a partir das 10 horas da segunda-feira subsequente à data da aplicação da prova.

13.6. Os cadernos de provas escritas estarão à disposição dos candidatos a partir do primeiro dia útil ao da realização da prova, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Itá.

13.7. Ao candidato não será permitido fazer cópia, impressão ou utilizar qualquer meio eletrônico para realizar cópia das provas.

13.8. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

13.9. O Município não se responsabilizará por eventuais trocas de endereço, telefone e e-mail, por parte do candidato, que impossibilite o contato caso necessite de convocação. Não sendo encontrado o candidato no telefone ou e-mail fornecido na inscrição, no prazo de 05 (cinco) dias será seguida a listagem classificatória.

13.10. A validade do presente Processo Seletivo será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período.

13.11. Ao ser convocado o candidato deverá apresentar documentação conforme solicitação do Departamento de Pessoal, conforme Anexo VI.

13.12. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos especialmente designados pela Administração Municipal e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, sendo que o não comparecimento no dia e hora designados para tal, implicará na desclassificação automática do candidato do processo seletivo.

13.13. O Processo Seletivo de que trata este Edital será procedido pela Comissão Permanente para Acompanhamento de Processos Seletivos e Concursos designada pelo Decreto 083/2015, de 05 de outubro de 2015.

13.14. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito a admissão imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido, segundo as vagas existentes e as necessidades da municipalidade.

13.15. Ao assumir o cargo, o Candidato deverá desenvolver as atividades em consonância com a legislação municipal, com a legislação específica de cada cargo e com as orientações repassadas pelos superiores hierárquicos.

13.16. Não será admitido o candidato classificado que tenha sido considerado culpado em processo administrativo disciplinar ou sindicância do Município.

13.17. Eventuais alterações na legislação municipal, relativas às normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

13.18. Os contratos decorrentes do presente processo seletivo terão prazo de validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por igual período, podendo ser rescindidos mediante a realização de Concurso Público.

13.19. Aplicam-se aos servidores admitidos nos termos desta Lei, no que couber, o regime jurídico estatutário e a vinculação ao Regime Geral de Previdência Social.

13.20. O processo Seletivo será conduzido pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC e pela Comissão Permanente.

13.21. Todos os casos, problemas ou questões que surgirem, bem como os casos omissos, que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital, serão resolvidos em comum pela Comissão Permanente e AMAUC.

13.22. Demais informações necessárias poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal através do telefone (49) 3458 9500, Secretaria Municipal de Educação através do telefone (49) 3458 2111 ou na Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, pelo site www.amauc.org.br ou pelo telefone (49) 3482.3500 (Amauc).

Itá/SC, 09 de outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

ANEXO I CRONOGRAMA DAS FASES E OCORRÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO

Fase ou ocorrência que mereça destaque	Data
Publicação da íntegra do Edital	13/10/2015
Prazo para impugnação das disposições editalícias	14/10 a 15/10/2015
Período de inscrições	16/10 a 05/11/2015
Encerramento das inscrições com solicitação de isenções	26/10/2015
Publicação da lista oficial de isentos	28/11/2015
Recursos das inscrições com solicitação de isenções	29/10 a 30/10/2015
Entrega da documentação de pessoas com deficiências – item 4.5	26/10/2015
Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos	10/11/2015
Prazo para recursos contra o resultado da divulgação das inscrições	11/11 a 12/11/2015
Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições e dos locais de realização das provas	13/11/2015
Aplicação da prova escrita	22/11/2015
Divulgação do gabarito preliminar da prova escrita	23/11/2015
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova escrita	24/11 a 25/11/2015
Divulgação do gabarito definitivo da prova escrita	26/11/2015
Divulgação da classificação preliminar da prova escrita	30/11/2015
Recursos contra a classificação preliminar da prova escrita.	01/12 a 02/12/2015
Nota final e classificação	08/12/2015
Prazo de recurso do resultado da nota final	09/12 a 10/12/2015
Divulgação e homologação da classificação final	15/12/2015

ANEXO II QUADRO DE VAGAS

Cargo	C/H semanal	Vagas	Venc. (R\$)	Exigências do Cargos
Técnico em Enfermagem	40	1	R\$ 1.355,58	Certificado de Conclusão do Curso Técnico em Enfermagem
Fonoaudiólogo	20	1	R\$ 2.351,22	Certificado de Conclusão do Curso Superior de Fonoaudiologia
Agente Comunitário de Saúde (Bairro Palmeiras)	40	1	R\$ 1.105,26	Nível Médio
Agente Comunitário de Saúde (Centro)	40	1	R\$ 1.105,26	Nível Médio
Zelador e/ou Serviços Gerais	40	1	R\$ 874,09	Ensino Fundamental
Fisioterapeuta	40	1	R\$ 4.702,43	Certificado de Conclusão do Curso Superior de Fisioterapia

ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- CONTEÚDO COMUM PARA OS CANDIDATOS A VAGAS CUJA EXIGÊNCIA É NÍVEL SUPERIOR – FONOAUDIÓLOGO E FISIOTERAPEUTA:

LÍNGUA PORTUGUESA - Novo Acordo Ortográfico. Interpretação de texto. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia e Acentuação. Coesão e Coerência. Gêneros Textuais.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO - Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juro simples. Equação do 1.º e 2.º graus. Sistema de equações do 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Raciocínio lógico. Resolução de situações problemas.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES - Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos, sociais do município de Itá – SC, da microrregião, da região, do Estado de Santa Catarina, do país e a nível global. Identificação de autoridades do governo municipal, estadual e federal, segundo os respectivos cargos, ou mesmo de autoridades, ou de lideranças de influencia mundial; aspectos contemporâneos da humanidade; conhecimentos históricos, geográficos, políticos e políticos administrativos, em geral; conhecimentos atuais sobre meio ambiente, aquecimento global; atualidades econômicas e políticas, em nível local, regional, estadual, nacional e

mundial.

- CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DO CARGO:

FONOAUDIÓLOGO

Políticas de Saúde/SUS e Políticas Indígenas. Legislação e ética profissional. Indicadores epidemiológicos. Parâmetros pertinentes a Saúde da Família. Constituição Federal 88 (artigo 196 a 200). Papel do fonoaudiólogo na equipe multidisciplinar. Anatomia e fisiologia do sistema estomatognático: respiração, mastigação, deglutição e fala. Desenvolvimento das funções estomatognáticas. Alterações fonoaudiológicas. Avaliação, diagnóstico, prognóstico e tratamento fonoaudiológico. Linguagem: anatomofisiologia da linguagem, aquisição e desenvolvimento. Linguística: fonética e fonologia da linguagem. Alterações fonoaudiológicas: conceituação, classificação e etiologia. Voz: anatomia e fisiologia da laringe; patologia laringea: etiologia, conceituação e classificação. Audiologia: anatomia e fisiologia da audição. Noções de psicoacústica. Audiologia clínica: avaliação, diagnóstico, prognóstico. Treinamento auditivo. Atuação da Fonoaudiologia na prevenção e intervenção precoce dos agravos específicos dessa área. Fonoaudiologia na terceira idade. Fonoaudiologia nas instituições: escola e hospital. Interpretação de laudos em áreas afins. Humanização da Assistência. Sistema de referência e contra referência. Ações de Biossegurança. Ética profissional e relações humanas.

FISIOTERAPEUTA

Políticas de Saúde/SUS e Políticas Indígenas. Legislação e ética profissional. Indicadores epidemiológicos. Parâmetros pertinentes a Saúde da Família. Constituição Federal 88 (artigo 196 a 200). Anatomia e fisiologia do sistema músculo-esquelético, neurológico, respiratório e cardiovascular. Artropatias degenerativas e inflamatórias. Úlceras e Tecido Cicatricial. Doenças e distúrbios dos ossos, nervos e articulações. Efeitos fisiológicos da massoterapia. Fisioterapia aplicada nas áreas: cardiorespiratória, neurológica, ortopédica, traumatológica, genecobstetra e geriátrica, nas diversas situações clínicas e cirúrgicas. Avaliação, diagnóstico, prognóstico e tratamento fisioterápico. Reeducação postural. Fisioterapia aplicada em amputados, próteses e órteses. Reabilitação de pacientes portadores de patologias restritivas crônicas e com necessidades especiais. Humanização da Assistência. Sistema de referência e contra referência. Ações de Biossegurança. Agravos sociais. Ética profissional e relações humanas.

- CONTEÚDO COMUM PARA OS CANDIDATOS A VAGAS CUJA EXIGÊNCIA É NÍVEL MÉDIO – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e compreensão de texto. Tipos e gêneros textuais. Fonética: encontros consonantais e vocálicos, sílaba (divisão e classificação). Acentuação gráfica. Ortografia. Pontuação. Morfologia: classes de palavras, processo de formação das palavras. Análise sintática dos períodos simples e composto. Concordância nominal e verbal. Regência verbal e nominal. Semântica: sinonímia, antonímia e paronímia. Tipos de linguagem: verbal, não-verbal, denotativa, conotativa, coloquial, formal. Funções da linguagem. Colocação pronominal. Linguagem e sentido. Ambiguidade. Figuras de linguagem. Coesão. Coerência. Referenciação. Produção textual.

MATEMÁTICA

Números relativos inteiros e fracionários: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). Múltiplos e divisores: máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Frações ordinárias e decimais. Números decimais: propriedades e operações. Expressões numéricas. Equações do 1º e 2º graus. Problemas. Sistemas de medida de tempo. Sistema métrico decimal. Sistema monetário brasileiro. Problemas, números e grandezas proporcionais: razões e proporções. Divisão em partes proporcionais. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Juro simples: juros, capital, tempo, taxas e montantes. Fundamentos da Teoria dos Conjuntos; Conjuntos Numéricos: Números Naturais e Inteiros (divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum), Números Racionais e Irracionais (reta numérica, valor absoluto, representação decimal), Números Reais (relação de ordem e intervalos), Operações;

ATUALIDADES E CONVIVÊNCIA SOCIETÁRIA:

Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e no município de Itá nas seguintes áreas: política, economia, sociedade, educação e saúde. Meio ambiente: problemas e impactos ambientais globais e locais. Evolução histórica, geográfica, econômica, política e cultural do município de Itá. Ética no serviço público. Comportamento, postura profissional, atitudes no serviço; Organização da prática profissional e prioridade em serviço. Relações Humanas no trabalho, na família e na comunidade.

- CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DO CARGO:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

O Sistema Único de Saúde (S.U.S.); História do PSF/ESF; O Agente Comunitário de Saúde um agente de mudanças; Trabalhar em equipe; Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde: (Cadastramento as famílias); Territorialização (área e microárea) e epidemias; O diagnóstico comunitário; Planejamento; Meio Ambiente: (Água, solo e poluição); Doenças mais comuns na comunidade: Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis, (Tuberculose, Hanseníase, DST/AIDS, Hipertensão Arterial, Diabetes, Neoplasias, Saúde Mental); Saúde Bucal; Alimentação e Nutrição; A saúde nas diversas fases da vida: (Transformações do Corpo Humano, Planejamento Familiar, Gestação, Pré-Natal e o ACS, Riscos na Gravidez, Direito da Gestante, cuidados básicos ao recém nascido, imunização, Puerpério: Um tempo para o Resguardo, Direitos da Criança, Amamentação, Critérios de Risco Infantil, Crescimento e Desenvolvimento, Doenças mais Comuns na Infância, Acidentes e Violência à Criança, Puberdade e Adolescência, Direito e saúde do Idoso, Prevenção de Acidentes); Educação em saúde. Dengue.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Sistema Único de Saúde – SUS. Parâmetros pertinentes a Saúde da Família. Educação para Saúde. Humanização da assistência. Lei nº 8.080 de 19/09/90, Lei de nº 8.142 de 28/12/90, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde NOB-SUS de 1996, Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS NOAS-SUS de 2002, Políticas públicas de saúde – SUS Ações básicas em saúde coletiva – PSF. Indicadores

epidemiológicos. Biossegurança nas ações em saúde. Vigilância epidemiológica. Preparação e acompanhamento do paciente na realização de exame diagnóstico. Posições para exames. Sinais vitais e medidas antropométricas. Controle Hídrico e Diurese. Técnicas de higiene, conforto e segurança do paciente. Cuidados de enfermagem ao paciente em situação de urgência e emergência. Princípios de preparo e administração de medicamentos pelas diversas vias. Procedimentos por via respiratória. Manuseio de equipamentos e materiais esterilizados. Prontuário e anotações de enfermagem. Cuidados com lesões cutâneas. Assistência de enfermagem em clínica médica. Assistência de enfermagem ao paciente idoso. Cuidados de enfermagem a pacientes nas diversas etapas do tratamento cirúrgico: pré, trans e pós-operatórios das cirurgias gerais. Assistência de enfermagem a pacientes com transtornos mentais. Aleitamento materno. Cuidados com o RN. Agravos sociais à criança e ao adolescente de violência e abandono. Notificação das doenças transmissíveis: prevenção e controle. Legislação Ética profissional e relações humanas. Curativos: potencial de contaminação e técnicas de curativos. Princípios da administração de medicamentos: terapêutica medicamentosa, noções de farmacoterapia. Condutas do Técnico de Enfermagem na Saúde Mental. Intervenções, sinais e sintomas. Doenças Sexualmente Transmissíveis. Tipos de doenças e prevenções, dosagens, aplicação, Esterilização de Material. Saúde da Mulher Planejamento familiar, gestação (pré-natal), parto e puerpério, prevenção do câncer de colo e mamas. Programa de Controle de Infecção Hospitalar. Registros de Enfermagem e ocorrências no serviço: implicações legais e éticas. Processamento de artigos hospitalares: limpeza, desinfecção e esterilização. Tratamento e prevenção de feridas. Imunização: aplicação, transporte, armazenamento e conservação de vacinas. Assistência de enfermagem na saúde da mulher. Programa Nacional de Imunização (PNI).

- CONTEÚDO COMUM PARA OS CANDIDATOS A VAGAS CUJA EXIGÊNCIA É NÍVEL FUNDAMENTAL – ZELADOR:

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e compreensão de texto. Tipos de texto. Fonética: encontros consonantais e vocálicos, dígrafos, ditongos e sílaba (divisão e classificação). Acentuação gráfica. Ortografia. Pontuação. Morfologia: classes de palavras, processo de formação das palavras. Análise sintática dos períodos simples e composto. Concordância nominal e verbal. Semântica: sinonímia e antonímia. Tipos de linguagem: verbal, não-verbal, denotativa, conotativa, coloquial, formal. Funções da linguagem.

MATEMÁTICA

Noções de dobro, triplo, dezena e dúzia. Soma, subtração, multiplicação e divisão com números inteiros e frações ordinárias e/ou decimais. Sistema Métrico Decimal. Regra de três simples e composta. Sistema monetário brasileiro. Porcentagem. Juro simples: juros, capital, tempo, taxas e montantes. Problemas envolvendo sistemas de medida de comprimento, área, volume e massa. Teoria dos conjuntos. Conjuntos numéricos. Operações com conjuntos. Equações de 1º e 2º Grau. Geometria plana. Raciocínio lógico.

ATUALIDADES E CONVIVÊNCIA SOCIETÁRIA:

Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e do município de Itá nas seguintes áreas: política, economia, sociedade, educação e saúde. Meio ambiente: problemas e impactos ambientais globais e locais. Evolução histórica, geográfica, econômica, política e cultural do município de Itá Ética no serviço público. Comportamento, postura profissional, atitudes no serviço; Organização da prática profissional e prioridade em serviço. Relações Humanas no trabalho, na família e na comunidade.

- CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DO CARGO :

ZELADOR:

Conhecimentos gerais em zeladoria. Limpeza de ambientes e equipamentos. Jardinagem. Pequenos reparos de hidráulica, elétrica e alvenaria. Materiais de limpeza. Equipamento de proteção individual. Relação interpessoal e ética profissional.

ANEXO IV

REQUERIMENTO PARA CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____ RG: _____
_____, CPF: _____, inscrito (a) para o Cargo de _____
_____, Residente: _____, nº _____, Bairro: _____, Fone: (____) _____
_____, portador da necessidade especial _____, requer a Vossa Senhoria condições especiais para realização da prova objetiva do Processo Seletivo Público do Município de Itá /SC, conforme Edital 004/2015 anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade.

Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

_____/SC, _____ de _____ de 2015.

Nome, nº de Inscrição e Assinatura

ANEXO V
MODELO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

RECURSO CONTRA PROCESSO SELETIVO Nº , publicado no edital nº , realizado para a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITÁ/SC

A decisão objeto de contestação é

.....(explicitar a decisão que está contestando).

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:

.....Para fundamentar essa contestação, encaminho anexos os seguintes documentos:

Itá/SC, de de 200

RECEBIDO em /...../...200

por

ANEXO VI
DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

- CÓPIA CARTÃO DO PIS/PASEP;
- CÓPIA COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOA FÍSICA - C.P.F.;
- CÓPIA CARTEIRA DE IDENTIDADE;
- CÓPIA REGISTRO CIVIL DE CASAMENTO OU NASCIMENTO;
- CÓPIA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS E COMPROVANTE DE VACINAÇÃO ATÉ OS 7 ANOS, ATESTADO DE ESCOLARIDADE FILHOS MAIORES DE 7 ANOS A 14 ANOS;
- 01 FOTO 3X4;
- CÓPIA CERTIFICADO MILITAR (Sexo Masculino);
- CÓPIA TÍTULO ELEITORAL;
- CÓPIA COMPROVANTE DE ÚLTIMA VOTAÇÃO;
- ATESTADO MÉDICO (ORIGINAL);
- CONTA BANCÁRIA Nº _____ AGÊNCIA _____ () Brasil () CEF
- CÓPIA CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE (CONCLUÍDO)
- CÓPIA CARTEIRINHA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL;
- CÓPIA COMPROVANTE VACINAÇÃO TÉTANO e RUBEOLA PARA AMBOS OS SEXOS;
- DECLARAÇÃO DE BENS;
- FOLHA CORRIDA JUDICIAL (www.tjsc.jus.br / certidões on line);
- DECLARAÇÃO PENALIDADES (ORIGINAL);
- DECLARAÇÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS (ORIGINAL).

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 080/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS – FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2015 – FMS
3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Reunidas Turismo S.A.
ORIGEM: Pregão Presencial 39/2014 - FMS
OBJETO: Aditamento (item 3) e reequilíbrio econômico financeiro (itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23) conforme resolução nº 08/2015 DETER, das passagens interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinados aos pacientes do SUS e que necessitam de acompanhante quando necessário e para servidores municipais.
VALOR: R\$ 9.225,22
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga – SC., 09 de outubro de 2015.
Clair Maria Heck Heinen
Administradora do FMS

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 217 A 227/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2015
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Companhia Ultragas S.A.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2015.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro do item 1 do pregão para aquisição de cargas de gás "GLP" P-45 e P-13, para entrega parcelada, destinadas a manutenção das escolas municipais de ensino fundamental, infantil, creches e para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 510,00
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2016.
Itapiranga – SC., 30 de setembro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 218/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Paulo C. Padilha - ME
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 153/2015.
OBJETO: Locação de estruturas metálicas, locação de geradores de energia elétrica e aquisição de faixas e banners com impressão digital, destinados para a realização da 37º OKTOBERFEST.
VALOR: R\$ 3.360,00
VIGÊNCIA: 01 de outubro de 2016
Itapiranga – SC., 01 de outubro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Chico Geradores LTDA - ME
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 153/2015.
OBJETO: Locação de estruturas metálicas, locação de geradores de energia elétrica e aquisição de faixas e banners com impressão

digital, destinados para a realização da 37º OKTOBERFEST.
VALOR: R\$ 7.080,00
VIGÊNCIA: 01 de outubro de 2016
Itapiranga – SC., 01 de outubro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Decandido Sonorizações e Eventos EIRELI - ME
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 153/2015.
OBJETO: Locação de estruturas metálicas, locação de geradores de energia elétrica e aquisição de faixas e banners com impressão digital, destinados para a realização da 37º OKTOBERFEST.
VALOR: R\$ 9.160,00
VIGÊNCIA: 01 de outubro de 2016
Itapiranga – SC., 01 de outubro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2015
PARTES: Município de Itapiranga e N.R. Locações e Serviços LTDA
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 153/2015.
OBJETO: Locação de estruturas metálicas, locação de geradores de energia elétrica e aquisição de faixas e banners com impressão digital, destinados para a realização da 37º OKTOBERFEST.
VALOR: R\$ 26.325,00
VIGÊNCIA: 01 de outubro de 2016
Itapiranga – SC., 01 de outubro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Banxap Banheiros Moveis LTDA - ME
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 153/2015.
OBJETO: Locação de estruturas metálicas, locação de geradores de energia elétrica e aquisição de faixas e banners com impressão digital, destinados para a realização da 37º OKTOBERFEST.
VALOR: R\$ 5.100,00
VIGÊNCIA: 01 de outubro de 2016
Itapiranga – SC., 01 de outubro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2015
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Comércio de Artigos de Informática Traceminha LTDA ME
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 112/2015.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro do item 4 do pregão para aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e outros materiais permanentes, destinados para a Secretaria de Assistência Social e demais secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 75,00
VIGÊNCIA: 02 de julho de 2016.
Itapiranga – SC., 01 de outubro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2015
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 275/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Abastecedora Líder LTDA
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 164/2014.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro dos itens 2 e 3 do pregão para aquisição de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados para abastecimento de máquinas e veículos

desta municipalidade, para o ano 2015.
VALOR: R\$ 30.711,92
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC., 08 de outubro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2015
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 276/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Combustíveis Itapiranga LTDA
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 164/2014.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro dos item 1 do pregão para aquisição de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados para abastecimento de máquinas e veículos desta municipalidade, para o ano 2015.
VALOR: R\$ 3.905,53
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC., 09 de outubro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2015
PARTES: Município de Itapiranga e CM Papel de Parede e Acabamento LTDA
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 154/2015.
OBJETO: Aquisição de lona para toldo, destinada para substituição na Escola Municipal de Educação Infantil Bela Vista.
VALOR: R\$ 2.925,00
VIGÊNCIA: 09 de outubro de 2016
Itapiranga – SC., 09 de outubro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 227/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Bentec Comércio de Sementes LTDA - EPP
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 155/2015.
OBJETO: Aquisição de materiais diversos destinados para manutenção das atividades do Setor de Urbanismo desta municipalidade.
VALOR: R\$ 2.250,00
VIGÊNCIA: 09 de outubro de 2016
Itapiranga – SC., 09 de outubro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DOS CONTRATOS 027 E 028/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CONTRATOS – FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2015 – FMS
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2013 - FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Berwanger & Grutzmann Corretora de Seguros Ltda.
OBJETO: Contratação de seguros para veículos a disposição do Fundo Municipal de Saúde.
VALOR: 1.763,54
VIGÊNCIA: 30 de setembro de 2016.
Itapiranga – SC, 30 de setembro de 2015.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2015 – FMS
6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2014 - FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Bem Te Vi LTDA.
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 08/2014
OBJETO: Aditivo de prazo para execução em regime de empreitada global dos serviços para construção da unidade básica de saúde fronteira, conforme repasse fundo a fundo do fundo nacional da saúde, programa de aceleração do crescimento - PAC 2.
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga – SC, 30 de setembro de 2015.
Luis Carlos Steffenon
Administrador do FMS

EXTRATO DOS CONTRATOS 122 A 128/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Bem Te Vi LTDA
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 145/2015
OBJETO: Execução em regime de empreitada global do projeto para pintura externa (com fornecimento de materiais e mão de obra) do prédio da Escola Municipal Irma Tabita, na Linha Soledade, no interior deste município
VALOR: R\$ 14.050,55
VIGÊNCIA:
Itapiranga – SC. 22 de setembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2015
8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Betha Sistemas LTDA
ORIGEM: Pregão Presencial 186/2012
OBJETO: Supressão do objeto originário do contrato o sistema de Atendimento ao contribuinte via internet acrescentando-se em seu lugar o Cidadão Web com Gestão do ITBI via web.
VALOR: R\$ 1.118,04
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015
Itapiranga – SC. 23 de setembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2015
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Berwanger & Grutzmann Corretora de Seguros Ltda.
OBJETO: Contratação de seguro de responsabilidade civil e total para veículo ônibus VW 15.190, placa MKC 5835 a disposição da Secretaria Municipal da Educação.
VALOR: R\$ 1.386,11
VIGÊNCIA: 25 de setembro de 2016.
Itapiranga – SC, 25 de setembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2015
PARTES: Município de Itapiranga e CPNET Comércio e Serviços de Telecomunicações LTDA
OBJETO: Cessão de uso, a título oneroso, de área de 2,00 m² para colocação de um poste 15/1000, em terreno localizado no lote nº 07 da quadra nº 08, localizado na Rua 16 de Outubro, no loteamento Portal do Sol, de propriedade do município de Itapiranga, no seguinte ponto geográfico (27º9'18.56"S e 53º43'36.89"O).
VIGÊNCIA: 29 de setembro de 2025.
Itapiranga – SC, 29 de setembro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Fimak Saneamento & Locação de Equipamentos EIRELI - ME
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 149/2015
OBJETO: Execução em regime de empreitada global do sistema de esgotamento sanitário, compreendendo ligações prediais, poços de visita e rede coletora de esgoto, na Avenida Uruguai, trecho entre as Ruas Sete de Setembro e Padre Teodoro Treis, no centro da

cidade de Itapiranga.

VALOR: R\$ 40.627,22

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015

Itapiranga – SC. 01 de outubro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Bem Te Vi LTDA

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 147/2014

OBJETO: Prorroga prazo de vigência para a execução em regime de empreitada global do projeto para construção de quadra escolar coberta com vestiário, na Escola Municipal Funei.

VIGÊNCIA: 31 de janeiro de 2016.

Itapiranga – SC. 06 de outubro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Chapecó Comércio de Peças E Máquinas LTDA - EPP

ORIGEM: Pregão Presencial 151/2015.

OBJETO: Aquisição de peças diversas, para conserto e manutenção da patrula 205 - Huber Warco, a disposição da Secretaria de Transportes, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 6.900,00

VIGÊNCIA: 09 de abril de 2016.

Itapiranga – SC. 09 de outubro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 27/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL PARA

REGISTRO DE PREÇOS

Nº 27/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 27/2015 FMS, cujo objeto é a aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados para manutenção das atividades das Unidades Básicas de Saúde do município. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 27 de outubro de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 14 de outubro de 2015.

Clair Maria Heinen

Adm. do FMS

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo quarto dia do mês de outubro de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ELIANA FRIGO DA SILVA e JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, nomeados pelo(a) Decreto nº 2438/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 48/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROCEDIMENTO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (PSF), PRONTO ATENDIMENTO 24HRS E CENTRO DE REABILITAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	RAMON FRANCISCO ANDRADE
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MARCOS ANTONIO LOBO
PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIASI PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA	ELTON RODRIGUES BORGES
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	MARCOS FERNANDO LEAL
EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	SERGIO DE OLIVEIRA NICOLodi

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram DESCLASSIFICADAS as seguintes empresas:

ITEM	EMPRESA DESCLASSIFICADA	MOTIVO
1	TODOS OS LICITANTES	LICITANTES INFORMARAM QUE O SUBITEM 1 NÃO EXISTE.
4	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	LICITANTE INFORMOU QUE NÃO POSSUI AFE PARA SANEANTES - SOLICITOU A DESCLASSIFICAÇÃO
4	PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIASI PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA	LICITANTE INFORMOU QUE NÃO POSSUI AFE PARA SANEANTES - SOLICITOU A DESCLASSIFICAÇÃO
6	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	APRESENTOU O REGISTRO DO PRODUTO INCOMPATÍVEL - ITEM 6.2.3 DO EDITAL

6	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	LOTE COTADO INCOMPLETO
7	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	LOTE COTADO INCOMPLETO
7	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	LOTE COTADO INCOMPLETO
9	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	LOTE COTADO INCOMPLETO
9	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	APRESENTOU REGISTRO DO PRODUTO VENCIDO - ITEM 6.2.3 DO EDITAL
9	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	APRESENTOU REGISTRO DO PRODUTO VENCIDO - ITEM 6.2.3 DO EDITAL
9	PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIASI PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA	NÃO APRESENTOU REGISTRO DO PRODUTO - ITEM 6.2.3 DO EDITAL
10	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	LOTE COTADO INCOMPLETO
10	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	NÃO APRESENTOU REGISTRO DO PRODUTO - ITEM 6.2.3 DO EDITAL
11	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	APRESENTOU REGISTRO DO PRODUTO VENCIDO - ITEM 6.2.3 DO EDITAL
11	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	NÃO APRESENTOU REGISTRO DO PRODUTO - ITEM 6.2.3 DO EDITAL
12	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	APRESENTOU REGISTRO DO PRODUTO VENCIDO - ITEM 6.2.3 DO EDITAL
12	PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIASI PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA	APRESENTOU REGISTRO DO PRODUTO VENCIDO - ITEM 6.2.3 DO EDITAL
12	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	NÃO APRESENTOU REGISTRO DO PRODUTO - ITEM 6.2.3 DO EDITAL
13	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	NÃO APRESENTOU REGISTRO DO PRODUTO - ITEM 6.2.3 DO EDITAL
16	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	LOTE COTADO INCOMPLETO
17	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	LICITANTE SOLICITOU DESCLASSIFICAÇÃO POR PREÇO INEXEQUÍVEL
23	EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	LICITANTE INFORMOU QUE NÃO POSSUI AFE PARA SANEANTES - SOLICITOU A DESCLASSIFICAÇÃO

As demais propostas/itens foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas

ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. Todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras, portanto, as empresas citadas abaixo:

Empresas Ganadoras	Itens/Lotes	Valor Total
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2, 16, 17, 18, 19, 22 e 23	R\$ 15.876,50
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	4, 5, 7, 9 e 10	R\$ 37.176,50
PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIASI PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA	6 e 21	R\$ 12.133,50
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3 e 15	R\$ 748,00
EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	11, 12, 13, 14 e 20	R\$ 40.045,50

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas as empresas ofertantes dos menores preços, a Pregoeira declarou as empresas supracitadas vencedoras deste Pregão. Nesta fase, ao serem questionados quanto a intenção de recurso o representante da empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA solicitou que a Secretaria de Saúde solicite amostras dos itens 20, 21, 22 e 23 para conferência dos produtos com o descritivo do edital. Posteriormente, a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA manifestou suas razões de intenção de recurso nos seguintes termos "manifesta intenção de recurso quanto ao critério de julgamento do referido Pregão, sendo que o mesmo refere-se a item e não lote como foi procedido o julgamento", da mesma forma, a licitante EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA manifestou suas razões nos seguintes termos "no edital o julgamento das propostas seria por item e a Pregoeira disse que o julgamento seria por lote" as demais empresas não manifestaram interesse na interposição de recurso. Quanto ao citado a Pregoeira salientou o item 2 do Anexo V do edital, que inclusive está destacado em vermelho e em letras em caixa alta "Tendo em vista a semelhança e compatibilidade, alguns itens foram organizados em lotes. Deste feito, os lotes deverão ser cotados por completo, ou seja, deverá ser apresentada proposta para todos aqueles itens que compõem o lote SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO do lote completo". A Pregoeira informa que as empresas vencedoras deverão cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 14 de outubro de 2015.

ISABELA RAICK DUTRA POHL Pregoeira	
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro	ELIANA FRIGO DA SILVA Membro
EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA SERGIO DE OLIVEIRA NICOLODI	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA MARCOS FERNANDO LEAL
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA RAMON FRANCISCO ANDRADE	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA MARCOS ANTONIO LOBO
PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIASI PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA ELTON RODRIGUES BORGES	

DECRETO MUNICIPAL Nº 2566/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

DECRETO MUNICIPAL nº 2566/2015

Data: 13 de outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso I da Lei Municipal nº 559/2014 – LOA 2015,

DECRETA

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação de dotação dentro da mesma funcional programática, perfazendo o montante de R\$ 81.563,00 (oitenta e um mil quinhentos e sessenta e três reais), conforme segue:

Suplementação

05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

05.01 Departamento de Administração

00401220003.2015 Manutenção do Departamento de Administração
33390 Aplicações Diretas (66) FR 10000 R\$ 81.563,00

Anulação

05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

05.01 Departamento de Administração

00401220003.2015 Manutenção do Departamento de Administração
34490 Aplicações Diretas (156) FR 10000 R\$ 81.563,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2567/2015 ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2534_2015, QUE NOMEIA O CMII - CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC – GESTÃO 2015/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2567/2015

Data: 13 de outubro de 2015.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2534_2015, QUE NOMEIA O CMII - CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC – GESTÃO 2015/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 343/2011, de 15 de junho de 2011 e alterações posteriores, e, considerando Of./SMAS nº 283/2015, de 13 de outubro de 2015,

DECRETA

Art. 1º Ficam alteradas as letras a) e b) do item 1) - representantes governamentais, do artigo 1º do Decreto Municipal nº 2534/2015, de 03 de setembro de 2015, que passa vigorar com a seguinte redação:

Representantes Governamentais

1) Secretaria Municipal de Assistência Social

a) Alessandra Silveira Oliveira Titular

b) Ana Luiza Valente de Oliveira Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2568/2015 ALTERA O
DECRETO MUNICIPAL Nº 2561/2015, DE 07 DE
OUTUBRO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE ABERTURA
DE CRÉDITOS ADICIONAS SUPLEMENTARES POR
ANULAÇÃO DE RESERVA DE CONTINGÊNCIA.**

DECRETO MUNICIPAL nº 2568/2015

Data: 13 de outubro de 2015.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2561/2015, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÃO DE RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica alterado o fundamento do Decreto Municipal nº 2561/2015, de 07 de outubro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 16 da Lei Municipal 545/2014 – LDO 2015 e o artigo 6º. Inciso II da Lei Municipal nº 559/2014 – LOA 2015, e considerando, CI/DO/73/2015, de 06 de outubro de 2015,"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO 457, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº457, de 14 de outubro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.631, de 14 de outubro de 2015, que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências", que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e Lei e promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de dezembro de 2014) de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 4.469.500,00 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais), nas dotações orçamentárias conforme relatório constante do ANEXO I, ANEXO II, ANEXO III e ANEXO IV.

Art. 2º. Fica alterada as dotações Orçamentárias constantes da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I, ANEXO II, ANEXO III e ANEXO IV, da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Suplementar, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 14 de outubro de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

CLAUDINEI EYNG
Secretário da Fazenda

LUIZ AUGUSTO WAGNER SCHEEREN
contador

DECRETO Nº 456, de 08 de outubro de 2015

DECRETO Nº 456, de 08 de outubro de 2015

"Aprova o Edital nº 01/2015, que abre Inscrições para o Processo Seletivo para a ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com as Leis nº 2.189, de 27 de setembro de 2007, 2.196, de 01 de novembro de 2007, 2.197, de 01 de novembro de 2007, LC 017, de 03 de outubro de 2007 e LC nº 020, de 17 de dezembro de 2008;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Edital nº 01/2015, de 08 de outubro de 2015, que trata das inscrições para o Processo Seletivo e define normas para Admissão em Caráter Temporário nos cargos da Prefeitura do Município de Ituporanga, como: Agente Comunitário de Saúde - Micro área 1, Micro área 2, Micro área 4 e Micro área 5, Atendente de farmácia, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Consultório Dentário, Auxiliar de Mecânico, Auxiliar de Serviços Gerais, Cirurgião Dentista, Educador Social, Enfermeiro, Farmacêutico, Instrutor de Modalidades Esportivas – Futsal, Instrutor de Modalidades Esportivas – Voleibol, Instrutor de Modalidades Esportivas – Xadrez e Tennis de Mesa, Operador de Equipamentos, Técnico em Atividades de Saúde, Técnico em Enfermagem, Técnico em Enfermagem do SAMU e Vigia.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 08 de outubro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

Jacinto Machado

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 01-2015 CMDCA

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

DO EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 01-2015 CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Jacinto Machado-SC, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Temporária Organizadora para Coordenar Trabalhos do Processo de Escolha do Conselho Tutelar e nomear seus integrantes torna pública a homologação do resultado final do Edital de Eleição do Conselho Tutelar 01-2015 - CMDCA, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	TOTAL DE VOTOS
1ª	Cristiane Gomes	333
2ª	Tatiana Bristot de Almeida	212
3ª	Thainara de Souza da Rosa	148
4ª	Silvana Magnus	120
5ª	Marlei Domingos Felix	118
6ª	Daiane Gabriel	89
7ª	Maria das Graças Fontana	78
8ª	Cristiana Vargas Vefago	22

Jacinto Machado – (SC), 14 de Outubro de 2015.

AUGUSTINHA OLISETE MOLGARO POSSAMAI DELLA

Presidente do CMDCA

Joaçaba

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 16/2015-CMAS-JBA

RESOLUÇÃO Nº 16/2015-CMAS-JBA

Aprova prestações de contas que especifica:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o que estabelecem as Portarias 440 e 442 do MDS, além da Resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a prestação de contas do recurso repassado pelo Fundo Municipal de Assistência Social para a Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS, relativos ao termo de convênio nº05/2015, no valor de R\$ 2.527,99(dois mil quinhentos e vinte e sete reais e noventa e nove centavos).

§ 1º. A prestação de contas de que trata o caput deste artigo, conta no parecer nº17/2015 aprovado em reunião do CMAS em 14/10/2015.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 14 de outubro de 2015.
Dorvalina Lange
Presidente do CMAS

DECRETO Nº 4.839 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.839 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.567 DE 23/12/14 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 – Operação e Manutenção do sistema de água - Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 34

Valor: R\$ 150.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 – Operação e Manutenção de Sistema de Água - Urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 37

Valor: R\$ 200.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 13 de outubro de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

DECRETO Nº 4.838 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.838 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

“SUBSTITUI MEMBRO PARA COMPOR CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, QUE ESPECIFICA”.

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída o servidor Ricardo Altemburger, pela servidora Cheila Sacchetti, na representação da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, no Conselho Municipal de Contribuintes de que trata o Decreto nº 4.565 de 02 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 09 de outubro de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS/JOAÇABA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoca para realização do Fórum de Eleição da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal de Assistência Social/Joaçaba no biênio 2016/2018.

Art. 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/Joaçaba, no uso de suas atribuições, previstas na Lei Federal 8.742/93, Lei Municipal nº Lei 4.281 de 23 de novembro de 2012, e do Regimento Interno do CMAS, torna público e convoca os representantes da Sociedade Civil, através das entidades e organizações de assistência social, organizações ou representantes de usuários de assistência social e, organizações ou representantes de trabalhadores do SUAS, para participarem do Fórum de Eleição da Sociedade Civil,

§ 1º Membros representantes governamentais em número de 07 (sete) titulares e 07 (sete) suplentes, cujos membros serão nomeados pelo Poder Executivo Municipal, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

§ 2º Representantes das Organizações da Sociedade Civil, escolhidos no Fórum de Eleição da Sociedade Civil, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, com a seguinte distribuição:

a) três (3) titulares e seus respectivos suplentes representantes de entidades, organizações, serviços, programas e projetos de assistência social;

b) dois (2) titulares e seus respectivos suplentes representantes de

organizações e/ ou trabalhadores do SUAS;
c) dois (2) titulares e seus respectivos suplentes representantes de organizações e/ou representantes de usuários.

Art. 2º - O Fórum será coordenado por uma Comissão nomeada pelo CMAS, que ficará responsável pelos procedimentos necessários para efetivação do Processo, conforme Resolução CMAS.

Art. 3º - O Processo de Escolha dos Representantes da Sociedade Civil dar-se-á no Fórum, por segmento, segundo os artigos 2º e 3º da Resolução 15/15/CMAS-JBA, no dia 27 de novembro de 2015, no horário das 14 às 17 horas, na antiga Câmara de Vereadores, sito à Av. XV de Novembro, 378, Centro – Joaçaba – SC.

Joaçaba (SC), 14 de outubro de 2015.

Dorvalina Lange

Presidente CMAS-Joaçaba

RESOLUÇÃO Nº: 017/15CMAS-JBA

Resolução Nº: 017/15CMAS-JBA

Designar os membros da Comissão Eleitoral para o processo de eleição do Conselho Municipal de Assistência Social para a gestão do biênio 2016-2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei Municipal 4281 de 23 de novembro de 2012 e de acordo com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social realizada em 14 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO:

Que os conselheiros exercem a sua função pelo período de 02 (dois) anos conforme art. 11 parágrafo I e II do Regimento Interno do CMAS, necessitando novo processo eleitoral, já que a gestão 2013-2015 encerra suas atividades no mês de dezembro do corrente ano.

Que há necessidade de organização deste processo eleitoral.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar as pessoas abaixo indicadas para compor a Comissão Eleitoral do CMAS:

Nome Representação

Dorvalina Lange Representante de Usuários

Odete Leite Representante de Usuários

Marcelino Zuffo Trabalhador SUAS

Bruna Sumny Pozzobon Representante de Projeto

Art. 2º - São atribuições da Comissão Eleitoral:

a) organizar o processo de eleição para a nova composição do CMAS referente o biênio 2016-2018;

b) solicitar do Poder Executivo Municipal, através de ofício, a indicação da representação governamental, conforme art. 6º do Regimento Interno;

c) solicitar, através de ofício, das entidades prestadoras de serviços e organizações de assistência social, devidamente inscritas no Conselho, a indicação de um representante da entidade e um representante de usuários, eleitos em foro interno;

d) solicitar através de ofício aos trabalhadores do setor e as organizações da defesa dos direitos e da cidadania conforme regulamentação dada pela Resolução nº 23 de 16/02/2006, do CNAS, deverão indicar um representante;

e) promover com os usuários dos serviços socioassistenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social encontros de pré-eleição de seus representantes para concorrerem às vagas dispostas no artigo 5º, inciso II, alínea c, do Regimento Interno;

f) propor estratégias de divulgação do evento;

g) definir o local para a realização do Fórum de Eleição da Sociedade Civil;

h) preparar a programação;

i) prever acessibilidade das pessoas com deficiência, conforme orientação do CNAS (informe CNAS nº 001/2009);

j) elaborar resoluções que orientem o processo eleitoral;

k) encaminhar ao Poder Executivo os nomes dos eleitos (titulares e suplentes) no Fórum de Eleição da Sociedade Civil, juntamente com os indicados da representação governamental para emissão de Decreto e posse;

l) julgar e deliberar sobre os casos omissos acerca do processo eleitoral.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Joaçaba (SC), 14 de outubro 2015.

Dorvalina Lange

Presidente CMAS-Joaçaba

RESOLUÇÃO Nº:15/15CMAS-JBA

Resolução Nº:15/15CMAS-JBA

Dispõe sobre a realização do Fórum de Eleição da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal de Assistência Social/Joaçaba no biênio 2016/2018.

CAPÍTULO I

DA CONVOCAÇÃO

Art. 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/Joaçaba, no uso de suas atribuições, previstas na Lei Federal 8.742/93, Lei Municipal nº Lei 4.281 de 23 de novembro de 2012, e do Regimento Interno do CMAS, torna público e convoca os representantes da Sociedade Civil, através das entidades e organizações de assistência social, organizações ou representantes de usuários de assistência social e, organizações ou representantes de trabalhadores do setor e da defesa dos direitos e da cidadania, para participarem do Fórum de Eleição da Sociedade Civil que acontecerá no dia 27 de novembro de 2015, nas dependências da antiga Câmara de Vereadores de Joaçaba, sito à Av. XV de Novembro, 378 – Centro – Joaçaba – SC as 14:00 horas, para a composição do respectivo Conselho no biênio 2016/2018.

Parágrafo Único: - O Fórum será coordenado por uma Comissão nomeada pelo CMAS, que ficará responsável pelos procedimentos necessários para efetivação do Processo, conforme Resolução CMAS

CAPÍTULO II

DA PARTICIPAÇÃO

Art. 2º - Poderão participar do Fórum de Eleição da Sociedade Civil os indicados através de ofício pelas Organizações da Sociedade Civil com atuação no município de Joaçaba, definidos através da lei Municipal 4281/12 e Regimento Interno do CMAS.

I - Entende-se por Organizações da Sociedade Civil as Organizações de Usuários e/ou Representantes de Usuários, Representantes dos segmentos de Trabalhadores do SUAS, Entidades, Organizações e Serviços, Programas e Projetos de Assistência Social de acordo com as Resoluções do CNAS nºs 23 e 24 de 16 de fevereiro de 2006, Decreto Presidencial nº 6.308 de 14 de dezembro de 2007, Resolução nº 16 do CNAS, de 05 de maio de 2010 e Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

§ 1º - Consideram-se Representantes de Usuários pessoas vinculadas aos serviços, programas, projetos, e benefícios da PNAS – Política Nacional de Assistência Social, organizadas sob diversas

formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos. Reconhecem-se como legítimos: associações, movimentos sociais, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.

§ 2º - Consideram-se Organizações de Usuários aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à PNAS, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

§ 3º - Consideram-se Entidades, Organizações e ou Serviços Programas e Projetos de Assistência Social aquelas que de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção dos novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação dos órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de Assistência Social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993. As entidades e/ou organizações devem estar inscritas no CMAS de Joaçaba.

§ 4º - Consideram-se Organizações e ou Representantes de Trabalhadores do SUAS todas as formas de organização de trabalhadores do setor como, associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na política de assistência social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único da Assistência Social.

§ 5º - Uma organização é representativa dos trabalhadores do setor da assistência social quando:

- a) tem em sua base de representação segmentos de trabalhadores que atuam na Política Pública de Assistência Social;
- b) defende direitos dos segmentos de trabalhadores na Política de Assistência Social;
- c) propõe-se à defesa dos direitos sociais aos cidadãos e aos usuários da assistência social;
- d) tem formato jurídico de sindicato, federação, confederação, central sindical ou conselho federal de profissão regulamentada, ou associação de trabalhadores legalmente constituída;
- e) não é representação patronal ou empresarial.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, regido pela Lei 4281/12 é composto da seguinte representação:

I - Membros representantes governamentais em número de 07 (sete) titulares e 07 (sete) suplentes, cujos membros são nomeados pelo Poder Executivo Municipal, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução, com a seguinte distribuição:

- a) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) 01(um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) 01(um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) 01(um) representante da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa;
- e) 01(um) representante da Secretaria Municipal de Gestão Financeira;
- f) 01(um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura / Gerência de Habitação;

II - Representantes das Organizações da Sociedade Civil, escolhidos

no Fórum de Eleição da Sociedade Civil, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, com a seguinte distribuição:

- a) três (3) titulares e seus respectivos suplentes representantes de entidades, organizações, serviços, programas e projetos de assistência social;
- b) dois (2) titulares e seus respectivos suplentes representantes de organizações e/ ou trabalhadores do SUAS;
- c) dois (2) titulares e seus respectivos suplentes representantes de organizações e/ou representantes de usuários.

CAPÍTULO IV

DA HABILITAÇÃO

Art. 4º - As Organizações e/ou Representantes de Usuários, os representantes das Categorias de Trabalhadores do SUAS e as Entidades, Organizações, Serviços, Programas e Projetos de Assistência Social, que desejarem participar como eleitor(a)s ou como candidata(o)s no Fórum de Eleição da Sociedade Civil, deverão:

I - Estar juridicamente constituídas, em regular funcionamento e devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba.

II - Habilitar-se conforme os critérios referidos no art. 2º desta Resolução, inscrevendo, de acordo com o segmento, um (1) representante candidato(a)/eleitor(a) e seu respectivo suplente e se usuário, dois (2) representantes candidato(a)/eleitor(a) à vaga no CMAS/Joaçaba.

Parágrafo Único: Em não havendo interesse de lançar candidato, as entidades, organizações, serviços, programas e projetos, deverão obrigatoriamente indicar um (1) representante para ser eleitor(a), através de ofício, até o dia 20 de novembro de 2015, no horário de 13 às 18 horas junto Secretaria Executiva do Conselho, à Av. XV de Novembro, 378, Centro – Joaçaba - SC.

Art. 5º - No ofício de indicação deverá constar o nome do representante candidato(a)/eleitor(a) e/ou do representante eleitor(a) da Organização da Sociedade Civil, com o Requerimento de Habilitação devidamente preenchido (Anexo I).

§ 1º - As Organizações da Sociedade Civil não poderão indicar como participantes do Fórum de Eleição pessoa estranha a seu quadro.

§ 2º - Os(as) candidatos(as) /eleitores(as) e/ou eleitores(as) deverão apresentar documento de identidade no dia da eleição.

CAPÍTULO V

DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 6º - O Processo de Escolha dos Representantes da Sociedade Civil dar-se-á em no Fórum de Eleição da Sociedade Civil, por segmento, segundo os artigos 2º e 3º desta Resolução, no dia 27 de novembro de 2015, no horário das 14 às 17 horas, nas dependências da antiga Câmara de Vereadores, sito à Av. XV de Novembro, 378, Centro – Joaçaba – SC.

§ 1º - O Processo de Escolha ocorrerá de acordo com esta Resolução, Lei Municipal 4281/12 e o Regimento Interno do CMAS;

§2º - Como pré-requisito ao pleito, os (as) candidatos(as)/eleitores(as) deverão se apresentar no dia 27 de novembro de 2015 às 14 horas, no local indicado para participar da seguinte programação:

I - Abertura do Fórum e Procedimento de Votação;

II -

Apresentação oral, por 01 (um) minuto, do trabalho desenvolvido pelo(a) candidato(a) ou sua entidade/organização.

III -
II-
III-
Eleição dos Representantes da Sociedade Civil;
IV - Apuração e divulgação dos resultados no Fórum de Eleição.
IV-

§3º - A votação será secreta e os votos serão depositados em urna inviolável perante a Comissão Organizadora e aos demais presentes no Fórum.

Art. 7º - Cada representante da Sociedade Civil candidato(a)/eleitor(a) e/ou eleitor(a) terá direito a votar em dois representantes de cada segmento..

Parágrafo Único: Os votos serão dados pelos candidatos(as) eleitores(as), conforme indicado no ofício, determinado no artigo 4º desta Resolução.

Art. 8º - Terminada a votação passar-se-á imediatamente à apuração dos votos pela Comissão Organizadora.

Parágrafo Único: - Serão considerados eleitos:

I - Como titulares, os mais votados em cada segmento de representação;

II - Como suplentes, os mais votados após os titulares do segmento de representação subsequente;

III - O primeiro suplente exercerá exclusivamente a suplência do primeiro no mesmo segmento de representação, o segundo suplente a do segundo titular, e assim sucessivamente;

IV - Em caso de empate, será feita nova eleição, reapresentando os candidatos empatados, e votados por aclamação pela maioria simples dos votantes habilitados;

V - Os suplentes de cada segmento de representação, que vier a exceder o número de vagas permanecerão constantes na ata de processo de escolha para posterior preenchimento de vagas no CMAS/Joaçaba.

CAPÍTULO VI

DOS ENCONTROS PREPARATÓRIOS

Art. 9º - Serão realizados encontros para a pré-eleição dos candidatos ao Fórum de Eleição da Sociedade Civil no segmento dos Usuários pertencentes aos serviços socioassistenciais da Secretaria de Assistência Social, no período de 24 de outubro a 20 de novembro de 2015.

CAPÍTULO VII

DA POSSE

Art. 10 - A Posse dos Representantes da Sociedade Civil e dos membros indicados pelo executivo municipal, titulares e suplentes, que comporão o CMAS/Joaçaba no biênio 2016/2018, acontecerá no mês de dezembro de 2015, após a publicação do Decreto de nomeação dos conselheiros.

Parágrafo único: A data da posse será comunicada com antecedência a todos os eleitos (titulares e suplentes).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 - Os casos omissos serão julgados e deliberados pela Comissão Organizadora do Fórum de Eleição da Sociedade Civil.

Art. 18 - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 14 de outubro de 2015.
Dorvalina Lange
Presidente CMAS-Joaçaba

ANEXO I

REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO

Senhor(a) Presidente,

Fundamentado na Resolução do CMAS nº/15, venho pelo presente requerer HABILITAÇÃO AO PROCESSO ELEITORAL DA SOCIEDADE CIVIL, junto à Comissão Eleitoral, da entidade/organização/serviço socioassistencial abaixo identificado:

Entidade:

Presidente:

CNPJ:

Endereço:

Telefone: () Fax: ()

Endereço Eletrônico:

.....

Referência para contatos:

.....(nome e qualificação)

Nome do representante/candidato(a)

.....

CPF: RG:

Vínculo com a entidade/organização:

.....

Habilitação:

*Condição:

- Eleitora

- Candidata e Eleitora

*Campos com preenchimento obrigatório e deve ser assinalada apenas uma alternativa na identificação da condição e segmento.

(assinatura do(a) Presidente ou seu Representante legal

VETO A EMENDA MODIFICATIVA N. 1 AO PROJETO DE LEI Nº 3.386/2015.

VETO A EMENDA MODIFICATIVA N. 1 AO PROJETO DE LEI Nº 3.386/2015.

Senhor Presidente,
Nobres Senhores Vereadores,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do Art. 41 da Lei Orgânica do Município, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, a Emenda Modificativa nº 1 do Projeto de Lei nº 3.386, de 28 de agosto de 2015, que "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Ouvido, o Chefe do poder Executivo Municipal em consulta aos órgãos técnicos da Administração Municipal, em especial ao setor de Contabilidade do Município que manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Inciso III e § 2º do art. 33 do Projeto de Lei nº 3.386 de 28 de agosto de 2015

"III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente, por decreto do Poder Executivo;"

"§ 2º Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro do exercício anterior, não serão considerados para apuração do limite de 20%, disposto neste artigo."

Razões dos vetos

Ambos os dispositivos são correlatos, já que tratam de Emenda Modificativa do mesmo artigo, especificamente da diminuição de percentual de 50% para 20% da autorização de abertura por decreto do Poder Executivo no caso de créditos adicionais suplementares. Historicamente o percentual definido pela LDO sempre foi de 50% do orçamento da despesa. Se fizermos um retrospecto dos últimos três exercícios encerrados; 2012, 2013 e 2014 observaremos que foram utilizados, respectivamente 27%, 40% e 49% do orçamento das despesas com tais créditos previamente autorizados pela LDO. A redução desse limite para até 20% tornará a execução orçamentária mais lenta e burocrática, haja vista os prazos regimentais dos trâmites legislativos serem criteriosamente mais rígidos frente à possibilidade de resolução por Ato Legal (Decreto) do Chefe do Poder Executivo. A manutenção do limite de até 50% garante resposta imediata aos anseios da população, possibilitando um processo mais célere e quem ganha com essa agilidade nas alterações do orçamento é a população, já que 90 a 95% das alterações realizadas são relativas a créditos abertos por conta de recursos vinculados a obras por convênios ou emendas parlamentares, motivo pelo qual considera-se a Emenda Modificativa contrária ao interesse público. Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar a Emenda em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal de Vereadores.

JOAÇABA(SC), 13 de outubro de 2015.

RAFAEL LASKE
Prefeito

VETO A EMENDA MODIFICATIVA N. 2 AO PROJETO DE LEI Nº 3.386/2015.

Ofício Nº 467 / 2015 JOAÇABA(SC), 13 de outubro de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente da Câmara de Vereadores

JOAÇABA(SC)

Ref.: VETO PARCIAL À EMENDA MODIFICATIVA N. 1 E VETO À EMENDA MODIFICATIVA N. 2 AO PROJETO DE LEI Nº 3.386/2015 - COMUNICAÇÃO E MOTIVOS.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, dirigimo-nos a Vossa Excelência e demais Edis, na forma do artigo 41 da Lei Orgânica Municipal, para VETAR PARCIALMENTE A EMENDA MODIFICATIVA N. 1 E VETAR PARCIALMENTE a EMENDA MODIFICATIVA N. 2 AO PROJETO DE LEI Nº 3.386/2015 conforme razões a seguir.

ATENCIOSAMENTE.

RAFAEL LASKE

Prefeito

VETO A EMENDA MODIFICATIVA N. 1 AO PROJETO DE LEI Nº 3.386/2015.

Senhor Presidente,

Nobres Senhores Vereadores,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do Art. 41 da Lei Orgânica do Município, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, a Emenda Modificativa nº 1 do Projeto de Lei nº 3.386, de 28 de agosto de 2015, que "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Ouvido, o Chefe do poder Executivo Municipal em consulta aos órgãos técnicos da Administração Municipal, em especial ao setor de Contabilidade do Município que manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Inciso III e § 2º do art. 33 do Projeto de Lei nº 3.386 de 28 de agosto de 2015

"III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente, por decreto do Poder Executivo;"

"§ 2º Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro do exercício anterior, não serão considerados para apuração do limite de 20%, disposto neste artigo."

Razões dos vetos

Ambos os dispositivos são correlatos, já que tratam de Emenda Modificativa do mesmo artigo, especificamente da diminuição de percentual de 50% para 20% da autorização de abertura por decreto do Poder Executivo no caso de créditos adicionais suplementares. Historicamente o percentual definido pela LDO sempre foi de 50% do orçamento da despesa. Se fizermos um retrospecto dos últimos três exercícios encerrados; 2012, 2013 e 2014 observaremos que foram utilizados, respectivamente 27%, 40% e 49% do orçamento das despesas com tais créditos previamente autorizados pela LDO. A redução desse limite para até 20% tornará a execução orçamentária mais lenta e burocrática, haja vista os prazos regimentais dos trâmites legislativos serem criteriosamente mais rígidos frente à possibilidade de resolução por Ato Legal (Decreto) do Chefe do Poder Executivo. A manutenção do limite de até 50% garante resposta imediata aos anseios da população, possibilitando um processo mais célere e quem ganha com essa agilidade nas alterações do orçamento é a população, já que 90 a 95% das alterações realizadas são relativas a créditos abertos por conta de recursos vinculados a obras por convênios ou emendas parlamentares, motivo pelo qual considera-se a Emenda Modificativa contrária ao interesse público. Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar a

Emenda em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal de Vereadores.

VETO A EMENDA MODIFICATIVA N. 2 AO PROJETO DE LEI Nº 3.386/2015.

Nobres Senhores Vereadores,

A Câmara de Vereadores, quando da apreciação e aprovação do Projeto de Lei da LDO 2016, encaminhou ao Poder Executivo Municipal as Emenda Modificativas nº 02/2015 o qual tem por objeto alteração ao Anexo do PROJETO DE LEI Nº 3.386/2015 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2016.

A Emenda Modificativa nº 02/2012 foi vetada parcialmente na forma do artigo 41 da Lei Orgânica Municipal, disposto da seguinte maneira:

Art. 41. Julgado o Projeto pelo Prefeito, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento prazo no qual deverá promover a publicação e comunicação ao Presidente da Câmara.

Os motivos e exposições para que a Emenda Modificativa nº 02/2012 fosse vetada parcialmente são os seguintes:

a) Origem: Assessoria de Gabinete do Prefeito

Destino: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável

Valor: R\$ 300.000,00

O Poder Executivo Municipal, justifica o veto da emenda modificativa nº 02/2015 por entender que a contribuição do Carnaval para a 'identidade brasileira' é importante para a reafirmação da nossa multiplicidade cultural. O carnaval é um dos festejos de maior vulto do país, sua importância enquanto elemento que compõe a identidade brasileira é inegável, um ritual nacional que une todos numa mesma classe social, uma padronização da sociedade.

Além do cunho sociocultural, citado anteriormente, a utilização dos eventos turísticos ou acontecimentos programados pelo turismo como é o caso do Evento Desfile das Escolas de Samba, no Município de Joaçaba, surge como um dinamizador do fluxo turístico e como fonte geradora de serviços, produtos, emprego e renda.

A maior festa popular brasileira tornou-se tradição no Município de Joaçaba, há aproximadamente 19 anos, com a criação no ano de 1996 da LIESJHO, fazendo a partir de então a cidade tornar-se conhecida nacionalmente, pelo padrão de qualidade apresentado no evento que realiza anualmente.

Visando dar continuidade nas ações deste importante evento e sendo sabedores que a entidade realizadora, LIESJHO, ainda não dispõe de recursos próprios para arcar sozinha com a realização do mesmo, a Administração Municipal possui o compromisso no aporte de recursos com os valores já estabelecidos no orçamento. A destinação deste recurso vem ajudar não somente a LIESJHO enquanto entidade realizadora do evento, mas também e principalmente as quatro Escolas de Samba que compõe a entidade, as quais de forma direta geram emprego e renda à famílias que trabalham com carteira assinada durante o ano todo em seus barracões. Salientamos que historicamente o Município de Joaçaba aporta recursos no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), ao carnaval. Valor este que não teve reajustes nem diminuições, tornando-se portanto um compromisso assumido pela Administração Municipal junto a este que é um dos principais eventos realizado no Município.

b) Origem: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Destino: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Valor: R\$ 700.000,00

O Poder Executivo Municipal, justifica o veto da emenda modificativa nº 02/2015, inicialmente expondo que existem vários motivos que contribuem para que o Município de Joaçaba disponha de um local apropriado a prática do lazer.

Segundo as novas políticas públicas de lazer os parques públicos adquiriram grande relevância social, como sendo espaços de relações de sociabilidade urbana. Nos dias de hoje com o inchaço urbano as dificuldades são grandes em encontrar espaços adequados que possam proporcionar ambientes de qualidade para um lazer sadio.

Joaçaba contando com diversas ações por parte do Executivo Municipal conseguiu um local adequado para a construção de parque de lazer, sendo o mesmo localizado em área próxima ao centro da cidade, fato este que facilita o acesso por parte da população.

Democratizar o acesso às práticas esportivas e de lazer e universalizar este direito proporcionando um local onde além da prática de atividades físicas/ esportivas e outras atividades que envolvam todas as faixas etárias da comunidade, contribui com a prevenção e com o combate a todos os tipos de violência, contribui ainda para a não exclusão social e, acima de tudo, garante o direito constitucional de acesso às práticas de esporte e lazer são as razões para que tal empreendimento seja executado no Município.

Com base nestas colocações a Administração necessita dos recursos já alocados nesta modalidade de aplicação a fim de cumprir o cronograma estabelecido para a conclusão da obra e consequentemente atingir o fim para o qual o Parque Municipal foi projetado.

c) Origem: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Destino: Administração Terminal Rodoviário e cemitério Municipal

Valor: R\$ 50.000,00

O Poder Executivo Municipal justifica o veto da emenda modificativa nº 02/2015 por entender que a questão da segurança pública nos dias atuais passou a ser considerado problema fundamental e um grande desafio as Administrações Municipais.

A segurança ganhou enorme visibilidade pública e jamais esteve tão presente nos debates, tanto de especialistas como do público em geral.

Os problemas relacionados com o aumento das taxas de criminalidade, o aumento da sensação de insegurança, a degradação dos espaços públicos, os problemas relacionados à eficiência da investigação criminal e das perícias policiais e tantos outros, representam desafios enfrentados na área de segurança pública.

Atualmente o sistema eletrônico em vias públicas é uma política de governo implantada através de uma das ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, onde as câmeras de monitoramento são utilizadas, entre outras finalidades, como medida preventiva da polícia inibindo a prática de crimes e como uma ferramenta para a solução dos mesmos.

Possuir estas ferramentas que auxiliam para a diminuição destes problemas é essencial ao Município e conforme já comprovado, o sistema de monitoramento instalado em algumas vias centrais da cidade reduziu os índices de criminalidades nestas áreas.

O valor anual gasto com Convênio que implantou o sistema de monitoramento no Município de Joaçaba é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), contando com 13 (treze) câmeras instaladas.

Entendemos, portanto que o corte nos recursos destinados ao Convênio que possibilita a instalação do sistema monitoramento inviabiliza a manutenção de ferramentas que auxiliam a segurança pública no Município de Joaçaba, fomentando de forma indireta ações que venham a ocasionar o aumento da criminalidade, e a diminuição das possibilidades de resoluções de crimes.

d) Origem: Secretaria Municipal de Saúde

Destino: Secretaria Municipal de Saúde

Valor: R\$ 130.000,00

O Poder Executivo Municipal justifica o veto da emenda modificativa nº 02/2015 por entender que a compra de veículo para frota da Secretaria Municipal de Saúde é uma ação desnecessária no momento, uma vez que a Secretaria dispõe de uma frota em condições apropriadas para atender sua demanda, bem como por ser possível a aquisição de veículos com ações de recursos vinculados. Em contraponto com a atual situação dos carros da frota municipal de saúde encontra-se a situação da população, que cada vez mais necessita dos medicamentos distribuídos gratuitamente pela Secretaria de Saúde.

A distribuição de medicamentos além de constituir um dos elementos fundamentais para a efetiva implementação de ações capazes de promover a melhoria das condições de assistência à saúde da população, deve ser uma ação constante uma vez que o consumo de medicamentos tanto no que se refere a qualidade quanto a quantidade sofrerá, nos próximos anos, um aumento considerável levando-se em conta que os indicadores demográficos demonstram clara tendência no aumento da expectativa de vida populacional, consequentemente demandando um maior auxílio por parte do Poder Público com relação a distribuição gratuita de medicamentos a população.

A Administração Municipal entende que prestar saúde de qualidade aos munícipes é uma obrigação do gestor público agindo desta forma dentro dos princípios da Moralidade e Razoabilidade.

JOAÇABA(SC), 13 de outubro de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO CONTRATO 125/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0125/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: B & P CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 07.052.006/0001-51, estabelecida na Avenida Armando Pereira de Souza, 101 – sala 2 – Bairro Poço Rico, Otacílio Costa/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para a Construção do Espaço Físico para Implantação do CRAS no Bairro Gralha Azul, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos e Planilhas de Quantitativos/Organizatória, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato. Conforme Solicitação da secretaria Requisitante, com parecer jurídico PROGEM nº 1510/2015 favorável, e com anuência da Secretaria da Fazenda nº 252/2015 ADITA-SE, usando como referência, o índice 3,9370% IGP-DI de Maio de 2014 a Abril de 2015, gerando um impacto de 4.902,81 (quatro mil reais novecentos e oitenta e um centavos), passando de 124.532,48 (cento e vinte e quatro mil quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos) para 129.435,29 (cento e vinte e nove mil quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 14 de outubro de 2015

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 15/2015 FMAS PP 18/2015 CELIA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

PROCESSO Nº 25/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Programa Envelhecer com Saúde da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 16/2015.

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 18/2015.

O VALOR REGISTRADO R\$ 2.751,34 (dois mil setecentos e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos)

CELIA REGINA W SANI - ME, INSCRITA NO CNPJ: 04.195.853/0001-87 COM SEDE A AVENIDA BEIRA RIO, 730 – BAIRRO CENTRO – CEP 88450-000 – ALFREDO WAGNER/SC.

Lages/SC 25 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 15/2015 FMAS PP 18/2015 FORNECEDORA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

PROCESSO Nº 25/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Programa Envelhecer com Saúde da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 18/2015.

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 18/2015.

O VALOR REGISTRADO R\$ 32.021,79 (trinta e dois mil e vinte e um reais e setenta e nove centavos).

FORNECEDORA COMÉRCIO TEXTIL LTDA – ME – CNPJ 79.236.980/0001-86 - RUA ALMIRANTE BARROSO, 345 – CENTRO CEP 88.303-010 ITAJAÍ/SC.

Lages/SC 25 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 15/2015 FMAS PP 18/2015 JLM

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

PROCESSO Nº 25/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Programa Envelhecer com Saúde da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 16/2015.

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 18/2015.

O VALOR REGISTRADO R\$ 9.559,21 (nove mil quinhentos e

cinquenta e nove reais e vinte e um centavos)
JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 13.965.228/0001-68, ESTABELECIDNA AV. 24 DE OUTUBRO, S/ Nº - CENTRO, BOM RETIRO/SC – CEP. 88.680-000.

Lages/SC 25 de setembro de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 15/2015 FMAS PP 18/2015 PATRICIA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

PROCESSO Nº 25/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Programa Envelhecer com Saúde da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 18/2015.

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 18/2015.

O VALOR REGISTRADO R\$ 1.340,61 (um mil trezentos e quarenta reais e sessenta e um centavos).

PATRICIA M. MULLER – ME – CNPJ 17.766.803/0001-54 – RUA JOÃO FRIDOLINO BENEMANN, 639 SALA 01 – CENTRO- CEP 95.770-000 – FELIZ/RS.

Lages/SC 25 de setembro de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 15/2015 FMAS PP 18/2015 REGIS

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

PROCESSO Nº 25/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Programa Envelhecer com Saúde da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 16/2015.

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 18/2015.

O VALOR REGISTRADO R\$ 10.186,03 (dez mil cento e oitenta e seis reais e três centavos).

REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME, INSCRITA NO CNPJ N.º 79.912.788/0001-62, COM SEDE A RUA DOS ESCOTEIROS, 30

– BAIRRO: CHICO DE PAULA CEP: 89.254-730 – JARAGUÁ DO SUL/ SC.

Lages/SC 25 de setembro de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 15/2015 FMAS PP 18/2015 ROBERTO

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

PROCESSO Nº 25/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Programa Envelhecer com Saúde da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 18/2015.

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 18/2015.

O VALOR REGISTRADO R\$ 23.987,18 (vinte e três novecentos e oitenta e sete reais e dezoito centavos).

ROBERTO MISTURA – ME – CNPJ 10.292.359/0001-33 – AV. JOÃO MOREIRA FILHO, 428 SALA - CENTRO – CEP 89.817-000 GUATAMBU/SC.

Lages/SC 25 de setembro de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte

PP 21-2015 FMAS; TP 02-2015 FMAS; CC 12-2015 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 21-2015 FMAS

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para o CREAS.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 03/11/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 83.970,05

Modalidade: TP 02-2015 FMAS

Objeto: Prestação de Serviços de Reforma Geral da Edificação localizada na Praça João Ribeiro.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 04/11/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 608.737,29

Modalidade: CC 12-2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Construção da EMEB Saul de Athayde (Ponte Grande).

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 16/11/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 4.035.921,55

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 14 de outubro de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº 03/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 03/2014

Normatiza a função de professor auxiliar de classe dos Anos Iniciais e da outras providencias.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação do Município de Lauro Müller, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Nº 1.300/2004 que dispõe sobre os profissionais da educação.

RESOLVE:

Art. 1º Normatizar a função de professor auxiliar de classe dos Anos Iniciais nas escolas da rede municipal de ensino.

Art. 2º Têm direito ao professor auxiliar de classe as unidades de ensino que possuem alunos com deficiência e/ou necessitem de um professor auxiliar de classe para melhor atender aos alunos.

Art. 3º O professor auxiliar de classe, como o nome já especifica, tem como função ajudar o professor titular no atendimento de todos os alunos e não somente àqueles que possuem deficiência.

Art. 4º É função do professor auxiliar de classe ajudar em todas as atividades pedagógicas o professor titular da classe, bem como participar de todas as atividades propostas pela unidade escolar, cumprindo todas as atividades pertinentes à função.

Art. 5º A habilitação exigida para esta função é Magistério em nível médio.

Art. 6º A remuneração deste cargo será sempre compatível com os professores auxiliares de classe, independente da titulação.

Art. 7º Esta resolução é uma normativa temporária que deixará de ter validade a partir da reformulação da Lei 1.300/2004 que não tinha previsão deste profissional no Plano de Cargos, carreira e remuneração do Magistério Público do município de Lauro Müller.

Lauro Müller, 07 fevereiro de 2014.

Célia do Nascimento Pignatelli

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Flora Gomes da Silva Madeira

Vice Presidente do Conselho Municipal de Educação

Larissa Fernandes Dias

Secretária do Conselho Municipal de Educação

Membros

Juliana Zanin Piuco

Alan Jung Crocetta

Aristela Oliveira Vieira

Maria Terezinha Jorge Holthausen

RESOLUÇÃO Nº 06/2015

RESOLUÇÃO Nº 06/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Lauro Müller, após análise de recursos e ou denúncias.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 1.855/2015, RESOLVE:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, não foram interpostos recursos.

II – Informar que obtivemos denúncias anteriores às eleições, sendo que estas não puderam ser julgadas anteriormente, visto tempo hábil para definições;

II - Tornar público o resultado final após análise de denúncias, conforme nos termos do item 5.5 do Edital CMDCA 01/2015.

III - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Lauro Müller para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º: Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015

I - Total de eleitores: 1235

II - Total de votos válidos: 1226

III - Total de votos em branco: 03

IV - Total de votos nulos: 06

Art. 2º: Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Nº. de Votos	Classificação
Letícia Maccari Goulart	631	1º
Geison Antunes João	347	2º
Zeni Ferreira de Oliveira	308	3º
Jesiane Vieira	296	4º
Carolina de Souza Locatelli	278	5º
Dulcineia Maria Martins Lima	271	6º
Tegmar de Moraes	230	7º
Thaís Tezza Benedet	225	8º
Deise Citadim	176	9º
Larissa Tancredo de Aguiar	162	10º
Cleusa Luana Jesuino	148	11º
Rosiane Aparecida Marcos Mendes	144	12º
Jucimara de Medeiros	115	13º

Art. 3º: Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I- Letícia Maccari Goulart

II- Geison Antunes João

III- Zeni Ferreira de Oliveira

IV- Jesiane Ferreira

V- Carolina de Souza Locatelli

Art. 4º: Ficam cinco candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I- Dulcineia Maria Martins Lima

II- Tegmar de Moraes

III- Thaís Tezza Benedet

IV- Deise Citadim

V- Larissa Tancredo de Aguiar

Art. 5º. A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10/01/2015 às 10 horas, no auditório Dr. Francisco Xavier do Rego, na Prefeitura Municipal situada à Rua Walter Veterli, 239, centro, Lauro Müller.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Lauro Müller 14 de outubro de 2015.

Suzamara Vieira

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lebon Regis

PREFEITURA

ATA Nº: 07/2015 LICITAÇÃO: PR20/2015.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº: 07/2015 licitação: PR20/2015.

Objeto: Serviços funerários incluindo preparação do corpo, urnas mortuárias e atendimento de traslado para auxílio funeral a pessoas carentes.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Contratado: CARLOS ALBERTO MARQUES E CIA LTDA ME. CNPJ:02.731.074/0004-76. Valor: R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais).

Vigência:18/09/2015. Término: 18/09/2016

Lebon Régis, 07/10/2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de limpeza e consumo a serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 019/2015. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 27 de outubro de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 32681212. Em 14/10/2015. ROBERTA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2015

TIPO: "Menor Preço por Item". REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de limpeza e consumo para serem utilizados pela Administração Municipal de Leoberto Leal, conforme especificações constantes no Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 044/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 16h30min (dezesesseis horas e trinta minutos), do dia 27 de outubro de 2015. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 14/10/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 008/2015

PORTARIA Nº 008, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Servidor Público da Câmara Municipal por tempo determinado e dá outras providências

ARLÉCIO LEAL, Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal, no uso das atribuições que lhe confere à Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto no o art. 24, inciso III, letra "a" do Regimento Interno, e conforme Resolução nº 002, de 29 de setembro de 2015,

Resolve:

Art. 1º Nomear o Senhor WORLI JOSÉ KREUSCH para exercer o cargo de CONTADOR, pelo período de 90 (noventa) dias, no lugar do Senhor Joécio de Oliveira, que encontra-se de férias e licença prêmio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 01 de Outubro de 2015.

ARLÉCIO LEAL

PRESIDENTE DA CÂMARA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

RESOLUÇÃO Nº 002/2015

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

A mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Leoberto Leal no uso de suas atribuições de gestão administrativa do Corpo de Servidores vem editar a presente Resolução nos seguintes termos e motivações:

CONSIDERANDO que o quadro de Servidores da Casa conta apenas com um contador, sendo que o referido servidor tem eventos de férias vencidas e licenças conforme ficha funcional de sua pasta.

CONSIDERANDO que é imperiosa a necessidade permanente da realização de contabilidade sendo esta atividade permanente do Órgão Legislativo.

CONSIDERANDO a necessidade de experiência do contador que vir a substituir o servidor, fica autorizada a contratação de servidor público efetivo do Município pelo tempo total de afastamento do citado contador.

RESOLVE:

Art 1º - A Câmara contratará o Servidor Worli José Kreusch, pelo prazo de 90 (noventa) dias a partir do dia 1º de Outubro de 2015, para o cargo de Contador, no lugar do Servidor Efetivo, Senhor Joécio de Oliveira.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 29 de Setembro de 2015.

ARLÉCIO LEAL

Presidente da Câmara

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2015 FMS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2015

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2015

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Fundo Municipal de Saúde de Macieira, representado pela Sra. Mariza Aparecida Pérego Schimitz, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, a REPETIÇÃO da reunião e abertura do Processo Licitatório nº. 0008/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0006/2015, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 09h00min, do dia 27 de outubro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3264, de 05 de janeiro de 2015, estará recebendo propostas para a contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços médicos de Ginecologia e Obstetrícia, abrangendo todas as funções inerentes à profissão de Médico Gineco/Obstetra a serem prestados nas Unidades de Saúde da Sede e do km 30, sendo intercalado uma vez cada local, incluindo locação de aparelho de ultrassonografia, com a realização, emissão e análise de resultados.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 27/10/2015, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0006/2015, ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira – SC, 14 de outubro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Maravilha

PREFEITURA

Decreto n 188/2015

DECRETO Nº 188, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

Prorroga Contratação Temporária, de Servidora Municipal por Excepcional Interesse Público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A Licença Maternidade da Servidora Erani Tochetto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº001/2014, para o cargo de Professora, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, até 27 de novembro de 2015, da Servidora Municipal, ELICI REGINA DIESEL GREBIEN, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 005.608.529-08, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Professora, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, no C. E. I. Patrícia Roman.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 14 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 182/2015

DECRETO Nº 182, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre Contratação Temporária, de Servidora Municipal por Excepcional Interesse Público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação de 06/10/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº001/2014, para o cargo de Professora, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 07/10/2015 a 18/12/2015, a Servidora Municipal, TERESA MULLER, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 525.738.699-20, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Professora, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20 horas semanais, no C. E. Mundo Infantil.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 7 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

Decreto nº 184/2015

DECRETO Nº 184, DE 7 DE OUTUBRO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.896, de 5 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 – Câmara Municipal de Vereadores

01 – Legislativa

01.031 – Ação Legislativa

01.031.0001 – Processo Legislativo

01.031.0001.1.003 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 – Câmara Municipal de Vereadores

01 – Legislativa

01.031 – Ação Legislativa

01.031.0001 – Processo Legislativo
01.031.0001.1.002 – AMPLIAÇÃO DA SEDE PRÓPRIA
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários
4.0.00.00 – Despesas de Capital
4.4.00.00 – Investimentos
4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 7 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 4.034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 4.034/2015 – Modalidade de Pregão Presencial n. 039/2015.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação, a contratação de empresa especializada para fiscalização das obras de implantação da primeira etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Maravilha, tipo menor preço, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar n. 123/2006 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 09 horas do dia 28 de outubro de 2015, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes de habilitação e propostas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 13 de outubro de 2015. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

DECRETO N. 132/2015

Decreto n. 132/2015

de 19/09/2015

"DECRETA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO EXERCÍCIO DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.059/2014 de 02 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - A suplementação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 171.030,98 (CENTO E SETENTA E UM MIL E E TRINTA REAIS E NO-VENTA E OITO CENTAVOS), nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 47 – PMAQ

Código	Secretaria/departamento		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
10.301.1001	2.028	Manutenção Das Atividades de Atenção Básica Variável	
Modalidade	Fonte	Dotação	
3.1.90.00.00	11.38	Det. Esp 20	73.706,56

Código	Secretaria/departamento		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
funcional	Proj./ativ.	fdescrição	
10.305.1001	2.030	MANUTENÇÃO EM SAUDE VIG. EPIDEMIOLOGICA	
Modalidade	Fonte	Dotação	
33.90.00.00	13.38	VIG. EPIDEM. 16	Reduzido 48 9.133,26

Código	Secretaria/departamento		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
funcional	Proj./ativ.	fdescrição	
10.301.1001	2.028	MANUTENÇÃO ATIV. ATENÇÃO BASICA VARIABEL	
Modalidade	Fonte	Dotação	
44.90.00.00	11.38	PMAQ 20	Reduzido 20 16.191,16

Código	Secretaria/departamento		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
funcional	Proj./ativ.	fdescrição	
10.301.1001	2.026	MANUTENÇÃO ATIVIDADE DA SAÚDE	
Modalidade	Fonte	Dotação	
33.93.00.00	03.02		Reduzido 36 72.000,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 19 – PMAQ

Código	Secretaria/departamento		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
10.301.1001	2.028	Manutenção Das Atividades de Atenção Básica Variável	
Modalidade	Fonte	Dotação	
3.3.90.00.00	11.38	Det. Esp 20	73.706,56

Código	Secretaria/departamento		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
funcional	Proj./ativ.	fdescrição	
10.305.1001	2.030	MANUTENÇÃO EM SAUDE VIG. EPIDEMIOLOGICA	
Modalidade	Fonte	Dotação	
33.90.00.00	13.38	FARM. BASICA 13	Reduzido 42 9.133,26

Código	Secretaria/departamento		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		

funcional	Proj./ativ.	fdescrição		
10.305.1001	2.028	MANUTENÇÃO ATIV. ATENÇÃO BASICA VARIABEL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	11.38	PMAQ 20	Reduzido 19	16.191,16

Código	Secretaria/departamento			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
funcional	Proj./ativ.	fdescrição		
10.301.1001	2.026	MANUTENÇÃO ATIVIDADE DA SAÚDE		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	10.02		Reduzido 08	72.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

DECRETO Nº 133/2015

Decreto nº 133/2015

De 28/09/2015

TRANSFERE VEICULOS DE DEPARTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor CONSIDERANDO a necessidade de ajustar o patrimônio do Município às finalidades da Administração.

DECRETA

Art. 1º - A transferência dos seguintes veículos de departamento:

- Veiculo FIAT/UNO MILE FIRE, placas MMI-3401 do Departamento Municipal de Saúde para o Departamento de Agricultura;

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de setembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Func. Designado

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 371-2015

PORTARIA n.º 371/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, Resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor VALDEMAR LANGER, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/10/2015.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0247/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 247/2015 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, UTILIZANDO RECURSOS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO A LEI MUNICIPAL Nº 2188/2014 DE 19 DE DEZEMBRO 2014,

CONSIDERANDO A ARRECADAÇÃO NA FONTE 220 – Convênio Trânsito – Militar,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar para reforço de dotação orçamentária, no Orçamento Geral do Município de Modelo de 2014, no valor de R\$1.690,00 (um mil, seiscentos e noventa reais) conforme abaixo especificado:

	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
06	SEGURANÇA PÚBLICA
06181	POLICIAMENTO
061810021	SEGURANÇA PÚBLICA
061810021.2.138	MANUTENÇÃO DOS CONVENIOS RADIO PATRULHA, TRÂNSITO, ASSISTÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL.
339000000000(30)	Aplicações Diretas FONTE DE RECURSOS: 220 Convênio Trânsito Polícia Militar R\$ 1.690,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, no Orçamento Geral do Município de Modelo SC de 2015, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no valor de R\$ 1.690,00 (Hum mil, seiscentos e noventa reais) conforme disposto no Anexo I, integrante desta Lei.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo, aos 14 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Francieli Pavalicini

Assessora de Departamento

RECEITA ESTIMADA LOA (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL): LEI MUNICIPAL Nº 2188/2014

1.9.1.9.99.03.00.00 Multas de Trânsito – Convênio Polícia Militar e 1.3.2.5.01.99.01.00 Rec. Remun. De Outros Dep. Banc. Rec.Vinc.

Fonte de Recursos: 220 Convênio Trânsito Militar Valor R\$ 1.690,00

VALOR ARRECADADO ATÉ 14.10.2015

ARRRECADACÃO DA RECEITA na fonte acima especificada:

VALOR R\$ 11.692,81

PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FONTE PARA O EXERCÍCIO DE 2015

R\$ 1.690,00 (Hum mil, seiscentos e noventa reais)

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO AOS 14 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇO 088/2015

Município de Morro da Fumaça. Edital Registro de Preço 088/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO ALIMENTÍCIO, conforme anexo. Data: 27/10/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 78/2015 PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL 78/2015 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DO LICITANTE EVERALDO APARICIO DEVIDAMENTE CREDENCIADO, APOS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI ABERTO O ENVELOPE DE PROPOSTA, EM SEGUIDA PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES NO QUAL O LICITANTE DIMINUIU SEU VALOR PARA R\$ 145,00 UNITÁRIO, APOS FOI ABERTO SEU ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE O MESMO ATENDEU COM AS EXIGENCIAS DO EDITAL SENDO HABILITADO, MOMENTO EM QUE ENCERRA A PRESENTE E ENCAMINHA OS AUTOS A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

DOUGLAS LEMOS – PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 10/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E UTENSÍLIOS DOMESTICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO E À MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FEDERAL "BOLSA FAMÍLIA", ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 26/10/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 26/10/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 13 de outubro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 139/2015 PMN ---RETIFICADO----

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2015 PMN

---retificado---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS DEVIDAMENTE INSTALADOS (QUANDO FOR NECESSARIO), PARA ATENDIMENTO AOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 27/10/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 27/10/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 14 de outubro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 55/2015 FMS ---REPUBLICADO---

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015 FMS

---Republicado---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (VACINA ANIMAL) PARA DAR CUMPRIMENTO AO TAC (TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA), FIRMADO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA ATENDIMENTO REALIZADO PELO DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR ANIMAL (DABA), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 27/10/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 27/10/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 14 de outubro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 206/2015

DECRETO Nº 206, de 14 de outubro de 2015

Dispensa a realização da audiência pública durante o processo de elaboração e discussão da Lei Orçamentária para 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no com artigo 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, que as audiências públicas exigidas pelo artigo 48, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal se destinam a promover a participação da sociedade na definição dos objetivos, prioridades e metas da administração na aplicação dos recursos públicos e a transparência dos atos do governo;

CONSIDERANDO, que foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão do Plano Plurianual para 2014/2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2016;

CONSIDERANDO, que na audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentária foram apresentadas, discutidas e aprovadas as prioridades e metas da administração para o exercício de 2016;

CONSIDERANDO, que a proposta de Lei Orçamentária para 2016 contempla no orçamento da receita e no orçamento da despesa as mesmas prioridades e metas da administração constante da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2016, discutidas e aprovadas em audiência pública;

CONSIDERANDO, que as ações de governo e seus valores contemplados na proposta orçamentária para 2016, são as mesmas priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016;

CONSIDERANDO, que a realização de audiência pública para a proposta orçamentária para 2016, seria uma repetição de tudo o que foi apresentado, discutido e aprovado na audiência pública realizada durante o processo de elaboração da LDO para 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a realização de audiência pública durante o processo de elaboração da Lei Orçamentária para 2016, haja vista que esta reproduz as mesmas metas fiscais e físicas aprovadas pela sociedade para a Lei de Diretrizes Orçamentária para 2016.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 14 de outubro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 207/2015 - NOMEIA APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO 002/2015

DECRETO Nº 207, de 14 de outubro de 2015.

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18, da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, Resolve: Art. 1º - NOMEAR para os cargos abaixo indicados, os aprovados no concurso público realizado no exercício de 2015, Edital nº 002/2015:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Juliane Siviero	Enfermeiro(a)	40 horas semanais
Claudemir Freitas Pereira	Assistente Administrativo	40 horas semanais

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 14 de outubro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 208/2015 - CONVOCA APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO 003/2015

DECRETO nº 208/2015

convoca OS aprovadoS no PROCESSO SELETIVO 003/2015, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX; e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 15 de outubro de 2015 a 19 de outubro de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - 01 (uma) foto 3/4;

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV - Cópia do Título de Eleitor;

V - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VI - Inscrição no PIS/PASEP;

VII - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

VIII - Cópia da Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos (se for o caso);

IX - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

X - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral;

XI - Comprovação de regularidade com o Serviço Militar (se for o

caso);
XII - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar;
XIII - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);
XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos;
XV - Declaração de Acúmulos ou não de Cargos (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);
XVI - Declaração de Penalidades Disciplinares (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);
XVII - Declaração de Bens (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 14 de outubro de 2015.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único
(Decreto nº 208/2015)

CARGO: FARMACÊUTICO(A)

Classificação	Nome completo
02º	Marcelo Battista de Andrade Jacques

PORTARIA Nº 930/2015

PORTARIA Nº 930/ 2015
Concede Licença Tratamento de Saúde

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o artigo 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal AFONSO INÁCIO DALRI, matrícula nº 219, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 25 de setembro de 2015 a 23 de novembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 25/09/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de setembro de 2015.
Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e Publicada a presente Portaria em 25 de setembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 931/2015

PORTARIA Nº 931/2015
Exonera Servidor

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal ROGERIO JULIO DE AGUIAR, matrícula nº 6935, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 16 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 28 de setembro de 2015.
Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria, em 28 de setembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 932/2015

PORTARIA Nº 932/2015
Exonera Servidor

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, a Servidora Pública Municipal MUSSIA DE CASTRO E SILVA CARRE, matrícula nº 6795, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutico, com 40 (quarenta) horas semanais, na Unidade Sanitária Besenello, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 30 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de setembro de 2015.
Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria, em 30 de setembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 938/2015

PORTARIA Nº 938/ 2015

Concede Licença Prêmio

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, a Servidora Pública Municipal EDIANA APARECIDA MINATTI, matrícula nº 161, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 03 (três) meses, relativo ao período aquisitivo de 08/09/2003 a 07/09/2008, a contar de 05 de outubro de 2015 a 02 de janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de outubro de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de outubro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TERMO DE RETIFICAÇÃO - PP068/2015

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, vem através deste RETIFICAR o Edital de Licitações nº 105/2015 – Pregão Presencial nº 068/2015, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de Projetos de Engenharia e Arquitetura, tais como: Confecção de Desenhos, Especificações Técnicas, Memoriais Descritivos, Orçamentos, Cronogramas, Medição, Demarcação, Levantamento Topográfico e Confecção de Plantas e Perfis, com a finalidade de planejamento e produção de material técnico para a realização de construções, Reformas, Ampliações, Adequações nos Imóveis, Pavimentações e Drenagens no Município de Nova Trento. Onde se lê: 8.1.2 Qualificação Técnica – alíneas d) Registro de pessoa jurídica junto ao CREA/SC ou CAU que comprove sua aptidão para a atividade objeto deste edital; f) Certidões de pessoa física junto ao CREA/SC ou CAU que comprove sua aptidão para a atividade objeto deste edital, do responsável técnico da empresa proponente;

– LEIA-SE: 8.1.2. d) Registro de pessoa jurídica junto ao CREA ou CAU que comprove sua aptidão para a atividade objeto deste edital; f) Certidões de pessoa física junto ao CREA ou CAU que comprove sua aptidão para a atividade objeto deste edital, do responsável técnico da empresa proponente;

As demais cláusulas do presente edital permanecem inalteráveis. INFORMAÇÕES: Fones 48 3267.3211 / 3267.3213 ou compras@novatrento.sc.gov.br.

Nova Trento/SC, 14 de outubro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito de Nova Trento

Orleans

PREFEITURA

ERRATA PROCESSO 42/2015 FMS

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 42/2015 FMS Prorrogação de Prazo

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2015 FMS (REGISTRO DE PREÇO)

Tipo: Menor Preço/Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA.

Onde se lê: Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 15/10/2015 às 14h:30min.

Abertura das Propostas: dia 15/10/2015, às 15h00min.

Leia-se: Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 29/10/2015 às 14h:30min.

Abertura das Propostas: dia 29/10/2015, às 15h00min

Fica suprimido o item 02 e Alterado o item 01.

Fundamento legal: Leis Federais 8.666/93 consolidada e 10.520/2002.

Orleans - SC, 14 de outubro de 2015.

ANA REGINA ZOMER

Secretária de Saúde

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO II DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0009/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: TRR GILIOLI LTDA

Objeto: Registro de preço para Contratação de empresas para o fornecimento parcelado de combustível (óleo diesel B S 500 comum) para todas as Secretarias do Município de Ouro Verde-SC. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 13 de outubro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO I DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0003/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: SIVIERO DIESEL LTDA

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresas para o fornecimento parcelado de combustível (óleo diesel especial S-10, gasolina, álcool hidratado) para todas a Secretaria do Município de Ouro Verde-SC. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 13 de outubro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO I DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0003/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: POSTO OURO VERDE LTDA

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresas para o fornecimento parcelado de combustível (óleo diesel especial S-10, gasolina, álcool hidratado) para todas a Secretaria do Município de Ouro Verde-SC. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 13 de outubro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº151/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº151/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.151/2015, no dia 28 de Outubro de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº151/2015 tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento e instalação de brinquedos nos parques infantis das Unidades de Ensino deste Município, através de Registro de preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 14 de Outubro de 2015. Pregoeiro.

RESUMO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº122/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESUMO DE JULGAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº122/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas de Preços apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº122/2015, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de drenagem e pavimentação com blocos de concreto intertravado da Rua Ari da Silva, Rua Braulina Goulart e Rua Bráulio Sebastião Goulart, e pavimentação com blocos de concreto intertravado da Rua Ervino Espíndola, todas localizadas no Bairro Rio Grande (LOTE 1); Contratação de empresa para execução de pavimentação com blocos de concreto intertravado da Rua João Cândido da Rosa, Rua Maria Emília dos Santos e Rua Joinville, todas localizadas no Bairro Jardim Aquárius (LOTE 2), neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

A empresa MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME VENCEU o Lote nº 1 com proposta no valor de R\$571.695,33 (quinhentos e setenta e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e três centavos).

A empresa WA COMERCIO LTDA VENCEU o Lote nº 2 com proposta no valor de R\$817.324,43 (oitocentos e dezessete mil, trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e três centavos).

Palhoça, 14 de Outubro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 096/2015

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 077/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 02/10/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.565.115/0001-38, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a prestação de serviços elétricos, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – A prestação dos serviços contratados somente poderá ser realizado pela contratada que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 77.900,00 (setenta e sete mil e novecentos reais), relativos ao item 03, objeto do pregão presencial registro de preços 077/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 077/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – O serviço deverá ser executado no território do Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de

seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – A contratada deverá iniciar a execução do objeto, imediatamente após receber a devida ordem de serviços e/ou solicitação da Secretaria solicitante;

4.3 – Os serviços deverão ser prestados conforme necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação;

4.4 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do serviço prestado, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada do relatório circunstanciado devidamente assinado pelo servidor que acompanhou a execução dos serviços e acompanhada da respectiva Nota Fiscal;

4.5 – A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido neste instrumento e seus adendos;

5.2 – Deverá fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente Ata de Registro de Preços;

5.3 – Deverá formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, incluídas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, devendo manter profissional disponível para atendimento às solicitações emergenciais para os reparos inadiáveis dos prédios públicos, inclusive, sábados, domingos e feriados (reparos de caráter emergencial);

5.3.1 – A manutenção, que consiste na eliminação de todos os defeitos do sistema, de forma a permitir o seu perfeito funcionamento, será prestada com o fornecimento de mão de obra especializada e ferramental próprio;

5.3.2 – Toda a manutenção deverá ser executada sempre que solicitado;

5.3.3 – Manter durante toda a vigência do contrato, pessoal e ferramental necessário para a execução dos serviços previstos;

5.3.4 – Arcar com despesas de deslocamentos dos profissionais até o local dos serviços;

5.3.5 – Deverá manter, durante toda a vigência do contrato, pessoal e ferramental necessário para a execução dos serviços previstos e arcar com despesas de deslocamentos dos profissionais até o local dos serviços;

5.4 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;

5.5 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;

5.6 – Também deverá prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade;

5.7 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão da Ata de Registro de Preços por não cumprimento da mesma;

5.8 – Deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 077/2015 e seus anexos;

5.9 – Responsabilizar-se-á pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos

termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

5.10 – Pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

5.11 – Manter durante a vigência desta Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

5.12 – Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

5.13 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos serviços exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá refazê-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa vencedora prestar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

7.1.1 – Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;

7.1.2 – Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;

7.1.3 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

7.2.1 – Advertência;

7.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

7.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

7.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de executar, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 02 de outubro de 2015.

_____- Márcio Wisniewski - Pregoeiro
_____- Erli Edivina Wunsche Bacellar -

Equipe de Apoio

_____- Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____- Sônia Terezinha Mendes Novack

- Equipe de Apoio

_____- Nestor Fabio José Czornei – Pela

Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2567, DE 09.10.2015 - DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA CONTENÇÃO DE DESPESAS

DECRETO Nº 2567, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para contenção de despesas no Município de Papanduva e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VI e XV do artigo 59 da Lei Orgânica do Município e, para efeitos da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, combinado com o artigo 48 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964; e Considerando que a Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, estabelece o princípio de equilíbrio das contas públicas;

Considerando a necessidade de adequar as despesas do Município à Programação Financeira de Ingresso de Receitas para o corrente exercício;

Considerando imperativo estabelecer medidas visando a redução do custo administrativo, assegurando, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais;

Considerando imperioso preservar os empregos, bem como assegurar a regularidade dos pagamentos à fornecedores e servidores públicos municipais;

Considerando que as medidas, mesmo que de pequeno impacto, serão fundamentais para adequação da nova realidade financeira e orçamentária do Município para atingir as metas previstas no presente ato;

Considerando o atraso e a queda significativa nos repasses referentes à distribuição de valores pelos Governos Federal e Estadual; Considerando a Crise Nacional que começou com as Indústrias, passando pelo Varejo e atingindo os Poderes Públicos, em especial os Poderes Públicos Municipais,

DECRETA

Art. 1º. Fica expressamente proibido contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do exercício financeiro de 2015, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Art. 2º. Para a recondução da dívida aos seus limites, ficam determinadas as seguintes medidas, de efeitos imediatos:

I – ficam reduzidos temporariamente os subsídios do prefeito e secretários Municipais, bem como dos cargos em comissão e Presidente das Autarquias, na ordem de 5%(cinco por cento);

II- Fica proibida a realização de horas extras pelos servidores públicos municipais sem a devida programação prévia e justificativa do Secretário Municipal de cada pasta.

§ 1º. A programação e justificativas devem ser previamente documentadas, controladas e autorizadas pelo Secretário de cada pasta, devendo encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos até o dia 20 de cada mês, quando do fechamento da folha.

§ 2º. As justificativas que não atenderem as necessidades da realização de horas extras serão indeferidas pelo Comitê de Contenção de Despesas, criado por este Decreto.

§ 3º. Aos servidores que tiveram sua jornada reduzida em função da fixação do expediente em regime especial, não serão consideradas

horas extras aquelas realizadas até a quadragésima hora semanal, sem direito a compensação de horas.

§ 4º. Havendo necessidade da prestação de serviços além da quadragésima hora semanal ou aos sábados, domingos e feriados, respeitado o repouso semanal remunerado, o servidor poderá ser convocado com direito ao recebimento dos serviços extraordinários, desde que atendidos o determinado nos parágrafos anteriores, deste inciso.

§ 5º. Qualquer hora extra desempenhada em desacordo com o disposto neste inciso, será considerada não trabalhada, para todos os efeitos.

§ 6º. Todas as horas extras autorizadas pelo Secretário e/ou Diretor que estiver respondendo pela Secretaria, deverão ser registradas pelo sistema de ponto eletrônico/biométrico e onde não exista este sistema, será controlado por uma planilha específica assinada pelo responsável da pasta.

III – revogação das gratificações de confiança, inclusive o que está previsto no Art. 119, 2º da Lei nº 1928/2011;

IV – proibição da concessão de férias aos Secretários Municipais, Presidentes das Autarquias e Cargos em Comissão, enquanto da vigência deste Decreto;

V – proibição da realização de diárias, exceto para serviços essenciais;

VI – proibição da realização de cursos que tenham custos para o ente;

VII – suspensão do pagamento em pecúnia de férias e licença-prêmio;

VIII – redução e/ou eliminação de investimentos programados;

IX – retirada de circulação de 50% (cinquenta por cento) da frota de automóveis oficiais, exceto os de uso de emergência;

X – limitação em até 50 litros/mês o abastecimento nos automóveis em circulação, exceto da Secretaria da Saúde, Conselho Tutelar e CRAS, cuja autorização de abastecimento será fornecida exclusivamente pelo Comitê de Contenção de Despesas;

XI – limitação de recebimento de Notas Fiscais de Fornecedores até o dia 20 de novembro de 2015;

XII – suspensão de aquisição de material permanente, exceto casos de extrema necessidade, devidamente justificadas;

XIII – Redução de auxílios em geral, exceto na área da saúde em casos de estado de vulnerabilidade social comprovada;

XIV – redução de ligações telefônicas, com a concentração de ligações telefônicas através da central no edifício da municipalidade; e emissão de ficha controle de todas as ligações telefônicas em outros departamentos, devendo constar o nº de destino, o solicitante e a data;

XV – redução de despesas com telefone móvel, num limite de R\$ 50,00 para os Secretários e R\$ 30,00 para os demais Servidores;

XVI – redução das despesas com material de expediente;

XVII – rescisão de contratos em vigência e cancelamentos de Editais que não possam ser cumpridos neste exercício; e

XVIII – redução da jornada de trabalho, conforme segue:

§ 1º. Secretaria de Infraestrutura: De Segunda a Quinta-Feira das 07:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:00.

§ 2º. Prefeitura Municipal, Secretaria da Assistência Social (incluindo Casa da Cultura), Secretaria de Educação/Divisão Administrativa, Secretaria de Agricultura, IPREPAV, DETRANPV, Junta Militar e Defesa Civil, compreendendo:

a) De Segunda a Quinta-Feira das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00.

b) Por ocasião dos feriados do dia 12 de outubro e 02 de novembro, nestas semanas o expediente será de terça a sexta-feira das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00.

§ 3º. A Secretaria de Saúde, Biblioteca, Telecentro, CRAS e o Conselho Tutelar permanecem com os horários normais de atendimento.

Art. 3º. Em caso de necessidade de locomoção, a bem do serviço público, seja a trabalho ou para realização de cursos, devidamente autorizados pelo Chefe do Poder Executivo e analisados pela Secretaria da Fazenda ou Secretaria da Administração, os servidores receberão apenas reembolso de despesas, nos seguintes limites:

I) Despesas com almoço: Valor máximo R\$ 30,00.

II) Despesas com jantar: Valor máximo R\$ 30,00.

III) Hospedagem a capitais: R\$ 150,00.

IV) Hospedagem a demais cidades: R\$ 100,00

Art. 4º. A folha de pagamento do pessoal poderá dar prioridade aos servidores efetivos, admitidos em caráter temporário e, após, ao pessoal comissionado e agentes políticos e estagiários.

Art. 5º Os pagamentos do pessoal a contar poderão ser realizados entre o último dia útil do mês até o 5º dia útil do mês subsequente.

Art. 6º. Em decorrência do disposto neste Decreto, fica criado o Comitê de Contenção de Despesas – CCD, sem remuneração, destinado a acompanhar, medir o desempenho e auxiliar os responsáveis pelas unidades administrativas no alcance das medidas estabelecidas.

Art. 7º. Integram o Comitê de Contenção de Despesas – CCD, os seguintes órgãos municipais:

I – Procuradoria Jurídica;

II – Secretaria Municipal da Fazenda;

III – Secretaria Municipal da Administração;

IV – Controle Interno;

V – Representante da Chefia de Gabinete do Prefeito.

Art. 8º. Compete ao Comitê de Contenção de Despesas – CCD:

I – Coordenar e supervisionar o cumprimento das medidas administrativas e das metas estabelecidas neste Decreto;

II – Requisitar servidores;

III – Requisitar relatórios, planilhas, demonstrativos, dentre outros tipos de documentos;

IV – Propor ao Prefeito medidas administrativas que visem racionalizar as rotinas de trabalho, com vistas a tornar mais eficientes e econômicas as atividades burocráticas desempenhadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo;

V – Elaborar políticas de gestão em parceria com os dirigentes das Secretarias Municipais, visando adequar as medidas administrativas de contenção de despesa, em concordância com o presente Decreto, sem comprometer os níveis de atendimento à população;

VI – Aprovar toda e qualquer despesa nova, desde que não seja oriunda de repasses vinculados de caráter legal.

§ 1º. O Comitê de Contensão de Despesas – CCD poderá se desdobrar em Grupos de Trabalho, de acordo com a necessidade.

§ 2º. Toda e qualquer despesa que pretendam contrair os órgãos e entidades da Administração Municipal, dependerá de prévia aprovação do Comitê de Contensão de Despesas – CCD.

§ 3º. Despesas efetuadas sem a prévia aprovação do Comitê de Contensão de Despesas – CCD serão de inteira responsabilidade do agente público e/ou servidor que as constituiu.

Art. 9º. A transgressão de qualquer das limitações previstas neste Decreto, serão de responsabilidade dos Secretários Municipais e/ou Servidores Municipais, no âmbito de cada pasta, ficando os mesmos responsáveis pelo pagamento de despesas não autorizadas.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial dos Decretos nºs 2554, de 27/08/2015; 2559, de 15/09/2015; e 2560, de 15/09/2015.

Município de Papanduva, 09 de outubro de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário Da Administração

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 15/2015

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC
Portaria nº 15, de 14 de outubro de 2015.

“EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO”

O cidadão Pedro Paulo Bitencourt, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Exonerar, do cargo de Diretor Legislativo, o cidadão Vanderlei Pedroso Rocha, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 7056771756 e do CPF nº 036.144.069-38, a partir do dia 15/10/2015.

Esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2015.
Pedro Paulo Bitencourt
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Ademilson Batista da Silva
1º Secretário

PORTARIA Nº 16/2015

,Poder Legislativo de Passo de Torres - SC
Portaria nº 16, de 14 de outubro de 2015.

“DETERMINA PERÍODO DE FÉRIAS A SERVIDOR”

O cidadão Pedro Paulo Bitencourt, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Conceder férias, à pedido, à Servidora Zenaide de Andrade Ferreira, contadora, com início no dia 16 à 29/10/2015 e de 05 à 19/11/2015, referente ao período aquisitivo de 28/06/2013 à 27/06/2014.

As férias de que determina esta Portaria, poderá ser interrompida, se houver necessidade inadiável da presença do servidor ao serviço.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Pedro Paulo Bitencourt
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Ademilson Batista da Silva
1º Secretário

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 332/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 332/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, Resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Adriana Oliveira Fraga, brasileira, portadora do CPF nº 912.465.049-87, matrícula nº 11151, ocupante do Cargo Professora, nomeada pela portaria nº 304/2015, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 02 de outubro de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 333/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 333/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, Resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Maria Elizabete Garcia da Silva, brasileira, brasileira, portadora do CPF nº 620.252.870-20, matrícula nº 11098, ocupante do Cargo Psicóloga, nomeada pela portaria nº 083/2015, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 02 de outubro de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 334/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 334/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, Resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Emmanuela Nadir Felipe da Silva, brasileira, brasileira, portadora do CPF nº 081.990.339-67, matrícula nº 11155, ocupante do Cargo Assistente Social, nomeada pela portaria nº 320/2015, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 02 de outubro de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 335/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 335/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR FALECIMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, a Servidora Pública Municipal, Sonia Mara Rosa Mendes, brasileira, portadora do CPF nº 833.703.039-87 matrícula nº 33, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 28/09/2015 até 05/09/2015, conforme Certidão de Óbito em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 02 de outubro de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 336/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 336/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, Resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Daniela Nelza Cizino, brasileira, portadora do CPF nº 031.566.229-82, matrícula nº 11157, ensino superior incompleto, residente em Paulo Lopes/SC, para ocupar o Cargo em Comissão de Assessora Secretária de Saúde, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 06 de Outubro de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 337/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 337/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, e exposições de motivo nº 012/2015, resolve.

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Isolete Tenfen, brasileira, portadora do CPF nº 767.889.389-20, matrícula nº 11158, para atuar no Cargo de Professora, para o Serviço de Convivência, Fortalecimento e Vínculo, a disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social, classificada na 1ª posição na chamada pública nº 002/2015 – SCFV de 07/10/2015 até 18/12/2015 com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 07 de Outubro de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 338/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 338/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, Resolve:

EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Ubiratan Pinto Gonçalves, portador do CPF nº 159.180.138/90, matrícula 11140, ocupante do Cargo de Médico ESF, contratado pela portaria nº 212/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 08/10/2015, conforme Justificativa nº 038/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 08 de outubro de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 339/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 339/2015

Constitui Comissão de Avaliação de Bens Móveis.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições que lhe confere a Legislação Municipal Vigente, resolve:

DESIGNAR, Carlos Alberto Rodrigues, Sidinei Meneghel, Marcos Antônio Fragoso, Carlos Correia, e Carlos Roberto Bernardo, para constituírem a Comissão de Avaliação do Ben Móvel relacionado abaixo:

I- RETROESCAVADEIRA usada Marca/Modelo CASE/CUMNINS 580L – Ano 2002 – Placa Patrimonial nº 4814.

Devendo a referida Comissão emitir os competentes pareceres para todos os fins.

Município de Paulo Lopes-SC, 08 de outubro de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

2410/2015

DECRETO Nº 2410/2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº. 2786/2015.

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 2.050.000,00 (Dois milhões e cinquenta mil reais), destinados a reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.056– PAB Variável – Agentes Comunitários de Saúde
Fonte de Recursos: 0.1.0002.0000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/19 – Aplicações Diretas
..... R\$ 70.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.055 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde
Fonte de Recursos: 0.1.0002.0000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/12 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.950.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.063 – Funcionamento e Manutenção das Ações Epidemiológicas
Fonte de Recursos: 0.1.0002.0000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/48 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.064 – Funcionamento e manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
Fonte de Recursos: 0.1.0002.0000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/55 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento do presente crédito suplementar, correrão por conta da Anulação parcial de dotação do orçamento vigente, conforme abaixo:

Órgão: 05 – Secretaria de Administração
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Recursos Humanos
Programa de Trabalho: 04.122.0004
Atividade: 2.008– Funcionamento e manutenção do Departamento de Recursos Humanos
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/21–Aplicações Diretas
..... R\$ 2.050.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 14 de outubro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2786/2015

LEI Nº 2786/2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 2.050.000,00 (Dois milhões e cinquenta mil reais), destinados a reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.056– PAB Variável – Agentes Comunitários de Saúde
Fonte de Recursos: 0.1.0002.0000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/19 – Aplicações Diretas
..... R\$ 70.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.055 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde
Fonte de Recursos: 0.1.0002.0000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/12 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.950.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.063 – Funcionamento e Manutenção das Ações Epidemiológicas
Fonte de Recursos: 0.1.0002.0000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/48 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.064 – Funcionamento e manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
Fonte de Recursos: 0.1.0002.0000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/55 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento do presente crédito suplementar, correrão por conta da Anulação parcial de dotação do orçamento vigente, conforme abaixo:

Órgão: 05 – Secretaria de Administração
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Recursos Humanos
Programa de Trabalho: 04.122.0004
Atividade: 2.008– Funcionamento e manutenção do Departamento de Recursos Humanos
Fonte de Recursos: 0.1.0000.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/21–Aplicações Diretas
..... R\$ 2.050.000,00

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 14 de outubro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2787/2015

LEI Nº 2787/2015

MODIFICA DISPOSIÇÕES DA LEI 990, DE 05 DE MAIO DE 1989

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do artigo 1º da Lei 990, de 05 de maio de 1989, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º...

I – RUA ANASTÁCIO ALVES, que parte da Rua Felipe João Anacleto até encontrar-se com a Rua Sebastião José Santana, no bairro de Nossa Senhora de Fátima.

Art. 2º O inciso III do artigo 1º da Lei 990, de 05 de maio de 1989, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

III - RUA SEBASTIÃO JOSÉ SANTANA, que parte da Rua Osório Domingos Corrêa, até encontrar-se com a Rua Anastácio Alves, no bairro de Nossa Senhora de Fátima.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 14 de outubro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.287, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.287, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 33.390,00 (Trinta e Três mil, trezentos e noventa reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Unidade Orçamentária: 3001 – Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 9 – Saúde com Qualidade

Atividade: 2.52 – Manutenção Piso Atendimento Básico Variável - União

Modalidade de Aplicação: 3190-0000

Fonte: 001.38 Saúde da Família

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 33.390,00 (Trinta e Três mil, trezentos e noventa reais), por conta do Provável Excesso de Arrecadação apurado até 30 de setembro de 2015 na fonte de recursos Saúde da Família- SUS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.996, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO N.º 2.996, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.
DECLARA "PONTO FACULTATIVO" NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NOS DIAS 24 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, XII, combinado art. 74, I, "n" da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo na Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional nos dias 24 e 31 de dezembro de 2015, ressalvadas as necessidades essenciais de serviço de cada órgão ou entidade da Administração Pública Municipal.

Art. 2º. Nas datas a que se refere este Decreto, os serviços considerados essenciais do Município funcionarão em regime de plantão, de acordo com escala a ser estabelecida pelas respectivas Chefias.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, em 14 de outubro de 2015.

Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

DECRETO 2.995, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO 2.995, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015
ESTABELECE FÉRIAS COLETIVAS NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Pomerode;

DECRETA :

Art. 1º Ficam estabelecidas férias coletivas nas Repartições Públicas do Município de Pomerode no período de 16 de dezembro de 2015 a 06 de janeiro de 2016.

§ 1º Ficam excetuadas da vantagem de que trata este artigo os serviços essenciais ou inadiáveis.

§ 2º A Secretaria de Saúde terá suas férias coletivas no período de 23 de dezembro de 2015 a 03 de janeiro de 2016.

§ 3º A Secretaria de Educação e Formação Empreendedora terá suas férias coletivas conforme o disposto no Calendário Escolar.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 14 de outubro de 2015.

Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.993, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 2.993, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS MINUTAS DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA E RESPECTIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO, PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO DE POMERODE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial o art. 175;

CONSIDERANDO, a Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995, que Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências;

CONSIDERANDO, a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico em especial o inciso IV, do art. 11, da mencionada Lei;

CONSIDERANDO, a Lei Orgânica Municipal, de 30 de março de 1990, especialmente o art. 9º, inciso XIII; art. 110, inciso IV; e, art. 115, todos da LOM;

CONSIDERANDO, a Lei Complementar nº 241, de 22 de Junho de 2012, que "DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; e,

CONSIDERANDO, o Decreto nº 2945, de 11 de junho de 2015, que "APROVA A REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE POMERODE E DÁ PROVIDÊNCIAS."

DECRETA:

Art. 1º Será realizada Audiência Pública para apresentação e discussão das minutas de Edital de Licitação e de Contrato Administrativo para concessão dos serviços públicos de captação, tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgoto de Pomerode.

Art. 2º A Audiência Pública de que trata o artigo anterior será realizada no dia 30 de outubro de 2015, com início às 18h30min., no Auditório da Prefeitura Municipal de Pomerode, sito a Rua 15 de Novembro, 525, Centro, neste Município.

Art. 3º A Audiência Pública será coordenada pelo Secretário de Planejamento e Meio Ambiente.

Art. 4º A Audiência Pública terá como objetivo possibilitar a participação popular, na discussão e sugestão, na definição dos serviços de concessão do Saneamento Básico.

Art. 5º A Audiência Pública será regida por Regimento Interno que será lido e após a aprovação norteará os trabalhos, sendo necessário ao final a confecção de ATA da Audiência e registro da presença dos participantes através da coleta de assinaturas.

Art. 6º As sugestões, alterações e o Edital com a Minuta do Contrato Administrativo permanecerão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC, para consulta pelo período de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode(SC), 09 de outubro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.994 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 2.994 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA O INCISO V, DO § 13 DO ART. 1º DO DECRETO 2.990, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso III, e art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no § 1º do art. 37 da Lei Complementar nº 74, de 05 de dezembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso V, do § 13 do art. 1º que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

§ 13. ... [...]

V – Unidades de Saúde ESF's – das 07h às 11h e das 13h às 16h, NASF e CAPS - das 07h30min às 11h30min e das 13h às 16h.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 19 de outubro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 14 de outubro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 061/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 061/2015 – EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Josiany Novacki Cleto EIRELI – EPP.

Objeto: Execução da obra de recuperação de forros e beirais do Núcleo Educacional João Fernando Sobral, incluindo material e mão de obra.

Valor Total: R\$ 18.990,47 (dezoito mil novecentos e noventa reais e quarenta e sete centavos).

Vigência: 08 (oito) meses.

Base legal: Tomada de Preços 005/2015 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 08 de outubro de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Josiany Novacki Cleto EIRELI – EPP.

Contratada

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 018/2015 - FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 020/2015- FUNREBOM

Extrato de Edital de Pregão Presencial 018/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de 01 (um) armário em aço com prateleiras reguláveis para organização de peças, materiais e ferramentas em geral. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 30 de outubro de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 14 de outubro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 005/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 019/2015 – EDUCAÇÃO

Tomada de Preços 005/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Josiany Novacki Cleto EIRELI – EPP.

Porto União SC, 08 de outubro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

PORTARIA 332/2015

PORTARIA N.º 332 DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção III, Art. 129, § 2º, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido licença por motivo de doença em pessoa da família ao (a) Servidor (a) ANELI SEZERINO LINHARES, conforme atestado médico do familiar em anexo, pelo período de até 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 28 de Setembro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 333/2015

PORTARIA N.º 333 DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) JAISON JOSE COMANDOLI, conforme atestado médico em anexo, sendo que após 15 (quinze) dias o (a) mesmo (a) será encaminhado ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 28 de Setembro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 334/2015

PORTARIA N.º 334 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) MARIA GORETE ELEOTERIO, conforme atestado médico em anexo, sendo que após 15 (quinze) dias o (a) mesmo (a) será encaminhado ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 30 de Setembro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 335/2015

PORTARIA N.º 335 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção III, Art. 129, § 2º, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido licença por motivo de doença em pessoa da família ao (a) Servidor (a) MARLENE FRANCISCO RACHADEL, conforme atestado médico do familiar em anexo, pelo período de até 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 01 de Outubro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 336/2015

PORTARIA Nº. 336, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.
DETERMINA O AQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 003/2015

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a Lei Complementar Nº. 001/2002, de 18 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Numa análise de todos os fatos que culminaram na deflagração do Processo Disciplinar Administrativo em face do servidor VALDEMIRO CADILHAC e frente à junta de documentos e provas obtidas, acolho, na totalidade o parecer lançado pela Comissão Processo Disciplinar, determinando o ARQUIVAMENTO dos autos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 01 de Outubro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA 337/2015

PORTARIA Nº. 337 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o Art. 137 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1.º Fica concedido à servidora LUZIA KRUGUER, Auxiliar de Serviços Gerais, Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem remuneração, pelo período máximo de 02 (dois) anos, solicitada pela mesma através do requerimento em anexo.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 02 de Outubro de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 338/2015

PORTARIA Nº. 338, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.
DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELO SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica do município e ao que dispõe a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e de acordo com o Decreto nº 56/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor JEAN TILLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Gerente de Informática, para exercer a função de "Responsável pelo SIC (Sistema de Informação ao Cidadão)", da Prefeitura de Presidente Nereu.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 02 de Outubro de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA 339/2015

PORTARIA Nº. 339, de 02 DE OUTUBRO DE 2015.
RECONSTITUI COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. – Fica assim reconstituída a Comissão Municipal de Licitações, a partir desta data:

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS – PRESIDENTE
LAERCIO JONCK – SECRETÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO
CLAUDIA APARECIDA DA SILVA – MEMBRO

§ 1º - A reconstituição dos membros de que trata o "caput" deste Artigo terá vigência até o término da licença concedida para tratamento de saúde da servidora CATIA MARIA RECH CARDOSO.

Art. 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação em Mural Público, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Nereu, 02 de Outubro de 2015.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

PREGÃO N 41/2015 PNEUS NOVOS PARA O MUNICÍPIO E FUNDOS

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Departamento de Licitações e Compras
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº41/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 27/10/2015 às 14:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item, visando o Registro de Preços para eventual Aquisição de Pneus novos para a Frota do Município de Presidente Nereu e seus Fundos. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 08:00 hs 13:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal ou pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

Presidente Nereu, 14 de outubro de 2015.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

EDITAL Pregão Nº41/2015 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 04/2015 de 02/01/2015 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 41/2015, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014 e demais exigências deste Edital

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame. AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA OS VEICULOS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU E SEUS FUNDOS.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 27 de outubro de 2015.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 27/10/2015 às 14:15 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:**1. III**

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, a Pregoeira, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 41/2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 41/2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 27 de outubro de 2015 às 14:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:**2. IV**

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**3.**

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (Lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:**I**

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo 90 dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2015 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeira, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO**VII**

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os

seguintes documentos:

- 6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;
- 6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;
- 6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
- 6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
- 6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- 6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;
- 6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);
- 6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).
- 6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.
- 6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.
- 6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.
- 6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.
- 6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pela pregoeira, caso necessário.
- 6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.
- 6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.
- 6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;
- 6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

- 7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.
- 7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou

positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

- 1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);
- 2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);
- 3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);
- 4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);
- 5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);
- 6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

5. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, a pregoeira, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, a Pregoeira procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar

sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela Pregoeira e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:**6. X**

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI**7. XI**

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio da Pregoeira, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal

de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Mural Público Municipal, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas

específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO:XII

8. XII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que a pregoeira negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XIII

14 XIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

00083
02
001
0004
0122
1201
2002
33903039000000
01000000
00083
03
001
0004
0122
1301
2003
33903039000000
01000000
00083
05
001
0012
0361
1501
2019
33903039000000
01010000
00083
08
001
0026
0782
1801
2016
33903039000000
01000000
00242
12
001
0008

0244
1602
2006
33903039000000
01000000
00379
10
001
0010
0301
1601
2022
33903039000000
01020000
12367
11
001
0020
0606
1401
2015
33903039000000
01000000

XV - DO PAGAMENTO:**15 XIV**

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 30 (TRINTA) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:**16 XV**

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVII**17 XVI**

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII**18 XVII**

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item

16.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII**19 II**

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 12:30 às 17:30 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**XIX****20 XIX**

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "16" deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA:**XX****21 XX**

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**22 XXI**

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 A Pregoeira e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão releva omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

23.6 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidente-neru.sc.gov.br.

23.7 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.8 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU-SC, 09 de outubro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. /20....

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____
e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. /20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de
_____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. /20....
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /20

PREGÃO PRESENCIAL Nº /20....

PROCESSO Nº /20

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de _____, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº /20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para
..... Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA OS VEICULOS DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU E FUNDOS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

00083
02
001
0004
0122
1201
2002
33903039000000
01000000
00083
03
001
0004
0122
1301
2003
33903039000000
01000000
00083
05
001
0012
0361
1501
2019
33903039000000
01010000
00083
08
001
0026
0782
1801
2016
33903039000000
01000000
00242
12
001
0008
0244
1602
2006
33903039000000
01000000
00379
10
001
0010
0301
1601
2022
33903039000000
01020000
12367
11
001
0020
0606
1401
2015
33903039000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$
II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME DOC. FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.
- O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- advertência;
- multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades conseqüentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 41/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, de acordo com o art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata

que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.
....., ____ de _____ de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal

Pregoeira

Assinaturas fornecedores

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 468.408.699-20 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA OS VEICULOS DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU E FUNDOS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

00083
02
001
0004
0122
1201
2002
33903039000000
01000000
00083
03
001
0004
0122
1301
2003
33903039000000
01000000
00083
05
001
0012

0361
1501
2019
33903039000000
01010000
00083
08
001
0026
0782
1801
2016
33903039000000
01000000
00242
12
001
0008
0244
1602
2006
33903039000000
01000000
00379
10
001
0010
0301
1601
2022
33903039000000
01020000
12367
11
001
0020
0606
1401
2015
33903039000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$
 II - O pagamento será efetuado a crédito do beneficiário no prazo de até 30 (TRINTA) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços

contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, incluídas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 12:30 às 17:30, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 41/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER
Assessor Jurídico
OAB/SC 16.203

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____

BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____

FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA OS VEICULOS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU E FUNDOS. da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20 , acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTDDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX VL. UNIT. VL. TOTAL

1	20,00	UN	PNEU NOVO 205 X 75 R16, RADIAL DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR E COM SELO DO INMETRO IMPRESSO NO PNEU.	9.960,0000
---	-------	----	---	------------

2	16,00	UN	PNEU NOVO 195/55 R 15 NOVO RADIAL DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR COM SELO DO INMETRO IMPRESSO NO PNEU.	4.944,0000
3	20,00	UN	PNEU NOVO 205/75 R 16 DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR COM SELO DO INMETRO IMPRESSO NO PNEU	9.960,0000
4	20,00	UN	PNEU NOVO 185/60/R 15 DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR COM SELO DO INMETRO IMPRESSO NO PNEU	6.000,0000
5	20,00	UN	PNEU NOVO 165/65/ R 13 DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS ABNT/NBR COM SELO DO INMETRO IMPRESSO NO PNEU	3.380,0000

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) _____, inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____ CPF nº. _____ DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

_____ DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. ---, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ----- (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, de _____ de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

_____, de _____ de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º , declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20.... Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

_____, de _____ de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ e Assinatura do Representante Legal.

Rio do Sul

PREFEITURA

ANGELA LOPES HAMES - 5º TERMO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 277/2013, firmado em 19/08/2013, com término previsto para 10/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA LOPES HAMES, portador(a) do CPF nº 792.075.539-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 277/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo. "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 277/2013, iniciando-se a prorrogação em 11/10/2014 e encerrando-se em 10/04/2015." E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ANGELA LOPES HAMES Contratado(a)
--	-------------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

ANGELA LOPES HAMES - 6º TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 277/2013, firmado em 19/08/2013, com término previsto para 10/04/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA LOPES HAMES, portador(a) do CPF nº 792.075.539-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 277/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 277/2013, iniciando-se a prorrogação em 11/04/2015 e encerrando-se em 09/10/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/04/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANGELA LOPES HAMES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 352/2015 - JORGE BATISTA DA SILVA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 252/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JORGE BATISTA DA SILVA portador(a) do CPF nº 168.837.059-53 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua CANDIDO NASATO, 823 - Bairro PAMPLONA - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Física, nível II com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luiz Adelar Soldatelli - CEPLAS, em substituição a Tiara Carolina Koerich, que está em Licença Maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.876,67 (Dois mil oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 14/10/2015 e encerrando-se em 13/11/2015 podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa

indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 13 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA	JORGE BATISTA DA SILVA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 353/2015 - FRANCIANE RAFAELA LUIZ PADILHA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 253/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIANE RAFAELA LUIZ PADILHA portador(a) do CPF nº 033.071.709-02 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Radialista Nilton Novaes, 84 – apart 02 - Bairro Jardim América - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Artes, nível II – 75% com jornada de 30 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Sebastião Back, em substituição a Joseany Rodrigues, que está em Licença Maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.618,13 (Um mil seiscentos e dezoito reais e treze centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 14/10/2015 e encerrando-se em 13/11/2015 podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa

do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 13 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA	FRANCIANE RAFAELA LUIZ PADILHA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CORINA CAETANO ALVES - 5º TERMO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 316/2013, firmado em 29/10/2013, com término previsto para 10/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CORINA CAETANO ALVES, portador(a) do CPF nº 851.055.979-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 316/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo. "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 316/2013, iniciando-se a prorrogação em 11/10/2014 e encerrando-se em 10/04/2015." E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10/10/2014.

GIVANILDO SILVA	CORINA CAETANO ALVES
Secretário Municipal de Administração	Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CORINA CAETANO ALVES - 6º TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 316/2013, firmado em 24/10/2013, com término previsto para 10/04/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CORINA CAETANO ALVES, portador(a) do CPF nº 851.055.979-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 316/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 316/2013, iniciando-se a prorrogação em 11/04/2015 e encerrando-se em 09/10/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/04/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CORINA CAETANO ALVES
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DECRETO Nº 4938, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4938, de 07 de outubro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 026/2015-FMS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 026/2015, de 25.09.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
07 de outubro de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4938/2015

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 026/2015 de 25.09.2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TIRAS REAGENTES PARA DOSAGEM DE GLICEMIA, COM FORNECIMENTO DE 500 APARELHOS COMPATIVELIS COM A TIRA COTADA, EM REGIME DE COMODATO, PARA ATENDER NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO À SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Participantes:

- FUFA SC DISTRIBUIDORA DE HOSPILAR LTDA;
- ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA;
- METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;
- VITAL PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA.

DECRETO Nº 4940, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4940, de 09 de outubro de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/2014.

DECRETA

Art. 1º – Ficam suplementadas até o limite de R\$ 381.254,50 (trezentos e oitenta e um mil reais, duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.097	Ações de Saúde com Recursos do Estado		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01635540	Transferência de Convênios Estado/Saúde	R\$	150.000,00
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.093	Blatb - Ações Agente com de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01385440	Atenção Básica – União - Saúde	R\$	25.000,00
2.095	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01385440	Atenção Básica – União - Saúde	R\$	148.598,50
40.04	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
2.085	Blvgs - Vigilância Epidemiológica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01385440	Atenção Básica – União - Saúde	R\$	19.425,00
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.082	Manutenção da Farmácia Popular		

3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01385443	Assistência Farmacêutica Básica – União - Saúde	R\$	18.231,00
2.087	Blfab - Farmácia Básica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01675543	Assistência Farmacêutica Básica- Estado -Saúde	R\$	20.000,00
	TOTAL	R\$	381.254,50

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 381.254,50 (trezentos e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.097	Ações de Saúde com Recursos do Estado		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01635540	Transferência de Convênios Estado/Saúde	R\$	150.000,00
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.093	Blatb - Ações Agente com de Saúde		
4.0.00.00	Despesa de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01385440	Atenção Básica – União - Saúde	R\$	25.000,00
2.095	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas		
4.0.00.00	Despesa de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01385440	Atenção Básica – União - Saúde	R\$	48.598,50
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01385440	Atenção Básica – União - Saúde	R\$	100.000,00
40.04	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
2.085	Blvgs - Vigilância Epidemiológica		
4.0.00.00	Despesa de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01385440	Atenção Básica – União - Saúde	R\$	19.425,00
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.082	Manutenção da Farmácia Popular		
4.0.00.00	Despesa de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01385443	Assistência Farmacêutica Básica – União - Saúde	R\$	18.231,00
2.087	Blfab - Farmácia Básica		
4.0.00.00	Despesa de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01675543	Assistência Farmacêutica Básica- Estado -Saúde	R\$	20.000,00
	TOTAL	R\$	381.254,50

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4943, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4943, de 09 de outubro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 003/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2015 - FCRS, de 14.09.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS;
- JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMNETÍCIOS LTDA ME;
- NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME;
- BLUNAC DSITRIBUIDORA EIRELI;
- CLEITON DE SOUZA MEI;
- JN MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

WILLIAN WALTER SIEVERDT

Superintendente da Fundação Cultural de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 4943/2015.

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2015 FCRS de 14.09.2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DE HIGIENIZAÇÃO. FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL.

Participantes Presentes:

- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP;
- JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTOS LTDA – ME;
- NUTRI SC COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP;
- OGM COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP;
- BLUNAC DSITRIBUIDORA EIRELI;
- ALFREDO COMÉRCIO VAREGISTA LTDA ME;
- CLEITON DE SOUZA MEI;
- IMPEL COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME;
- JN MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS;
- JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMNETÍCIOS LTDA ME;

- NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME;
- BLUNAC DSITRIBUIDORA EIRELI;
- CLEITON DE SOUZA MEI;
- JN MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA.

DECRETO Nº 4944, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4944, de 09 de outubro de 2015.

"REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 073/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o processo licitatório representado Concorrência Pública nº 073/2014.

Parágrafo único - A revogação se decidida no "caput", se dá devido a readequação dos projetos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Município de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

ELIZEU CRISPIM DE MELLO - 1º TERMO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 340/2014, firmado em 27/08/2014, com término previsto para 07/10/2014. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZEU CRISPIM DE MELLO, portador(a) do CPF nº 712.952.839-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 340/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 340/2014, iniciando-se a prorrogação em 08/10/2014 e encerrando-se em 07/04/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo. E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ELIZEU CRISPIM DE MELLO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ELIZEU CRISPIM DE MELLO - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 340/2014, firmado em 27/08/2014, com término previsto para 07/04/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZEU CRISPIM DE MELLO, portador(a) do CPF nº 712.952.839-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 340/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 340/2014, iniciando-se a prorrogação em 08/04/2015 e encerrando-se em 06/10/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ELIZEU CRISPIM DE MELLO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ROSMARI BEILKE - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 260/2015, firmado em 19/03/2015, com término previsto para 20/04/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSMARI BEILKE, portador(a) do CPF nº 853.931.189-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 260/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 260/2015, iniciando-se a prorrogação em 21/04/2015 e encerrando-se em 19/10/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ROSMARI BEILKE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 095/2015

DECRETO Nº 095/2015 - DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA

Projeto/Atividade: 2027 – MANUTENÇÃO DA PREV. DO SERV. PUBLICO

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1103.00000

RED: 3

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 04 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA

Projeto/Atividade: 2027 – MANUTENÇÃO DA PREV. DO SERV. PUBLICO

Modalidade de Aplicação: 4490.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1103.00000

RED: 4

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 07 de Outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.549, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 1.549, DE 14 de outubro de 2015.

Autoriza o pagamento de condenação judicial mediante expedição de Requisição de Pequeno Valor - RPV conforme previsto pela Lei Municipal nº. 1.352/2009.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Executivo a efetuar o pagamento por intermédio de Requisição de Pequeno Valor - RPV, do valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) acrescido de juros e correção monetária desde 08/06/2015, referente a condenação em honorários advocatícios fixada nos autos da Ação Ordinária nº. 079.11.004671-2 (0004671-97.2011.8.24.0079), que tramitou perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Videira/SC.

Art. 2º. O pagamento do valor que se refere o artigo 1º deverá ser realizado diretamente na conta corrente da advogada Joiceane Savian, a qual deverá ser informada no processo de Execução contra a Fazenda Pública.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, não havendo outras disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 14 de outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 004/2015**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 04/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2015

FORMULÁRIO SIMPLIFICADO

OBJETO:	Contratação de prestação de serviços de publicações de atos oficiais, tais como balanços, balancetes, Decretos Legislativos, Contratos, resumo de licitações, Indicações, Editais e ações da Câmara Municipal de Salto Veloso, mediante divulgação semanal com espaço de 26 cm de largura por 15 cm de altura.
FUNDAMENTO LEGAL	Art. 24, II da Lei no 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico incluso ao presente processo, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.
RAZÃO DA ESCOLHA	A motivação principal da escolha deve-se ao fato da empresa possuir Jornal de circulação regional, abrangendo os municípios vizinhos, com tiragem semanal de 2350 unidades e distribuição de 185 unidades no município de Salto Veloso, o que certamente melhor atende ao interesse público, motivando-se ainda a escolha pelo preço acessível que foi ofertado.
CONTRATADO	Contratado: JORNAL O CATARINENSE
PREÇO	Valor Total: R\$ 3.000,00(três mil reais)
RATIFICAÇÃO	Valdenir José Zamboni, Presidente da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, RATIFICA a Dispensa de Licitação em consonância com as informações acima, nos termos do Artigo 26, II e III, da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações, para a contratação do JORNAL O CATARINENSE. Salto Veloso (SC), 14 de outubro de 2015. VALDENIR JOSÉ ZAMBONI Presidente

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 085/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2015 - DL
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.
CNPJ: 01.356.308/0001-37

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA AÇÃO DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO À PACIENTE SABRINA ABREU DAGOSTIN ZANATTA, DETERMINADO POR MANDADO JUDICIAL Nº 189.2015/002475-4-SANTA ROSA DO SUL(SMJ). A COMPRA SERÁ ATRAVÉS DO PREGÃO Nº. 01/2015/CIS-AMESC.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamento se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Do valor: O valor global previsto importa em R\$ 138,00(Cento e trinta e oito reais)

Assinatura: 14/10/2015

Vigência: 14/10/2015 à 31/12/2015

Joelson Farias Pereira
Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

ERRATA DE TERMO ADITIVO Nº 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL
ERRATA
Termo aditivo nº 005/2015 ao contrato 078/2013
PUBLICADO NO DOM EM 02/02/2015-EDIÇÃO Nº 1675 PG 517

Onde lê-se:

"EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2015
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 078/2013
Processo de Licitação Nº 024/2013 - Modalidade Carta Convite.
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul
CONTRATADA: DUNET LTDA ME

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 02/01/2015 até 31/12/2015, em conformidade com o disposto na Cláusula Segunda, do instrumento original do contrato e nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

Base Legal: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, Art 65.

Valor: R\$ 13.888,00 (Treze mil, oitocentos e oitenta e oito reais)."

Leia-se:

"EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2015
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 078/2013
Processo de Licitação Nº 024/2013 - Modalidade Carta Convite.
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul
CONTRATADA: DUNET LTDA ME

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 02/01/2015 até 31/12/2015, em conformidade com o disposto na Cláusula Segunda, do instrumento original do contrato e nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

Base Legal: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, Art 65.

Valor: R\$ 1.736,00 (Um mil, setecentos e trinta e seis reais), totalizando um valor global de: R\$ 20.832,00 (vinte mil, oitocentos e trinta e dois reais).

Vigência: 02/01/2015 até 31/12/2015."

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone Fax: (0xx48) 534-1113 e e-mail: liocitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Nelson Cardoso de Oliveira.
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 100/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 27 de outubro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CONSULTÓRIO DE OFTALMOLOGIA, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO ATRAVÉS DO CONVENIO Nº 2015TR001308.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 14 de outubro de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 99/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2015 - FMS

Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 27 de outubro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de um veículo tipo Minibus para o Fundo Municipal de Saúde, conforme Convênio Nº 2015T001308.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DECRETO Nº 1101/2015

DECRETO Nº 1101, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

ARILDO GESSER, PREFEITO MUNICIPAL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3586, 13 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 24.473,85 (vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 4.027 – Recursos FNDE

3.3.90.93.00.00.00 162 – Indenizações e Restituições R\$ 14.473,85

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 02 – Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017 – Investindo em Programas Habitacionais

(34) 3.3.90.39.00.00.00 200 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos serão utilizados recursos provenientes das anulações parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 4.027 – Recursos FNDE

(552) 4.4.90.51.00.00.00 162 – Obras e Instalações R\$ 14.473,85

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 02 – Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017 – Investindo em Programas Habitacionais

(18) 4.4.90.39.00.00.00 200 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

DECRETO Nº 1102/2015

DECRETO Nº 1102, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

ARILDO GESSER, PREFEITO MUNICIPAL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3586, de 13 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.367.021,26 (um milhão, trezentos e sessenta e sete mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Unidade: 01 – Serviços Administrativos

Atividade: 2.063 – Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

3.1.90.11.00.00.00 600 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 284.000,00

3.1.90.16.00.00.00 600 – Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 10.000,00

3.1.91.13.00.00.00 600 – Obrig. Patronais – Op. Intra-Orçamento R\$ 13.600,00

(13) 3.3.90.37.00.00.00 200 – Locação de Mão-de-Obra R\$ 37.000,00

(97) 3.3.90.39.00.00.00 600 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 80.000,00

(15) 3.3.90.46.00.00.00 200 – Aux. Alimentação R\$ 21.000,00

Atividade: 2.064 – Manutenção e Melhoria dos Serv. de Abastecimento de Água

(32) 3.3.90.30.00.00.00 200 – Material de Consumo R\$ 100.000,00

(93) 3.3.90.39.00.00.00 600 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 220.000,00

(37) 3.3.90.46.00.00.00 200 – Aux. Alimentação R\$ 26.000,00

Atividade: 2.067 – Contribuição ao PASEP

(20) 3.3.90.47.00.00.00 200 – Obrig. Tribut. e Contributivas R\$ 45.000,00

Atividade: 2.069 – Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos

(87) 3.3.90.39.00.00.00 200 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 530.421,26

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos serão utilizados recursos provenientes das anulações parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Unidade: 02 – Abastecimento de Água

Projeto: 1.001 – Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada

(21) 4.4.90.51.00.00.00 200 – Obras e Instalações R\$ 328.440,00

(91) 4.4.90.51.00.00.00 600 – Obras e Instalações R\$ 496.000,00

(22) 4.4.90.61.00.00.00 200 – Aquisição de Imóveis R\$ 29.400,00

Projeto: 1.004 – Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

(68) 4.4.90.51.00.00.00 200 – Obras e Instalações R\$ 66.200,00

Atividade: 2.063 – Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

(4) 3.1.90.94.00.00.00 200 – Indenizações e Rest. Trabalhistas R\$ 19.028,36

Atividade: 2.066 – Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

(96) 3.3.90.35.00.00.00 600 – Serviços de Consultoria R\$

111.600,00

(74) 3.3.90.39.00.00.00 200 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 40.000,00

(77) 3.3.91.47.00.00.00 200 – Obrig. Trib. e Contributivas R\$ 114.002,90

Atividade: 2.069 – Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos

(84) 3.3.90.30.00.00.00 200 – Material de Consumo R\$ 80.000,00

(89) 4.4.90.51.00.00.00 200 – Obras e Instalações R\$ 82.350,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

DIRETRIZES PARA MATRÍCULA DO ANO LETIVO DE 2016

DIRETRIZES PARA MATRÍCULA DO ANO LETIVO DE 2016

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições, torna público as diretrizes que fixam datas e critérios para as matrículas/cadastros nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de São Bento do Sul, para o ano letivo de 2016.

CAPÍTULO I**DO OBJETO**

Art. 1º A Secretaria Municipal de Educação fixa diretrizes para o procedimento destinado à matrícula e cadastro nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino em São Bento do Sul, para o ano letivo de 2016.

Parágrafo Único – A matrícula não poderá ser vinculada à exigência de contribuição financeira.

CAPÍTULO II**DA RENOVAÇÃO DA MATRÍCULA**

Art. 2º A renovação da matrícula é a confirmação da matrícula para os educandos que estão cursando a Educação Básica em Unidade Escolar da Rede Municipal de Ensino. É de responsabilidade dos pais e ou responsáveis efetuar a confirmação junto à Unidade Escolar.

CAPÍTULO III**DA MATRÍCULA**

Art. 3º A matrícula é o ato normativo que inclui o educando no Sistema Municipal de Ensino. É dever dos pais e ou responsáveis legais efetuar a matrícula dos menores nas instituições de ensino.

§ 1º – O ingresso na Educação Infantil se dará para crianças a partir dos 4 (quatro) meses de idade.

§ 2º – A matrícula na Pré-Escola é obrigatória a toda criança a partir dos (quatro) anos de idade completos ou a completar até o dia 31 de março.

§ 2º – A matrícula no Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, é obrigatória a toda criança a partir dos 6 (seis) anos de idade completos ou a completar até o dia 31 de março.

CAPÍTULO IV**DO CRONOGRAMA**

Art. 4º A renovação das matrículas dar-se-á de 19 a 23 de outubro de 2015, em horário escolar, quando esta ocorrer para a mesma Unidade Escolar.

Parágrafo Único: Serão consideradas renovação de matrícula

aquelas que ocorrerem entre as etapas nominadas abaixo, entre Unidades Escolares diferentes, desde que dentro da Rede Municipal de Ensino e respeitado o zoneamento entre as UEs. Nestes casos, a renovação dar-se-á de 26 a 29 de outubro de 2015.

- a) Do Maternal II para Pré Escola, em Unidades Escolares diversas;
- b) Da Pré Escola para o primeiro ano do Ensino Fundamental, em Unidades Escolares diversas;
- c) Do quinto ano para o sexto ano do Ensino Fundamental, em Unidades Escolares diversas.

Art. 5º As matrículas novas para Ensino Fundamental e Pré Escola Parcial, dar-se-ão de 03 a 13 de novembro de 2015, em horário escolar.

Art. 6º Os cadastros para Educação Infantil (4 meses a 3 anos), serão realizados no período de 03 a 13 de novembro de 2015 junto ao Setor de Educação Infantil – Departamento de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, apresentando os documentos necessários conforme disposto no Capítulo V destas Diretrizes, sendo que para efetivação da matrícula será priorizada a renda familiar per capita, da menor para maior.

§ 1º A análise dos cadastros acontecerá de 16 a 19 de novembro de 2015, por Comissão designada para este fim.

§ 2º Após análise dos cadastros, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 044/2011 do Conselho Municipal de Educação, a Unidade Escolar entrará em contato com os pais ou responsáveis para efetivar a matrícula, no período de 25 a 30 de novembro de 2015.

§ 3º Os cadastros que foram efetuados no decorrer do ano de 2015 permanecerão válidos.

§ 4º A partir de 16 de novembro de 2015, os novos cadastros estarão suspensos temporariamente, retornando em 15 de janeiro de 2016.

Art. 7º Os cadastros para Pré Escola e Ensino Fundamental em período integral, serão realizados no período de 03 a 13 de novembro de 2015, na própria Unidade Escolar.

Parágrafo Único: Após análise dos cadastros pela Comissão Especial de Matrícula, a Direção da Unidade Escolar entrará em contato com os pais ou responsáveis para efetivar a matrícula, no período de 25 a 29 de janeiro de 2016.

CAPÍTULO V DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 8º Para o cadastro de vaga na Educação Infantil e em período integral, os pais deverão comparecer com os seguintes documentos:

- I. Cópia da certidão de nascimento e ou carteira de identidade da criança (Registro Geral);
- II. Cópia de comprovante de residência;
- III. Cópia da carteira de vacinação da criança devidamente atualizada;
- IV. Cópia do comprovante de renda familiar, incluindo declaração de recebimento de pensão alimentícia, nos casos de pais divorciados ou separados (Anexo II – Resolução/CME nº 056/2014);
- V. Declaração de trabalho reconhecida em cartório, para diaristas, pedreiros, ou seja, trabalhadores autônomos, conforme modelo constante no Anexo III da Resolução/CME nº 056/2014;
- VI. Documento de guarda ou tutela dos responsáveis legais;
- VII. Comprovante de pagamento de aluguel.

Art. 9º Para a matrícula no Ensino Fundamental os pais devem comparecer com os seguintes documentos:

- I. Cópia da certidão de nascimento e ou carteira de identidade da

criança (Registro Geral);

II. Cópia de comprovante de residência;

III. Cópia da carteira de vacinação da criança devidamente atualizada;

IV. Atestado de frequência ou histórico escolar para alunos transferidos;

V. Documento de guarda ou tutela dos responsáveis legais.

CAPÍTULO VI DAS VAGAS/TURNOS

Art. 10. A Rede Municipal de Ensino oferta vagas nos turnos matutino, vespertino e integral, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental em Unidade Escolar próxima a residência, respeitando o zoneamento de 3 (três) quilômetros ou mais de distância residência/escola.

§ 1º – A vaga está condicionada ao número de alunos por turma, não sendo garantido o turno – matutino ou vespertino.

§ 2º – A modalidade de Educação de Jovens e Adultos é ofertada nos períodos matutino, vespertino e noturno, em sede própria.

Art. 11. O número de alunos por classe e ou turma deverão obedecer aos critérios pedagógicos que visam otimização do rendimento e da aprendizagem.

I. Educação Infantil:

a) Creche:

- 1. Berçário: 4 meses a 1 ano – 10 a 12 crianças;
- 2. Maternal I: 1 ano a 2 anos – 12 a 15 crianças;
- 3. Maternal II: 2 anos e 3 anos – 16 a 18 crianças.

b) Pré-Escola:

- 1. Pré I: 4 anos – 18 a 20 crianças;
- 2. Pré II: 5 anos – 20 a 25 crianças;
- 3. Pré Integral – 4 anos a 5 anos – 20 a 25 crianças.

II. Ensino Fundamental:

- a) 1º ano: 25 alunos;
- b) 2º ano: 28 alunos;
- c) 3º, 4º e 5º anos: 30 alunos;
- d) 6º, 7º, 8º e 9º anos: 35 alunos;
- e) Período Integral: de 20 a 25 alunos (Turma I: 1º e 2º anos, Turma II: 3º e 4º anos e Turma III: 5º e 6º anos); e
- f) Turmas multisseriadas: 20 alunos.

III. Ensino Fundamental – Educação de Jovens e Adultos as turmas serão organizadas com no mínimo 10 (dez) alunos para os Anos Iniciais e 15 (quinze) alunos para Anos Finais.

Art. 12. Para atender a demanda da matrícula, cada Unidade Escolar da Rede Municipal deverá constituir uma Comissão Especial de Matrícula formada pelo gestor da Unidade Escolar, Coordenador Pedagógico, Especialista em Assuntos Educacionais, 01 (um) ou 02 (dois) professores e 02 (dois) ou 04 (quatro) representantes de pais e ou responsáveis legais que procederão a análise e parecer do cadastro para efetivação da matrícula em período integral e/ou turno de frequência.

Art. 13. Para realizar a análise dos cadastros para Educação Infantil (4 meses a 3 anos), será constituída, por meio de Portaria emitida pela Secretaria Municipal de Educação, uma Comissão Especial para Análise de Cadastros formada por 05 (cinco) representantes de pais e ou responsáveis legais, 05 (cinco) professores, 03 (três) gestores de Unidade Escolar e 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VII DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 14. A Educação Infantil é ofertada em:

- I. Centros de Educação Infantil, para crianças até 03 (três) anos de idade;
- II. Pré-escolas ou Centros de Educação Infantil, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade;
- III. Unidades Escolares de Ensino Fundamental, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 15. A ordem de matrícula para educação infantil dar-se-á através da análise do cadastro do educando, observados os seguintes critérios:

- I. risco social;
- II. encaminhamentos técnicos do Ministério Público;
- III. da menor renda per capita para a maior renda;
- IV. pais e ou responsáveis legais trabalhadores no caso de possuírem atividade informal, estarão sujeitos à visitação de assistente social;
- V. para efetivação da matrícula será observado o zoneamento residencial ou de local de trabalho dos pais ou responsáveis.

Art. 16. A Comissão Especial de Matrícula procederá a análise e parecer do cadastro para efetivação de matrícula em período integral (Pré Escola).

CAPÍTULO VIII DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 17. O Ensino Fundamental é gratuito e obrigatório para educandos que completam 6 (seis) anos de idade até o dia 31 de março de 2016.

Art. 18. O ensino fundamental de 9 anos será ofertado em:

- I. Escolas Básicas – ensino fundamental completo anos iniciais e anos finais;
- II. Escolas Básicas – ensino fundamental anos iniciais.

CAPÍTULO IX DO ENSINO INTEGRAL

Art. 19. A educação integral é ofertada em:

- I. Centros de Educação Infantil, para crianças até três anos de idade;
- II. Pré-Escolas ou Centros de Educação Infantil, para crianças de 4 a 5 anos de idade;
- III. Pré-Escolas nas Escolas Básicas, para crianças de 4 a 5 anos de idade, no horário de funcionamento da Unidade;
- IV. Escolas de Período Integral para crianças de 6 a 11 anos, nas Unidades Escolares contempladas pelo programa.

Art. 20. A ordem de matrícula para educação integral dar-se-á através da análise do cadastro do educando, observados os seguintes critérios:

- a) os Pais ou Responsáveis comprovadamente trabalhando;
- b) a criança deve estar sob guarda legal de um dos pais ou outro parente (avós, tios, etc), ou mesmo com família de apoio ou adotado;
- c) a família que apresentar a menor renda mensal;
- d) a família ou a criança que apresentar algum fator de risco social terá preferência na lista de candidatos;
- e) a criança deverá ter idade inferior a 12 (doze) anos (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Art. 2º). Considerando que a família não deve permitir a permanência da criança sem acompanhamento, porém, legalmente, o adolescente tem a permissão de permanecer em casa sem acompanhamento dos pais e ou responsáveis;
- f) a criança não poderá estudar em outra Unidade Escolar;
- g) a criança deverá obrigatoriamente frequentar todas as atividades

curriculares e extras curriculares no contra turno, pois não são opcionais e sim parte do modelo escolar escolhido pela família. As referidas atividades no contra turno fazem parte do histórico escolar e terão controle de frequência. Caso a criança cometa faltas constantes sem justificativas (Atestado Médico) perderá a vaga.

CAPÍTULO X DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 21. A educação de Jovens e Adultos será ofertada em sede própria.

Parágrafo Único – A matrícula será realizada na secretaria da Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos – EMEJA, para jovens e adultos com idade superior a 15 anos.

Art. 22. A matrícula será ofertada durante todo o período letivo.

Art. 23. A documentação para efetuar a matrícula será:

- I. Carteira de Identidade;
- II. CPF;
- III. Comprovante de residência;
- IV. Histórico escolar.

CAPÍTULO XI DO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 24. O benefício do Transporte Escolar é direito dos alunos que atendem às especificações, em conformidade com a legislação que norteia o recebimento financeiro dos repasses aos municípios, conforme critérios:

- I. residência em área rural e ou urbana;
- II. distância, residência/escola, de 3 (três) ou mais quilômetros;
- III. renda per capita, igual ou inferior aos valores estipulados pelo Poder Executivo Municipal;
- IV. distância, residência/escola, de 2 km (dois quilômetros) ou mais, no caso de alunos residentes em bairros que não possuam Unidades Escolares no entorno de sua comunidade ou que possuam Unidades Escolares, mas não ofereçam vagas para determinadas séries/anos.

Art. 25. Além das especificações acima, deverá ser respeitado o zoneamento de matrícula para recebimento do benefício do Transporte Escolar.

Parágrafo Único. A matrícula em escola de preferência, desde que respeitado o zoneamento é direito e dever dos pais; sendo que, os pais que optarem não matricular seus filhos na Unidade Escolar próxima à residência, estarão se responsabilizando pelo Transporte Escolar dos mesmos.

Art. 26. Alunos que residirem em Área Rural, em endereços que não oferecem Linha Coletiva de ônibus, a uma distância mínima residência/escola de 1,5 km receberão benefício do Transporte Escolar.

Art. 27. O recebimento do benefício do Transporte Escolar, estará sujeito à deferimento ou indeferimento de cadastro, por meio do Departamento de Programas e Projetos – Coordenadoria do Transporte Escolar, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 28. O cadastro para recebimento do Transporte Escolar, deve ser preenchido no ato da matrícula e/ou rematrícula na Unidade Escolar, anexando ao cadastro: cópia de comprovante de residência, de renda familiar e termo de responsabilidade assinado pelos pais e ou responsáveis.

Art. 29. Todos os campos do cadastro devem ser preenchidos corretamente e, é responsabilidade da Unidade Escolar, encaminhá-lo

à Secretaria Municipal de Educação, informando à família, que o recebimento do benefício do Transporte Escolar iniciará após a análise e dar-se-á retorno sobre deferimento ou indeferimento à Unidade Escolar.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. É garantida a matrícula de alunos na Educação Básica a qualquer tempo.

Art. 31. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Matrícula de cada Unidade Escolar e se necessário, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 09 de outubro de 2015
ALCIONE TERESINHA HINKE
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 8/2015 FC

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 – Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 – SÃO BENTO DO SUL – SC

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 08/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS/VALE TRANSPORTE, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA REUNIDAS TURISMO S/A, EM 20 DE JULHO DE 2015. Considerando que o aumento da tarifa do vale-transporte a partir de 30 de agosto de 2015, conforme Resolução nº 8/2015 do Departamento de Transportes e Terminais – DETER (anexo), e considerando a Cláusula Quinta do Contrato nº 12/2015, nos termos do disposto no artigo 65 e seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93 e normas complementares, se estabelece: 1º - Fica alterado o valor unitário das passagens de trajeto São Bento do Sul x Rio Preto para R\$ 7,18 (sete reais e dezoito centavos); 2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 20 de julho de 2015, permanecem inalteradas.

Ass: MARILIA CRISPI DE MORAES, pela Fundação Cultural.

Selvino Caramori Filho, Contratada.

LEI Nº 3586/2015

LEI Nº 3586, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO

O PREFEITO MUNICIPAL, em exercício,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 24.473,85 (vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 4.027 – Recursos FNDE

3.3.90.93.00.00.00 162 – Indenizações e Restituições R\$ 14.473,85

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 02 – Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017 – Investindo em Programas Habitacionais

(34) 3.3.90.39.00.00.00 200 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 10.000,00

Art. 2º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.367.021,26 (um milhão, trezentos e sessenta e sete mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade: 01 – Serviços Administrativos

Atividade: 2.063 – Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

3.1.90.11.00.00.00 600 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 284.000,00

3.1.90.16.00.00.00 600 – Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 10.000,00

3.1.91.13.00.00.00 600 – Obrig. Patronais – Op. Intra-Orçament R\$ 13.600,00

(13) 3.3.90.37.00.00.00 200 – Locação de Mão-de-Obra R\$ 37.000,00

(97) 3.3.90.39.00.00.00 600 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 80.000,00

(15) 3.3.90.46.00.00.00 200 – Aux. Alimentação R\$ 21.000,00

Atividade: 2.064 – Manutenção e Melhoria dos Serv. de Abastecimento de Água

(32) 3.3.90.30.00.00.00 200 – Material de Consumo R\$ 100.000,00

(93) 3.3.90.39.00.00.00 600 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 220.000,00

(37) 3.3.90.46.00.00.00 200 – Aux. Alimentação R\$ 26.000,00

Atividade: 2.067 – Contribuição ao PASEP

(20) 3.3.90.47.00.00.00 200 – Obrig. Tribut. e Contributivas R\$ 45.000,00

Atividade: 2.069 – Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos

(87) 3.3.90.39.00.00.00 200 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 530.421,26

Art. 3º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos serão utilizados recursos provenientes das anulações parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 4.027 – Recursos FNDE

(552) 4.4.90.51.00.00.00 162 – Obras e Instalações R\$ 14.473,85

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 02 – Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017 – Investindo em Programas Habitacionais

(18) 4.4.90.39.00.00.00 200 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 10.000,00

Órgão: 23- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade: 02 – Abastecimento de Água

Projeto: 1.001 – Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada

(21) 4.4.90.51.00.00.00 200 – Obras e Instalações R\$ 328.440,00

(91) 4.4.90.51.00.00.00 600 – Obras e Instalações R\$ 496.000,00

(22) 4.4.90.61.00.00.00 200 – Aquisição de Imóveis R\$ 29.400,00

Projeto: 1.004 – Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

(68) 4.4.90.51.00.00.00 200 – Obras e Instalações R\$ 66.200,00

Atividade: 2.063 – Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

(4) 3.1.90.94.00.00.00 200 – Indenizações e Rest. Trabalhistas R\$ 19.028,36

Atividade: 2.066 – Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

(96) 3.3.90.35.00.00.00 600 – Serviços de Consultoria R\$ 111.600,00

(74) 3.3.90.39.00.00.00 200 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 40.000,00

(77) 3.3.91.47.00.00.00 200 – Obrig. Trib. e Contributivas R\$ 114.002,90

Atividade: 2.069 – Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos

(84) 3.3.90.30.00.00.00 200 – Material de Consumo R\$ 80.000,00

(89) 4.4.90.51.00.00.00 200 – Obras e Instalações R\$ 82.350,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 10205/2015

PORTARIA Nº 10205, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Autorizar os servidores VERONI ANA ROSSATO LINKE, DENISE CRISTIANE SANOCKI SLUMINSKI, JULIANE MARIA SCHMIDT, ESÍDIO JOSÉ SUCHY, da Defesa Civil, no Gabinete do Prefeito, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais: GM/Celta, placas ARO 6234 e GM/Corsa Classic Life, placas AGE 8811.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10206/2015

PORTARIA Nº 10206, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e nº 2966/2004 e do Decreto nº 1210/2005,

Resolve:

Promover, a partir de 13 de setembro de 2015, SOELI MARIA ZACALUZNE, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível IV, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Finanças, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10207/2015

PORTARIA Nº 10207, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e nº 2966/2004 e do Decreto nº 1210/2005,

Resolve:

Promover, a partir de 01 de outubro de 2015, GENESIO BUENO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Vigia – em extinção, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, da Classe F para Classe G.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10208/2015

PORTARIA Nº 10208, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

Promove Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 2966/2012 e Lei nº 2918/2011 e do Decreto nº 895/2011,

Resolve:

Promover, a partir de 30 de setembro de 2013, MARIA DA CONCEIÇÃO LOURENÇO AZEDO, ocupante do cargo efetivo de Médico Ginecologista/Obstetra, Grupo Ocupacional 08, Nível I, com carga horária de 17,05 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe D para Classe E.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10209/2015

PORTARIA Nº 10209, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015
Corrige Portaria nº 10007/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Memorando Interno nº 425/2015, no qual há solicitação do Departamento de Recursos Humanos de emissão das portarias para Promoção Por Avaliação de Desempenho,

Considerando o Memorando Interno nº 474/2015 no qual, diante de equívoco, há solicitação de correção das Portarias geradas a partir do Memorando Interno nº 425/2015,

Resolve:

CORRIGIR, a Portaria nº 10007/2015, que Promoveu Por Avaliação de Desempenho a servidora pública municipal OLIVIA HORTZ LIEBL, no tocante a data, passando de "a partir de 09 de julho de 2015" para "a partir de 29 de agosto de 2015".

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10210/2015

PORTARIA Nº 10210, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015
Corrige Portaria nº 10008/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Memorando Interno nº 425/2015, no qual há solicitação do Departamento de Recursos Humanos de emissão das portarias para Promoção Por Avaliação de Desempenho,

Considerando o Memorando Interno nº 474/2015 no qual, diante de equívoco, há solicitação de correção das Portarias geradas a partir do Memorando Interno nº 425/2015,

Resolve:

CORRIGIR, a Portaria nº 10008/2015, que Promoveu Por Avaliação de Desempenho a servidora pública municipal MARIA DO CARMO VENGUE, no tocante a data, passando de "a partir de 21 de julho de 2015" para "a partir de 12 de agosto de 2015".

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10211/2015

PORTARIA Nº 10211, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015
Corrige Portaria nº 10009/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Memorando Interno nº 425/2015, no qual há solicitação do Departamento de Recursos Humanos de emissão das portarias para Promoção Por Avaliação de Desempenho,

Considerando o Memorando Interno nº 474/2015 no qual, diante de equívoco, há solicitação de correção das Portarias geradas a partir do Memorando Interno nº 425/2015,

Resolve:

CORRIGIR, a Portaria nº 10009/2015, que Promoveu Por Avaliação de Desempenho a servidora pública municipal SHIRLEI SEIDEL DAUTT, no tocante a data, passando de "a partir de 22 de julho de 2015" para "a partir de 25 de agosto de 2015".

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10212/2015

PORTARIA Nº 10212, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015
Corrige Portaria nº 10011/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Memorando Interno nº 425/2015, no qual há solicitação do Departamento de Recursos Humanos de emissão das portarias para Promoção Por Avaliação de Desempenho,

Considerando o Memorando Interno nº 474/2015 no qual, diante de equívoco, há solicitação de correção das Portarias geradas a partir do Memorando Interno nº 425/2015,

Resolve:

CORRIGIR, a Portaria nº 10011/2015, que Promoveu Por Avaliação de Desempenho a servidora pública municipal MARIA DE LURDES GUEDES KAUTZMANN, no tocante a data, passando de "a partir de 31 de julho de 2015" para "a partir de 22 de julho de 2015".

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10213/2015

PORTARIA Nº 10213, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015
Corrige Portaria nº 10012/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Memorando Interno nº 425/2015, no qual há solicitação do Departamento de Recursos Humanos de emissão das portarias para Promoção Por Avaliação de Desempenho,

Considerando o Memorando Interno nº 474/2015 no qual, diante de equívoco, há solicitação de correção das Portarias geradas a partir do Memorando Interno nº 425/2015,

Resolve:

CORRIGIR, a Portaria nº 10012/2015, que Promoveu Por Avaliação de Desempenho a servidora pública municipal MOACIR GOETTEN DA ROSA, no tocante a data, passando de "a partir de 12 de agosto de 2015" para "a partir de 30 de agosto de 2015".

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10214/2015

PORTARIA Nº 10214, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015
Corrige Portaria nº 10013/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Memorando Interno nº 425/2015, no qual há solicitação do Departamento de Recursos Humanos de emissão das portarias para Promoção Por Avaliação de Desempenho,

Considerando o Memorando Interno nº 474/2015 no qual, diante de equívoco, há solicitação de correção das Portarias geradas a partir do Memorando Interno nº 425/2015,

Resolve:

CORRIGIR, a Portaria nº 10013/2015, que Promoveu Por Avaliação de Desempenho a servidora pública municipal VERA LUCI ENGEL RIBEIRO, no tocante a data, passando de "a partir de 13 de agosto de 2015" para "a partir de 26 de agosto de 2015".

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10215/2015

PORTARIA Nº 10215, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015
Corrige Portaria nº 10014/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Memorando Interno nº 425/2015, no qual há solicitação do Departamento de Recursos Humanos de emissão das portarias para Promoção Por Avaliação de Desempenho,

Considerando o Memorando Interno nº 474/2015 no qual, diante de equívoco, há solicitação de correção das Portarias geradas a partir do Memorando Interno nº 425/2015,

Resolve:

CORRIGIR, a Portaria nº 10014/2015, que Promoveu Por Avaliação de Desempenho a servidora pública municipal ARLETE MUHL-BAUER NEUMANN, no tocante a data, passando de "a partir de 25 de agosto de 2015" para "a partir de 21 de julho de 2015".

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10216/2015

PORTARIA Nº 10216, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015
Corrige Portaria nº 10015/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Memorando Interno nº 425/2015, no qual há solicitação do Departamento de Recursos Humanos de emissão das portarias para Promoção Por Avaliação de Desempenho,

Considerando o Memorando Interno nº 474/2015 no qual, diante de equívoco, há solicitação de correção das Portarias geradas a partir do Memorando Interno nº 425/2015,

Resolve:

CORRIGIR, a Portaria nº 10015/2015, que Promoveu Por Avaliação de Desempenho o servidor público municipal CELSO CARNEIRO, no tocante a data, passando de "a partir de 26 de agosto de 2015" para "a partir de 06 de setembro de 2015".

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10217/2015

PORTARIA Nº 10217, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015
Corrige Portaria nº 10016/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Memorando Interno nº 425/2015, no qual há solicitação do Departamento de Recursos Humanos de emissão das portarias para Promoção Por Avaliação de Desempenho,

Considerando o Memorando Interno nº 474/2015 no qual, diante de equívoco, há solicitação de correção das Portarias geradas a partir do Memorando Interno nº 425/2015,

Resolve:

CORRIGIR, a Portaria nº 10016/2015, que Promoveu Por Avaliação de Desempenho o servidor público municipal JOSEMIR BELARMINO, no tocante a data, passando de "a partir de 27 de agosto de 2015" para "a partir de 13 de agosto de 2015".

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10218/2015

PORTARIA Nº 10218, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015
Corrige Portaria nº 10017/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Memorando Interno nº 425/2015, no qual há solicitação do Departamento de Recursos Humanos de emissão das portarias para Promoção Por Avaliação de Desempenho,

Considerando o Memorando Interno nº 474/2015 no qual, diante de equívoco, há solicitação de correção das Portarias geradas a partir do Memorando Interno nº 425/2015,

Resolve:

CORRIGIR, a Portaria nº 10017/2015, que Promoveu Por Avaliação de Desempenho a servidora pública municipal SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI, no tocante a data, passando de "a partir de 29 de agosto de 2015" para "a partir de 27 de agosto de 2015".

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10219/2015

PORTARIA Nº 10219, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015
Corrige Portaria nº 10018/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Memorando Interno nº 425/2015, no qual há solicitação do Departamento de Recursos Humanos de emissão das portarias para Promoção Por Avaliação de Desempenho,

Considerando o Memorando Interno nº 474/2015 no qual, diante de equívoco, há solicitação de correção das Portarias geradas a partir do Memorando Interno nº 425/2015,

Resolve:

CORRIGIR, a Portaria nº 10018/2015, que Promoveu Por Avaliação de Desempenho a servidora pública municipal FATIMA ANTONINA DOS SANTOS FUECKNER, no tocante a data, passando de "a partir de 06 de setembro de 2015" para "a partir de 09 de julho de 2015".

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10220/2015

PORTARIA Nº 10220, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015
Corrige Portaria nº 9778/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Memorando Interno nº 474/2015 no qual, diante de equívoco, há solicitação de correção da Portaria nº 9778/2015,

Resolve:

CORRIGIR, a Portaria nº 9778/2015, que Promoveu Por Avaliação de Desempenho o servidor público municipal NATALIO GRAVI GONÇALVES, no tocante a data, passando de "a partir de 23 de março de 2015" para "a partir de 05 de dezembro de 2014".

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10221/2015

PORTARIA Nº 10221, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015
Revoga Portaria nº 10102/2015

ARILDO GESSER, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL,
em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei
Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 11 de outubro de 2015, a Portaria nº
10102/2015, que nomeou servidor público municipal JOÃO PAULO
CRISTOFOLINI, no cargo de Engenheiro Segurança do Trabalho,
por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.
ARILDO GESSER
Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10222/2015

PORTARIA Nº 10222, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015
Revoga Portaria nº 10118/2015

ARILDO GESSER, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL,
em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei
Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

REVOGAR, a Portaria nº 10118/2015, que nomeou servidora públi-
ca municipal PRISCILA WISCHNESKI, no cargo de Fisioterapeuta,
por desistência espontânea em 11 de outubro de 2015.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.
ARILDO GESSER
Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10223/2015

PORTARIA Nº 10223, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.
Autoriza Realização de concurso Público

ARILDO GESSER, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL,
em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a realização de Concurso Público para ingresso de
servidores no quadro do Instituto de Previdência Social dos Servi-
dores Públicos de São Bento do Sul – IPRESBS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.
ARILDO GESSER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 10224/2015

PORTARIA Nº 10224, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Designa Comissão Especial para Coordenar Concurso Público do
IPRESBS nº 001/2015

ARILDO GESSER, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL,
em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE :

Art. 1º Designar Comissão Especial para coordenar o Concurso Pú-
blico do IPRESBS nº 001/2015, composta pelos servidores públicos
municipais:

Vera Kuzawski – Presidente da Comissão
Lucilene Z. S. H. Barbosa
Roberta Linzmeier
Nilva Aparecida Cardoso da Luz
Marcos Gertler

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.
ARILDO GESSER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 10225/2015

PORTARIA Nº 10225, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sin-
dicância

O PREFEITO MUNICIPAL, em exercício, no uso de suas atribuições
legais e de conformidade com o parágrafo único do artigo 156 da
Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

Resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Co-
missão de Sindicância Administrativa, designada pela Portaria nº
10074 de 15 de setembro de 2015.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de
mais 30 (trintas) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de outubro de 2015.
ARILDO GESSER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 10226/2015

PORTARIA Nº 10226, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sin-
dicância

O PREFEITO MUNICIPAL, em exercício, no uso de suas atribuições
legais e de conformidade com o parágrafo único do artigo 156 da
Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

Resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Co-
missão de Sindicância Administrativa, designada pela Portaria nº
10075 de 15 de setembro de 2015.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de
mais 30 (trintas) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de outubro de 2015.
ARILDO GESSER
Prefeito Municipal, em exercício

CÂMARA MUNICIPAL**AUDIÊNCIA PÚBLICA SECRETARIA DE FINANÇAS, APRESENTAÇÃO LOA 2016****EDITAL**

O Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul e o Presidente da Comissão de Finanças, Contas e Orçamento, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.689 de 27 de julho de 1993, COMUNICA que a Secretária Municipal de Finanças, Senhora Auriene Roepke, apresentará em AUDIÊNCIA PÚBLICA, as propostas da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2016.

Data: 16 de Outubro de 2015

Hora: 09:00 hs

Local: Sede do Poder Legislativo Municipal

Câmara Municipal de São Bento do Sul, 13 de Outubro de 2015.

Edimar Geraldo Salomon

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Peter Alexandre Kneubuehler

Presidente da Comissão de Finanças, Contas e Orçamento

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 014/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 014/2015

DA ESPÉCIE: Terceiro termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 006/2012, que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Audisom Instaladora de Aparelhos de Som Ltda.

Considerando o término da vigência do contrato em 08 de outubro de 2015, que tem como objeto referente à contratação de empresa para fornecimento de mão-de-obra para dar manutenção preventiva e operar o equipamento de som da Câmara Municipal, bem como efetuar as gravações de todas as sessões, ordinárias, extraordinárias, solenes e audiências públicas, inclusive ficando o contratado responsável pela colocação e retirada dos microfones, bem como pelo zelo de todo o equipamento, além do fornecimento (locação) de um microfone sem fio profissional, um aparelho cd player para música ambiente e um aparelho de md (minidisc) para gravações e operacionalização do equipamento de imagem (data show), se faz necessária a prorrogação do contrato por mais seis meses. As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo, firmado em 09 de outubro de 2012, permanecem inalterados.

Do prazo: de 09 de outubro de 2015 a 08 de abril de 2016,

Do valor: R\$ 11.910,96 (Onze mil novecentos e dez reais e noventa e seis centavos).

São Bento do Sul, 08 de outubro de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

MARCOS AURÉLIO SCHEID PRASS – pela Empresa Contratada

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº 346/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº. 346/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar, INGRID APARECIDA STIEGLER, matrícula 035272, ocupante do cargo efetivo de Fiscal da Fazenda, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, a conduzir o veículo de propriedade do IPRESBS, placa MGD 2262, nos dias 08 e 09/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07/10/2015.

LUCIANE MARY KOCH SCATOLON

Diretora Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 347/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 347/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 236/2015, à servidora MICHELE FELIX DO NASCIMENTO ocupante do cargo de provimento

efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/10/2015, em virtude de Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/10/2015.

São Bento do Sul, 07/10/2015.

LUCIANE MARY KOCH SCATOLON

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 348/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 348/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 06/10/2015 a 23/10/2015, a servidora JANE MARTINS DE SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 15/09/2015 a 23/09/2015 e 30/09/2015 a 05/10/2015, competem ao Município.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 06/10/2015.

São Bento do Sul, 08/10/2015.
LUCIANE MARY KOCH SCATOLON
Diretora Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 349/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 349/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 25/09/2015 a 22/01/2016, concedido ao servidor MAURO VAZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº 213/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/09/2015.

São Bento do Sul, 08/10/2015.
LUCIANE MARY KOCH SCATOLON
Diretora Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 350/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 350/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/10/2015 a 15/01/2016, concedido a servidora FRANCINE IZABELA MARES ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº 058/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/10/2015.

São Bento do Sul, 08/10/2015.
LUCIANE MARY KOCH SCATOLON
Diretora Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 351/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 351/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 18/09/2015 a 29/10/2015, a servidora THAIS RODRIGUES ZANATTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médica Ginecologista/Obstetra, lotada na Secretaria Municipal de Saúde. Benefício concedido por Ofício de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 03/09/2015 a 17/09/2015, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/09/2015.

São Bento do Sul, 08/10/2015.
LUCIANE MARY KOCH SCATOLON
Diretora Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 352/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 352/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 13/10/2015 a 26/11/2015, a servidora GESLAINE LUIZ DE OLIVEIRA DA SILVA E SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 28/09/2015 a 12/10/2015, competem ao Município.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/10/2015.

São Bento do Sul, 08/10/2015.
LUCIANE MARY KOCH SCATOLON
Diretora Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 353/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 353/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/10/2015 a 23/10/2015, concedido a servidora MARLI LEHNERT ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 200/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/10/2015.

São Bento do Sul, 08/10/2015.
LUCIANE MARY KOCH SCATOLON
Diretora Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 354/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 354/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 298/2015, à servidora ROSALINA TELMA ZIGOWSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutora de Recriação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/10/2015, em virtude de Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/10/2015.

São Bento do Sul, 08/10/2015.
LUCIANE MARY KOCH SCATOLON
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 355/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 355/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 09/10/2015 a 22/11/2015, a servidora JAQUELINE MACHADO ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Saúde Bucal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 24/09/2015 a 08/10/2015, competem ao Município.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/10/2015.

São Bento do Sul, 09/10/2015.
LUCIANE MARY KOCH SCATOLON
Diretora Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 356/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 356/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 02/10/2015 a 29/11/2015, concedido a servidora ADELITA TASCHEK ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 325/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/10/2015.

São Bento do Sul, 09/10/2015.
LUCIANE MARY KOCH SCATOLON
Diretora Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 357/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 357/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 17/10/2015 a 04/12/2015, concedido a servidora JANETE ADRIANE DOS SANTOS PERIS ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 319/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/10/2015.

São Bento do Sul, 09/10/2015.
LUCIANE MARY KOCH SCATOLON
Diretora Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 358/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 358/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 17/10/2015 a 31/03/2016, concedido ao servidor CELESTINO LUDWINSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº 189/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/10/2015.

São Bento do Sul, 09/10/2015.
LUCIANE MARY KOCH SCATOLON
Diretora Presidente

São Domingos

PREFEITURA

CONT. PREFE N. 047 ENGI PROJECT EIRELI - PLATAFORMAS

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 047/2015 de 09/10/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 77.800,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/10/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DUAS PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS VERTICAIS, A SEREM INSTALADAS JUNTO AO CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: ENGI PROJECT EIRELI

CNPJ n. 20.745.692/0001-04

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

DEC 2077 DE 08 10 15 TORNA SEM EFEITO DEC 2057 DE 04 09 15 QUE NOMEOU CANDIDATO PARA O CARGO DE MOTORISTA JACIR PANTANO

DECRETO Nº 2077 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 2057, de 04 de setembro de 2015, o qual nomeou candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº. 0045, de 06 de novembro de 2012; e

- Considerando o Edital do concurso público nº 007/2013, que homologou o resultado final do Concurso Público nº 001/2013;
- Considerando o Decreto nº 2057, de 04 de setembro de 2015, que nomeou o candidato;
- Considerando o disposto nos parágrafos 1º e 6º do art. 13A da Lei Complementar nº 0045 de 06/11/12, onde estabelece que a posse ocorrerá no prazo de 30 dias contados da data da publicação e caso a posse não ocorra no prazo previsto será tornado sem efeito o ato do provimento;
- Considerando a comunicação do Setor de Pessoal, informando que o candidato não tomou posse do cargo de Motorista, no prazo legal que findou em 07 de outubro de 2015;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 2057, de 04 de setembro de 2015, que nomeou Jacir Pantano, para exercer o cargo de Motorista.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2078 DE 08 10 15 TORNA SEM EFEITO DEC 2058 DE 04 09 15 QUE NOMEOU CANDIDATO PARA O CARGO DE MOTORISTA CLAUDINEI PEDRO SUTIL

DECRETO Nº 2078 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 2058, de 04 de setembro de 2015, o qual nomeou candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº. 0045, de 06 de novembro de 2012; e

- Considerando o Edital do concurso público nº 007/2013, que homologou o resultado final do Concurso Público nº 001/2013;
- Considerando o Decreto nº 2057, de 04 de setembro de 2015, que nomeou o candidato;
- Considerando o disposto nos parágrafos 1º e 6º do art. 13A da Lei Complementar nº 0045 de 06/11/12, onde estabelece que a posse ocorrerá no prazo de 30 dias contados da data da publicação e caso a posse não ocorra no prazo previsto será tornado sem efeito o ato do provimento;
- Considerando a comunicação do Setor de Pessoal, informando que o candidato não tomou posse do cargo de Motorista, no prazo legal que findou em 07 de outubro de 2015;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 2058, de 04 de setembro de 2015, que nomeou Claudinei Pedro Sutil, para exercer o cargo de Motorista.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2079 DE 08 10 15 TORNA SEM EFEITO DEC 2054 DE 03 09 15 QUE NOMEOU CANDIDATO PARA O CARGO DE AGENTE DE CONST E CONSERVAÇÃO DIAMIR DA SILVA

DECRETO Nº 2079 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 2054, de 03 de setembro de 2015, o qual nomeou candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº. 0045, de 06 de novembro de 2012; e

- Considerando o Edital do concurso público nº 007/2013, que homologou o resultado final do Concurso Público nº 001/2013;
- Considerando o Decreto nº 2054, de 03 de setembro de 2015,

que nomeou o candidato;

- Considerando o disposto nos parágrafos 1º e 6º do art. 13A da Lei Complementar nº 0045 de 06/11/12, onde estabelece que a posse ocorrerá no prazo de 30 dias contados da data da publicação e caso a posse não ocorra no prazo previsto será tornado sem efeito o ato do provimento;
- Considerando a comunicação do Setor de Pessoal, informando que o candidato não tomou posse do cargo de Motorista, no prazo legal que findou em 05 de outubro de 2015;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 2054, de 03 de setembro de 2015, que nomeou Diamir da Silva, para exercer o cargo de Agente de Construção e Conservação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 03 de setembro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2080 DE 09 10 15 NOMEIA VILMAR PEDRO SEGALIN PARA O CARGO DE MOTORISTA

DECRETO Nº 2080, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº. 0045, de 06 de novembro de 2012; e

• Considerando as solicitações dos Secretários Municipais, Silvia Rozani de Brito Baggio da Secretaria de Educação Cultura e Esportes, e Odirlei Guadagnin da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

• Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

• Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

• Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Vilmar Pedro Segalin, para exercer o cargo de Motorista, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 21.06, Grupo 2 (SERVIÇOS OPERACIONAIS - SOPER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2081 DE 09 10 15 NOMEIA ANGELO MARCANTE PARA O CARGO DE MOTORISTA

DECRETO Nº 2081, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº. 0045, de 06 de novembro de 2012; e

• Considerando as solicitações dos Secretários Municipais, Silvia Rozani de Brito Baggio da Secretaria de Educação Cultura e Esportes, e Odirlei Guadagnin da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

• Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

• Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

• Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Angelo Marcante, para exercer o cargo de Motorista, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 21.06, Grupo 2 (SERVIÇOS OPERACIONAIS - SOPER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2082 DE 09 10 15 NOMEIA ANTONINHO CAPELARO PARA O CARGO DE MOTORISTA

DECRETO Nº 2082, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº. 0045, de 06 de novembro de 2012; e

• Considerando as solicitações dos Secretários Municipais, Silvia Rozani de Brito Baggio da Secretaria de Educação Cultura e

Esportes, e Odirlei Guadagnin da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

· Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

· Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

· Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Antoninho Capelaro, para exercer o cargo de Motorista, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 21.06, Grupo 2 (SERVIÇOS OPERACIONAIS - SOPER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2083 DE 13 10 15 NOMEIA EDINEI ADRIANO PRETTO PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS

DECRETO Nº 2083, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº. 0045, de 06 de novembro de 2012; e

· Considerando a solicitação do Secretário Municipal Odirlei Guadagnin da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

· Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

· Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

· Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Edinei Adriano Pretto, para exercer o cargo de Operador de Máquinas, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 21.07, Grupo 2 (SERVIÇOS OPERACIONAIS - SOPER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2014

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato ate 07/12/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA ME

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 095/2013 – Tomada de Preços nº 006/2013 de 12/12/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 14 de Outubro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRAS Nº 351/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 020/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DE BARREIROS, LOCALIZADA NA RUA LEOBERTO LEAL, ESQUINA COM A RUA ANTÔNIO SCHROEDER, NO BAIRRO BARREIROS, SÃO JOSÉ/SC

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

EMPRESAS LICITANTES:

- PAM CONSTRUÇÕES LTDA-EPP;
- TRILHA ENGENHARIA LTDA;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- CONSTRUTORA MASTER LTDA;
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA e
- A&F ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME.

Estiveram presentes na sessão pública os representantes das empresas: CONSTRUTORA MASTER LTDA e A&F ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP. Ato contínuo, os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes presentes. Sem manifestações por parte dos presentes, a sessão foi suspensa para análise dos documentos.

É o relatório.

1 – ANÁLISE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES. PARECER TÉCNICO SETOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA.:

Destarte, informa-se que a análise da qualificação técnica das empresas participantes se deu em conjunto com a Secretaria Municipal de Infraestrutura, a qual detém expertise para emitir conhecimento técnico acerca do objeto licitado. Nesse sentido, é documento integrante desta análise o Relatório Técnico nº 018/2015 de lavra da Arquiteta e Urbanista Leticia Ferrari dos Santos.

Faz-se importante a citação do item referente a Qualificação Técnica, para o devido entendimento:

“9 - DA HABILITAÇÃO

9.1.2 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA e/ou CAU, acompanhada do respectivo Atestado Técnico registrado pelo CREA e/ou CAU, emitida por pessoa de direito público ou privado, em nome de profissional, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação;

Nesse viés, opinou a profissional após análise da documentação de cada uma das empresas, no seguinte sentido:

“Portanto, as empresas PAM Construções LTDA EPP, De Faria Construções LTDA, DJP Construções e Comércio LTDA ME, Empreiteira Pavicon LTDA e Empreiteira Transpereira Construção e Terraplanagem LTDA apresentaram comprovação de aptidão através de certidões e atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, logo, aptas a concorrerem.” (grifo nosso)

Tendo em vista a manifestação da arquiteta, bem como os documentos acostados, a Comissão Permanente de Licitações resolve seguir o relatório exarado, em sua totalidade. Diante disso, a Comissão Permanente de Licitações decide por INABILITAR as empresas:

- TRILHA ENGENHARIA LTDA;
- CONSTRUTORA MASTER LTDA e
- A&F ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI ME.

Por fim, para melhor organização desta análise, a Comissão tem como HABILITADAS, as empresas:

- PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA e
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 23/10/2015, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 14 de outubro de 2015.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Rejane Magali dos S. Medeiros	Kety Silva Trierveiler	
Membro da CPL	Membro da CPL	
Ramon S. Campos Martins		
Membro da CPL		

CONTRATO/CT: Nº 134/2015 – DL 252/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 134/2015 – DL 252/2015 – Processo 410/2015 - Contratado: FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS – “FEPESE”. Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PRE-ENCHIMENTO DE VAGAS NO QUADRO DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC, CONFORME PROPOSTA. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura e o prazo de execução deste Contrato é de 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura da Autorização de Execução dos Serviços. Valor: R\$ 228.587,00 (duzentos e vinte oito mil, quinhentos e oitenta e sete reais). A Contratada será remunerada para a execução do objeto deste termo, com as seguintes perspectivas (valor contratual variável), proporcionalmente ao número de inscrições homologadas:

- I. Até 1.000 candidatos inscritos e pagantes; Valor contratual de R\$ 155.712,00 (cento e cinquenta e cinco mil, setecentos e doze reais);
- II. De 1.001 a 1.500 candidatos inscritos e pagantes; Valor contratual de R\$ 180.657,00 (cento e oitenta mil, seiscentos e cinquenta e sete reais);
- III. De 1.501 a 2.000 candidatos inscritos e pagantes; Valor contratual de R\$ 203.631,00 (duzentos e três mil, seiscentos e trinta e um reais);
- IV. De 2.001 a 2.500 candidatos inscritos e pagantes; Valor contratual de R\$ 228.587,00 (duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e oitenta e sete reais);
- IV. Acima de 2.501 candidatos inscritos e pagantes o valor contratual da premissa anterior + R\$ 60,00 (sessenta reais) por inscrição homologada.

Data da Assinatura do Contrato: 01 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 031/2015/SF

PORTARIA Nº 031/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 25 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 75.250,00 (setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.131 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito

521 – 3.3.90.14.00.00.0080 – Diárias - Civil,

Recursos Próprios R\$ 250,00

Total desta Atividade R\$ 250,00

09.01.06.183.0112.2.009 – Municipalização do Trânsito

554 – 3.3.90.39.00.00.0026 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 60.000,00

Total desta Atividade R\$ 60.000,00

Total do Órgão R\$ 60.250,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.266 – Ressarcimentos, Devoluções e Indenizações

2149 – 3.3.90.93.00.00.0080 – Indenizações e Restituições,
Recursos Próprios R\$ 15.000,00
Total desta Atividade R\$ 15.000,00
Total do Órgão R\$ 15.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 75.250,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 75.250,00 (setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0112.2.009 – Municipalização do Trânsito

556 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 250,00
Total desta Atividade R\$ 250,00

09.01.06.181.0110.2.261 – Funcionamento e Manutenção da Guarda Municipal

487 – 4.4.90.52.00.00.0026 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 30.000,00
Total desta Atividade R\$ 30.000,00

09.01.06.125.0110.2.295 – Implantação, Instalação e Manutenção de Sinalização Eletrônica

442 – 3.3.90.39.00.00.0026 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 30.000,00
Total desta Atividade R\$ 30.000,00
Total do Órgão R\$ 60.250,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.28.843.0105.2.269 – Administração da Dívida Interna

2164 – 4.6.90.71.00.00.0080 – Principal da Dívida por Contrato,
Recursos Próprios R\$ 15.000,00
Total desta Atividade R\$ 15.000,00
Total do Órgão R\$ 15.000,00
Total da Anulação R\$ 75.250,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de outubro de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 032/2015/SF

PORTARIA Nº 032/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 32 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.09.271.0105.2.075 – Encargos Previdenciários

2156 – 3.1.90.13.00.00.0080 – Obrigações Patronais,
Recursos Próprios R\$ 600.000,00
Total desta Atividade R\$ 600.000,00
Total do Órgão R\$ 600.000,00

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

1483 – 3.1.91.13.00.00.0082 – Obrigações Patronais,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 500.000,00
Total desta Atividade R\$ 500.000,00
Total do Órgão R\$ 500.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.100.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.268 – Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários

2153 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 600.000,00
Total desta Atividade R\$ 600.000,00
Total do Órgão R\$ 600.000,00

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.1.177 – Construção do CAPS e Saúde Mental

1596 – 4.4.90.51.00.00.0082 – Obras e Instalações,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 106.350,00
Total deste Projeto R\$ 106.350,00

25.01.10.301.0102.1.219 – Construção de Unidades de Saúde

1431 – 3.3.90.39.00.00.0082 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 106.350,00
Total deste Projeto R\$ 106.350,00

25.01.10.302.0102.2.147 – Manutenção de UBS, Policlínicas e UPA

1612 – 3.3.90.30.00.00.0082 – Material de Consumo,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 287.300,00
Total desta Atividade R\$ 287.300,00
Total do Órgão R\$ 500.000,00
Total da Anulação R\$ 1.100.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de outubro de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2015 – RETIFICADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2015 – RETIFICADO - Processo nº 307/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADOS A DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, DESERTOS NO PROCESSO Nº 324/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2014. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 15 de outubro de 2015 às 18h00min até dia 27 de outubro de 2015, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 27 de outubro de 2015. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2015 – PROCESSO Nº 317/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2015 – Processo nº 317/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE DESTINADO A GUARDA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 15 de outubro de 2015 às 18h00min até dia 27 de outubro de 2015, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 27 de outubro de 2015. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO PRESENCIAL 097/2015 – PROCESSO Nº 278/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 097/2015 – Processo nº 278/2015: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MÓVEL PESSOAL – SMP, COM TECNOLOGIA DIGITALNA MODALIDADE PÓS-PAGO E ACESSO A INTERNET, INCLUSIVE SERVIÇO DE TRÁFEGO DE DADOS PARA ACESSO A INTERNET E CUSTOS TARIFAS POR MINUTOS PARA CHAMADAS LOCAIS, PARA LIGAÇÕES ORIGINADAS DE TODOS OS ÓRGÃOS, AUTARQUIAS E EMPRESAS LIGADAS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 29/10/2015 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 29/10/2015 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PUBLICAÇÃO REFERENTE A DELIBERAÇÃO DE REQUERIMENTOS DE IMPUGNAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMUNICADO DELIBERAÇÃO REFERENTE AOS REQUERIMENTOS DE IMPUGNAÇÃO – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015 PUBLICAÇÃO REFERENTE A DELIBERAÇÃO DE REQUERIMENTOS DE IMPUGNAÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, órgão formulador, deliberativo e controlador das políticas e das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente Município de São José, criado por força da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), regido pela Lei Municipal Lei Municipal nº 5.482 de 12 de maio 2015, por sua Comissão Especial para o Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de São José/SC criada através da Resolução CMDCA N. 016/2015, informa que foram apresentados 14 (quatorze) requerimentos, sejam de impugnação de candidaturas e do Processo Eleitoral referente ao Processo de Escolha definido no Edital CMDCA N. 001/2015. Após análise, foram emitidos Pareceres devidamente motivados pela aludida comissão, sendo todos os requerimentos indeferidos.

São José, 09 de outubro de 2015.

Comissão Especial Encarregada de Organizar e Coordenar o Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares de São José

RESOLUÇÃO Nº. 018/2015

RESOLUÇÃO Nº. 018/2015.

CRIA COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS DO CONSELHO TUTELAR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº. 8.069/90 c/c a Lei Municipal nº. 5.482/2015 e, conforme deliberado em Assembléia ordinária ocorrida dia 08 de julho de 2015 e na Assembléia Ordinária do dia 09 de setembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprova criação da Comissão Especial de Acompanhamento dos Trabalhos do Conselho Tutelar, composta pelos membros descritos a seguir:

I - Membros Titulares:

- a) Maria Clotildes Daniel Joaquim;
- b) Vanessa Cristina Grando;
- c) Michelly Patrícia Mafra da Luz;
- d) Rafael Crozeta;
- e) Newty Jaqueline Rodrigues; e
- f) Ana Maria Mafra Dal-Bó.

II - Membros Suplentes:

- a) Eliane Boschetti;
- b) Eliane Magalhães Rosa;
- c) Tatiane Gabriela Bonzini Oliveira;
- d) Carla Regina Galego;
- e) Antônio Martins dos Santos; e
- f) Wanderléa Pereira Damásio Maurício.

Art. 2º - A Comissão Especial de Acompanhamento dos Trabalhos do Conselho Tutelar será coordenada pela Sra. Maria Clotildes Daniel Joaquim.

Art. 3º - A Comissão Especial de Acompanhamento dos Trabalhos do Conselho Tutelar possui a seguintes atribuições:

I - Exercer o acompanhamento e fiscalização permanente da gestão dos Conselhos Tutelares, elaborando pareceres para apresentação ao CMDCA, com exceção das atribuições previstas na SEÇÃO V e respectivos artigos da Lei Municipal 5.482/2015.

II - Criar instrumental de acompanhamento dos trabalhos dos

Conselhos Tutelares.

III - Propor a criação de instrumentais e formas de relacionamento dos Conselhos Tutelares com o governo municipal e órgãos da sociedade.

IV - Emitir parecer acerca do Regimento Interno dos Conselhos Tutelares, verificando a concordância com as diretrizes da Lei Municipal 5482/2015, das Resoluções do CONANDA e Estatuto da Criança e do Adolescente.

V - Propor ao CMDCA mediante a conveniência e oportunidade a contratação de cursos de capacitação e de formação continuada e ou organização de palestras aos conselheiros tutelares e conselheiros de direitos, para melhor entendimento das atribuições dos Conselhos Tutelares frente ao Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 5.482/2015.

VI - Propor ao CMDCA a organização de audiência pública anual, para a prestação de contas dos Conselhos Tutelares.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 5º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 09 de setembro de 2015.

CÉSAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 019/2015

RESOLUÇÃO Nº. 019/2015.

CRIA COMISSÃO DE ÉTICA PERMANENTE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS RECLAMAÇÕES DECORRENTES DO ATENDIMENTO E DO FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES DE SÃO JOSÉ/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº. 8.069/1990 c/c o art. 102 e seguintes da Lei Municipal nº. 5.482/2015 e, conforme deliberado em Assembléia ordinária ocorrida dia 08 de julho de 2015 e na Assembléia Ordinária do dia 09 de setembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprova criação da Comissão de Ética Permanente responsável pela avaliação e julgamento das reclamações decorrentes do atendimento e do funcionamento dos Conselhos Tutelares de São José, composta pelos membros descritos a seguir:

I - Membros Titulares:

- a) Maria Clotildes Daniel Joaquim;
- b) Vanessa Cristina Grando;
- c) Michelly Patrícia Mafra da Luz;
- d) Rafael Crozeta;
- e) Newty Jaqueline Rodrigues; e
- f) Ana Maria Mafra Dal-Bó.

II - Membros Suplentes:

- a) Eliane Boschetti;
- b) Eliane Magalhães Rosa;
- c) Tatiane Gabriela Bonzini Oliveira;
- d) Carla Regina Galego;
- e) Antônio Martins dos Santos; e
- f) Wanderléa Pereira Damásio Maurício.

Art. 2º - A Comissão de Ética Permanente responsável pela avaliação e julgamento das reclamações decorrentes do atendimento e do funcionamento dos Conselhos Tutelares de São José será coordenada pela Sra. Maria Clotildes Daniel Joaquim.

Art. 3º - A Comissão de Ética Permanente responsável pela avaliação e julgamento das reclamações decorrentes do atendimento e do funcionamento dos Conselhos Tutelares de São José possui suas atribuições descritas nos Artigos 102 a 120 da Lei Municipal nº 5.482, de 11 de maio de 2015.

Parágrafo único. O mandato da Comissão de Ética Permanente será de 18 (dezoito) meses contados da data de Publicação do Decreto de nomeação, a ser expedida pela Prefeitura Municipal.

Art. 4º - Remeta-se à Prefeitura Municipal para expedição de Decreto de Nomeação, na forma do § 1º, do Artigo 103 da Lei Municipal nº 5.482, de 11 de maio de 2015.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 6º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 09 de setembro de 2015.

CÉSAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 026/2015

RESOLUÇÃO Nº. 026/2015.

RATIFICA PUBLICAÇÃO EMITIDA PELA COMISSÃO ESPECIAL CRIADA PELA RESOLUÇÃO CMDCA N. 016/2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº. 8.069/90 c/c a Lei Municipal nº. 5.482/2015 e, conforme deliberado em Assembléia extraordinária ocorrida dia 07 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º- Ratificar publicação referente à prorrogação de prazo editalício, emitida no dia 05 de outubro de 2015, pela Comissão Especial para o Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de São José/SC criada através da Resolução CMDCA N. 016/2015, a qual prorrogou até 07/10/2015 o prazo para apresentação de impugnações a que se refere o item 3.10.2, bem como prorrogou o resultado da Eleição, previsto no item 4.1 para 14/10/2015, ambos do Edital CMDCA 001/2015.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 07 de outubro de 2014.

CÉSAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 027/2015

RESOLUÇÃO Nº. 027/2015.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES DE SÃO JOSÉ, GESTÃO 2016/2020, DEFINIDO NO EDITAL CMDCA Nº 001/2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº. 8.069/1990 c/c o Art. 96 da Lei Municipal nº. 5.482/2015 e, conforme deliberado em Assembléia ordinária ocorrida dia 14 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica proclamado o resultado final do Processo de Escolha Unificado dos Membros dos Conselhos Tutelares do Município de de São José, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020, definido no Edital CMDCA nº 001/2015, assim distribuídos:

I - Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	TOTAL DE VOTOS
1º	Juliana Silveira da Silva Leffer de Jesus	037.965.029-03	400
2º	Danielle Silva Castro	050.760.529-28	320
3º	Juliana Izelda da Silva de Oliveira	051.369.279-76	273
4º	Sayonara da Luz da Silva	986.988.009-63	254
5º	Caroline Nienchotter Goedert Gebauer	058.973.589-66	186
6º	Adriana Silveira Ruiz Diaz	076.076.119-16	163
7º	Diogo Luiz Filippi	043.442.299-16	157
8º	Fernanda Péres	006.830.029-88	151
9º	Lunardi dos Santos Moraes	046.996.759-56	146
10º	Hiago Lucas Caetano	084.092.159-42	133

II - Ficam os seguintes candidatos na condição de suplentes, por ordem de votação:

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	TOTAL DE VOTOS
11º	Andrea da Costa Santos	014.331.629-03	110
12º	Roberta Cardoso Farias	031.181.619-30	107
13º	Ana Lucia Teixeira	987.191.309-53	102
14º	Daiana Vera Souza	048.513.019-01	82
15º	Hugo Martins Pinto	301.194.216-15	78
16º	Jackson Cristiano de Oliveira	023.422.539-40	75
17º	Soraia Moraes Vicente	020.346.829-55	71
18º	Ozana Matzembacher da Silva	697.594.059-20	65
19º	Viviane Nunes Santos	011.681.090-43	58
20º	Diego de Lima Bueno	082.780.419-97	52

III - Ficam os seguintes candidatos a compor o cadastro de reserva, por ordem de votação, podendo ser convocados na ausência dos suplentes descritos no inciso anterior:

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	TOTAL DE VOTOS
21º	Gilson Gonzaga dos Santos	292.275.429-49	51
22º	Ronaldo de Oliveira	044.656.069-31	48
23º	Suélen Martins	048.938.309-29	45
24º	Paulo Cesar Kovacs	003.398.159-06	40
25º	William Habyeutter Kaleski	041.457.819-88	39
26º	Ana Goret Medeiros	454.806.309-97	32
27º	Laura Denoti Queiroz	012.709.082-78	30
28º	Nayani Hames da Rosa Mafra	053.311.499-36	19
29º	Adriana Kincheski Bunn	539.518.759-68	14
30º	Ieda Marques de Menêzes de Moraes	424.050.921-15	13
31º	Fabiola Horácio	062.312.789-05	12

Art. 2º – A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10 de janeiro de 2016, em horário e local a ser definido a antecedência mínima de trinta dias da data da posse.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 14 de outubro de 2014.

CÉSAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente do CMDCA

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA SELEÇÃO DE EDUCADOR SOCIAL I, II, III, V E VI E INSTRUTOR SOCIAL I E II PARA ATUAR NO NÚCLEO DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE – NACA, PROGRAMA MULHER DE VALOR E PROGRAMA DE ATENÇÃO AOS IDOSOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o previsto na Lei Complementar Municipal nº 123, de 19 de novembro de 2010 e art. 219, inciso V, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Municipal nº 118, de 23 de junho de 2010 (Estatuto), RESOLVE BAIXAR NORMAS para realização de Processo Seletivo de títulos para admissão, em caráter temporário, de EDUCADOR SOCIAL e INSTRUTOR SOCIAL, para atuar no NÚCLEO DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE - NACA, bem como de INSTRUTOR SOCIAL para atuar no PROGRAMA MULHER DE VALOR e EDUCADOR SOCIAL para atuar no PROGRAMA DE ATENÇÃO AOS IDOSOS.

1. DAS VAGAS:

1.1. - O presente Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para admissão de Educador Social em caráter temporário, conforme o quadro de cargos e vagas a seguir especificado:

VAGAS	CARGO	HABILITAÇÃO	C. H. Semanal	Vencimento
01	Educador Social I	Ensino Superior na área de Pedagogia	40	R\$ 1.767,00
01	Educador Social II	Especialização em Psicopedagogia	40	R\$ 2.252,92
01	Educador Social III	Ensino Superior na área de Ciências Humanas	40	R\$ 1.767,00
01	Educador Social V	Ensino Superior na área de Educação Física	40	R\$ 1.767,00
01	Educador Social VI	Ensino Superior na área de Educação Física	40	R\$ 1.767,00
02	Instrutor Social I	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B" com habilidades práticas em artesanato e costura	40	R\$ 1.150,68
01	Instrutor Social II	Ensino Médio Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B" e conhecimento em informática básica.	40	R\$ 1.150,68

1.2 - Será acrescido ao valor do vencimento do cargo mencionado no subitem, nº 1.1, a seguinte vantagem financeira: Vale Alimentação, no valor de R\$ 298,65 (duzentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos), de acordo com a Lei nº 1.978/2011.

1.3 - Atribuições:

1.3.1 Cargo: EDUCADOR SOCIAL I

Descrição das atribuições: Trabalhar de forma diferenciada enfatizando o lúdico com contação de histórias, com o uso de fantoche, reprodução de leituras. Evidenciar a educação ambiental o desenvolvimento sustentável, entre outras atividades, importantes para o desenvolvimento dos participantes.

1.3.2. Cargo: EDUCADOR SOCIAL II

Descrição das atribuições: Atuar junto ao CRAS e CREAS com os diferentes grupos organizados, de acordo com definição da SMAS.

1.3.3. Cargo: EDUCADOR SOCIAL III

Descrição das atribuições: Trabalhar de forma diferenciada enfatizando o lúdico com contação de histórias, com o uso de fantoche, reprodução de leituras. Evidenciar a educação ambiental o desenvolvimento sustentável, entre outras atividades, importantes para o desenvolvimento dos participantes.

1.3.4. Cargo: EDUCADOR SOCIAL V

Descrição das atribuições: Trabalhar todas as atividades inerentes a Educação Física, inclusive dança, com crianças e adolescentes e outras atividades conforme a necessidade dos Programas implementados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

1.3.5. Cargo: EDUCADOR SOCIAL VI

Descrição das atribuições: Trabalhar ginástica para a terceira idade promovendo atividades de integração; atuar em outros programas implementados pela Secretaria.

1.3.6. Cargo: INSTRUTOR SOCIAL I

Descrição das atribuições: Trabalhar com as participantes e suas famílias nos diversos Programas e projetos (produção de alimentos, artesanato, transformação caseira de alimentos, organização do lar) acompanhando sua execução no que for necessário, na orientação espiritual, cultural e de acesso aos direitos sociais, bem como, na geração de renda através da utilização de materiais recicláveis, entre outros.

1.3.7. Cargo: INSTRUTOR SOCIAL II

Descrição das atribuições: Acompanhar a execução dos programas ao qual for designado, em todos os aspectos visando a implementação e controle efetivos dos mesmos.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - As inscrições estarão abertas no período de 19 a 23 de outubro de 2015, das 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min horas no Centro Administrativo Municipal, Secretaria Municipal de Assistência Social, sita a Rua Duque de Caxias, 789, centro da cidade de São Lourenço do Oeste/SC.

2.2 - As inscrições serão feitas em formulário próprio fornecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante a apresentação da documentação.

3. DA DOCUMENTAÇÃO:

3.1 - No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar cópia e originais dos seguintes documentos:

3.1.1 - Obrigatoriamente:

a) Carteira de Identidade;

b) CPF;

c) Título de Eleitor e quitação eleitoral;

d) Comprovante de quitação militar (quando for o caso);

e) Comprovante de formação na área de atuação, mediante: a) certificado de conclusão de curso acompanhado de histórico escolar, ou b) diploma, expedidos por Instituições de Ensino aprovadas pelo MEC, conforme descrito no quadro de vagas, item 1.1 deste Edital;

f) Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B" para os cargos de Instrutor Social I e II;

3.1.2 - Necessários à comprovação da qualificação do candidato:

a) Comprovações de especialização, cursos, seminários, simpósios ou palestras, na área de atuação;

a.1) Serão aceitos cursos nas modalidades presencial e a distância, realizados de 2010 a 2015 e com registro de carga horária.

a.2) O tema da especialização deve ser diretamente relacionado a área de atuação;

a.3) Somente será considerada uma especialização por inscrição.

3.1.2.1. - O tempo de serviço deverá ser contado até 30 de setembro de 2015, sendo que a fração de 15 dias considerar-se-á um mês.

3.1.2.2. - Não serão aceitas declarações ou certidões para fins de comprovação de qualquer dos quesitos previstos nas alíneas do item 3.1.2.

4. DA PROVA PRÁTICA:

4.1. - O candidato inscrito para o cargo de Instrutor Social I, prestará prova prática de caráter eliminatório.

4.2. - A prova prática consistirá na demonstração prática de no mínimo (três) técnicas dentre as apresentadas: Macramê, Costura, Recicláveis, Ponto Cruz, Crochê, Tricô, Vagonite, Bordado Com Fitas, Ponto Reto, Ponto Caseado, Fuxicos, Pintura em Tecido.

4.3. - As técnicas serão sorteadas pela comissão, no ato da prova e deverão ser executadas, segundo as orientações da Comissão de Avaliação da Prova Prática, que será composta na forma disposta no item 4.9. deste Edital.

4.4. - A Comissão de Avaliação pontuará o desempenho do candidato, em cada técnica, de acordo com os seguintes quesitos:

4.4.1. - Postura e apresentação (0 a 10 PONTOS);

4.4.2. - Habilidade por técnicas (0 a 20 PONTOS);

4.4.3. - Criatividade e originalidade (0 a 10 PONTOS);

4.4.4. - Para ser aprovado na prova prática o candidato deverá somar no mínimo 60 pontos.

4.5. - Os materiais para a prova prática serão disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.6. - A prova prática será realizada dia 03 de novembro de 2015, no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, sito a rua João Beux Sobrinho, nº 680, neste Município, com início às 14 horas. A duração da prova será de 03 horas.

4.7. - Os três últimos candidatos deverão permanecer no local de prova até que o último candidato conclua a realização da prova.

4.8. - Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

a) Apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;

b) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo.

4.9. - O resultado da prova prática será divulgado no Mural do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Duque de Caxias, 789 e no site: www.saolourenco.sc.gov.br, a partir do dia 10 novembro de 2015.

4.10. - Da Comissão de Avaliação da Prova Prática:

4.10.1. - A Comissão de Avaliação da prova prática será composta de no mínimo três pessoas com conhecimento comprovado na área.

4.10.2. - Por tratar-se de serviço público relevante, os serviços prestados pela Comissão de Avaliação de Prova Prática não serão remunerados.

5. DA CLASSIFICAÇÃO:

5.1. - A classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidos aos critérios descritos a seguir, de acordo com a pontuação atribuída:

5.1.1. - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem como EDUCADOR SOCIAL I, II, III, V e VI:

- a) Certificado de curso de Especialização: 100 pontos;
- b) Certificado de curso de Especialização Mestrado: 200 pontos;
- c) Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área específica: 01 ponto para cada 20 horas de curso, realizados nos anos de 2010 a 2015.
- d) Comprovante de tempo de serviço atualizado, por período, na área de formação, com data de início e fim: 01 ponto para cada mês de serviço prestado;
- e) Comprovante de tempo de serviço na área social: 02 pontos para cada mês de serviço prestado.

5.1.2. - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem como INSTRUTOR SOCIAL I:

- a) Aprovação da prova prática;
- b) Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área específica: 01 ponto para cada 20 horas de curso, realizados nos anos de 2010 a 2015.
- c) Comprovante de tempo de serviço atualizado, por período, relacionado às atribuições prescritas para o cargo, com data de início e fim: 01 ponto para cada mês de serviço prestado.
- d) Comprovante de tempo de serviço na área social: 02 pontos para cada mês de serviço prestado.

5.1.3. - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem como INSTRUTOR SOCIAL II:

- a) Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área específica: 01 ponto para cada 20 horas de curso, realizados nos anos de 2010 a 2015.
- b) Comprovante de tempo de serviço atualizado, por período, relacionado às atribuições prescritas para o cargo, com data de início e fim: 01 ponto para cada mês de serviço prestado.
- c) Comprovante de tempo de serviço na área social: 02 pontos para cada mês de serviço prestado.

6. DO DESEMPATE:

6.1. - Verificada a ocorrência de empate, após a aplicação dos critérios de classificação definidos no item 4 deste Edital, o desempate será feito a partir dos seguintes critérios:

- a) Maior pontuação ligada ao tempo de serviço na área social;
- b) Maior idade;

7. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO:

7.1. - As listas classificatórias serão divulgadas no Mural do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Duque de Caxias, 789, no site: www.saolourenco.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no Diário Oficial do Estado e Diário de Circulação Regional, a partir da data de 17 de novembro de 2015.

8. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO:

8.1. - O candidato terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da data da divulgação, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão de Processo Seletivo, através de requerimento, cuja resposta será dada através de comunicação oficial.

8.2. - Não será permitido o fornecimento de cópias da documentação de outros candidatos.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO:

9.1. - Após o período de reconsideração previsto no item 7.1, o Chefe do Poder Executivo homologará a classificação final do Processo Seletivo, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, site oficial do Município, no mural do Centro Administrativo, no Diário Oficial do Estado e Diário de Circulação Regional.

10. DA ADMISSÃO:

10.1. - A partir da homologação do resultado, obedecida a ordem de classificação e após o (a) candidato (a) ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá a vaga conforme necessidade dos programas sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

10.2. - Para fins de admissão, o profissional, quando convocado para o preenchimento de vaga deverá, no prazo de dois dias, apresentar-se na Gerência de Recursos Humanos, sita no Centro Administrativo Municipal, munido dos seguintes documentos:

10.2.1. - Cópias e originais:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- c) Comprovante de quitação militar (quando for o caso);
- d) CPF;
- e) Certidão de nascimento ou casamento;
- f) Certidão de nascimento dos filhos;
- g) Comprovante de habilitação na área de atuação (conforme detalhado no item 3.1.1);
- h) Endereço atualizado (conta de água, luz ou telefone);
- i) Nº do PIS ou PASEP;
- j) Nº Conta em Banco local;
- k) Tipagem sanguínea;

- m) Registro no Conselho de Classe para os cargos de Educador Social I, V e VI.
n) Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B" para os cargos de Instrutor Social I e II;

10.2.2. - Originais:

- a) Atestado de Saúde Física e Mental;
b) Declaração de Bens;
c) Declaração de Não Acumulação de Cargo/Função;
d) Declaração de Dependentes (citando o nome e a data de nascimento);
e) Folha Corrida Judicial para Efeitos Criminais (Fórum);
f) 01 foto 3 x 4 recente.

10.3. - É vedada a contratação de candidato que não possuir 18 (dezoito) anos de idade.

10.4. - O servidor admitido mediante o presente processo seletivo será submetido ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Lourenço do Oeste (Lei Complementar nº 118/2010), no que couber, e às disposições da Lei Complementar nº 123/2010, sujeitando-se ao Regime Geral de Previdência Social, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. - Este Processo Seletivo terá validade da data de sua assinatura, até 20 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por 01 (um) ano.

11.2. - Os contratos, originários, deste processo seletivo, terão vigência até o dia 20 de dezembro do exercício financeiro em que forem firmados, podendo ser prorrogados por 01 (um) ano.

11.3. - O Município poderá revogar ou rescindir as contratações oriundas deste Processo Seletivo, a qualquer tempo, na hipótese de verificação de descumprimento das obrigações relativas ao cargo ou ineficácia no exercício das atribuições, sempre a bem do interesse público, com base em critérios de conveniência e oportunidade.

11.4. - Na hipótese de serem extintos os Programas Sociais, objeto deste Processo Seletivo, restarão extintas as vagas previstas neste Edital, sendo que o Município poderá encerrar os contratos de trabalho decorrentes do presente Processo Seletivo em qualquer tempo.

11.5. - O Prefeito Municipal, antes de qualquer nomeação, a bem do interesse público, se reserva o direito de anular o Processo Seletivo.

11.6. - Eventuais alterações na legislação municipal, relativas as normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente edital, serão automaticamente incorporadas a partir da sua vigência.

11.7. - A carga horária inicialmente contratada poderá sofrer alteração, para mais ou para menos, conforme as necessidades da Administração e o interesse público devidamente justificado.

11.7.1. - As alterações ocorridas na jornada normal de trabalho dos servidores contratados nos termos deste Edital e da LC 123/2010, sofrerão proporcional redução ou acréscimo remuneratório.

11.8. - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo, de forma a não prejudicar o nível de habilitação dos profissionais, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste Edital.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA EDUCADOR SOCIAL INSTRUTOR SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSCRIÇÃO Nº

Nome do Candidato: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Estado Civil: _____

Carteira de Identidade (RG) _____ CPF: _____

Telefone: Residencial: _____ Celular: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Escolaridade: _____ Estuda: () Sim () Não

Formação: _____ Cargo Inscrição: _____

O candidato entregou a seguinte documentação:

() Fotocópia do RG (autenticada);

() Fotocópia do CPF (autenticada);

() Fotocópia do título de eleitor e quitação eleitoral;

() Comprovante de quitação militar (quando for o caso);

() Comprovante de formação na área de atuação;

() Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área de atuação (____ quantidade de certificados);

() Comprovante de tempo de serviço na área de formação;
() Comprovante de tempo de serviço relacionado às atribuições prescritas para o cargo
() Comprovante de tempo de serviço na área social;
Declaro conhecer as disposições do Edital de Processo Seletivo nº 003/2015.

Por ser verdade, o acima exposto confirmo minha inscrição:

Assinatura: _____

São Lourenço do Oeste, em _____ de outubro de 2015.

Comprovante de Inscrição Realizada sob nº _____

São Lourenço do Oeste, _____ de outubro de 2015.

Responsável pelo recebimento dos documentos

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EXT. CONTRATO 136.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 136/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2015
PREGÃO PRESENCIAL 91/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS
DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL,
EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES DAS UNIDADES
ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA
AABB COMUNIDADE, PARA O PERIODO DE 04 MESES,
DE ACORDO COM O EDITAL.
CONTRATADO: A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA - ME
VALOR: 62.067,07
VIGÊNCIA: 04 meses
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: MOISES LUIZ BOFF
São Miguel do Oeste, SC., 02 de outubro de 2015

EXT. CONTRATO 137.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 137/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2015
PREGÃO PRESENCIAL 91/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS
DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL,
EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES DAS UNIDADES
ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA
AABB COMUNIDADE, PARA O PERIODO DE 04 MESES,
DE ACORDO COM O EDITAL.
CONTRATADO: AÇOUGUE E MERCADO KLEIN LTDA
VALOR: 51.670,50
VIGÊNCIA: 04 meses
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: LAURINDO SOARES BORGES
São Miguel do Oeste, SC., 02 de outubro de 2015

EXT. CONTRATO 138.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 138/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2015
PREGÃO PRESENCIAL 91/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS
DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL,
EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES DAS UNIDADES
ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA
AABB COMUNIDADE, PARA O PERIODO DE 04 MESES,
DE ACORDO COM O EDITAL.
CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
- EPP
VALOR: 34.986,20
VIGÊNCIA: 04 meses
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: RENATA RAQUEL AHFL DOS SANTOS
São Miguel do Oeste, SC., 02 de outubro de 2015

EXT. CONTRATO 139.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 139/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2015
PREGÃO PRESENCIAL 91/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS
DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL,
EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES DAS UNIDADES
ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA
AABB COMUNIDADE, PARA O PERIODO DE 04 MESES,
DE ACORDO COM O EDITAL.
CONTRATADO: DAIANE PICININI - ME
VALOR: 38.593,00
VIGÊNCIA: 04 meses
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: DAIANE PICININI
São Miguel do Oeste, SC., 02 de outubro de 2015

EXT. CONTRATO 140.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 140/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2015
PREGÃO PRESENCIAL 91/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS
DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL,
EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES DAS UNIDADES
ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA
AABB COMUNIDADE, PARA O PERIODO DE 04 MESES,
DE ACORDO COM O EDITAL.
CONTRATADO: EDASA ATACADO E DISTRIBUIDORA DE
ALIMENTOS LTDA - EPP
VALOR: 149.661,10
VIGÊNCIA: 04 meses
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: NELSO LISAKI
São Miguel do Oeste, SC., 02 de outubro de 2015

EXT. CONTRATO 141.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 141/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2015
PREGÃO PRESENCIAL 91/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS
DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL,
EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES DAS UNIDADES
ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA
AABB COMUNIDADE, PARA O PERIODO DE 04 MESES,
DE ACORDO COM O EDITAL.
CONTRATADO: ELIRIA MARIA KORB CAVALLI - ME
VALOR: 34.893,50
VIGÊNCIA: 04 meses
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: ADRIANE C K MARTELLO
São Miguel do Oeste, SC., 02 de outubro de 2015

EXT. CONTRATO 142.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 142/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2015

PREGÃO PRESENCIAL 91/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA ABB COMUNIDADE, PARA O PERÍODO DE 04 MESES, DE ACORDO COM O EDITAL.

CONTRATADO: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
VALOR: 33.965,55

VIGÊNCIA: 04 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: GISELE DOS SANTOS

São Miguel do Oeste, SC., 02 de outubro de 2015

EXT. CONTRATO 142.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 142/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2015

PREGÃO PRESENCIAL 91/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA ABB COMUNIDADE, PARA O PERÍODO DE 04 MESES, DE ACORDO COM O EDITAL.

CONTRATADO: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
VALOR: 33.965,55

VIGÊNCIA: 04 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: GISELE DOS SANTOS

São Miguel do Oeste, SC., 02 de outubro de 2015

EXT. CONTRATO 143.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 143/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2015

PREGÃO PRESENCIAL 89/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICOS, ELÉTRICO E DEMAIS NECESSARIOS A REALIZAÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA EMEIEF ATILIO CALZA, DO BAIRRO SANTA RITA, COM ÁREA ESTIMADA DE 570M², DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: A&C ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - ME
VALOR: 14.400,00

VIGÊNCIA: 60 dias

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: CAMILA KUTSCHER TONELLO

São Miguel do Oeste, SC., 05 de outubro de 2015

EXT. PROC. 139.2015 PR 93.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Sr. Prefeito Municipal o Sr. João Carlos Valar, leva ao conhecimento dos interessados que fará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Aquisição de mobiliário em geral destinado para a utilização das novas salas de aula da Escola EMEIEF Emma Balke, do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I

Entrega dos envelopes: Até às 9:45hs do dia 29 de outubro de 2015.

Abertura: às 10hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 14 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

EXT. PROC. 31.2015 PR 22.2015 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2015

PREGÃO PRESENCIAL 22/2015

O fundo Municipal de Assistência Social, a partir de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, Menor Preço por Item

OBJETO: Aquisição de móveis em geral, bebedouro, forno elétrico e demais equipamentos destinados para o Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor e para o Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, de acordo com anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 7h45min do dia 03 de novembro de 2015.

Abertura: às 8hs do mesmo dia

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 15 de outubro de 2015.

CLAUDETE MARIA DE O FABIANI

Gestor do Fundo

EXT. PROC. 32.2015 PR 23.2015 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2015

PREGÃO PRESENCIAL 23/2015

O fundo Municipal de Assistência Social, a partir de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, Menor Preço por Item

OBJETO: Aquisição de bolas de vôlei, futebol e demais materiais esportivos destinados para o atendimento nos serviços socioassistenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 10h45min do dia 03 de novembro de 2015.

Abertura: às 11hs do mesmo dia

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 14 de outubro de 2015.

CLAUDETE MARIA DE O FABIANI

Gestor do Fundo

EXT. PROC. 33.2015 PR 24.2015 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015

PREGÃO PRESENCIAL 24/2015

O fundo Municipal de Assistência Social, a partir de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, Menor Preço por Item

OBJETO: Contratação de profissional para trabalhar na oficina de música, violão e percussão, destinadas as crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, que participam do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, para o exercício de 2015, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 7h45min do dia 29 de outubro de 2015.

Abertura: às 8hs do mesmo dia

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 14 de outubro de 2015.

CLAUDETE MARIA DE O FABIANI

Gestor do Fundo

EXT.CONTRATO 144.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 144/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2015

PREGÃO PRESENCIAL 90/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO COM MESAS E CADEIRAS, ORNAMENTAÇÃO E COFFEE BREAK PARA O IX SEMINÁRIO DE TRÂNSITO PROMOVIDO PELA 13ª CIRETRAN QUE SERÁ REALIZADO DE 30/10/2015 A 01/11/2015 EM SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CFE

CONVÊNIO DE TRÂNSITO 2013TN003171 E LEI MUNICIPAL Nº 4.727/2011, DE ACORDO COM O EDITAL.

CONTRATADO: CLARICE JAROCKSKI PICININI EIRELI - ME
VALOR: 2.190,00

VIGÊNCIA: 60 dias

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: CLARICE JAROCKSKI PICININI EIRELI
São Miguel do Oeste, SC., 05 de outubro de 2015

EXT.CONTRATO 145.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 145/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2015

PREGÃO PRESENCIAL 90/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO COM MESAS E CADEIRAS, ORNAMENTAÇÃO E COFFEE BREAK PARA O IX SEMINÁRIO DE TRÂNSITO PROMOVIDO PELA 13ª CIRETRAN QUE SERÁ REALIZADO DE 30/10/2015 A 01/11/2015 EM SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CFE

CONVÊNIO DE TRÂNSITO 2013TN003171 E LEI MUNICIPAL Nº 4.727/2011, DE ACORDO COM O EDITAL.

CONTRATADO: CHOPERIA CHOPP CHAPLIN LTDA - ME
VALOR: 11.770,00

VIGÊNCIA: 60 dias

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: AIRTO MOSS

São Miguel do Oeste, SC., 05 de outubro de 2015

EXT.CONTRATO 146.2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 146/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2015

PREGÃO PRESENCIAL 92/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO COM MESAS E CADEIRAS, ORNAMENTAÇÃO E COFFEE BREAK PARA O IX SEMINÁRIO DE TRÂNSITO PROMOVIDO PELA 13ª CIRETRAN QUE SERÁ REALIZADO DE 30/10/2015 A 01/11/2015 EM SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CFE

CONVÊNIO DE TRÂNSITO 2013TN003171 E LEI MUNICIPAL Nº 4.727/2011, DE ACORDO COM O EDITAL.

CONTRATADO: TRANS MAESTRI LTDA ME
VALOR: 7.000,00

VIGÊNCIA: 60 dias

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: MARCIO MAESTRI

São Miguel do Oeste, SC., 07 de outubro de 2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 34/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 34/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 04/2015

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir de sua Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto a Contratação locação do imóvel da casa com área total de 379,07m² sob matrícula nº 43.453, sito a Rua Javari, nº 201, destinado para as instalações do Creas, para o período de 12 meses, conforme Laudo de Avaliação da Comissão, prorrogáveis conforme a necessidade/conveniência da Administração Pública e acordo entre as partes nos termos da lei nº 8.666/93. Contratado: Antônio Luiz Paganini. Valor Mensal de R\$ 2.800,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtida junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sita a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312005.

São Miguel do Oeste – SC, 14 de outubro de 2015.

Claudete Maria de Oliveira Fabiani

Gestora do Fundo

Schroeder

PREFEITURA

CONVITE - AUDIÊNCIA PÚBLICA - APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

O Prefeito Municipal de Schroeder, Excelentíssimo Senhor Osvaldo Jurck e o Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças, Senhor Elmer Sandro Quadros, convidam todos os interessados para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, para Aprovação do Diagnóstico e Revisão do Plano Diretor do Município de Schroeder.

DATA: 29 de outubro de 2015 (quinta-feira)

HORÁRIO: 19h

LOCAL: CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

Rua Paulo Jahn, 245 – Schroeder – SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 309/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 309/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 99/2015-PMS - Processo nº. 234/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: AUTO MECÂNICA PROCHNOW LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.760.540/0001-73, estabelecida na Rua Pastor Albert Schnieder, nº 1000, Bairro Barra do Rio Cerro, na Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.260-300.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para revisão de 50.000 quilômetros e troca de peças da viatura Ford/Fiesta, placa MJZ 7728, da Polícia Civil do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Bateria 45pd free	1	Unidade	233,00	233,00
02	Cabo terra	1	Unidade	24,90	24,90
03	Aditivo radiador	2	Unidade	29,50	59,00
04	Valcula termostática eletr. Comp(crpc)	1	Unidade	330,00	330,00
05	Abraçadeira media diversos	7	Unidade	2,10	14,70
06	Correia micro v (crpc)	1	Unidade	69,00	69,00
07	Jogo reparo bico	1	Unidade	18,90	18,90
08	Filtro ar	1	Unidade	32,00	32,00
09	Filtro combustível	1	Unidade	23,50	23,50
10	Filtro ar condicionado	1	Unidade	30,00	30,00
11	Filtro óleo motor	1	Unidade	21,50	21,50
12	Óleo motor 5w30 sintético	4,5	Unidade	33,50	150,75
13	Jogo palheta siliconada dianteira	1	Unidade	64,00	64,00
14	Palheta traseira	1	Unidade	38,00	38,00
15	Descarbonizante spray	1	Unidade	25,50	25,50
16	Jogo vela flex rocan orig.	1	Unidade	96,00	96,00
17	Jogo cabo de velas (crpc)	1	Unidade	112,00	112,00

18	Bucha estabilizador (crpc)	2	Unidade	39,90	79,80
19	Biela suspensão dianteira orig.	2	Unidade	59,00	118,00
20	Pastilha limpa parabrisas	1	Unidade	8,50	8,50
21	Material de limpeza	1	Unidade	15,00	15,00
22	Serviço diagnóstico e programação ECU	1	Unidade	60,00	60,00
23	Limpeza de 04 válvulas injetoras	1	Unidade	65,00	65,00
24	Serviço troca fluido freio dot 4	1	Unidade	80,00	80,00
25	Geometria	1	Unidade	40,00	40,00
26	Balanceamento de pneus roda ferro	4	Unidade	7,50	30,00
27	Serviço higienização ar condicionado	1	Unidade	75,00	75,00
28	Mão de obra mecânica ref diversos	1	Unidade	385,00	385,00
TOTAL R\$					2.299,05

Valor do contrato: R\$ 2.299,05 (Dois mil, duzentos e noventa e nove reais e cinco centavos).

Data da Assinatura: 14/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO Nº 011/2015 SMS

NOTIFICAÇÃO Nº 11/2015 SMS

Processo Licitatório nº. 147/2015

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 72/2015

Fica a empresa Blu Distribuidora de Papelaria EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.667.876/0001-75, estabelecida na Rua Pereira Oliveira, nº 85, Galpão 2, Velha, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.036-350, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 261/2015 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordem de Compra, cujo empenho nº 1992/15 não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobede- cido
1992/15	Item 47 – Papel higiênico especial, super branco, folha dupla, neutro com no mínimo 30 m. Fardo com 64 rolos.	07/10/15	13/10/15.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 14 de outubro de 2015.

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde.

A

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI.

CNPJ nº. 12.667.876/0001-75.

(47) 3329-2221.

ANULAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICÍPIO DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**CONCORRÊNCIA**
Nr.: 3/2015 - CCProcesso Administrativo:
Processo de Licitação: 135/2015
Data do Processo: 08/07/2015

Objeto: Outorga de concessão onerosa da "PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, DO MUNICÍPIO SCHROEDER conforme lei municipal 1.807/2010 e itinerário, regulamento dos serviços e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 11 / 2015

Motivo: O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta.

Schroeder, 14 de Outubro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DA CONCORRÊNCIA Nº 03/2015-PMS, SEQUENCIA 02

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 3/2015 - CC
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 135/2015 Data do Processo: 08/07/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 175/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Outorga de concessão onerosa da "PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, DO MUNICÍPIO SCHROEDER conforme lei municipal 1.807/2010 e itinerário, regulamento dos serviços e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório

A comissão reuniu-se para abertura da licitação. Para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo pela segunda vez no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no Diário da União e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder / SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 14 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Eloir José Wendt	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Natália Kersten Brumuller	- - Membro Suplente

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015-FMS- SEQUENCIA 01

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 31/2015 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 67/2015
 Data do Processo: 18/09/2015

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada em seguro para o veículo Fiat Strada Working, ano 2015, modelo 2016, placa QHG9536 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 54/2015 (Sequência: 1)

Ao(s) 14 de Outubro de 2015, às 14:15 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6154/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 67/2015, Licitação nº 31/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e GENTE SEGURADORA, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e GENTE SEGURADORA, está credenciado para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e GENTE SEGURADORA. Sendo constatado que a proposta apresentada pela empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, não estava assinada, mas o representante presente possui poderes para assinar em nome da empresa, o mesmo assim a proposta comercial apresentada. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O representante da empresa GENTE SEGURADORA manifesta intenção de recurso devido a proposta comercial da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS apresentada não atender o item 6.1.6, sendo que o credenciado foi autorizado pela pregoeira a assinar a proposta, após abertura do envelope. Diante do exposto, abre-se prazo recursal e encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Participante: 9489 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de empresa especializada em seguro do veículo, Fiat Strada ano 2015; modelo 2016 0.70T/86CV/2 passageiros; álcool/gasolina, nº do chassi 9BD578140GB033567, placa QHG 9536. Seguro contra colisão, incêndio e roubo ou furto; danos materiais, corporais, morte, invalidez permanente, vidros, assistência 24 horas com carro reserva até 15 dias; reboque acima de 300 km. Coberturas: <input type="checkbox"/> Danos Materiais 100.000,00; Danos Corporais 200.000,00; Danos Morais 30.000,00; Morte 10.000,00; Invalidez 10.000,00. Franquia Normal Tabela FIPE 100%	UN	1,00		0,0000	431,00	431,00

Total do Participante -----> 431,00

Total Geral -----> 431,00

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2015 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 67/2015 Processo de Licitação: 18/09/2015 Data do Processo:
		Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 14 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

- | | | |
|---------------------------|---------|-------------------|
| Daniela Samulescki | - | - Pregoeiro(a) |
| Ivandra de Souza | - | - Equipe de Apoio |
| Andreia Nass Friedemann | - | - Equipe de Apoio |
| Valderi Rocha de Camargo | - | - Equipe de Apoio |
| Natália kersten Brumuller | - | - Equipe de Apoio |

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- | | | |
|------------------|---------|-----------------|
| Airton Passold | - | - Representante |
| Eozemar de Souza | - | - Representante |

DISPENSA Nº 99/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 99/2015 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 234/2015 Data: 13/10/2015
Folha: 1/2	

Fornecedor: AUTO MECANICA PROCHNOW LTDA - ME Endereço: R PASTOR ALBERT SCHNEIDER, 1000 Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 00.760.540/0001-73	Código: 9151 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para revisão de 50.000 quilômetros e troca de peças da viatura Ford/Fiesta, placa MJZ 7728, da Polícia Civil do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Bateria 45pd free	UN	233,00	233,00
2	1,00	Cabo terra	UN	24,90	24,90
3	2,00	ADITIVO RADIADOR	UN	29,50	59,00
4	1,00	Valcula termostática eletr. Comp(crpc)	UN	330,00	330,00
5	7,00	Abraçadeira media diversos	UN	2,10	14,70
6	1,00	Correia micro v (crpc)	UN	69,00	69,00
7	1,00	Jogo reparo bico	UN	18,90	18,90
8	1,00	Filtro ar	UN	32,00	32,00
9	1,00	FILTRO COMBUSTIVEL	UN	23,50	23,50
10	1,00	Filtro ar condicionado	UN	30,00	30,00
11	1,00	Filtro óleo motor	UN	21,50	21,50
12	4,50	Óleo motor 5w30 sintético.	UN	33,50	150,75
13	1,00	Jogo palheta siliconada dianteira	UN	64,00	64,00
14	1,00	Palheta traseira	UN	38,00	38,00
15	1,00	Descarbonizante spray	UN	25,50	25,50
16	1,00	Jogo vela flex rocan orig.	UN	96,00	96,00
17	1,00	Jogo cabo de velas (crpc)	UN	112,00	112,00
18	2,00	Bucha estabilizador (crpc)	UN	39,90	79,80
19	2,00	Biela suspensão dianteira orig.	UN	59,00	118,00
20	1,00	Pastilha limpa parabrisas	UN	8,50	8,50
21	1,00	MATERIAL DE LIMPEZA	UN	15,00	15,00
22	1,00	Serviço diagnóstico e programação ECU	UN	60,00	60,00
23	1,00	Limpeza de 04 válvulas injetoras	UN	65,00	65,00
24	1,00	Serviço troca fluido freio dot 4	UN	80,00	80,00
25	1,00	Geometria	UN	40,00	40,00
26	4,00	Balanceamento de pneus roda ferro	UN	7,50	30,00
27	1,00	Serviço higienização ar condicionado	UN	75,00	75,00
28	1,00	Mão de obra mecânica ref diversos	UN	385,00	385,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 99/2015 - DL**

Processo Nr.: 234/2015
Data: 13/10/2015

Folha: 2/2

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

A dispensa justifica-se em razão da urgência da revisão já que a não realização de tais serviços prejudica o bom desempenho do veículo e, conseqüentemente, dos serviços prestados a sociedade. Verifica-se que a quilometragem do veículo já excedeu aquela sugerida pela Fabricante do veículo para revisão, isto é, 50.000 quilômetros. Além disso, como o recebimento dos pedidos de licitações junto a Prefeita de Schroeder encerra no dia 15 de outubro de 2015 e como não há efetivo policial na respectiva delegacia para realização e agilidade dos devidos procedimentos licitatórios torna-se necessária a contratação. Ressalta-se que poderá haver danificação do veículo caso não seja realizada a revisão ainda este ano.

Schroeder, 13 de Outubro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

9/10/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 9 de Outubro de 2015

Valor da Despesa: 2.299,05 (dois mil duzentos e noventa e nove reais e cinco centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

CÂMARA MUNICIPAL**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N. 002/2015**

TOMADA DE PREÇO N. 002/2015

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Processo de Licitação: 002/2015

Data do Processo: 13/10/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Senhor Presidente, Adriano Kath, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei N. 8.666/93 e alterações posteriores, à vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo n. 002/2015

b) Licitação n. 002/2015

c) Modalidade: Tomada de Preço

d) Data da Homologação: 14/10/2015

e) Data da Adjudicação: 14/10/2015

f) Objeto da Licitação: Contratação, por menor preço global, de empresa especializada para o fornecimento de licenças de uso de sistemas de gestão pública municipal nas áreas de CONTABILIDADE PÚBLICA, PATRIMÔNIO PÚBLICO, FOLHA DE PAGAMENTO E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, para toda a estrutura da Câmara Legislativa Municipal.

g) Fornecedor e Item Vencedor:

(em reais R\$)

Preço global

BETHA SISTEMAS LTDA R\$ 26.165,00

Schroeder, 14 de outubro de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Adriano Kath - Presidente

Serra Alta

PREFEITURA

RELATÓRIO DAS COMPRAS MÊS 09-2015/ PMSA

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTARelação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INGESP CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTI	<p>PONTUAÇÃO QUESITO "A"</p> <p>Índices Contábeis/Financeiros:</p> <p>Índice de Liquidez Corrente</p> <p>1,00 ? ILC < 2,001 Ponto</p> <p>ILC > 2,00mais 2 Pontos</p> <p>Obs.: Não será pontuado ILC < 1,00</p> <p>Índice de Liquidez Geral</p> <p>1,00 ? ILG < 3,001 Ponto</p> <p>ILG > 3,00mais 2 Pontos</p> <p>Obs.: Não será pontuado ILG < 1,00</p> <p>(Pontuação máxima que poderá ser obtida nesse quesito = 6 pontos)</p> <p>PONTUAÇÃO QUESITO "B"</p> <p>Apresentação de 01 (um) atestado de construção de edificações residenciais verticais e/ou horizontais, onde será considerado que o maior atestado (metragem) apresentado (por empresa) terá nota máxima, diminuindo em 01(um) ponto para o segundo colocado e assim sucessivamente.</p> <p>PONTUAÇÃO QUESITO "C"</p> <p>Comprovação de que a empresa esta certificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), na especialidade técnica de execução de obras de construção civil, no Subsetor Edificações:</p> <p>Nível "A" = 2 pontos</p> <p>Nível "B" = 1,5 pontos</p> <p>Nível "C" = 1 ponto</p> <p>Nível "D" = 0,50 ponto</p> <p>ARMARIO COM 2.250M ALTURA X 500CM PROFUNDIDADE X 257CM LARGURA, TODO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MDF NA ESPESSURA DE 15MM NA COR BRANCO TX, COM FORRO DE 6MM, PE DE ALUMINIO DE 100CM, DIVISÃO INTERNA COM 4 PRATELEIRAS COM 10 NICHOS INTERNOS, TOTALIZANDO 51,8CM DE ALTURA CADA NICHOS. LADO DIREITO DO NICHOS DEVERA CONTER 4 PRATELEIRAS.</p> <p>BALCAO DE 1.240M DE LARGURA X 500CM PROFUNDIDADE X ALTURA DE 800CM, TODO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MDF NA ESPESSURA DE 15MM NA COR BRANCO TX, COM FORRO 6MM, COM RODIZIO DE SILICONE, 3 PORTAS COM PUXADOR DE ALUMINIO E COM PRATELEIRAS DENTRO, COM 02 NICHOS.</p> <p>ARMÁRIO CONFECCIONADO EM MDF NA COR BRANCO TX, COM AS SEGUINTES MEDIDAS: 2000M LARGURA X 400CM PROFUNDIDADE X 2100M ALTURA, COM CHAPA NA ESPESSURA DE 15MM, FORRO DE 6MM, PEZINHO DE 100CM DE ALUMINIO. AS DIVISÓRIAS SERÃO DE 15MM, SENDO 25 PORTAS CADA UMA, COM CHAVE E PUXADOR DE ALUMINIO. TOTALIZANDO 25 NICHOS INTERNOS</p> <p>ARMARIO CONFECCIONADO EM MDF NA COR BRANCO TX, COM AS SEGUINTES MEDIDAS: 2250M ALTURA X 500CM PROFUNDIDADE X 2570 LARGURA, COM CHAPA DE MDF NA ESPESSURA DE 15MM, NA COR BRANCO TX, COM FORRO DE 6MM, COM PE DE ALUMINIO 10CM COM 3 PRATELEIRAS E 10 NICHOS DE 15MM.</p>	1,000	3,0000	3,00	
INGESP CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTI			1,000	8,0000	8,00
INGESP CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTI			1,000	2,0000	2,00
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME		1987	1,000	610,0000	610,00
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME		1987	1,000	790,0000	790,00
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME		1987	1,000	490,0000	490,00
LINDOMAR GALVAN & CIA LTDA		1986	1,000	1.530,0000	1.530,00
LINDOMAR GALVAN & CIA LTDA		1986	1,000	730,0000	730,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

Página: 2/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LINDOMAR GALVAN & CIA LTDA	ARMÁRIO DE 2200M ALTURA X 500CM PROFUNDIDADE X 1570M DE LARGURA TODO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MDF NA ESPESSURA DE 15MM NA COR BRANCO TX, COM FORRO DE 6MM, COM PÉ DE ALUMÍNIO 10CM COM 3 PRATELEIRAS DENTRO E 10 NICHOS DE 50.5CM DE ALTURA.	1986	1,000	670,0000	670,00
LINDOMAR GALVAN & CIA LTDA	ARMÁRIO DE 2250M ALTURA X LARGURA DE 1500 X PROFUNDIDADE 530CM, TODO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MDF NA ESPESSURA DE 15MM NA COR BRANCO TX, COM FORRO 6MM, PÉ DE ALUMÍNIO DE 10CM, COM 3 PRATELEIRAS DENTRO E COM 10 NICHOS DE 51.5CM DE ALTURA.	1986	1,000	600,0000	600,00
LINDOMAR GALVAN & CIA LTDA	BALCÃO COM 1.800M DE LARGURA X 530CM PROFUNDIDADE X ALTURA DE 100CM, TODO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MDF NA ESPESSURA DE 15MM NA COR BRANCO TX, COM FORRO DE 6MM COM 2 PORTAS DE CORRER COM DIVISÃO INTERNA DE 1 PRATELEIRA COM MAIS DOIS NICHOS EMBAIXO, COM TAMPO DE 25MM, COM TRILHOS DE CORRER EM ALUMÍNIO E COM PÉ DE ALUMÍNIO 100CM.	1986	1,000	740,0000	740,00
LINDOMAR GALVAN & CIA LTDA	BALCÃO COM 217CM LARGURA X 800CM ALTURA MAIS RODIZIO COM PROFUNDIDADE DE 500CM, COM FORRO DE 6MM MDF, TODO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MDF NA ESPESSURA DE 15MM NA COR BRANCO TX, COM TAMPO DE 25MM, RODIZIO DE SILICONE.	1986	1,000	400,0000	400,00
LINDOMAR GALVAN & CIA LTDA	BALCÃO DE 1660M LARGURA X 450CM DE PROFUNDIDADE X 800CM ALTURA, COM PÉ ALUMÍNIO, CHAPA DE MDF NA ESPESSURA DE 15MM, COM FORRO DE 6MM, COM 4 PORTAS, PUXADOR DE ALUMÍNIO E PRATELEIRAS DENTRO MAIS DIVISÓRIAS, NA COR BRANCO TX.	1986	1,000	500,0000	500,00
LINDOMAR GALVAN & CIA LTDA	BALCÃO DE 1700M LARGURA X 600CM PROFUNDIDADE X 800CM ALTURA COM 4 PORTAS, COM CHAPA DE MDF NA ESPESSURA DE 15MM NA COR BRANCO TX, COM FORRO DE 6MM E RODIZIO DE SILICONE DE 8CM, COM PUXADOR ALUMÍNIO.	1986	1,000	480,0000	480,00
LINDOMAR GALVAN & CIA LTDA	BALCÃO DE 2220M LARGURA X 400CM DE PROFUNDIDADE X 1100M ALTURA, NA COR BRANCO TX, COM PÉ DE ALUMÍNIO 10CM, UMA PRATELEIRA COM 15MM COM 5 NICHOS TODO CONFECCIONADO EM CHAPA DE MDF NA ESPESSURA DE 15MM.	1986	1,000	280,0000	280,00
Total Geral do Mês —>					7.833,00

Timbó

PREFEITURA

AVISO ERRATA PREGÃO PRESENCIAL N.º 09 2015 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EDITAL DE Pregão PRESENCIAL Nº 09/2015 – SAMAE
AVISO DE ERRATA

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE informa aos interessados que no Aviso de Edital de Pregão Presencial n.º 09/2015 SAMAE, publicado no Diário Oficial dos Municípios/SC, em 13 de outubro de 2015, edição nº 1846, Página 411, constou informação equivocada quanto à data de entrega dos envelopes e abertura da sessão. Portando, onde lê-se 21 de outubro de 2015, leia-se 26 de outubro de 2015.

TIMBÓ/SC, 14/10/2015
ROSE MERY DALCANALE
Central de Licitações

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 63 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 63 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "RAFAEL MANTAI", situado no lado ímpar da Rua Araponguinhas, esquina formada com o lado par da Rua Figueira, com a área de 23.367,73m² (Vinte e três mil, trezentos e sessenta e sete metros e setenta e três decímetros quadrados), processo D-021/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente RAFAEL MANTAI, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 5.478, datado de 21 de agosto de 2015 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional Rafael Constante, Técnico em Agrimensura, CREA/SC 056589-2, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 23.002, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.09.066.1864.001, constituído de 04 (quatro) lotes e mais uma área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 08 de outubro de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.
Município de Timbó

CERTIDÃO Nº 64 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

CERTIDÃO Nº 64 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

ALTERA dispositivo da Certidão nº 035, de 23 de março de 2015, com a seguinte descrição:

"Área a Desmembrar nº 01 (um) - com área de 1.253,67m² (Hum mil, duzentos e cinquenta e três metros e sessenta e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Rio de Janeiro, esquina formada com o lado ímpar da Olinda; estremando na frente em 35,96 metros com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; fundos estrema em 42,12 metros com a área a desmembrar nº 03; lado direito estrema em 9,45 metros com a curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro com o lado ímpar da Rua Olinda, e em 23,98 metros com o lado ímpar da Rua Olinda; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com a área a desmembrar nº 02. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi", com uma área total de 111,09m², de 3,00 metros de largura de ambas as margens da vala pública de drenagem de esgotos e águas servidas, com a seguinte descrição: estremando na frente em 7,06 metros com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; fundos estrema em 9,32 metros com a área a desmembrar nº 02; lado direito estrema em linha sinuosa de 24,47 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em linha sinuosa de 12,70 metros com terras do proprietário."

Ficam ratificados os demais termos.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 13 de outubro de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
Município de Timbó

DECRETO NO 3955, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO No 3955, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

Estabelece, em caráter excepcional, horário especial de trabalho e expediente nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó, no período de 19 de outubro de 2015 a 19 de fevereiro de 2016.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, inciso VII, c/c art. 70, inciso I, alínea "n" da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Complementares no 01/93, 137/98, 196/2000 e 212/2001, e;

Considerando que compete ao Chefe do Poder Executivo estabelecer a organização e o funcionamento dos órgãos da administração pública, de forma a garantir a economicidade e eficiência do serviço prestado, consoante preconiza o artigo 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Timbó, c/c artigo 37 da Carta Magna Republicana;

Considerando que a jornada de trabalho do servidor é compreendida através do número de horas imposta, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos em Lei e mediante a necessidade da Administração, conforme estabelecem os artigos 212, §1º da Lei Complementar n. 01/93 e artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988;

Considerando que as peculiaridades dos serviços prestados pelas Secretarias, impelem a necessidade de adoção de regime especial de trabalho;

Considerando a necessidade permanente de adoção de medidas que resultem na redução de despesas, buscando zelar pela economia de recursos públicos;

Considerando que os estudos efetuados pela Controladoria Interna desta municipalidade apontam como medida a atender ao princípio da economicidade no serviço público, sem comprometer a sua eficiência aos munícipes, a instituição de jornada de trabalho em turno único de 6 (seis) horas diárias ininterruptas, a exemplo do que ocorre em outras Unidades da Federação,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, em caráter excepcional, o expediente e funcionamento para atendimento ao público dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, em turno único e contínuo de 06 (seis) horas diárias, que serão prestados de forma ininterrupta de segunda à sexta-feira no horário compreendido entre as 07 (sete) horas e às 13 (treze) horas.

§1º O expediente e funcionamento definidos no caput serão implementados no período compreendido entre 19/10/2015 a 19/02/2016.

§2º Em caso de excepcional interesse público, o turno de trabalho poderá ser alterado e adequado através de escalas previamente elaboradas e comunicadas aos servidores por intermédio das respectivas Secretarias, respeitado o disposto no artigo 3º.

§3º Ficam excluídos do cumprimento das condições definidas no caput, permanecendo inalterado o horário de expediente e de atendimento ao público, as seguintes atividades e os serviços considerados essenciais pela legislação:

- a) Serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Serviços prestados junto ao CRAS e CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) Serviços de Inseminação Artificial – prestado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- d) Serviços de Coleta e Seleção de Lixo, bem como de manutenção do Aterro Sanitário – Prestado pelo SAMAE;
- e) Serviços de Tratamento de Água – Prestado pelo SAMAE;
- f) Serviços prestados pela Fundação Cultural de Timbó e pela Fundação Municipal de Esportes;
- g) Serviços de Irrigação – prestado pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;
- h) Serviços prestados pelas Escolas, Núcleos de Educação Infantil – NEI e Unidades Pré-Escolares – UPE – da Secretaria de Educação;
- i) Serviços prestados pelo Conselho Tutelar;
- j) Serviço de Proteção ao Consumidor - PROCON e Casa da Cidadania;
- k) Serviços vinculados à fiscalização de trânsito, prestados pelo Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN;
- l) Atendimento de Nota de Produtor Rural;
- m) TELECENTRO Comunitário

Art. 2º O horário especial de trabalho e expediente não se aplica aos servidores públicos da administração direta e indireta que exerçam suas funções em órgãos distintos do mencionado no presente

Decreto, bem como aos servidores que, embora lotados nas respectivas secretarias, exerçam dentre suas funções serviços de acompanhamento junto aos expedientes de portaria e de segurança patrimonial ou laborem no exercício das atividades mencionadas no §3º do artigo 1º, os quais permanecerão com os seus horários inalterados.

Art. 3º Para atender a este novo horário os servidores públicos terão sua jornada diária de trabalho reduzida para o regime de seis horas, com intervalo de no máximo 15 (quinze) minutos, distribuídos conforme escala a ser elaborada pelos dirigentes de cada unidade.

§ 1º A redução da jornada de trabalho não implicará na redução dos vencimentos dos servidores abrangidos pelo presente Decreto.

§ 2º Em caso de excepcional interesse público, havendo a necessidade da permanência do servidor no desempenho de suas funções em período superior à jornada definida neste decreto, será respeitado o intervalo mínimo de 01 (uma) hora entre cada jornada de 4 (quatro horas), sem prejuízo à percepção de hora-extra, quando a aludida permanência exceder:

I - à 8(oito) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos de trabalho diário, para os ocupantes de cargos com jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;

II - à 8ª (oitava) hora de trabalho diário, para os ocupantes de cargos com jornada semanal de 40 (quarenta) horas, e;

III - à 7ª (sétima) hora de trabalho diário para os cargos com jornada semanal de 35 (trinta e cinco) horas.

§ 3º O adimplemento pelo serviço prestado nos moldes do parágrafo 2º do presente artigo, se dará, preferencialmente, através do regime de compensação de horários a ser estabelecido e controlado por cada órgão.

§ 4º O cumprimento do horário de trabalho de que trata este artigo será comprovado mediante o registro obrigatório de ponto, o qual servirá inclusive para fins de fiscalização quanto à pontualidade e assiduidade do servidor.

Art. 4º A inobservância às regras dispostas no presente decreto culminará ao infrator a incidência nas sanções impostas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Timbó (instituído pela Lei Complementar n.01/93), por desrespeito ao dever funcional.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, gerando efeitos a contar de 19 de outubro do corrente, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de outubro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3954, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 3954, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

Regulamenta o uso do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul para atividades privadas.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, c/c art. 70, inciso I, alíneas "a" e "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e

CONSIDERANDO que o Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul foi edificado com o propósito de abrigar eventos públicos e privados,

de modo a fomentar o turismo e a econômica do município;
CONSIDERANDO que após a reforma de toda área do pavilhão, se faz necessária a regulamentação do uso de seu espaço para fins privados, de modo a garantir a racionalidade e impessoalidade no uso, além da segurança do patrimônio e de quem o utiliza, e a compatibilidade do preço público com a finalidade e custos envolvidos;

CONSIDERANDO que a Autorização de Uso é ato administrativo negocial, unilateral, discricionário e que pode ser concedida em caráter Precário, podendo a Administração revogá-la a qualquer momento;

CONSIDERANDO que a autorização e uso de espaço público prescinde de autorização legislativa, conforme ensinamento doutrinário de Hely Lopes Meirelles para quem "Tais Autorizações não geram privilégios contra a Administração ainda que remuneradas e fruídas por muito tempo e, por isso mesmo, dispensam lei autorizativa e licitação para seu deferimento."

DECRETA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A Autorização, temporária e precária, de uso do prédio do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, para realização de eventos privados, se dará mediante o cumprimento dos critérios estabelecidos por este Decreto.

Parágrafo único. O espaço cujo uso é autorizado por este Decreto se limita à área interna do prédio do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, não compreendendo as áreas externas do Pavilhão, como estacionamento, banheiros de acesso à churrasqueira, quadras, espaços e demais áreas.

Art. 2º Compete à Fundação Cultural de Timbó o controle, a expedição e a revogação do ato de Autorização de Uso do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul.

DOS CRITÉRIOS PARA AUTORIZAÇÃO DE USO:

Art. 3º O uso privado do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul será autorizado exclusivamente para entidades e/ou demais pessoas jurídicas de direito privado, desde que para realização de alguma das seguintes finalidades:

I – eventos comerciais e feiras;

II – eventos artísticos e religiosos;

III – espetáculos culturais;

IV – congressos e convenções;

V – exposições industriais ou comerciais e de negócios;

VI – bailes, festas e formaturas;

VII – eventos considerados de interesse cultural, comercial e/ou turístico, assim certificados e reconhecidos pela Comissão de Análise e Deliberação para Autorização de Uso do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul.

§1º - As feiras e eventos comerciais de que trata o inciso I deverão observar também as normas e procedimentos estabelecidos na Lei Complementar nº 407, de 25 de novembro de 2011.

§2º Fica vedado o uso para atividades que, pelas suas características, possam colocar em perigo a segurança do espaço, dos seus equipamentos e do público.

§3º É vedada a "Autorização de Uso" do espaço em nome de pessoas naturais.

Art. 4º A Fundação Cultural divulgará até o mês de outubro de cada ano, o calendário com as datas disponíveis para Autorização de Uso no ano subsequente, sendo que os interessados deverão protocolar requerimento em, no máximo, 60 (sessenta) dias de antecedência à data requerida.

§1º A divulgação das datas disponíveis se dará através de publicação na página oficial da Fundação Cultural na internet, ou através da imprensa oficial ou local.

§2º Não serão aceitos requerimentos protocolados com mais de 60 (sessenta) dias de antecedência à data requerida.

Art. 5º O requerimento de que trata o art. 4º deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – Razão social do responsável;

II – Número do CNPJ;

III – Nome, endereço completo, CPF e número do telefone do responsável;

IV – Finalidade e descrição sucinta do evento que pretende realizar;

V – Valor do ingresso, no caso de evento com bilheteria franqueada;

VI – Data(s) de realização do evento;

VII – Horários de início e término do evento;

VIII – Certidão Negativa de Débitos (CND) da Fazenda Municipal.

§1º No caso de dois ou mais requerimentos pleitearem a reserva da mesma data e estiverem preenchidos os requisitos previstos neste Decreto, terão preferência os das entidades sem fins lucrativos, para realização de eventos voltados para as finalidades da respectiva entidade, e em se tratando de entidades de igual natureza, por sorteio.

§2º Conforme a natureza e complexidade do evento, poderá a Comissão de Análise e Deliberação para Autorização de Uso do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul requer documentos comprobatórios da saúde financeira da entidade para realização do evento, além de outros que garantam a realização segura do evento a ser autorizado.

§3º O Poder Público Municipal, através da Comissão de Análise e Deliberação para Autorização de Uso do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, terá o prazo de 10 (dez) dias para analisar o pedido formulado e, considerando as normas aplicáveis à espécie, de planejamento urbano e de posturas do Município, expedir o competente parecer indicando a viabilidade de realização do empreendimento no local e na forma requerida.

Art. 6º A Autorização de Uso do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul será realizada mediante o pagamento pelo interessado, do preço público estabelecido neste decreto, conforme a natureza do evento e da entidade interessada, nos seguintes moldes:

I – para eventos realizados por entidades privadas sem fins lucrativos, o valor de 232 UFM (duzentas e trinta e duas Unidades Fiscais do Município de Timbó), por dia e/ou período de duração do evento se inferior a uma diária;

II – para as demais Pessoas Jurídicas que não se enquadrem no inciso I do presente artigo, o valor de 232 UFM (duzentas e trinta e duas Unidades Fiscais do Município de Timbó), por dia e/ou período de duração do evento se inferior a uma diária, acrescido de parcela única no valor de 1.500 UFM (uma mil e quinhentas Unidades Fiscais do Município de Timbó).

§1º Mediante requerimento fundamentado da parte interessada, poderá ser abatido do preço público de que trata o inciso II do presente artigo, o valor de 1.500 UFM, quando a natureza do evento a ser realizado não possuir bilheteria franqueada, nem finalidade comercial, ou quando evidenciado interesse público em sua realização, conforme deliberação da Comissão de Análise e Deliberação para Autorização de Uso do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul.

§2º Havendo dúvida no critério de cobrança o caso será encaminhado para análise e deliberação da Comissão de Análise e Deliberação para Autorização de Uso do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul.

§3º O pagamento deverá ser realizado em até 10 (dez) dias de antecedência da data reservada para realização do evento.

§4º Em caso de cancelamento do evento pelo Autorizado, os valores pagos não serão devolvidos.

DA COMISSÃO DE ANÁLISE E DELIBERAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE USO DO PAVILHÃO MUNICIPAL DE EVENTOS HENRY PAUL

Art. 7º Fica criada a Comissão de Análise e Deliberação para Autorização de Uso do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul com a seguinte composição:

I – um representante da Fundação Cultural;

II – um representante do Departamento de Turismo;

III – um representante da Fiscalização de Posturas do Município de Timbó.

Art. 8º Compete à comissão:

I – Avaliar e decidir sobre os requerimentos intentados para autorização de uso do espaço do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, em especial a compatibilidade do evento e o valor do preço público a ser atribuído conforme a natureza do uso;

II – Estabelecer regras complementares ao uso do espaço considerando as questões peculiares do evento a ser realizado no espaço, de modo a garantir a segurança do patrimônio público e de quem utilizará o local;

III – Fiscalizar, em conjunto com os demais órgãos da administração, o cumprimento pelos autorizados, dos critérios estabelecidos no respectivo termo;

IV – Sugerir ao poder público, adequações nos critérios para autorização de uso do espaço, conforme observado nos casos concretos avaliados;

V – Decidir sobre os casos omissos na regulamentação.

DAS PROIBIÇÕES E OBRIGAÇÕES DO AUTORIZADO

Art. 9º É proibido ao Autorizado:

I – Transferir a terceiros as datas que lhe foram autorizadas;

II – Alterar a programação do evento sem a prévia autorização da Comissão de Análise e Deliberação para Autorização de Uso do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul;

III – Colocar faixas, cartazes, painéis e similares fora do local pre-estabelecido para esta finalidade;

IV – Explorar qualquer tipo de comércio paralelo ao evento nas dependências do espaço autorizado, sem autorização expressa da Comissão de Análise e Deliberação para Autorização de Uso do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul;

V – Explorar a área externa do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul.

Art. 10 São obrigações do Autorizado:

I - em arcar, prestar e cumprir fielmente todas as atividades, finalidades, serviços, atribuições, prazos, obrigações e demais condições e disposições constantes deste decreto, cumprindo a legislação aplicável à espécie;

II - por toda e qualquer responsabilidade, ônus ou indenização civil e criminal, advindas, decorrentes ou relacionadas a quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência ou não do uso do espaço, sejam eles de que natureza forem, arcando, inclusive, com todos os demais ônus, indenizações decorrentes do uso autorizado;

III - por toda a segurança, guarda, conservação, limpeza, higiene, manutenção e demais cuidados, sejam eles de que naturezas forem, com relação aos bens que integram o espaço cujo uso foi autorizado;

IV - por todo e qualquer bem, equipamento, maquinário e material de sua posse ou propriedade, devendo arcar com todo e qualquer custos, ônus ou responsabilidade advinda, decorrente ou relacionada aos mesmos;

V - em utilizar as técnicas adequadas para efetivar as atividades, atribuições e obrigações de uso, respondendo por todo e qualquer prejuízo, custos e ônus, sejam eles de que naturezas forem, que causar ao Autorizador e a qualquer terceiro, independentemente de culpa ou dolo;

VI - em providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, licenças e autorizações necessárias à instalação e ao funcionamento das atividades e finalidades de uso do espaço público, arcando com todos os custos, ônus e responsabilidades sejam eles de que naturezas forem, advindas, decorrentes ou relacionadas ao uso do espaço público;

VII - em permitir que o Autorizador, a qualquer tempo e pautado em interesse público, revogue a autorização concedida, sem que haja qualquer tipo de restrição ou cobrança, seja a que título for;

VIII - em permitir, sem quaisquer restrições, que o Autorizador, através de seus prepostos, procedam fiscalizações, sejam elas de que natureza forem;

IX - em proceder, findo ou rescindido o contrato, a reversão ao Autorizador, dos bens que integram ou que estão relacionados ao

espaço público autorizado, sem impedimento ou direito a indenização ou reparação, seja a que título for;

X - em atender as diligências promovidas pelos órgãos do Autorizador;

XI - em proceder a retirada, findo período de uso, de todo e qualquer bem e sua posse ou propriedade, arcando com todos os custos para os mesmos;

XII - em comunicar ao Autorizador, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir ou limitar o uso autorizado;

XIII - quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes as legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias e comerciais, bem como quanto a quaisquer outras despesas decorrentes ou advindas da utilização dos bens objeto deste instrumento ou da realização de qualquer atividade.

Parágrafo único. A Comissão de Análise e Deliberação para Autorização de Uso do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, poderá acrescentar em instrumento próprio, outras obrigações a serem observadas pelo Autorizado, conforme a natureza do evento a ser realizado no local.

DO PROCESSO PUNITIVO

Art. 11 A inobservância pelo Autorizado de toda e qualquer regra constante deste

Decreto e demais atos decorrentes ou integrantes do Ato de Autorização de Uso do Espaço poderá ensejar ao infrator as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa no valor de até 10 (dez) vezes o preço público cobrado para autorização de uso do espaço;

III – Suspensão do direito de pleitear a Autorização de Uso do espaço pelo prazo de até 48 meses;

§1º A aplicação das sanções será precedida de regular processo administrativo com prazo de 5 (cinco) dias para defesa do Autorizado.

§2º Compete ao Diretor Presidente da Fundação Cultural decidir, ouvida a Comissão de Análise e Deliberação para Autorização de Uso do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, sobre a aplicação da penalidade à entidade, bem como eventuais defesas e recursos alusivos ao ato.

§3º As sanções administrativas não afastam a responsabilidade civil e/ou criminal da entidade pelas infrações praticadas, bem como o dever de indenizar todo e qualquer prejuízo que venha a ocasionar ao patrimônio público.

Art. 12 A revogação da Autorização de Uso poderá ser efetivada a qualquer tempo pela Fundação Cultural.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS:

Art. 13 Para os meses de Outubro, Novembro e Dezembro do ano de 2015, os prazos para requerimento e deferimento da autorização referidos neste Decreto, poderão ser reduzidos até o máximo de 7 (sete) dias anteriores à data de realização do evento, conforme avaliação da Comissão de Análise e Deliberação para Autorização de Uso do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul.

Art. 14 Fica suprimido do texto constante dos itens 6 e 7 constantes da "Tabela de Preços Públicos" do Art. 1º do Decreto nº 632, de 23 de outubro de 2006, o Pavilhão de Eventos Henry Paul.

Art. 15 Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010, revogada as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de outubro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 95 2015 PMT - PAPEL TIMBRADO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa (s) especializada (s) para confecção e fornecimento de material gráfico (papel timbrado da prefeitura de timbó, fundação cultural, e defesa civil) em atendimento às necessidades de rotinas administrativas da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Norte Indústria Gráfica Ltda Me; Business Editora e Publicação de Informativos Ltda Epp.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ R\$ 14.683,00 (quatorze mil seiscientos e oitenta e três reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 13/10/2016

Timbó, 14/10/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO PRIMEIROTERMO ADITIVO A ORDEM DE COMPRAS Nº 3422.2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ORDEM DE COMPRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ORDEM DE COMPRA Nº 3422/2015
– DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 67/2015 PMT

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

CONTRATADO: Ladehoff Comércio e Serviços de Terraplanagem Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 750 m² ao item 01 (fornecimento de macadame carregado nos veículos do município – material com isc> 40 e expansão < 1%).

DATA DA ASSINATURA: 06/10/2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA NO 1740, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA No 1740, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Ficam as Servidoras Públicas Municipais abaixo identificadas, autorizadas a conduzir veículos oficiais de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitarem deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Elisa Menestrina	Fiscal de Tributos	04486234100 / AB
Mariane Fachi	Fiscal de Tributos	03818775103 / AB

Art. 2º Ficam as servidoras desde já cientificadas que durante o período em que estiverem de posse do veículo são responsáveis não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1743, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA No 1743, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Designa profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Vanessa Luana Jost Ludovico	Enfermeira – 40h/s	03/08/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1744, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA No 1744, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Retifica término de contratação temporária de Servidora lotada na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014, nº 3679, de 1º de dezembro de 2014 e nº 3852, de 1º de junho de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Retificar a data de término do período de contratação da Servidora VALDETE DE SOUZA BARTOLOMEU, pela Portaria nº 1687, de 01/07/2015, onde lê-se 31/12/2015, leia-se 03/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1747, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA No 1747, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Altera temporariamente a carga horária de servidores ocupantes do cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento Temporário de Professor – Ensino Fundamental, conforme demonstrativo abaixo, para o ano letivo 2015:

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL		PERÍODO
	DE	PARA	
Alessandra Peters Bertram	30h/a	20h/a	01/09/2015 até término do contrato
Edson José Bona	20h/a	25h/a	A contar de 01/09/2015
Geni Alves C.Frotscher	40h/a	20h/a	A contar de 01/09/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1745, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA No 1745, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Substitui membro para compor o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 1643, de 1º de junho de 2015, para designar em substituição membro para compor o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, como segue:

"Art.1º...

j) ONG EQUILIBRIO VITAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DOS ANIMAIS:

Titular: Haro Kamp, em substituição ao José G. Rangel Holderbaum
Suplente:

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1748, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA No 1748, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Andre Luiz da Silva	Professor A	1529, de 18/02/2015	01/09/2015
Jusiele Mirlene Janke	Auxiliar de Recreação Infantil	1467, de 19/01/2015	01/09/2015
Laurita Pellin	Professor C	1493, de 04/02/2015	01/09/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Carla Roeder Lacerda	Auxiliar Operacional I	1701, de 20/07/2015	01/09/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Lucas Stolf	Auxiliar de Serviços Administrativos	1191, de 07/07/2015	01/09/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1753 , DE 08 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA No 1753 , DE 08 DE SETEMBRO DE 2015

Designa Comissão Permanente para Análise de Edificações.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e, c/c art. 56, inciso I da Lei Complementar nº 343, de 13 de dezembro de 2007,

RESOLVE:

Art.1º Designar Comissão Permanente para Análise de Edificações, com a finalidade de derimir e decidir questões em casos omissos da legislação Municipal, os considerados de baixo potencial lesivo, composta pelos seguintes representantes:

- a) Fabiano Martins Adriano – Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente;
- b) Vivian Luciane Maas Barbosa – Arquiteta;
- c) Sandra Regina Sardagna – Engenheira Civil;
- d) Moacyr Cristofolini Junior– Engenheiro Civil;
- e) Marcia Plaster Dalpiaz – Atendente de Serviços Administrativos;
- f) José Nazareno da Silva – Assistente Administrativo;
- g) Rafael Constante – Técnico em Agrimensura;
- h) Cledir Ferrari- Fiscal de Obras;
- i) Pamela Aparecida Campregheer Floriano – Diretora do Departamento Jurídico

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1755, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA No 1755, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

Concede exoneração às Servidoras Públicas Municipais lotadas na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO às Servidoras Públicas Municipais, conforme abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Djanira Gardacho	Auxiliar Operacional I	1621, de 11/05/2015	10/09/2015
Isabel Cristina Lima	Auxiliar de Recreação infantil	1467, de 19/01/2015	09/09/2015
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Luiza Maria Samulewski	Auxiliar Operacional I	1721, de 04/08/2015	10/09/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1756, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA No 1756, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Maria Angélica Faggiani, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo 50, inciso II da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º Conceder exoneração à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Maria Angélica Faggiani	Secretária Municipal / DAS-1	004, de 02/01/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1758, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA No 1758, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

Autoriza Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública Municipal abaixo identificada, a contar desta data, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Aline Langa	Contadora	03584130522 / AB

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1762, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA No 1762, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

Altera a Portaria nº 812, de 15 de janeiro de 2014, que constitui a Comissão Especial de avaliação dos servidores em estágio Probatório na Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 812, de 15 de janeiro de 2014, que constitui a Comissão Especial de avaliação dos servidores em estágio Probatório na Secretaria Municipal de Educação, designando, MÁRCIA WITHOEFT MELLIES-DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO, em substituição a Aline Burger.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1766, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA No 1766, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Concede exoneração às Servidoras Públicas Municipais lotadas na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO às Servidoras Públicas Municipais, conforme abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Andreia Schulz	Auxiliar Operacional I	1693, de 06/07/2015	15/09/2015
Meike Vanessa Schlei	Auxiliar Operacional I	1593, de 07/04/2015	04/09/2015
Perola da Silva Barbosa Ferreira	Auxiliar de Recreação Infantil	1537, de 02/03/2015	16/09/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Fabiana Manarim Brunsfeld	Dentista	1294, de 19/08/2015	14/09/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1767, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA No 1767, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal ocupante de cargo de provimento efetivo.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)			
NOME	CARGO PROVIMENTO EFETIVO	PORT.DE NOMEAÇÃO	A CONTAR DE
Silvana Januário Jorge	Técnica em Enfermagem	497, de 18/05/2009	25/09/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1739, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1739, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Designa a Servidora Pública Municipal Keli Francieli Ruas Cattoni para ocupar, em substituição, a Servidora Carla Tatiana Raduenz Geisler, no cargo em comissão de Diretora de Departamento-Administrativo/Financeiro do SAMAE no período de 14/09/2015 a 03/10/2015.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a Servidora KELI FRANCIELI RUAS CATTONI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, para ocupar em substituição à CARLA TATIANA RADUENZ GEISLER, o cargo em comissão de Diretora de Departamento Administrativo/Financeiro, Símbolo CC-2, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, no período de 14/09/2015 a 03/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1757, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1757, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

Nomeia Servidora para exercer cargo em comissão na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a Servidora abaixo relacionada, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Maria Angélica Faggiani	Secretária Municipal / DAS-1	Subsídio Mensal

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1741, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1741, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Designa cumulativamente o servidor Jean Pierre Bezerra Museka para exercício, interinamente, de cargo em comissão na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos Artigos 11, inciso II e §§ 1º, 2º e 4º, e 46 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/1993, com a redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/1998, artigo 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o Servidor Público Municipal JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Procurador Geral do Município, para exercer cumulativamente e na condição de interino, o cargo em comissão de Coordenador Geral do PROCON, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1746, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1746, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014, nº 3679, de 1º de dezembro de 2014 e nº 3852, de 1º de junho de 2015,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
CRISTIANE CARDOZO	1716/2015	18/12/2015
MARCELI TAISE VOSS	1688/2015	18/12/2015
MARLENE DA SILVA ZOZ	1688/2015	18/12/2015
VALDETE DE SOUZA BARTOLOMEU	1716/2015	18/12/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1749, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1749, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014, nº 3679, de 1º de dezembro de 2014 e nº 3852, de 1º de junho de 2015,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Arnaldo Wolter	1725/2015	31/12/2015
Elthon José Costa	1725/2015	31/12/2015
Jair Pereira dos Santos	1725/2015	31/12/2015
Leonidas Costa da Silva	1721/2015	31/12/2015
Sandrino de Jesus	1719/2015	31/12/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1750, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1750, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014, nº 3679, de 1º de dezembro de 2014 e nº 3852, de 1º de junho de 2015,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADEMIR LUIZ MANFRINI	1722 de 05.08.2015	02/10/2015

ALESSANDRO MONDADORI HOFFMANN	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ALINE BOER	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ALINE VENTZ	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ANA KAROLINA LONGO BOA-VENTURA	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ANDERLEI TESSAROLO DE-GERING	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ANDIARA GEELE CRISTOFOLINI PRETTI	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ANDRE STEFFEN	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ANDREA DRAGER	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ANDREAS SEIFERT	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ANDRESSA LUANA THUROW	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ANNA CARINE BELL CARDOZO	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ANNA PAULA BORCHARDT DA PAZ	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ANTONIO ILDEFONSO BARCELOS LOPES	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
APARECIDA BELARMINO ROEDER	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
AZUIR STOLF JUNIOR	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
BARBARA LAIS GIOVANELLA	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
BRUNA LUIZA FIAMONCINI	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
CACIA RODRIGUES MENGARDA	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
CARINA RENATA DAL CORTIVO DUARTE	1725 de 10.08.2015	02/10/2015
CARLA SOARES PROBST	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
CHEILA CRISTINA FELIPPI EVARISTO	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
CLAUDETE LUCIA ZUMACH CHISTE	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
CLEIA CESARINO	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
DARCIO HABOWSKY	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
DAVI DA MAIA	1719 de 03.08.2015	02/10/2015
DIRCE BEIGER CIPRIANO	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
DOROTHEA OELKE	1725 de 10.08.2015	02/10/2015
EDINA VAZ DE FRANCA	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
EGBERTO JOSE DE FREITAS	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ELIANA APARECIDA DALCASCAGNE	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ELIANE MOSER	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
FABIANA MANARIM BRUNSFELD	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
FLAVIA DAYANE SIMEONI	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
GILBERTO LUIZ GOEDERT	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
GUILHERME DA CUNHA GALVANI	1722 de 05.08.2015	16/10/2015
ILIANE PERES DE LIMA HABOWSKI	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
JANDERICK DE SOUZA ALVES	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
JONATHAN WEEGE	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
JORGE SCHLICHTING NETO	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
JOSE AMARAL ELIAS	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
JOSE VERISSIMO REIS DUARTE	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
JOSELENE DRAGER WEBER	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
JOSETE LUIZA RECK SFREDO	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
JOSIANE SANTOS RAMOS	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
JULIEN FREDDY SANTISTEVAN	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
KAIQUE MOSER FERRAZ	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
KATY CHRISTINE BREMER	1722 de 05.08.2015	02/10/2015

LAUDILA LUCIA VOLTOLINI TEIKOWSKI	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
LEILA FATIMA FLORIANI CLAUDINO DOS SANTOS	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
LENA MORGANA GESSNER DA SILVA	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
LIDIA NAIZE KORC	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
LIZANDRO FRAINER FURLANI	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
LUCIA ELENA CROSSA CASALI	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
LUCIANA SCHIAVO	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
LUIZ CARLOS BASSANI JUNIOR	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
LUIZA AMALIA FERREIRA NICKHORN E SILVA	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
MAIRA LUCIA CIPRIANI	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
MAIRA PASQUALINI MARIN	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
MAIRA SILVA DE GODOY	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
MANUELA BAGATTOLI PEDRON	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
MARCO AURELIO SUDBRACK DESESSARDS	1722 de 05.08.2015	09/10/2015
MARIA GIROLA FELIPPI	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
MARIA IVANILDE DA SILVA NASCIMENTO	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
MARIANA CRISTOFOLINI BITTELBRUNN	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
MARILENE DE MELLO	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
MATILDE MAIA	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
MELISSA MICHELE PEREIRA E SILVA	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
MERE TERESINHA FAGUNDES WETZEL	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
MIRELA CAMILA KOEPEL DE ANDRADE	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
MOACIR DE FREITAS TOLEDO	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
NICOLE LUIZE BREMER	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
NORBERT NEUMAYR	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
OLIVIA BRAIT	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
PATRICIA SLOMP	1725 de 10.08.2015	02/10/2015
PATRICK MAURICENZ	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
PRISCILA LENZI ODEBRECHT	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
QUEREM HAPUQUE GOMES SILVA	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ROBERTA NELCI PELLIN	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ROBSON LUIS DA SILVA	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
RODRIGO OLIVEIRA DA SILVA	1722 de 05.08.2015	16/10/2015
RONNY ALLAN DALLABRIDA	1725 de 10.08.2015	02/10/2015
ROSANA DE BAIRROS DE PAULA	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ROSE VARGANAI SOARES	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ROSELY GESSNER AGUIAR	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
ROSEMERI MORLO STANO	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
SANDRA REGINA DE LIMA	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
SARITA LUCIA MACHADO ZUMACH	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
SERGIO LUIS PEREIRA	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
SHIRLEI SCHURT VICENTI	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
SILVANA LONGO ROEPKE	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
SILVANE MARI MAUS	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
SONGELA DOS SANTOS	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
THIAGO PRANGE	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
VALDIRENE SIPRIANI CRISTOFOLINI	1722 de 05.08.2015	02/10/2015
VERA MARCIA DE LIZ	1722 de 05.08.2015	02/10/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1752, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1752, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014, nº 3679, de 1º de dezembro de 2014 e nº 3852, de 1º de junho de 2015,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Ana Marta Schmoller	1725/2015	18/12/2015
Andreia Schultz	1716/2015	18/12/2015
Fabiana Cristina Ribeiro	1699/2015	30/10/2015
Francieli Madalena Wamser	1725/2015	18/12/2015
Jueli dos Santos	1699/2015	18/12/2015
Luiz Gonzaga Cechetto Junior	1725/2015	13/10/2015
Maria Aucilia Ronchi	1716/2015	11/09/2015
Marina Hammermeister	1725/2015	18/12/2015
Mikaella Fernanda Busarello	1716/2015	08/10/2015
Sebastiana Aparecida Grimm Cardoso Leal	1725/2015	18/12/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1754, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1754, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320,

de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014, nº 3679, de 1º de dezembro de 2014 e nº 3852, de 1º de junho de 2015,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Bruna Letícia Soares Nasato	1664, de 23/06/2015	31/10/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1759, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1759, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

Remove de Ofício Servidores Públicos Municipais lotados na Administração Direta, a contar de 1º de setembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII, combinado com o disposto no art. 70, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 51, "caput" e § Único, inciso I, e art.54, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998,

RESOLVE:

Art.1º REMOVER DE OFÍCIO os Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, a contar de 1º de setembro do corrente:

NOME	DE	PARA
Priscila Macedo	Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente	Secretaria Municipal da Fazenda e Administração
Rodrigo Orde Salvador	Secretaria Municipal da Fazenda e Administração	Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1760, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1760, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

Instaura Sindicância Administrativa nº 06/2015, para apurar fatos constantes no Ofício nº 173/2015/GAB/1ªPJMP SIG nº 02.2015.00067814-0, expedido pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina – 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Timbó.

O Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar nº 01/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/1998,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 06/2015, para apurar fatos constantes no Ofício nº 173/2015/GAB/1ªPJMP SIG nº 02.2015.00067814-0, expedido pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina – 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Timbó, referente às irregularidades ocorridas na realização de um serviço de terraplanagem, onde o operador de máquina estava desenvolvendo suas atividades com uma criança em seu colo.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 089, de 1º de fevereiro de 2013 e alterações posteriores, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA Nº 1768, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1768, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014, nº 3679, de 1º de dezembro de 2014 e nº 3852, de 1º de junho de 2015,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE
(Fundo Municipal de Trânsito)

NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Taiane Santos Nunes	1697, de 09/07/2015	31/12/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

VALIDADE DA ATA: 14/04/2016

Timbó, 15/04/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

RETIFICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 24 2015 FCT - AQUISIÇÃO DE ITENS DE ILUMINAÇÃO NATALINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

RETIFICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2015 FCT

O Município de Timbó/SC, através da Fundação Cultural, informa aos interessados que no Extrato da Ata de Registro de Preços n.º 24/2015 FCT (retificado), publicado no Diário Oficial dos Municípios/SC, na edição nº 1836, Página 771, constou informação equivocada, devido a erro formal de digitação no sistema utilizado no cadastro de licitações, sendo válido o extrato a seguir:

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó

OBJETO: Registro de preço para aquisição de itens de iluminação natalina e demais acessórios elétricos em atendimento às necessidades da Fundação Cultural para utilização na decoração do projeto natal mais encantado 2015.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Lysing Comércio Atacadista de Materiais Elétricos Ltda; Suprivale Comercial Ltda Me; Valdemar Fernandes da Silva Me; Piatã Comércio de Peças Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 42.525,00 (quarenta e dois mil quinhentos e vinte e cinco reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/12/2015

Timbó, 14/10/2015

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 03 2015 FMS - FILMES RADIOGRÁFICOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2015 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde

OBJETO: Registro de preços para aquisição de filme radiográfico destinado ao Centro de Imagens da Policlínica de Referência

EMPRESA FORNECEDORA: IBF Indústria Brasileira de Filmes S/A

TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.490,00 (dezenove mil quatrocentos e noventa reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 37/2015**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 37/2015 - Altera a Lei nº 2738, de 20 de outubro de 2014 e denomina via pública Rua "Bertha Zumach".

Iniciativa: Vereador Waldemar Gebauer.

Relator: Vereador Reimar Raddatz.

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa alterar o art. 2.º da Lei nº 2.738, de 20 de outubro de 2014, modificando a denominação da Rua Projetada B de "Rua Paranaguá" para "Rua Bertha Zumach". Projeto foi protocolado nesta Casa Legislativa no dia 5 de outubro, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 6 de outubro em Sessão Ordinária, conforme determina o §1º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais.

No dia 14 de outubro esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

No que tange aos aspectos legísticos e redacionais, a proposição está de acordo com aquilo que é determinado pela Lei Complementar Federal nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

De acordo com o que preceitua o art. 30, I, da Constituição Federal, e inciso I do art. 15 da Lei Orgânica, é competência do município legislar ao se tratar de assunto de interesse local.

A matéria também está em conformidade com a Lei Orgânica de Timbó, quando estabelece no inciso XVII do art. 15 a competência da Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, de "autorizar a denominação e alteração de próprios, vias e logradouros públicos". Do mesmo modo, a matéria não se encontra dentre aquelas cuja competência privativa para deflagrar o processo legislativo é do Prefeito Municipal (art. 30, §1.º, I e II, alíneas "a" a "c"), razão pela qual ser possível sua proposição por integrante do Poder Legislativo.

Sendo assim, estando a presente proposição na esfera de competência do município, bem como ir ao encontro daquilo que é determinado pela Lei Orgânica Municipal, este Relator se manifesta de maneira favorável à sua tramitação nesta Casa.

III - CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei nº 37/2015.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Sala da Comissões, em 14 de outubro de 2015.

Reimar Raddatz

Relator

Rubens Borchardt

Presidente

RESOLUÇÃO MD Nº 13/2015

Resolução MD Nº 13/2015

Estabelece horário especial de expediente na Câmara Municipal de Timbó.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Timbó, com fulcro no disposto no art. 16. III, da Lei Orgânica, no art. 212, § 1º, da Lei Complementar nº 1/1993 e no art. 48. I, do Regimento Interno, Considerando a particularidade dos serviços desenvolvidos pela Secretaria da Câmara Municipal de Timbó, Considerando o recesso nas atividades legislativas da Câmara Municipal no período de 16 de dezembro a 31 de janeiro, Considerando a necessidade da adoção de medidas que atendam ao princípio da economicidade na administração pública, bem como a adoção de horário especial de trabalho pela Administração Pública Municipal através do Decreto nº 3.955/2015

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer que o expediente na Câmara Municipal de Timbó dar-se-á das 7h às 13h, de segunda à sexta-feira, em turno único e ininterrupto de trabalho.

Art. 2º O horário especial de expediente vigorará de 19 de outubro de 2015 a 19 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor a partir da sua publicação na imprensa oficial.

Timbó, 15 de outubro de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari

Presidente

Reimar Raddatz

Vice-Presidente

Rubens Borchardt

Secretário

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 06-2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 06/2015 FMS – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de um veículo, com capacidade de 5 (cinco) lugares, novo, destinado para a Secretaria de Saúde do município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do anexo I do edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 29/10/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, na Praça Ministro Andreas Thaler nº 25, Centro, Treze Tílias, SC, CEP 89650-000. O edital pode ser obtido no site www.treze-tilias.sc.gov.br. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

ALCIR DE RÓS
GESTOR DO FUNDO

AVISO DE LICITAÇÃO PP 66-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 66/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços elétricos e hidrossanitários especializados de revisão, manutenção e plantão 24 horas para as secretarias municipais e nos eventos realizados pelo município.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 27/10/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

DECRETO 2079

DECRETO N.º 2.079/2015

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei Municipal n.º 1.872/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas para constituir o CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO (CMT), para o exercício 2015/2016, do Município de Treze Tílias, as seguintes pessoas:

I – ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

a) 01 Representante da Polícia Militar local:
Titular: Hilário Appel

Suplente: Iran Junior Camara

b) 01 Representante da Polícia Civil local:
Titular: Evandro Henn da Silva
Suplente: Giovana Zanatto Miterer

c) 01 Representante do Órgão de Trânsito de Treze Tílias – ORT-TRE:
Titular: Gabriela Rugere de Oliveira Jorge
Suplente: Werydiana Falchetti

d) 01 Representante da Secretaria de Transportes e Obras do Município:
Titular: Marcelo Endler
Suplente: Ismael Brandalise

II – ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) 01 Representante dos Bombeiros Voluntários de Treze Tílias:
Titular: Jorge Kandler
Suplente: Sandro Eduardo Hartmann

b) 01 Representante da ASSETT – Associação Empresarial Treze Tílias:
Titular: João Airton de Andrade
Suplente: Kleber Fernando Fleck
c) 01 Representante da Câmara de Diretores Lojistas – CDL de Treze Tílias:
Titular: Wilson Thölken
Suplente: Osmar Sebastião Dalla Costa

d) 01 Representante de profissionais registrados no CREA residente em Treze Tílias:
Titular: Clarissa Anrain
Suplente: Leandra Thaler

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
08 de outubro de 2015
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2080

DECRETO N.º 2.080/2015

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei Municipal n.º 1.740/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas para constituir o CONSELHO MUNICIPAL

DE SANEAMENTO BÁSICO, para o exercício 2015/2016, do Município de Treze Tílias, as seguintes pessoas:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

a) 01 Gabinete do Prefeito:

Titular: Rafael Hensel

b) 01 Representante da Secretaria de Planejamento:

Titular: Werydiana Falchetti

c) 01 Representante da Secretaria de Saúde:

Titular: Alcir de Rós

d) 01 Representante da Secretaria de Transportes e Obras do Município:

Titular: Leocrides Brandalise

e) 01 Representante da Secretaria de educação:

Titular : Mari Piaia

II – ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) 01 Representante das empresas prestadoras de serviços - CASAN:

Titular: Ronaldo Quaiotto

b) 01 Representante da ASSETT – Associação Empresarial Treze Tílias:

Titular: Rosalinda Korrol

c) 01 Representante da Câmara de Diretores Lojistas – CDL de Treze Tílias:

Titular: Armindo Ansiliero

d) 01 Representante das Instituições de Ensino Superior (Pólo Verdes Vales)

Titular: Danielle Kühl Hartmann

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
08 de outubro de 2015

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

LEI 1875

LEI Nº 1.875/2015 de 08/10/2015

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE TREZE TÍLIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Associação de Turismo de Treze Tílias, nos termos da minuta anexa e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. O objeto do convênio de que trata o artigo anterior é a cessão do espaço público localizado no Parque de Exposições Padre Johann Otto Küng, na Rua Domingos Perondi, para a exploração da

venda de alimentos na Tirolerfest, evento realizado pelo Município de Treze Tílias no período compreendido entre 09 a 13 de outubro de 2015.

Art. 3º O conveniado poderá explorar o serviço de venda de alimentos repassando ao Município conveniente 10% (dez por cento) do valor arrecadado líquido, mediante apresentação da competente prestação de contas.

Art. 4º A prestação de contas referente à cessão do espaço público deverá ser apresentada em até 30 dias após a data do término do evento.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 08 de outubro de 2015
MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Publicada no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 05/2015

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82777251000141, com endereço na Praça Ministro Andreas Thaler, nº. 25, centro, CEP 89650-000, Treze Tílias/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, MAURO DRESCH e a Associação de Turismo de Treze Tílias, CNPJ 00.557.486/0001-63, com endereço Rua Pedro Nelcido Kaffer, representado por seu Presidente Sr. Markus Bierbaum, CPF 518.193.689-04, visando à cessão de espaço localizado no Parque de Exposições Padre Johann Otto Küng, na Rua Domingos Perondi para exploração da venda de alimentos no evento Tirolerfest/2015.

Aos 08 dias do mês de outubro de 2015, o MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, e a Associação de Turismo de Treze Tílias resolvem nos termos da Lei nº 1.875/2015 celebrar o presente Convênio, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a cessão de espaço localizado no Parque de Exposições Padre Johann Otto Küng, na Rua Domingos Perondi para a exploração da venda de alimentos no evento Tirolerfest nos dias 09 a 13 de outubro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONVENIENTE

I - Divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;

II – Ceder o espaço mencionado na cláusula primeira deste convênio;

III – Montar a estrutura de stands;

IV – Assumir a responsabilidade realização do evento;

V – Fiscalizar a execução dos termos do presente convênio, bem como, atos de vigilância sanitária;

VI – Efetuar a análise da prestação de contas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

I – Efetuar a venda de alimentos na Tirolerfest/2015, contratando a fornecedora dos produtos;

II – Responsabilizar-se pelo pagamento aos fornecedores;

III – Cumprir as normas de vigilância sanitária;

IV – Dispor de 02 atendentes em cada stand para a venda dos alimentos e caixa durante os dias de realização do evento;
V – Apresentar a prestação de contas no prazo de 30 dias após o término do evento, composta do balancete, notas fiscais comprobatórias das despesas e declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo único. A conveniada poderá terceirizar a execução dos serviços, desde que atendidas todas as cláusulas deste convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba/SC Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Treze Tílias/SC 08 de outubro de 2015

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

MARKUS BIERBAUM
Presidente da Associação de Turismo de Treze Tílias

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____

PORTARIA 093/2015

PORTARIA Nº 093/15 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR por motivo de aposentadoria, a Sra. ZILDA LEITE SANTIAN, CPF nº 690.416.449-20 e identidade nº 11/R-1.304.734, residente e domiciliada no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 hs, conforme decreto Nº 824/2000 de 29 de junho de 2000.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Obs.: Concessão de aposentadoria/Nº do benefício (INSS) 1683515673

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 30 DE SETEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 094/2015

PORTARIA Nº 094/15 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a comissão abaixo descrita para compor a Diretoria da Sociedade Comunitária Habitacional de Treze Tílias.

Presidente: Karine Kandler;
Vice-presidente: Ademar Gaedke;
1ª Secretária: Adriana Ap. Hensel;
2º Secretária: Liana Peliciolli;
Contadora: Ane Margarida S. Zaro;

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 06 DE OUTUBRO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 095/2015

PORTARIA Nº 095/15 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. JÉSSICA DAL PIVO, CPF nº 084.172.179-32, residente e domiciliado no município de Treze Tílias, para ocupar o cargo comissionado de GERENTE DE ASSUNTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E EMPREENDEDORISMO.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 06 DE OUTUBRO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

372/2015

PORTARIA 372/2015 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

REGULAMENTA O PROTESTO DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA).

CONSIDERANDO a possibilidade do protesto de certidão de dívida ativa, em consonância com o disposto na lei municipal 1869/15, e a lei federal 9.493/97 com redação alterada pela lei 12.767/12;

CONSIDERANDO o disposto no decreto 080/2015;

CONSIDERANDO caberá ao Secretário Municipal de Administração e Finanças dispor mediante portaria, a expedição de normas complementares para o cumprimento da lei e seu regulamento,

HANELORE HEDLER, Prefeita em Exercício do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas

RESOLVE:

Art. 1º Após o envio da Certidão de Dívida Ativa- CDA ao cartório e antes do efetivo protesto, o contribuinte deverá realizar o pagamento do débito e seus acréscimos legais, exclusivamente por meio do cartório responsável.

§ 1º Neste hipótese, para evitar o protesto, deverá o devedor realizar o pagamento do débito inscrito em dívida ativa, acrescido dos honorários advocatícios, emolumentos e demais despesas cartorárias. O pagamento deverá ocorrer exclusivamente no cartório, diretamente ou mediante boleto bancário encaminhado pelo cartório, antes que seja realizado o protesto (art. 3º da ES).

§ 2º Após intimado o devedor, a pagar o débito em cartório, terá o prazo de 3 (três) para pagar, sendo que neste interstício de tempo, não será aceito pagamento e pedido de parcelamento na Prefeitura nesse momento. A emissão de boletos na Prefeitura e a concessão de parcelamento pela PMTC ficarão bloqueados até a lavratura do protesto.

Art. 2º Após lavrado o protesto pelo cartório, a inscrição em Dívida Ativa seguirá o fluxo normal, com liberação da emissão de boleto e de concessão de parcelamento pela PMTC, bem como, a partir desse momento, os pagamentos poderão ser realizados normalmente e não mais diretamente no Cartório de Protesto.

§ 1º Após a lavratura do protesto, mesmo que o contribuinte recolha o débito mediante boleto da PMTC, é preciso que ele vá ao cartório recolher os emolumentos e demais despesas cartorárias do Tabelionato, para que o protesto seja cancelado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Trombudo Central, 14 de outubro de 2015.

HANELORE HEDLER

Prefeita de Trombudo Central em Exercício

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

PREGÃO PRESENCIAL 26/2015 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 26/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal em exercício Sr^a. Hanelore Hedler, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal nº 003/2015 e 004/2015, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 26/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, EXCLUSIVO para Microempreendedor Individual – MEI, Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP visando a AQUISIÇÃO DE LANCHES DIVERSOS PARA REUNIÕES E GRUPOS DA assistência social. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 28 de outubro de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 13:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 14 de outubro de 2015

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 27/2015 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 27/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal em exercício Sr^a. Hanelore Hedler, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal nº 003/2015 e 004/2015, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 27/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, EXCLUSIVO para Microempreendedor Individual – MEI, Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ARBITRAGEM OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS DE FUTSAL NO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 11:00h. do dia 28 de outubro de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 13:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 14 de outubro de 2015

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

4º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N. 95/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 95/2014

4º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N. 95/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. ENOÍ SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, 429, bairro Progresso, neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, e de outro lado a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a ata de registro de preços do pregão presencial 95/2014.

Considerando a ata de registro de preços do Pregão Presencial nº 94/2014 da PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, celebrado em 02 de janeiro 2015, proveniente do Processo Licitatório nº 131/2014, em que consta como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis (exceto os pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde).

Considerando que o valor do preço unitário do óleo diesel comum sofreu reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao fornecedor, conforme edital do processo de licitação nº 131/2014.

Considerando que o fornecedor apresentou as notas fiscais da compra do óleo diesel comprovando desta forma alteração no preço do mesmo.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta da aquisição do óleo diesel fornecido pela ata de registro de preços celebrado com a empresa AUTO POSTO CANARINHO LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Primeira- DO VALOR

A presente ata de registro de preços fica acrescido o valor de R\$ 0,07(sete centavos) no óleo diesel S-10, e o valor de R\$ 0,50 (Cinquenta centavos) no etanol considerando que houve aumento conforme documentos fiscais anexos comprovando o aumento.

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor Reajustado R\$
Óleo diesel S10	2,94	3,01
Etanol	2,43	2,93

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 13 de outubro de 2015

Enoi Scherer
Prefeito Municipal.

Auto Posto Canarinho Ltda
Contratada

Testemunhas:

Karine Epping
CPF: 009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

EXTRATO PROCESSO SELETIVO Nº 03-2015

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO A CONTRATAÇÃO, DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PARA ATUAR O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS NOS PROGRAMAS DO ESF, ATÉ A DURAÇÃO DOS PROGRAMAS.

O Prefeito de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, Sr. ENOI SCHERER, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 026/2011 e respectivas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Processo Seletivo destinado para admissão, de servidores sob o Regime Estatutário, de acordo com o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O presente Edital do Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislação vigente.

1.2. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.3. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.4. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Agente Comunitário de Saúde – Área 01 – Micro área 04 (Área de Abrangência*: Comunidade de São Pedro e parte da Linha São José)	01+CR	R\$ 1.079,38	40hs/sem	Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau ou treinamento específico na área de atuação	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde – Área 02 – Micro área 01 (Área de Abrangência*: Comunidade de São Jorge e parte da Linha São Fatima)	01+CR	R\$ 1.079,38	40hs/sem	Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau ou treinamento específico na área de atuação	Objetiva

CR. ☐ Cadastro de Reserva;

*Área de Abrangência: somente famílias listadas na micro área de atuação (listas em anexo)

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Processo Seletivo poderão ser efetuadas pela INTERNET no site www.ameosc.org.br ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 15 de outubro de 2015 às 23h59min do dia 13 de novembro de 2015.

3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 19 de dezembro de 2015, com início às 09 horas, nas dependências do CENTRO DE EDUCAÇÃO HELGA FOLLMANN, sito na Rua Afonso Rodrigues, 115 – Centro, Município de Tunápolis (SC), podendo ser transferido em parte e/ou total para outro local, dependendo do número de candidatos inscritos. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.tunapolis.sc.gov.br, devendo o candidato ficar atento as publicações e avisos nos endereços acima mencionados.

4. A integral do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Tunápolis e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.tunapolis.sc.gov.br

Tunápolis – SC, 14 de outubro de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Este Edital foi publicado na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2015

Edital de Pregão Presencial nº 91/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega imediata que tem por objeto a aquisição de sementes, mudas de flores, insumos, demais materiais e afins, destinados para o embelezamento dos jardins, principais ruas, praça e manutenção de locais públicos, nesta Municipalidade.

Entrega das propostas até às 8h do dia 28/10/2015 .

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 14 de outubro de 2015

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 118/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 118/2015

Edital de Pregão Presencial nº 92/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega conforme cronograma do CRAS que tem por objeto a aquisição de "Cestas Básicas" para concessão de Benefícios Eventuais, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos, de acordo com o anexo I, deste Edital.

Entrega das propostas até às 13h30min do dia 28/10/2015 .

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 14 de outubro de 2015

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

Turvo

PREFEITURA

CONTRATOS FMS 01/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO

Folha: 1/5

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: HERCILIO PAZINI

C.P.F.: 018.357.509-15

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 2/2015

Número do Processo: 2/2015

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 1/2015

Fundamento Legal:

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA (01) CASA DE ALVENARIA COM AREA DE 334,25M² SITUADO NA RUA LEOBERTO LEAL, 687 NO CENTRO DO MUNICIPIO DE TURVO - SC PARA EXCLUSIVAMENTE PARA O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA - PSF.

Data da Assinatura: 05/01/2015

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho: 39

Valor: 7.578,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: ASSOC.MUNIC.DO EXTREMO SUL SC.-AMESC

CNPJ: 83.871.210/0001-82

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 3/2015

Número do Processo: 3/2015

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 2/2015

Fundamento Legal:

Objeto: ESTE PROCESSO TEM POR FINALIDADE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS E EXAMES COMPLEMENTARES NÃO PRESTADOS PELO MUNICÍPIO E A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS FORNECIDOS PELO CIS/AMESC PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO LOCAL DURANTE O EXECÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura: 05/01/2015

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho: 54

Valor: 738.000,00

Forma de Pagamento: À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO

Folha: 2/5

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Janeiro/2015.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** NEWSYSTEM-COMERCIO DE RELOGIO PONTO LTDA -ME**CNPJ:** 14.328.244/0001-02**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 4/2015**Número do Processo:** 4/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** "ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS RELÓGIOS PONTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO-SC."**Data da Assinatura:** 05/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 05/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 45**Valor:** 2.208,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** COLIX SOLUÇÕES PARA RESIDUOS LTDA.EPP**CNPJ:** 05.869.279/0001-68**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 5/2015**Número do Processo:** 5/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** "ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAUDE (LIXO HOSPITALAR). DURANTE O EXERCICIO DE 2015."**Data da Assinatura:** 05/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 05/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 40**Valor:** 16.128,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 3/5

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TEREZA PESCADOR RECCO**C.P.F.:** 017.848.049-59**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 6/2015**Número do Processo:** 6/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 5/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: LOCAÇÃO DE 02 (DUAS) SALAS COMERCIAIS DE ALVENARIA, SALA 01 COM ÁREA DE 89,80M² E SALA 02 COM ÁREA DE 86,66M², SITO NA RUA ÂNGELO ROVARIS, 1365 NO MUNICÍPIO DE TURVO/SC, DESTINADA EXCLUSIVAMENTE PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TURVO.

Data da Assinatura: 05/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 05/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 42**Valor:** 14.400,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CLAUDIO MANFREDINI**C.P.F.:** 144.885.079-72**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 7/2015**Número do Processo:** 7/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 6/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: "ESTE PROCESSO VISA A LOCAÇÃO DE 01 (UMA) SALA COM ÁREA DE 90m², SITUADA NA RUA DAVID ZACARON, Nº520, SALA 02, BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE TURVO-SC, DESTINADA EXCLUSIVAMENTE PARA O FUNCIONAMENTO DA SALA DE FISIOTERAPIA MUNICIPAL."

Data da Assinatura: 05/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 05/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 43**Valor:** 8.688,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 4/5

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** WGS SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 10.492.483/0001-42**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 8/2015**Número do Processo:** 8/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 7/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS É A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE ASSESSORIA NOS CONTROLES ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E ACOMPANHAMENTO DE DOCUMENTAÇÕES JUNTO ÀS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NA CAPITAL DO ESTADO E 6ª REGIONAL DE SAÚDE.

Data da Assinatura: 05/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 05/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 44**Valor:** 6.600,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL LTDA**CNPJ:** 03.075.558/0003-96**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2015**Número do Processo:** 1/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 8/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE COMBUSTIVEIS (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10) PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO-SC. DURANTE O EXERCICIO DE 2015.

Data da Assinatura: 20/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 20/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 47**Valor:** 444.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista



**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS, 789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Folha: 5/5

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL LTDA
CNPJ: 03.075.558/0003-96
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 1/2015
Número do Contrato ou Aditivo: 9/2015
Fundamento Legal:
Objeto: FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO DE COMBUSTIVEIS (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10) PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO-SC. DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Número do Processo: 1/2015
Outra Entidade: Não

Data da Assinatura: 20/01/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 20/01/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho: 46
Valor: 444.000,00
Forma de Pagamento: À Vista

CONTRATOS FMS 03/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 1/1

CNPJ: 80.991.094/0001-47
RUA NEREU RAMOS,789
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2015.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BEZ BATTI GRAFICA E EDITORA LTDA ME**CNPJ:** 85.172.948/0001-87**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 9/2015**Número do Processo:** 9/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 10/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS IMPRESSOS E GRÁFICOS CFE. A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC.

Data da Assinatura: 10/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 183**Valor:** 72.456,19**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** LABORATORIO DAROS LTDA**CNPJ:** 08.476.828/0001-22**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 10/2015**Número do Processo:** 10/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 11/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (LABORATÓRIO BIOQUÍMICO) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC, CFE. RECEITUÁRIO MEDICO E AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Data da Assinatura: 24/03/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 24/03/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 77.752,50**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS PMT 06/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 1/4

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JAIR RAUPP**C.P.F.:** 560.718.339-49**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 0/0**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 46/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: O CONTRATADO se obriga a prestar serviços de animação de um show musical com o Grupo Solto das Patas, com previsão de início às 17:00 horas e término às 18:00 horas, a ser realizado no dia 16 de agosto (sábado) de 2015, na 22ª Festa do Colono e 14ª Arrancada Catarinense de Tratores de Turvo/SC a ser realizada nos dias 13,14,15 e 16 de Agosto.

Data da Assinatura: 15/06/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/06/2015 a 31/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1830**Valor:** 1.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** VALDIR DOS SANTOS**C.P.F.:** 343.823.219-72**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 0/0**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 47/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: O CONTRATADO se obriga a prestar serviços de animação de um show musical com o Grupo Canto do Sul, com previsão de início às 14:00 horas e término às 18:00 horas, a ser realizado no dia 14 de agosto (sexta-feira) de 2015, na 22ª Festa do Colono e 14ª Arrancada Catarinense de Tratores de Turvo/SC a ser realizada nos dias 13,14,15 e 16 de Agosto.

Data da Assinatura: 15/06/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/06/2015 a 30/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1829**Valor:** 1.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/4

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** GUILHERME MENEGARO NAPOLI RAMOS**C.P.F.:** 066.273.059-33**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 0/0**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 48/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** 1.CLÁUSULA PRIMEIRA

O CONTRATADO se obriga a prestar serviços de animação de um show com a Banda Tomarrock Project, com previsão de início às 23h59min, com duração de no mínimo 01h30min, a ser realizado no dia 14 de agosto (sexta-feira) de 2015, na 22ª Festa do Colono e 14ª Arrancada Catarinense de Tratores de Turvo/SC a ser realizada nos dia 13, 14,15 e 16 de Agosto.

Data da Assinatura: 15/06/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/06/2015 a 30/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1828**Valor:** 1.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** BIKE SESSION LTDA**CNPJ:** 06.303.273/0001-91**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 43/2015**Número do Processo:** 43/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 50/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: O presente instrumento tem por objetivo a realização de 01 (uma) apresentação de 40 (quarenta) minutos com a Equipe Bike Session (show de manobras radicais com bike), a ser realizado no dia 15 de agosto de 2015, na praça de alimentação da 22ª Festa do Colono e 14ª Arrancada Catarinense de Tratores de Turvo/SC.

Data da Assinatura: 18/06/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 18/06/2015 a 30/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2045**Valor:** 4.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 3/4

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONJUNTO MUSICAL OS SERRANOS LTDA**CNPJ:** 90.344.714/0001-00**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 43/2015**Número do Processo:** 43/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 51/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: O CONTRATADO se obriga a prestar serviços de animação de um show musical, por um período de 01:40h, com previsão de início às 21:00 horas, a ser realizado no dia 13 de agosto de 2015, quinta-feira, na abertura da 22ª Festa do Colono e a 14ª Arrancada Catarinense de Tratores de Turvo/SC.

Data da Assinatura: 18/06/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 18/06/2015 a 30/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2046**Valor:** 14.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ELTON BECKER FREESTYLESHOW LTDA**CNPJ:** 13.698.175/0001-66**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 43/2015**Número do Processo:** 43/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 52/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Os CONTRATADOS, por força do presente instrumento, obrigam-se a realizar a apresentação de show artístico em motos denominado de SHOW DE MOTOCROSS ESTILO LIVRE. Os CONTRATADOS deverão se apresentar no dia 14 de agosto de 2015, aproximadamente ao 12:00 (meio dia), cuja a apresentação artística deverá ocorrer no dia 14 de agosto de 2015 às 21:00 horas. O show terá duração aproximada de 40 (quarenta) minutos. Evento será realizado durante a 22ª Festa do Colono e 14ª Arrancada Catarinense de Tratore

Data da Assinatura: 18/06/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 18/06/2015 a 30/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2047**Valor:** 8.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 4/4

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** GRUPPO MUSICALE ROBA DA CIODI**CNPJ:** 12.215.313/0001-46**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 0/0**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 53/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: O CONTRATADO se obriga a prestar serviços de animação de um show musical com duração aproximada de até 2 horas no dia 16 de agosto (domingo), a partir das 12h30min, no palco alternativo na 22ª Festa do Colono e 14ª Arrancada Catarinense de Tratores de Turvo/SC a ser realizada nos dias 13, 14, 15 e 16 de Agosto.

Data da Assinatura: 18/06/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 18/06/2015 a 18/06/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1869**Valor:** 1.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** OSVALDO TOLEDO**C.P.F.:** 604.693.820-15**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 0/0**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 54/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: O CONTRATADO se obriga a prestar serviços de narração das provas realizadas na 14ª Arrancada de Tratores, no dia 16 de agosto (domingo) com início previsto pra as 08:00 horas e término as 18:00 horas durante a 22ª Festa do Colono e 14ª Arrancada Catarinense de Tratores de Turvo/SC, a ser realizada nos dias 13, 14, 15 e 16 de Agosto de 2015.

Data da Assinatura: 25/06/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 25/06/2015 a 30/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1926**Valor:** 3.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS PMT 07/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 1/9

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** X-9 PROMOÇÕES ARTISTICAS LTDA-ME**CNPJ:** 07.715.377/0001-76**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 43/2015**Número do Processo:** 43/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 49/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: O CONTRATADO, por força do presente instrumento, obriga-se a realizar a apresentação de shows artísticos para 22ª Festa do Colono e 14ª Arrancada Catarinense de Tratores de Turvo/SC a ser realizada nos dias 13,14,15 e 16 de Agosto.

"SHOW ARTÍSTICO COM PAPAS DA LINGUÁ - DATA DE APRESENTAÇÃO 14 DE AGOSTO DE 2015, PREVISÃO DE INÍCIO PARA AS 23h45min (vinte e três horas e trinta minutos) COM DURAÇÃO MÉDIA DE 01h30min (uma hora e trinta minutos).

"SHOW ARTÍSTICO COM GRUPO THE TRAVELLERS - DATA

Data da Assinatura: 03/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 03/07/2015 a 30/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2048**Valor:** 99.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** A. J. E. TERRAPLANAGEM LTDA**CNPJ:** 07.841.041/0001-50**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 42/2015**Número do Processo:** 42/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 55/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO VIÁRIA DA RODOVIA DE ACESSO A COMUNIDADE DE BOA VISTINHA - TRECHO 2. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 10/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/07/2015 a 08/10/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2147**Valor:** 384.618,51**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/9

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SETEP CONSTRUÇÕES S.A**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Concorrência p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 40/2015**Número do Processo:** 40/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 56/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM, A SEREM EXECUTADOS EM VIA PÚBLICA MUNICIPAL (TRECHO DA RUA ROSA MANENTI), CONFORME PROGRAMA BADESC CIDADES, ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 14/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 14/07/2015 a 13/10/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2172**Valor:** 134.568,02**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CONCRETUBOS OBRAS DE URBANIZAÇÃO LTDA EPP**CNPJ:** 07.323.544/0001-33**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 44/2015**Número do Processo:** 44/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 57/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE TURVO. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 15/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/07/2015 a 12/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2220**Valor:** 404.054,98**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 3/9

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** NELSON ALVES DA SILVA**CNPJ:** 18.126.767/0001-27**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 48/2015**Número do Processo:** 48/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 59/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM DA SERVIDÃO Nº 51, RUA Nº 222 E RUA CLÁVIO LUCHINA FRANCISCO NOS BAIRROS CENTRO, SÃO CRISTOVÃO E IMIGRANTES DE TURVO/SC. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO DE CONFORMIDADE COM O ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANTA EM ANEXO.

Data da Assinatura: 16/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 16/07/2015 a 11/01/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2224**Valor:** 147.213,60**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**CNPJ:** 74.111.709/0001-09**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 49/2015**Número do Processo:** 49/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 60/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRA A REALOCAÇÃO DE UMA ATAFONA NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO PREFEITO IRIS OLIVO NO MUNICÍPIO DE TURVO/SC.

Data da Assinatura: 17/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 17/07/2015 a 17/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2235**Valor:** 32.900,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 4/9

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JVE CONSTRUTORA LTDA**CNPJ:** 18.649.579/0001-83**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 45/2015**Número do Processo:** 45/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 61/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE MEIO-FIO PRÉ-MOLDADO EM RUAS DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME PLANILHA EM ANEXO.**Data da Assinatura:** 20/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 20/07/2015 a 17/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2236**Valor:** 115.750,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** MARIA STELA BRISTOT BRINA ME**CNPJ:** 07.862.407/0001-77**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 46/2015**Número do Processo:** 46/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 62/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO E CONTINUO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TURVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.**Data da Assinatura:** 22/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 22/07/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2256**Valor:** 32.698,63**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 5/9

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ATRAÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**CNPJ:** 09.574.258/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 50/2015**Número do Processo:** 50/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 63/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTA LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA 22ª FESTA DO COLONO E 14ª ARRANCADA CATARINENSE DE TRATORES DE TURVO/SC. CFE ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 29/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/07/2015 a 31/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 102.748,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SOMVERIO SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA - ME**CNPJ:** 03.447.697/0001-31**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 50/2015**Número do Processo:** 50/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 64/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTA LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA 22ª FESTA DO COLONO E 14ª ARRANCADA CATARINENSE DE TRATORES DE TURVO/SC. CFE ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 29/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/07/2015 a 31/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 18.130,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 6/9

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILANCIA LTDA**CNPJ:** 10.392.048/0001-46**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 50/2015**Número do Processo:** 50/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 65/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTA LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA 22ª FESTA DO COLONO E 14ª ARRANCADA CATARINENSE DE TRATORES DE TURVO/SC. CFE ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 29/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/07/2015 a 31/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.472,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** GAVASON E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL LTDA ME**CNPJ:** 10.441.033/0001-20**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 50/2015**Número do Processo:** 50/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 66/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTA LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA 22ª FESTA DO COLONO E 14ª ARRANCADA CATARINENSE DE TRATORES DE TURVO/SC. CFE ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 29/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/07/2015 a 31/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 52.340,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 7/9

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MULTIBAN LOCAÇÃO DE BENS MOVEIS LTDA**CNPJ:** 08.158.865/0001-92**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 50/2015**Número do Processo:** 50/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 67/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTA LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA 22ª FESTA DO COLONO E 14ª ARRANCADA CATARINENSE DE TRATORES DE TURVO/SC. CFE ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 29/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/07/2015 a 31/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.860,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME**CNPJ:** 07.224.379/0001-62**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 50/2015**Número do Processo:** 50/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 68/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTA LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA 22ª FESTA DO COLONO E 14ª ARRANCADA CATARINENSE DE TRATORES DE TURVO/SC. CFE ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 29/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/07/2015 a 31/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 42.080,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 8/9

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EMPRESA DE MELHORAMENTOS DE TURVO LTDA**CNPJ:** 82.549.072/0001-57**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 69/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: A LOCADORA, por este instrumento, dá em locação à LOCATÁRIA, dois espaços de BWC, masculino e feminino do imóvel urbano de sua propriedade, matrícula 528, com 25 m² de área privativa, e 25 m² em benfeitorias em calçadas de acesso, livres e desembaraçados de quaisquer ônus reais e em perfeitas condições de higiene e conservação, de uso como banheiro público, localizado junto ao condomínio denominado rodoviária, na Rua do Expedicionário, 75, Centro, Turvo/SC, Cep: 88930-000.
Parágrafo Primeiro:

Data da Assinatura: 29/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/07/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.800,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** NELSON ALVES DA SILVA**CNPJ:** 18.126.767/0001-27**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 52/2015**Número do Processo:** 52/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 70/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A SINALIZAÇÃO DE RUAS DO PERIMETRO URBANO DE TURVO/SC. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO DE CONFORMIDADE COM O ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANTA EM ANEXO.

Data da Assinatura: 31/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 31/07/2015 a 29/09/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2399**Valor:** 78.757,24**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 9/9

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SETEP CONSTRUÇÕES S.A**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 53/2015**Número do Processo:** 53/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 71/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: ESTE PROCESSO VISA A PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA RAUL MANFREDINI COM 218,00M DE EXTENSÃO NA CIDADE DE TURVO/SC, ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO DE CONFORMIDADE COM O ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANTA EM ANEXO.

Data da Assinatura: 31/07/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 31/07/2015 a 31/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2398**Valor:** 83.236,13**Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS PMT 08/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 1/3

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILANCIA LTDA**CNPJ:** 10.392.048/0001-46**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 54/2015**Número do Processo:** 54/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 72/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DA 22ª FESTA DO COLONO E 14ª ARRANCADA DE TRATORES DE TURVO/SC DE 13 À 16 DE AGOSTO DE 2015.**Data da Assinatura:** 10/08/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/08/2015 a 31/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2495, 2496, 2553**Valor:** 9.450,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** AGELUZ INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA**CNPJ:** 08.856.986/0001-08**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 54/2015**Número do Processo:** 54/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 73/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DA 22ª FESTA DO COLONO E 14ª ARRANCADA DE TRATORES DE TURVO/SC DE 13 À 16 DE AGOSTO DE 2015.**Data da Assinatura:** 10/08/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/08/2015 a 31/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2493, 2494**Valor:** 15.150,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/3

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** IDEAL COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME**CNPJ:** 06.863.965/0001-94**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 54/2015**Número do Processo:** 54/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 74/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DA 22ª FESTA DO COLONO E 14ª ARRANCADA DE TRATORES DE TURVO/SC DE 13 À 16 DE AGOSTO DE 2015.**Data da Assinatura:** 10/08/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/08/2015 a 31/08/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2491, 2492**Valor:** 14.800,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** LIGA SUL DE FUTSAL**CNPJ:** 06.219.108/0001-56**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 56/2015**Número do Processo:** 56/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 75/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR OS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, ARBITRAGEM E MESÁRIOS, PARA A REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL EMPRESARIAL DE FUTSAL CIDADE DE TURVO - SC. NAS CATEGORIAS: MASCULINO LIVRE, FEMININO, SUB 17 E SUB 14. QUE SE REALIZARÁ NO GINÁSIO DE ESPORTES PREFEITO ABELLE BEZ BATTI COM PREVISÃO PARA INICIAR NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2015 E TERMINO PREVISTO PARA O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2015.**Data da Assinatura:** 24/08/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 24/08/2015 a 30/11/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2659**Valor:** 34.830,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 3/3

CNPJ: 82.548.983/0001-60
RUA NEREU RAMOS,588
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JVE CONSTRUTORA LTDA**CNPJ:** 18.649.579/0001-83**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 55/2015**Número do Processo:** 55/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 76/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: 1.1) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA URBANIZAÇÃO DE VIAS DE ACESSO AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES PREFEITO IRES OLIVO. ONDE TUDO SERÁ EXECUTADO CONFORME O PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANTAS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 27/08/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 27/08/2015 a 23/02/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2879**Valor:** 490.010,89**Forma de Pagamento:** À Vista

Urussanga

PREFEITURA

LEI Nº 2.738

LEI Nº 2.738, de 09 de outubro de 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE URUSSANGA A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica o Município de Urussanga autorizado a suplementar R\$ 92.691,00 (noventa e dois mil e seiscentos e noventa e um reais) na dotação orçamentária abaixo:

Projeto/Atividade:

2.014 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

(40) 3.3.90.00.00.00.00 – 92.691,00

Art. 2º Fica igualmente autorizado a anular o valor de R\$ 92.691,00 (noventa e dois mil e seiscentos e noventa e um reais) nas dotações orçamentárias abaixo:

Projeto/Atividade:

1.002 – AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL

(29) 4.4.90.00.00.00.00 – 59.791,00

Projeto/Atividade:

1.004 – AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO INFANTIL

(114) 4.4.90.00.00.00.00 – 8.900,00

Projeto/Atividade:

2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

(113) 4.4.90.00.00.00.00 – 24.000,00.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 09 de outubro de 2015.

JOHNNY FELIPPE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos nove dias do mês de outubro de 2015.

JOANINHA COPETTI

Assistente Administrativo

LEI Nº 2.739

LEI Nº 2.739, de 09 de outubro de 2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA "ADELINDO CON CER", NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Passa a denominar-se Rua ADELINDO CON CER, a via pública localizada no Bairro Barro Preto, Loteamento Jardim Vila Romana, neste município.

Art. 2º A Rua "Adelindo Con cer", tem seu início na Rua Lauro Zawaski, seguindo em direção Leste com a Rua Projetada e término em outra Rua Projetada, com as seguintes confrontações:

Norte: Quadra "B";

Sul: Quadra "A";

Leste: Rua Projetada;

Oeste: Rua Lauro Zawaski.

Art. 3º Fica o Município autorizado a providenciar a colocação de placas indicativas em conformidade com a Lei nº 2.567, de dezembro de 2012, a devida comunicação à Empresa dos Correios e Telégrafos (EBCT), ao serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto (SAMAE), às Empresas de Telecomunicações, às Empresas fornecedoras de energia elétrica, bem como ao Cadastro de Registro Imobiliário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 09 de outubro de 2015.

JOHNNY FELIPPE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos nove dias do mês de outubro de 2015.

JOANINHA COPETTI

Assistente Administrativo

Vargem Bonita

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº002/2015.

“Estabelece normas para a contratação de temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Saúde do Município de Vargem Bonita e dá outras providências”.

CONSIDERANDO que as atividades da Secretaria de Saúde, no que tange ao atendimento médico, deve ser contemporâneo a demanda, devendo portanto ocorrer disponibilidade imediata de médico na Unidade de Saúde;

CONSIDERANDO que a atual profissional do Programa Mais Médico teve que se afastar, retornando a Cuba por motiva de doença familiar, a princípio afastando-se temporariamente e não há tempo hábil para concursar outro profissional sem a interrupção do serviço;

CONSIDERANDO também que existe permanentemente um grupo de usuários do sistema de saúde a serem acompanhados e atendidos. Tendo em vista que a falta de profissional prejudica a pontualidade nos serviços e compromete a sua finalidade;

CONSIDERANDO que não existem profissionais concursados, nem mesmo em cadastro de reserva para preenchimento desta vaga;

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, no uso de suas atribuições TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, em caráter emergencial por se tratar de atendimento na área de saúde.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no diário oficial do Município e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissional para contratação em caráter de emergência em contrato temporário pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

1.4. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público ou seleção em concurso para provimento efetivo.

1.5. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.6. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.7. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa da administração pública, desde que devidamente motivado, por escrito.

1.8. O prazo para chamamento deste seletivo será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 16 de outubro de 2015 até 22 de outubro de 2015, das 08h00min às 12h00min, no setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro, devendo o servidor responsável proceder ao devido protocolo e autuação ou, através do e-mail: tributos@vargembonita.sc.gov.br devendo o candidato enviar obrigatoriamente por SEDEX, no endereço Prefeitura de Vargem Bonita, Rua Coronel Vitório, 966, Centro, Vargem Bonita, CEP: 89.675-000, cópia de todos os documentos solicitados, devidamente rubricadas.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias devidamente rubricadas dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;
- Habilitação do Conselho Regional de Medicina;
- CPF;
- Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;

- CURRICULUM VITAE documentado com todas as folhas rubricadas;
- Cópia autenticada dos certificados dos cursos específicos para o cargo de interesse;
- Comprovante de endereço/telefone para contato.

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

3. DAS VAGAS

3.1 Será realizado Teste Seletivo Simplificado de Títulos para:

Cargo	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
- Médico (ESF)	01	40 horas	R\$ 11.893,94

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do CURRICULUM VITAE de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento, anexando ao currículo cópia do certificado de conclusão dos respectivos títulos.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, devendo os candidatos apresentar os documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, devendo ser expedidos pela Instituição de Ensino.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e ou declaração da instituição/ou empresa em que atuou.

4.5 Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição.

4.6 O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente em 23 de outubro de 2015 no site da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita e no mural público.

4.7 Para efeito de início da contagem do prazo de validade do teste seletivo, será considerada a publicação da homologação do resultado final do teste seletivo.

5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 5,0 (cinco) pontos.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior idade;
- maior tempo de serviço na área de atuação do cargo a ser ocupado;

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação da documentação exigida pelo Departamento Pessoal no ato de sua contratação.

7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Administração, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- Nº do Processo Seletivo;
- Cargo a que concorre;
- Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.
- 8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM – Diário Oficial do Município.
- 8.3. Os candidatos serão contratados em Regime Estatutário no que couber, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
- 8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.
- 8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.
- 8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita(SC), 14 de outubro de 2015.
Melânia Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

ANEXO I

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Médico (ESF)

GRUPO OCUPACIONAL: Grupo VI - Atividades Nível Superior

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

Avaliação, tratamento e conduta frente as diversas clínica atuando no ciclo vital da criança e do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso; realizar visitas domiciliares para assistência, atuar nos grupos de educação em saúde e também na educação continuada, e em serviço na unidade de saúde da família. participar dos programas de atendimento a população atingida por calamidade pública, integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação, saneamento, realizar estudos e inquéritos sobre os níveis da saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas a solução dos problemas levantados, participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva, emitir laudos e pareceres quando solicitado.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Teste Seletivo de Títulos

ESCOLARIDADE: Ensino Superior na área com registro no Conselho Regional de Medicina

REMUNERAÇÃO: R\$ 11.893,94

CARGA HORÁRIA: 40 horas

ANEXO II

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Cursos, seminários, simpósios, congressos relacionados à área de atuação do cargo (últimos 05 anos).	1,0 (cada 40 horas)
Tempo de serviço na atividade	1,0 (cada ano – sem fração)

OBS 01: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com o cargo pretendido e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 05 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições.

ANEXO III**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**

PREFEITURA DE VARGEM BONITA TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDITAL 002/2015

Formulário de inscrição nº _____

Cargo: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Doc. de Identidade nº: _____ CPF nº: _____

Ass. Responsável p/ recebimento

DECRETO N.066/2015

DECRETO Nº 066/2015 , DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

"DISPENSA A IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS QUE ESPECIFICA".

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o estágio avançado de disponibilidade digital do banco de dados de informações orçamentárias, contábeis e financeiras do Poder Executivo Municipal e, tendo em vista a necessidade de racionalizar o uso de materiais para impressão de documentos e o grande volume de impressos gerados mensalmente para fins de arquivamento;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica dispensada a impressão física em papel, do Livro Diário Mensal e das Ordens de Pagamentos da movimentação financeira e contábil do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 14 de outubro de 2015.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 15/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2015

Ata de Registro de Preços nº: 177/2015
Data de Assinatura: 01.10.2015
Fornecedor....: Chapemáquinas Comércio e Serviços Ltda – ME.
Valor : R\$ 70.999,00
Licitação : Pregão Presencial nº 149/2015-PMV
Vigência : Início: 01.10.2015 Término: 01.04.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE PEÇAS PARA REPOSIÇÕES EM RETROESCAVADEIRAS CASE, RANDON, JCB E ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS DOOSAN E SANY, DE USO DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2015

Ata de Registro de Preços nº: 178/2015
Data de Assinatura: 01.10.2015
Fornecedor....: Júlio Silvestri Filho ME
Valor : R\$ 17.720,00
Licitação : Pregão Presencial nº 149/2015-PMV
Vigência : Início: 01.10.2015 Término: 01.04.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE PEÇAS PARA REPOSIÇÕES EM RETROESCAVADEIRAS CASE, RANDON, JCB E ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS DOOSAN E SANY, DE USO DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2015

Ata de Registro de Preços nº: 179/2015
Data de Assinatura: 01.10.2015
Fornecedor....: Locomaq Com. e Locação de Máquinas e Equip. Ltda.
Valor : R\$ 8.400,00
Licitação : Pregão Presencial nº 149/2015-PMV
Vigência : Início: 01.10.2015 Término: 01.04.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE PEÇAS PARA REPOSIÇÕES EM RETROESCAVADEIRAS CASE, RANDON, JCB E ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS DOOSAN E SANY, DE USO DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 180/2015

Ata de Registro de Preços nº: 180/2015
Data de Assinatura: 02.10.2015
Fornecedor....: Restaurante e Lavação Mugnol Ltda – ME.
Valor : R\$ 103.687,00
Licitação : Pregão Presencial nº 154/2015-PMV
Vigência : Início: 02.10.2015 Término: 02.10.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, GABINETE DO PREFEITO E POLÍCIA CIVIL) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2015

Ata de Registro de Preços nº: 181/2015
Data de Assinatura: 02.10.2015
Fornecedor....: Matheus e Rodrigues Lavação Automotiva Ltda.
Valor : R\$ 61.000,00
Licitação : Pregão Presencial nº 154/2015-PMV
Vigência : Início: 02.10.2015 Término: 02.10.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS, INFRAESTRUTURA, GABINETE DO PREFEITO E POLÍCIA CIVIL) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2015

Ata de Registro de Preços nº: 182/2015
Data de Assinatura: 07.10.2015
Fornecedor....: Palazzo Construtora Ltda.
Valor : R\$ 277.797,50
Licitação : Pregão Presencial nº 153/2015-PMV
Vigência : Início: 07.10.2015 Término: 07.10.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÕES EM PASSEIOS.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2015

Ata de Registro de Preços nº: 183/2015
Data de Assinatura: 07.10.2015
Fornecedor....: GG Vestuário Profissional Ltda.
Valor : R\$ 32.101,00
Licitação : Pregão Presencial nº 152/2015-PMV
Vigência : Início: 07.10.2015 Término: 07.10.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE UNIFORMES, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2015

Ata de Registro de Preços nº: 184/2015
Data de Assinatura: 08.10.2015
Fornecedor....: Faccina Daltora Equipamentos de Segurança Ltda.
Valor : R\$ 7.642,50
Licitação : Pregão Presencial nº 156/2015-PMV
Vigência : Início: 08.10.2015 Término: 08.10.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2015

Ata de Registro de Preços nº: 185/2015
Data de Assinatura: 08.10.2015
Fornecedor....: Piatã Comércio de Peças Ltda – ME.
Valor : R\$ 27.670,79
Licitação : Pregão Presencial nº 156/2015-PMV
Vigência : Início: 08.10.2015 Término: 08.10.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 186/2015

Ata de Registro de Preços nº: 186/2015
Data de Assinatura: 08.10.2015
Fornecedor....: Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda – ME.
Valor : R\$ 27.265,43
Licitação : Pregão Presencial nº 156/2015-PMV
Vigência : Início: 08.10.2015 Término: 08.10.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2015

Ata de Registro de Preços nº: 187/2015
Data de Assinatura: 08.10.2015
Fornecedor....: Cenci Equipamentos de Segurança Ltda – ME.
Valor : R\$ 2.000,14
Licitação : Pregão Presencial nº 156/2015-PMV
Vigência : Início: 08.10.2015 Término: 08.10.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2015

Ata de Registro de Preços nº: 188/2015
Data de Assinatura: 13.10.2015
Fornecedor....: Mil Plantas Indústria e Comércio Ltda – ME.
Valor : R\$ 17.700,00
Licitação : Pregão Presencial nº 150/2015-PMV
Vigência : Início: 13.10.2015 Término: 02.04.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE GRAMA ESMERALDA PARA PLANTIO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 215/2015

Contrato nº: 215/2015
Data de Assinatura: 05.10.2015
Fornecedor....: Ademir Luiz Bogoni – EPP.
Valor : R\$ 344.630,90
Licitação : Tomada de Preços nº 17/2015 - PMV
Vigência : Início: 05.10.2015 Término: 05.10.2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES EM PARTE DA RUA FRAIBURGO (378,45 M²), PARTE DA RUA PRIMAVERA (928,80 M²), PARTE DA RUA ROSÁRIO (822,96 M²) E RUA CONCEIÇÃO (2.466,28 M²), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO EXECUTIVO.

EXTRATO CONTRATO Nº 216/2015

Contrato nº: 216/2015
Data de Assinatura: 05.10.2015
Fornecedor....: Concretos Farroupilha Ltda – EPP.
Valor : R\$ 192.172,70
Licitação : Tomada de Preços nº 17/2015 - PMV
Vigência : Início: 05.10.2015 Término: 05.10.2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES EM PARTE DA RUA JOSÉ DAL PIZZOL (1.375,41 M²), RUA ESTANESLAU KROLL (636,54 M²) E RUA DA LADEIRA (491,92 M²), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO EXECUTIVO.

EXTRATO CONTRATO Nº 217/2015

Contrato nº: 217/2015
Data de Assinatura: 05.10.2015
Fornecedor....: Rodrigues e da Silva Ltda – ME.
Valor : R\$ 209.387,91
Licitação : Tomada de Preços nº 17/2015 - PMV
Vigência : Início: 05.10.2015 Término: 05.10.2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA SERAFIN F. TEDESCO (1.699,42 M²), PARTE DA RUA PROJETADA 3 (577,50 M²) E PARTE DA RUA ADELAR PIROLI (659,40 M²), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO EXECUTIVO.

EXTRATO CONTRATO Nº 218/2015

Contrato nº: 218/2015
Data de Assinatura: 06.10.2015
Fornecedor....: R. R. Agência de Música Ltda - ME.
Valor : R\$ 18.000,00
Licitação : Inexigibilidade de Licitação nº 18/2015 - PMV
Vigência : Início: 06.10.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DO ARTISTA "GABRIEL O PENSADOR", PARA APRESENTAÇÃO DE PALESTRA NA FEIRA DO LIVRO DE VIDEIRA, NO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2015, NO CLUBE FLORESTA, VIDEIRA/SC, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

EXTRATO CONTRATO Nº 219/2015

Contrato nº: 219/2015
Data de Assinatura: 06.10.2015
Fornecedor....: Ellatur Viagens e Turismo Ltda – ME.
Valor : R\$ 38.070,00
Licitação : Pregão Presencial nº 155/2015 - PMV
Vigência : Início: 06.10.2015 Término: 31.12.2015
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

PORTARIA Nº 0732/15

PORTARIA nº 0732/15

Concede Adicional de Pós-Graduação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 118/11, de 21 de dezembro de 2011, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 16036/2015,

RESOLVE

Conceder Adicional de Pós-Graduação Lato Sensu, a servidora EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA, ocupante do cargo de Contadora, a partir 17 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 17 de setembro de 2015.

Videira, 13 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no INPREVID aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 165/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E BOMBEIROS) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL). 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 03/11/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 14 de Outubro 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 164/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS UTILIZADOS NOS EQUIPAMENTOS DE SOLDA DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS E DO DEPARTAMENTO DE OBRAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 28/10/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 13 de Outubro 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

ERRATA AO 1 ADITIVO DO CONTRATO Nº 0169/2014

ERRATA

O Município de Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, retifica a publicação realizada no dia 14 de outubro de 2015, no Diário Oficial dos Municípios, página nº 441, Retificando o texto, onde se lê: Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0169/2014, lê-se: Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0169/2014. Xanxerê/SC, 14 de outubro de 2015. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO 1º ADITIVO ATA RP 0072/2015

Extrato 1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 0072/2015

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Reunidas Turismo S/A

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Bilhetes de Passagens em Linha Regular.

Fica Reajustado em 7,42% o valor das tarifas dos trajetos Intermunicipais, conforme parecer jurídico em anexo.

Xanxerê-SC, 09 de outubro de 2015. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

PORTARIA Nº RH AJG 221/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 221/2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER o pedido de Licença Prêmio por assiduidade por um período de 38 (trinta e oito) dias a partir de 06.10.2015 até 12.11.2015 ao Servidor Público Municipal Sr. FRANCISCO DE ASSIS PAGOTTO. Brasileiro, casado, portador da CI nº 1.784.858 e CPF nº 651.620.649-04. Residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - SC. Nomeado conforme Decreto JB 336/94 no cargo de TÉCNICO AGROPECUÁRIO, com 40 (quarenta) horas semanais lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuária.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros de 05.10.2015.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 03738/2015. Datado de 05.10.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

06.07.2004 a 24.07.2006: 38 (trinta e oito) dias.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 09 de maio de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 16-2015 PMXV - 06 - REEQUILÍBRIO SANDRA

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2015 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 16/2015 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa POSTO SANDRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.576.958/0001-97, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Gilberto Luiz Fasolo, portador do CPF nº 594.011.419.91, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 16/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto e novos Preços

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a Possível Aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Polícia Militar.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
3	40.000,00	LT	3,69	GASOLINA COMUM

Cláusula Segunda – Das demais Clausulas

Continuam em pleno vigor todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas nos Termos de Compromisso/Ata de Registro de Preços iniciais e demais alterações.

Xavantina/SC, em 14 de outubro de 2015.

POSTO SANDRA LTDA Gilberto Luiz Fasolo	MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal.
---	--

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 16-2015 PMXV - 07 - REEQUILÍBRIO SIVIERO
TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 16/2015 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa SIVIERO DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.592.286/0001-03, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Gilmar Fiorini, portador do CPF nº 485.819.689-53, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 16/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto e novos Preços

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a Possível Aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Polícia Militar.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
2	180.000,00	LT	2,73	ÓLEO DIESEL S10

Cláusula Segunda – Das demais Clausulas

Continuam em pleno vigor todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas nos Termos de Compromisso/Ata de Registro de Preços iniciais e demais alterações.

Xavantina/SC, em 14 de outubro de 2015.

SIVIERO DIESEL LTDA Gilmar Fiorini	MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal.
---------------------------------------	--

Associações

AMMVI

TERMO DE ADJUDICAÇÃO 05-2015

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO nº 05/2015

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 05/2015 para a empresa PRAXIAN CONSULTORIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.717.171/0001-85 pelo valor global de R\$ R\$ 58.760,00 (cinquenta e oito mil setecentos e sessenta reais), consoante ata de julgamento da Comissão de Licitações.

Blumenau, SC, 08 de outubro de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS
Presidente da AMMVI

JOSE RAFAEL CORREA
Secretário Executivo

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 05-2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO nº 05/2015

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 01/14, e Termo de Adjudicação,

Homologo,

Nesta data, a referida decisão, considerando vencedor da licitação, objeto do Convite nº 05/2015, os participantes:

PRAXIAN CONSULTORIA LTDA - ME, CNPJ sob nº 07.717.171/0001-85.

Blumenau, SC, 08 de outubro de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS
Presidente da AMMVI

JOSE RAFAEL CORREA
Secretário Executivo

Consórcios

CIMCATARINA

DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0006_2015 - METROMED

DECISÃO

PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada Boa Esperança, nº 1918, Bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul – SC, CEP: 89.160-000, inscrita no CNPJ sob o nº 83.157.032/0001-22, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0006/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0042/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

Item	Unidade	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
33	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 06CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MDA	MDA
34	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MDA	MDA
35	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MDA	MDA
36	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MDA	MDA
37	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MDA	MDA
38	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MDA	MDA
39	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 25CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MDA	MDA
40	UNIDADE	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 30CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	MDA	MDA
60	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5X7,5CM E 15X30CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	MDA	DANIFLEX

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de amostras físicas e declaração do fabricante, contendo informações do atendimento das especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

Item	Unidade	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
49	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06 DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 13,3G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MDA	MDA
50	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MDA	MDA

51	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 32,7G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MDA	MDA
52	PACOTE	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	MDA	MDA
59	PACOTE	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 950GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	MDA	NICEFLEX

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de amostras físicas, prospectos, ficha técnica e demais documentos, porém, não atendeu todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

Item	Motivo da Reprovação
49	O produto apresentado não é 100% algodão
50	O produto apresentado não é 100% algodão
51	O produto apresentado não é 100% algodão
52	O produto apresentado não é 100% algodão
59	Produto apresentado não contém 20X40cm aberta

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000; será admitida, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentado por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,
Fraiburgo, 14 de outubro de 2015.
Camila Strapazzon
Presidente Comissão Especial
Resolução nº 0011/2015

CIS/AMURES**PORTARIA Nº 10/2015 NOMEAÇÃO EMPREGO PÚBLICO**

PORTARIA Nº 10/2015

NOMEAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, Prefeito de Bom Jardim da Serra, Sr. Edelvânio Nunes Topanoti, no uso de suas atribuições que lhe confere seu respectivo estatuto, em seu artigo 22, inciso XX, e tendo em vista a classificação no concurso Público homologado em 22 de Setembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, 1988, a Sra. MARIA ZILDA CORREA DE CAMPOS, para exercer em caráter de emprego público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme prevê a lei 11.107 de 06 de Abril de 2005, nível fundamental completo, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro de pessoal do CIS/AMURES, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS e carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 15 de Outubro de 2015.

EDELVÂNIO NUNES TOPANOTI

Presidente do CIS/AMURES

TERMO DE POSSE MARIA ZILDA CORREA DE CAMPOS

TERMO DE POSSE PARA CARGO DE EMPREGO PÚBLICO – REGIDO PELA CLT “CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO”

1-TERMO DE POSSE:

Eu, MARIA ZILDA CORREA DE CAMPOS, brasileira, casada, residente e domiciliada a rua Olyntho D’Ávila Mesquita, nº 38, Bairro Santa Clara, na cidade de Lages, SC, comprometo-me, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, de 1988, a cumprir as atribuições, deveres e responsabilidades, em caráter de emprego público, regido pela CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme Lei nº 11.107, que rege os Consórcios Públicos, inerentes ao cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro pessoal do CIS/AMURES, com carga horária de 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 10 de 15 de Outubro de 2015, publicado no DOM de 15 de Outubro de 2015, em virtude de aprovação em concurso público, homologado em 02 de Setembro de 2014.

Apresento desde já a declaração de bens e valores que constituem meu patrimônio e atesto, sob as penas da lei, não exercer outro emprego ou função pública municipal, estadual ou federal, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Lages, 15 de Outubro de 2015.

EDELVÂNIO NUNES TOPANOTI

Presidente CIS/AMURES

MARIA ZILDA CORREA DE CAMPOS

Empossado

CISAM**RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 08/2015**

RESOLUÇÃO Nº 08/2015

“Designa empresa para realização de exames médicos admissionais, periódicos e demissionais, na forma que especifica”

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a empresa AMETTRA – Assessoria e Consultoria em Segurança do Trabalho Ltda – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.449.063/0001-83, com sede à Avenida Frei Teófilo, 451, Centro, na cidade de Machadinho/RS, para a realização dos exames médicos admissionais, periódicos e demissionais do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, pelo período de 15 de outubro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 15 de outubro de 2015.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM Meio Oeste

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 09/2015

RESOLUÇÃO Nº 09/2015

“Nomeia Empregado Público para o quadro funcional do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo nº 056/2015 e as deliberações da Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. Eduardo Venicius Gauer, nascido em 09/04/1988, para exercer o emprego público de Contador, Nível 137, do quadro de pessoal do CISAM Meio Oeste, conforme Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental e suas alterações, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 15 de outubro de 2015.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM Meio Oeste